



A CIDADE ENTRE UTOPIAS

O NEOLIBERALISMO E O COMUM NA PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA DO ESPAÇO AMAZÔNICO

LUCAS CÂNDIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

LUCAS SOUTO CÂNDIDO

**A CIDADE ENTRE UTOPIAS:
O NEOLIBERALISMO E O COMUM NA PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA DO ESPAÇO AMAZÔNICO**

Projeto de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Análise e Concepção do Espaço Construído na Amazônia.

Linha de pesquisa: Arquitetura, Desenho da Cidade e Desempenho Ambiental.

Orientadora: Prof. Ana Cláudia Duarte Cardoso, PhD

BELÉM
PPGAU/UFPA
2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S726c Souto Cândido, Lucas.
A Cidade entre Utopias: o Neoliberalismo e o Comum na produção contemporânea do espaço amazônico
/ Lucas Souto Cândido. — 2018.
163 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Ana Cláudia Duarte Cardoso
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de
Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

1. Neoliberalismo. 2. Comum. 3. Desenvolvimento. 4. Cidades amazônicas. 5. Canaã dos Carajás. I.
Título.

CDD 711

DEDICATÓRIA

À todas que, como eu, acreditam
que amanhã há de ser outro dia.

AGRADECIMENTOS

Que caminhos nos levam a ser quem somos agora? Em 2012, quando me lancei na aventura de um intercâmbio, sonhei voltar e me tornar um grande arquiteto projetista, daqueles que ganham concursos e aparecem em revistas. Me tornar Urbanista e acadêmico nunca esteve nos planos. E ainda assim, cá estou eu escrevendo agradecimentos de um trabalho que espero ser somente o primeiro passo dessa caminhada.

Por ele, devo em primeiro lugar agradecimentos à minha orientadora, Ana Cláudia. Ainda hoje lembro daquele dia em 2014 quando, envergonhado, fui falar com ela pela primeira vez, pedindo uma vaga em um projeto de pesquisa. Mal sabia eu o quanto aquele dia iria mudar minha vida. Falo em mudança de vida porque aprendi com a Ana muito mais que fundamentos da teoria urbana e questões metodológicas, mas sobretudo descobri com ela um orgulho que nunca tive: o de ser paraense, nortista e amazônida. Ana, que continues inspirando e ensinando outros jovens as belezas da Amazônia. Do fundo do meu coração, meu obrigado por acreditar em mim.

Não menos importante, meus agradecimentos e amor aos meus pais. Vocês pavimentaram a estrada para que eu chegasse até aqui. Obrigado por serem meus fãs número um (e provavelmente os únicos).

À minha avó Raimunda, minha tia Rejane e minha irmã Talita, meu imenso obrigado por me ensinarem a ser forte. Não imagino que vocês tenham ideia do quanto me inspiro em vocês. Em cada linha deste trabalho tem um pedacinho de vocês também. Todo o amor do mundo por estarem sempre do meu lado.

À minha outra família, Ana Paula, Bruno, Carla, Ianie, Luyse, Patrick, Ramon e Sarah, minha gratidão pelas compreensões das ausências e por tornarem a caminhada mais leve. Nossas trajetórias se cruzaram e isso é lindo demais. Eu não escolheria outras pessoas para estar comigo. Obrigado por nunca soltar a minha mão.

Ao Hélder, meu parceiro por toda a trajetória dessa dissertação. Entre os antes e os depois, permanecestes presente para me ouvir reclamar, para aconselhar e até mesmo revisar inúmeras vezes este trabalho. Palavras de obrigado são pouco, mas eu não poderia deixar de te colocar nesses agradecimentos.

Aos amigos que participaram dos levantamentos de campo: Renata, Manu, Bia, Thales, Gabriel, Camilla, Carol, Cássio, Chris, Luyse. Sem a menor dúvida, este trabalho não teria acontecido sem a ajuda de vocês e das nossas cervejas nos bares da Weyne Cavalcante. Que Canaã tenha deixado a marca de vocês como deixou em mim.

Aos professores José Júlio e Marcos Felipe, agradeço pela compreensão do meu atraso e pela paciente leitura deste documento. Vocês são fonte de inspiração.

À CAPES, agradeço pela bolsa de mestrado concedida.

Aos moradores de Canaã dos Carajás que confiaram no meu trabalho e dedicaram um tempo para me contar de suas vidas. Espero que este trabalho possa contribuir para uma cidade mais inclusiva para todos vocês.

E por fim, agradeço aos meus guias espirituais, que permanecem me ensinando e me colocando no caminho certo, na hora certa. Nada acontece por acaso e este trabalho é apenas mais uma prova disso.

À todos vocês, minha mais sincera e profunda gratidão.

"A culpa é da mentalidade
Criada sobre a região
Porque tanta gente teme
O Norte não é com M
Nossos índios não comem ninguém
Agora é só hambúrguer
Por que ninguém nos leva a sério?
Só nosso minério
(...)
Ah! Chega de malfeituas!
Ah! Chega de tristes rimas!
Devolvam a nossa cultura!
Queremos o Norte lá em cima!"

Belém Pará Brasil

(Mosaico de Ravena)

A inquietação que deu origem a este trabalho partiu do reconhecimento de um descompasso entre as visões de mundo orientadas pelo individualismo e pelo dinheiro, impostas pelo capitalismo, e a existência de perspectivas de vida e de espaço discordantes dessa lógica. A partir do contexto amazônico, onde esse descompasso é mais claro, dada a permanência de vínculos secularmente estabelecidos entre sociedade, espaço e natureza, levanta-se o questionamento: seria o modo de produção capitalista do espaço a única via possível de desenvolvimento para as cidades da região? Esta questão constituiu a principal motivação da presente dissertação, cujo objetivo central é a contestação do discurso hegemônico que historicamente justificou as transformações da Amazônia. Buscou-se articular uma forma de pensar os padrões socioespaciais não determinada pelas narrativas dominantes, e com isso prospectar formas alternativas e utópicas de interpretação das incompletudes do urbano amazônico contemporâneo, tomando-se como principais suportes a teoria crítica e a dialética do possível-impossível apresentadas nas obras de Henri Lefebvre. Para problematizar a contínua reprodução de um paradigma de desenvolvimento exógeno, contrapôs-se dialeticamente dois eixos conceituais principais, o Neoliberalismo e o Comum, para tanto explorar as inconsistências (re)produzidas internamente no sistema capitalista, quanto dar visibilidade a formas alternativas de se pensar e fazer cidade. Tomou-se como estudo de caso da pesquisa a cidade de Canaã dos Carajás, que de vila de apoio de um projeto de assentamento rural nos anos 1980, transformou-se, nos anos 2010, na cidade mais próxima ao maior projeto de mineração da história. As entrevistas e questionários realizados em Canaã dos Carajás revelam que cidades podem ser entendidas como uma extensão das atividades produtivas organizadas pelo grande capital. Os resultados indicam que novas formas de articulação entre o global e o local, concebidas pelo capitalismo tardio, esvaziaram o potencial emancipatório do urbano, porém, não sem a resistência das práticas associadas à natureza, ao rural ou ao acesso aos recursos naturais, que são históricas na Amazônia. Concluiu-se que a trajetória da urbanização contemporânea na Amazônia repete modelos de colonização, e segue na contramão das práticas urbanísticas mais responsivas à diversidade das necessidades humanas, difundidas nos países de centro no século XXI. A pesquisa contribui para a reflexão crítica sobre o processo de urbanização em curso e enseja formas de pensar capazes de reconhecer conjuntos de práticas comprometidas com processos endógenos que, se fortalecidos, podem traduzir perspectivas ainda consideradas como utópicas, em realidade.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Comum; Desenvolvimento; Cidades amazônicas; Canaã dos Carajás.

The main concern that gave rise to this Master's thesis was the acknowledgment of a mismatch between the worldviews oriented by individualism and money, imposed by the capitalism system, and the existence of life and space perspectives that differ from this logic. From the Brazilian Amazonia context, where long-term established bonds between society, space and nature rendered these disparities more patent, stems the question: would the capitalist mode of space production be the only development way for Amazonian cities? This discussion constitutes the main focus of this work, which key objective is to challenge the hegemonic discourse that historically justified the transformations of the Amazon. We sought to articulate a way of thinking socio-spatial patterns not determined by the dominant narratives, and with that prospecting alternative and utopian forms to understand the incompleteness of the contemporary Amazonian urban space, using the critical theory and the possible-impossible dialectics presented in the work of Henri Lefebvre as main supports. So as to open to doubt the continuous reproduction of an exogenous development paradigm, two main conceptual axes, the Neoliberalism and the Commons, were dialectically contrasted in order to both recognize the (re)produced inconsistencies within the capitalist system, and also give visibility to alternative forms of thinking and making cities. The study of case is the city of Canaã dos Carajás, which has been transformed from a rural village during the 1980's to the closest city from the biggest mining project in history during the 2010's. The interviews and questionnaires carried out in Canaã dos Carajás revealed that cities can be understood as an extension of the productive activities crafted by great capital. The results indicate that new forms of articulation between global and local scales, rendered by late capitalism, have depleted the emancipatory potential of the urban, but not without the resistance of practices associated with nature, rural or access to natural resources, which are historically established in the Amazon. We have concluded that the contemporary path of urbanization in the Brazilian Amazonia reproduces old colonization models, and it is also in contrast with urban practices more responsive to the diversity of human needs, which are widespread in Global North countries in the 21st century. The research contributes to critical reflections on the ongoing urbanization process and encourages ways of thinking capable of recognizing sets of practices committed to endogenous processes that, if strengthened, can translate perspectives still considered utopian, into reality.

Key-words: Neoliberalism; Commons; Development; Amazonian cities; Canaã dos Carajás.

Figura 1 - Localização do município de Canaã dos Carajás	21
Figura 2 - Estrutura municipal de Canaã dos Carajás	21
Figura 3 - Estrutura urbana de Canaã dos Carajás	21
Figura 4a, 4b e 4c - Evolução da malha urbana de Canaã dos Carajás	23
Figura 5a, 5b, 5c, 5d e 5e - Transformações no tecido intra-urbano (Figuras 2a-2d) e no território municipal municipal (Figura 2e) (2011-2018)	25
Figura 6a, 6b, 6c e 6d - Exemplos de propaganda anticomunista do período da Guerra Fria	44
Figura 7e e 7f - Exemplos de propaganda exaltando o estilo de vida dos EUA	44
Figura 8a, 8b e 8c - O padrão de cidade emergente a partir dos anos 1960	49
Figura 9d e 9e - Docklands, em Londres, e o Inner Harbour, em Baltimore, respectivamente, como exemplos do urbanismo neoliberal do século XXI	49
Figura 10a e 10b - O Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, e o Puerto Madero, em Buenos Aires, respectivamente, como expressões contemporâneas do urbanismo neoliberal	51
Figura 11a, 11b, 11c e 11d - Aldeia indígena no Xingu; pintura mostrando a interação entre o homem branco e os índios; representação da cidade de Belém no século XVII; Santarém no fim do século XIX, respectivamente	70
Figura 12a e 12b - Exemplos de propaganda do período varguista para fomentar a Marchar para o Oeste	71
Figura 13a, 13b, 13c e 13d - Exemplos de propaganda estadista para atrair migrantes para a Amazônia nos anos 1940	72
Figura 14a e 14b - Estrutura espacial da Marabá Pioneira, e da Nova Marabá, respectivamente	76
Figura 15a, 15b e 15c - Exemplos de conjuntos do PMCMV em cidades paraenses	80
Figura 16a e 16b - Imagem de reconstituição do sítio arqueológico X11, e estrutura regional de aldeias do Xingu, segundo Heckenberger	86
Figura 17 - Mapa da cidade com a divisão das áreas agrupadas para consolidar os dados dos questionários	97
Figura 18 - Mapa do projeto do assentamento Carajás (acima); colonos em Canaã em 1982 (à esquerda); e a sede do GETAT e dos alojamentos dos funcionários (à direita).	
Figura 19 - Evolução do perímetro urbano	104
Figura 20 - Mapa dos loteamentos regulares e irregulares de Canaã dos Carajás	105
Figura 21 - Evolução da malha viária da cidade	105
Figura 22 - Estimativas de valores médios do solo urbano	106
Figura 23 - Principais eixos de expansão de Canaã dos Carajás	109
Figura 24 - Loteamentos de Canaã dos Carajás	109
Figura 25 - Esquema com as principais dinâmicas de expansão da malha urbana	111

Figura 26 - Casas de alvenaria, fechadas por muros e grades	111
Figura 27 - A infraestrutura física precária da cidade	130
Figura 28 - Localização das escolas públicas	133
Figura 29 - Localização dos equipamentos de saúde pública	133
Figura 30 - Hortas urbanas em Canaã dos Carajás	135
Quadro 01 - Principais argumentos e estratégias de atuação do “discurso do desenvolvimento” (DDM), segundo Coelho (2014)	91
Quadro 02 - Síntese das informações básicas das entrevistas. Chama-se atenção para os nomes fictícios dos entrevistados, utilizados lhes para garantir o anonimato	97
Quadro 03 - Percepção social e provisão física de equipamentos de lazer em Canaã dos Carajás	127
Quadro 04 - Deslocamentos e dificuldades geradas pelas grandes distâncias em Canaã dos Carajás	129

[Foto de capa - Fonte: <http://thecarouselofdreams.blogspot.com>]

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Relação Área x Ano de migração	111
Tabela 02 - Relação Área x Origem do entrevistado	111
Tabela 03 - Relação Área x Escolaridade do entrevistado	111
Tabela 04 - Relação Área x Morou em outras cidades	121
Tabela 05 - Relação Área x Morou em outro bairro	121
Tabela 06 - Relação Área x Tempo em que mora na atual residência	122
Tabela 07 - Relação Área x Horas de lazer	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PGC - Projeto Grande Carajás

CRVD - Companhia Vale do Rio Doce

FMI - Fundo Monetário Internacional

CPR - Common pools resources

PT - Partido dos Trabalhadores

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

DDM - Discurso do Desenvolvimento pela Mineração

MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra

TFG - Trabalho Final de Graduação

CEDERE - Centro de Desenvolvimento Regional

GETAT - Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins

FLONA - Floresta Nacional de Carajás

PMCC - Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás

SUMÁRIO

[INTRODUÇÃO]

_ OS CAMINHOS DE UMA ESCRITA	17
_ DE QUE UTOPIAS ESTAMOS FALANDO?	18
_ HÁ ALGO DE PODRE ACONTECENDO NO REINO... DA AMAZÔNIA?	22
_ A DIALÉTICA DA URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA COMO ABERTURA PARA O NÃO-CONFORMISMO	29

[PARTE I - A CIDADE EM DISPUTA]

CAPÍTULO 1 - COMO ACONTECEU O INEVITÁVEL? NEOLIBERALISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

1.1. DISPOSITIVOS DE PODER E A UTOPIA NEOLIBERAL	39
1.2. PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOB A LÓGICA NEOLIBERAL	42
1.2.1. O NÍVEL GLOBAL: VISÕES DE MUNDO NEOLIBERAL	42
1.2.2. O NÍVEL PRIVADO: NEOLIBERALISMO E O COTIDIANO	47
1.3. O NÍVEL MÉDIO: A CIDADE COMO MERCADORIA	49

CAPÍTULO 2 - A CIDADE E O COMUM: LIMITES E HORIZONTES PARA O AVANÇO DE OUTRAS UTOPIAS

2.1. PARA ALÉM DO PRIVADO: ENXERGANDO O URBANO ATRAVÉS DO COMUM	58
2.1.1. NEGOCIANDO O REAL E O POSSÍVEL: O COMUM COMO LENTE DE ANÁLISE	62

[PARTE II - DINÂMICAS URBANAS CONTEMPORÂNEAS NA PERIFERIA DO CAPITALISMO]

CAPÍTULO 3 - NEOLIBERALISMO NA FRONTEIRA: DA REPETIÇÃO DE PROCESSOS A PROCESSOS INVISÍVEIS

3.1. A TRAJETÓRIA DA CONVERSÃO DA AMAZÔNIA	71
3.1.1. "CONQUISTAR, DOMINAR, SUJEITAR": DA CIDADE TRADICIONAL A CIDADE INDUSTRIAL	72
3.1.2. NEM NAS MARGENS DOS RIOS, NEM NAS RUAS: DA CIDADE INDUSTRIAL À ZONA CRÍTICA	77
3.1.3. DINÂMICAS URBANAS CONTEMPORÂNEAS NA AMAZÔNIA: DA ZONA CRÍTICA À CIDADE MERCADORIA	80
3.2. RESGATANDO O COMUM NA AMAZÔNIA? LIÇÕES DA AMAZÔNIA PRÉ-COLOMBIANA	83

**CAPÍTULO 4 - DO GLOBAL AO LOCAL, DO LOCAL AO GLOBAL: A URBANIZAÇÃO
CONTEMPORÂNEA A PARTIR DE CANAÃ DOS CARAJÁS | 88**

4.1. MINERAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: DESENVOLVIMENTO PARA QUEM?	90
4.2. CIDADES MINERADORAS: ESPAÇOS DO POSSÍVEL-IMPOSSÍVEL?	95
4.3. NOTAS METODOLÓGICAS SOBRE O UNIVERSO DE ANÁLISE	98
4.4. PROCESSOS GLOBAIS, RESPOSTAS LOCAIS: MINERAÇÃO, O ESPAÇO URBANO E AS TROCAS SOCIAIS	101
4.4.1. AGENTES SOCIAIS E O ESPAÇO CONCEBIDO: FORMA URBANA E CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS	102
4.4.2. O ESPAÇO PERCEBIDO E DIALÉTICA DO PROGRESSO: DE QUE DESENVOLVIMENTO ESTAMOS FALANDO?	115
4.4.3. O ESPAÇO VIVIDO E O COTIDIANO EM CANAÃ DOS CARAJÁS: FRAGMENTOS DE UMA CENA	125
4.4.4. ONDE CIDADE, NATUREZA E O COMUM SE ENCONTRAM?	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS	153
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIOS	154

A background of a topographic map with contour lines of varying thickness and spacing, representing elevation. The lines are black on a white background. The map shows several peaks and valleys, with the most prominent peak in the upper left quadrant.

INTRODUÇÃO

_OS CAMINHOS DE UMA ESCRITA

Daí o tom de raiva, legítima raiva, que envolve o meu discurso quando me refiro às injustiças a que são submetidos os esfarrapados do mundo. Daí o meu nenhum interesse de, não importa que ordem, assumir um ar de observador imparcial, objetivo, seguro, dos fatos e dos acontecimentos. Em tempo algum pude ser um observador “acidentadamente” imparcial, o que, porém, jamais me afastou de uma posição rigorosamente ética. Quem observa o faz de um certo ponto de vista, o que não situa o observador em erro. O erro na verdade não é ter um certo ponto de vista, mas absolutizá-lo e desconhecer que, mesmo do acerto de seu ponto de vista é possível que a razão ética nem sempre esteja com ele.

(Paulo Freire, *Pedagogia da Autonomia*, 1996)

Como nota Paulo Freire, os caminhos que compõem a escrita não atravessam os da impessoalidade. Escrever é, acima de tudo, defender um ponto de vista. Iniciada como um exercício de pesquisa, esta dissertação se mostrou, ao longo da curta trajetória que compreende o período de mestrado, um processo de (re)descobrimto das raízes passadas e cenas contemporâneas da região da qual sou filho, e um documento no qual inscrevo um posicionamento pessoal: é, sim, possível pensar em outras formas de desenvolvimento para a Amazônia.

Todavia, cabe destacar que este é um posicionamento apenas recentemente adquirido. Crescer em uma cidade amazônica significa ser bombardeado desde muito cedo com discursos e imagens de uma região do atraso, e transformar esta mentalidade não é uma tarefa fácil. Para mim, pessoalmente, pensar e repensar a Amazônia a partir de fora foi de fundamental importância nesse sentido. Depois da experiência de morar por um ano na Holanda, onde eu estava diariamente exposto àquilo que a teoria dominante considera como o direito à cidade, retornei ao Brasil me questionando sobre as razões que concebiam realidades tão distintas.

Movido por essa inquietação, redirecionei minhas perspectivas pessoais e profissionais e resolvi por adentrar no mundo da pesquisa acadêmica. Durante um ano participei como estagiário de uma ação de assistência técnica à Prefeitura de Canaã dos Carajás cujo objetivo era dar suporte à elaboração do Plano de Mobilidade Municipal e à revisão do Plano Diretor. A ação gerou subsídios para o meu trabalho final de graduação, intitulado “E se essa rua fosse minha: desenho urbano, espaços públicos e identidade em Canaã dos Carajás”, que naquele momento serviu como uma primeira tentativa de responder ao quebra-cabeça de perguntas que surgiam tão mais eu me aprofundava naquele novo território.

No entanto, ciente das lacunas e questionamentos que continuaram em

aberto mesmo após aquele período de relacionamento pessoal com Canaã dos Carajás, entendi como necessário continuar minhas investigações sobre este território. Assim, buscando ampliar meus conhecimentos, mas sobretudo, vislumbrando como fundamental repensar minha postura pessoal como indivíduo nascido e criado na Amazônia, e como profissional formado em uma escola da região, ingressei no mestrado propondo uma pesquisa sobre o mesmo território com o objetivo central (ou seria desafio pessoal?) de não apenas obter o título de mestre, mas poder contribuir, ainda que minimamente, para uma nova agenda de desenvolvimento para a região.

É, portanto, a partir dessa perspectiva utópica, otimista e que se quer transformadora, que novamente me debruço sobre Canaã dos Carajás com a intenção de apresentar mais que um simples exercício de pesquisa, mas gerar um instrumento de discussão que possa eventualmente se traduzir em impactos positivos tanto para a realidade canaãense quanto para a região amazônica. Nas páginas que se seguem busquei apresentar os subsídios que a mim, neste momento, pareceram fundamentais para entender a complexidade das dinâmicas urbanas contemporâneas que se desdobram no território da fronteira amazônica, e, em última instância, responder a pergunta que foi o passo inicial dos caminhos desta escrita: afinal, o que Canaã dos Carajás tem a nos dizer?

DE QUE UTOPIAS ESTAMOS FALANDO?

O século XXI vem sendo marcado pelo agravamento da miséria, da violência e da assimetria de oportunidades geradas pela ampliação da desigualdade social. Desde a virada do milênio, a metade mais pobre do mundo vem recebendo apenas 1% do aumento total da riqueza global, alimentando a concentração de renda no topo da pirâmide social: ao passo que em 2010, 388 pessoas concentravam a mesma riqueza que os 3,6 bilhões mais pobres do mundo, esse número diminuiu para apenas 42 bilionários em 2017, denunciam os últimos relatórios da Oxfam (2017, 2018). Particularmente em 2017, ano com o maior aumento no número de bilionários na história – um novo bilionário a cada dois dias –, estima-se que a riqueza acumulada pelos mais ricos em apenas 12 meses (\$762bi) seria capaz de exterminar a pobreza global sete vezes (Oxfam, 2018).

Esse movimento foi amplamente amparado pela reestruturação produtiva e pelo refinamento das estratégias de acumulação financeira observados nas últimas décadas do século XX, a partir da gestação do programa neoliberal. Projetando-se dos países de centro, sobretudo através das reformulações político-econômicas implantadas por Reagan e Thatcher, a desregulação e a financeirização dos mercados expandiram o alcance da exploração capitalista e, em conjunto com a fragilização das condições de trabalho, universalizaram e naturalizaram uma contraditória organização da vida estreitamente atrelada à competitividade, à individualidade e ao lucro.

Concorrentemente, alcançamos o “século das cidades”: pela primeira vez na história, existem mais pessoas morando em cidades do que em zonas não-urbanas (UN-Habitat, 2006). No entanto, a despeito das visões otimistas que, amparadas pelo crescimento das cidades e inovações tecnológicas dos últimos dois séculos, enxergavam o urbano como portador de novos valores e de uma outra civilização, o prolongamento do fenômeno urbano à escala global foi

marcado pela degradação das relações sociais e pelo estilhaçamento da cidade:

Thus, the cities of the future, rather than being made out of glass and steel as envisioned by earlier generations of urbanists, are instead largely constructed out of crude brick, straw, recycled plastic, cement blocks, and scrap wood. Instead of cities of light soaring towards heaven, much of the twenty-first-century urban world squats in squalor, surrounded by pollution, excrement, and decay (DAVIS, 2006: 19).

A transversalidade desses fenômenos acusa as contradições da conjuntura social, política e econômica sobre a qual se assenta o processo de urbanização contemporâneo. As transformações recentes no campo produtivo – o abandono das formas tradicionais de produção, as inovações tecno-informacionais, a incorporação de novos mercados, para nos atermos à apenas alguns exemplos – engendraram mudanças na organização do espaço urbano, que, reagindo umas sobre as outras, se agravam mutuamente: “tudo acontece como se a expansão das antigas cidades e a constituição das novas servissem como abrigo e refúgio às relações de dependência, dominação, exclusão e exploração” (Lefebvre, 1989: 16, tradução nossa). O agenciamento da produção do espaço urbano pelos interesses exclusivistas do capital privou o urbano do seu potencial emancipatório, e estendeu a negação do direito à cidade como regra do processo contemporâneo de urbanização. Dessa forma, neste início de século o urbano aparece meramente como um conceito instrumental, despolitizado, e as cidades, sujeitas à lógica de mercado, como vetores de expansão e aprofundamento das problemáticas sociais.

Por essa perspectiva, parecemos tragicamente cada vez mais próximos de concretizar a utopia neoliberal, a “utopia (em vias de realização) de uma exploração sem limites” (Bordieu, 1998). O termo que historicamente impulsionou as fronteiras do pensamento em direção a não-lugares do possível, adentrou o século XXI enfraquecido frente à força esmagadora com a qual o capitalismo contemporâneo avança sobre todas as formas socioespaciais elementares para a vida política e econômica das pessoas. O enraizamento da filosofia de livre mercado como lógica operante da ação social resignificou o pensar utópico como desregrada ingenuidade. Dessa forma, a autoproclamada vitória do neoliberalismo apagou a esperança da sociedade em projetos alternativos, universalizando um pensamento fatalista que imobiliza os sujeitos individuais e coletivos, e nos destitui de nosso potencial revolucionário:

We have almost all of us, largely lost the political imagination of a different future, at best holding on to the empty shell of revolutionary possibility, and this very much expresses the conceptual and political violence of the last few decades (SMITH, 2009: 52).

Cabe, portanto, indagar se o conceito perdeu sua função social. Para Jameson (2004: 35), se for esse o caso, uma das explicações reside talvez na desintegração tão absoluta do social – miséria, pobreza, desemprego, fome, violência e morte – que os esquemas sociais propostos pelos pensadores utópicos se tornaram tão frívolos quanto irrelevantes. Os antolhos da ideologia dominante tornam tão difícil a tarefa de pensar em outras possibilidades que acabamos

associando utopia de uma vida melhor a um mundo “fora”, ainda que, como bem nos lembram Hardt e Negri (2016: 7), esse fora não exista: para bem ou para mal, estamos fadados a viver neste mundo, não só submetidos aos seus poderes de dominação como contaminados por suas corrupções.

Ainda que para os mais desacreditados a ótica fatalista pareça mais sedutora, Harvey (2015 [2004]) nos apresenta um contraponto mais otimista. Em *Espaços de Esperança*, o autor explora historicamente os limites e desafios dos movimentos utópicos – o utopismo da forma espacial e o utopismo do processo social –, concluindo que o problema não reside na utopia *per se*, mas na maneira como lançamos mão do conceito sem considerar as escalas, tanto espaciais quanto temporais (tema recorrente na obra harveyana). Ele então propõe a ideia do “utopismo dialético”, uma espécie de “utopismo espaçotemporal”, argumentando que a real mudança política reside na transformação simultânea e sequencial tanto do pensamento quanto da ação em múltiplas escalas. Nesta linha de pensamento, cabe não questionar a função social da utopia, mas sim “pensar estratégica e taticamente acerca do mudar e de onde mudar, sobre como mudar o que e com que ferramentas” (ibid.: 305).

Ao examinar as dinâmicas estruturais (sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais) do processo contemporâneo de mundialização do capital a transformar a Amazônia em um nó do desenvolvimento neoliberal, também considero relevante a ideia de resgatar a utopia como princípio transformador. Dessa forma, me proponho a explorar neste trabalho as potencialidades do pensamento “subversivo” ao propor que a realidade da cidade capitalista – a (quase) realização completa da utopia neoliberal – é apenas uma dentre as inúmeras possibilidades que se apresentam no horizonte do possível.

Aqui, o impasse se desloca para como negociar a utopia de um processo social emancipador com a utopia de outras espacialidades que superem a visão privatista que orienta tanto a produção do espaço quanto nossas relações cotidianas com a cidade. Frente à falência da possibilidade socialista (ao menos como apresentada pelas experiências dos estados soviéticos) e a insustentabilidade da realidade capitalista, a perspectiva do Comum (Hardt, Negri, 2016; Dardot, Laval, 2017) me parece neste momento um norte capaz de balizar o exercício transgressor de superar a noção da cidade como mera mercadoria, apropriável exclusivamente pelo seu valor de troca, e pensá-la a partir de relações de uso, compartilhamento e reciprocidade.

De modo geral, o comum diz respeito aos bens, práticas e espaços, materiais ou imateriais, produzidos, compartilhados e, sobretudo, essenciais para a interação social e para mais produção – o ar, a água, a terra, e demais “bens naturais”, tão quanto os conhecimentos, as imagens, os códigos, a informação e os afetos (Hardt, Negri, 2016). Sua relevância contemporânea foi resgatada a partir dos movimentos altermundialistas e ambientalistas dos anos 1990, que denunciaram as múltiplas formas de apropriação privada e mercantilização das relações sociais e da natureza, e se estende até os inúmeros movimentos recentes de contestação da ordem neoliberal e da apropriação privada dos espaços comuns – o Occupy Wall Street, a Primavera Árabe, o movimento da Praça Taksim, entre outros (Tonucci Filho, 2017). Estes diferentes movimentos são atravessados por forças contrárias aos novos cercamentos impulsionados pela lógica de mercado do capitalismo tardio, revelando uma crescente insatisfação das massas com o

atual direcionamento da vida no planeta.

Propor uma abordagem que incorpore o comum como um princípio capaz de destacar processos e práticas invisibilizados na Amazônia diz respeito a uma hipótese otimista que enxergue na sociobiodiversidade local aberturas para o não-conformismo. Para não ser acusado de romantismo ou pura ingenuidade, é preciso destacar que o fazer-comum exerceu um papel fundamental no processo de formação dos espaços sociais e espaciais amazônicos por séculos. Pesquisas arqueológicas e antropológicas recentes sugerem que a diversidade social e o uso sustentável e compartilhado da terra historicamente praticado pelas chamadas comunidades tradicionais foi capaz de sustentar uma população regional de até 8 milhões de pessoas, dispersas pelo território em aldeias que podem ter alcançado milhares de ocupantes antes da chegada dos europeus (Lopes, 2017).

Não obstante a dizimação dessas populações pelos consecutivos ciclos de colonização – missionária, pombalina, dos aviadores, desenvolvimentista, financeirizada – e a conversão de tais formas de vida pela imposição da lógica industrial-financeira que varre a região principalmente desde os anos 1960, é possível interpretar a incompletude desse processo (Santos, 1986) como uma virtude, o que, portanto, deixa em disputa possibilidades futuras alternativas. Nestes termos, entendo as múltiplas formas de propriedade e de organização social, produtiva e social que ainda atravessam as cidades amazônicas, em suas diferentes escalas e tipologias, como elementos que contestam o binômio público-privado e que apontam para formas mais diretas, horizontais e compartilhadas de reprodução da vida e do espaço.

Cabe esclarecer que este trabalho se propõe menos à pretenciosa tarefa de propor soluções definitivas ou encerrar discursos, e mais ao exercício crítico e imaginativo de expor um retrato da realidade urbana amazônica contemporânea e de advogar em favor de novos pontos de partida, contra hegemônicos, para a pesquisa urbanística, evidenciando alternativas às distorções econômicas, sociais e ambientais observadas na produção do espaço nesta periferia do capitalismo.

Assim, acredito que a síntese proposta aqui somente faz sentido quando atravessada pela esfera da “utopia do comum”, aqui entendida como princípio político calcado na práxis do fazer-comum, na prevalência do uso e do compartilhamento (Hardt, Negri, 2016; Dardot, Laval, 2017), em contraponto à lógica da exploração, da competição e do lucro que se quer fazer completa pela “utopia do neoliberalismo” (Bourdieu, 1989, 1998a). Vista exclusivamente como o espaço do atraso, condenado à conversão completa pelas formas hegemônicas, a Amazônia perde sua essência de local privilegiado para a emergência de outras formas espaciais, outras vivências, outras realidades. O olhar pessimista invalida as lições que podem ser apreendidas deste território. Conquanto, à luz da teoria crítica, que expõe as privações inerentes pelo paradigma capitalista, e do movimento dialético do possível-impossível, que marca a urbanização contemporânea, guias deste trabalho, enxergamos a incompletude do espaço amazônico como um elemento positivo que aponta para a não-conversão completa deste território e atua em favor da manutenção dos vínculos secularmente construídos entre sociedade, espaço e natureza.

— HÁ ALGO DE PODRE NO REINO DA... AMAZÔNIA?

Em 2014, o município de Canaã dos Carajás tornou-se o maior PIB per capita do estado do Pará, ultrapassando o vizinho Parauapebas, que até então encabeçava a lista (IBGE). No mesmo ano, tornou-se também o município que mais gerou empregos no país – 82% deles no setor da construção civil –, posto que ocupou até junho de 2016, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho. Em 2015, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 79,9%, mesmo ano em que a média salarial mensal dos trabalhadores (4,9 salários mínimos/trabalhador) foi a maior do estado e a 18ª maior do país (IBGE). Além de números mais expressivos no setor econômico, a cidade também mostrou avanços nas áreas da saúde e da educação, com um aumento de 113,41%% no número de matrículas escolares entre os anos de 2005-2015 (IBGE), amparado pela construção e reforma de escolas, e em 2016 recebeu um novo hospital municipal que aumentou substancialmente a capacidade de atendimento. Esses elementos compuseram o valor de 0,7351 do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)¹.

Levantada pela Vale como a principal bandeira para a implantação da mineração, a melhoria dos índices socioeconômicos do município é tributária, em grande parte, da implantação do Projeto S11D, a maior mina de ferro a céu-aberto do mundo e o maior projeto de mineração da história. A Vale S.A, empresa responsável, investiu cerca de US\$6,4bi em um projeto por onde desde 2010 passaram mais de 40 mil trabalhadores (incluindo terceirizados), que envolveu a construção de um novo ramal ferroviário de 101km e até mesmo o aumento da capacidade do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (TMPM), em São Luís. Segundo a própria empresa, o projeto prima pelo avanço tecnológico com inteligência ambiental e respeito às pessoas, implantando novos métodos de produção que permitirão a redução de 70% do consumo de combustível e de 50% da emissão de gases do efeito estufa; 93% a menos de consumo de água e reutilização de 86% da água captada; além da recuperação de áreas de floresta degradadas pela pecuária².

O novo ciclo de investimentos transformou quantitativa e qualitativamente a exploração de minérios no município, iniciada durante os anos 2000 com a mina do Sossego³, e na esteira atraiu a atenção de grandes empresas do ramo imobiliário. O período que se sucedeu à implantação das minas foi então marcado pelo aquecimento do mercado de terras local, com o aumento do preço dos imóveis, aluguéis e do metro quadrado da terra, indo contra o movimento de desaceleração do mercado imobiliário nacional (Bandeira, 2014). Dessa forma, a cidade que já observara um crescimento da malha urbana na ordem de 210% durante a primeira década do século XXI, cresceu outros 158% entre 2010 e 2017.

Em que pese o gigantismo dos números movimentados pela mineração e o discurso que a legitimou, o impulsionamento do desenvolvimento local é

1 O IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde (Informações de: www.firjan.com.br)

2 Informações disponíveis em: www.vale.com/s11d

3 A mina do Sossego é uma mina de exploração de cobre localizada no município de Canaã dos Carajás, cujo início das operações se deu em 2002 e marcou o início da diversificação mineral da Vale.

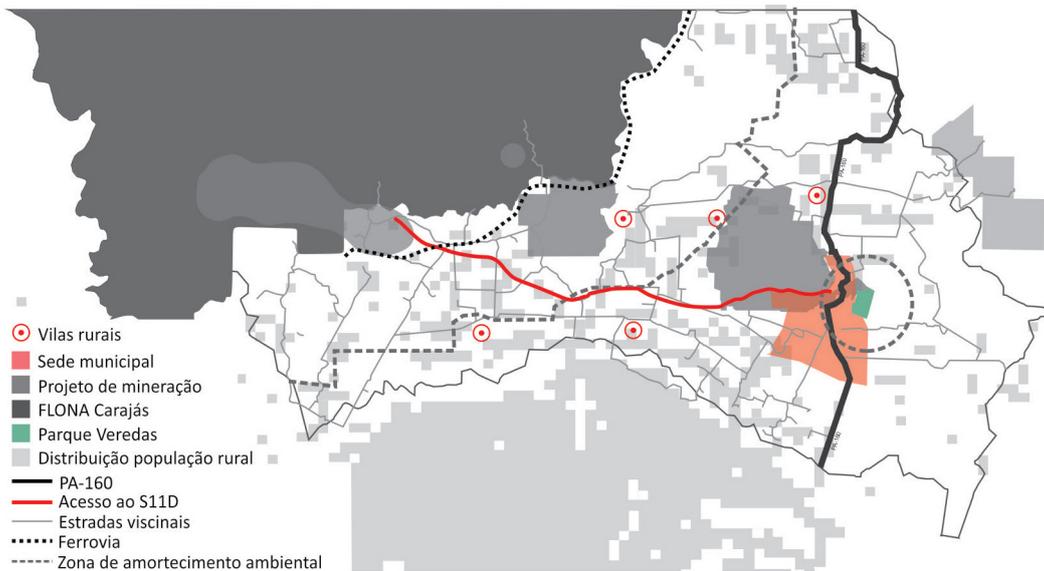


Figura 2 - Estrutura municipal de Canaã dos Carajás. Fonte: FADESP, 2016. Elaboração própria.



Figura 1 - Localização do município de Canaã dos Carajás. Fonte: pt.wikipedia.org

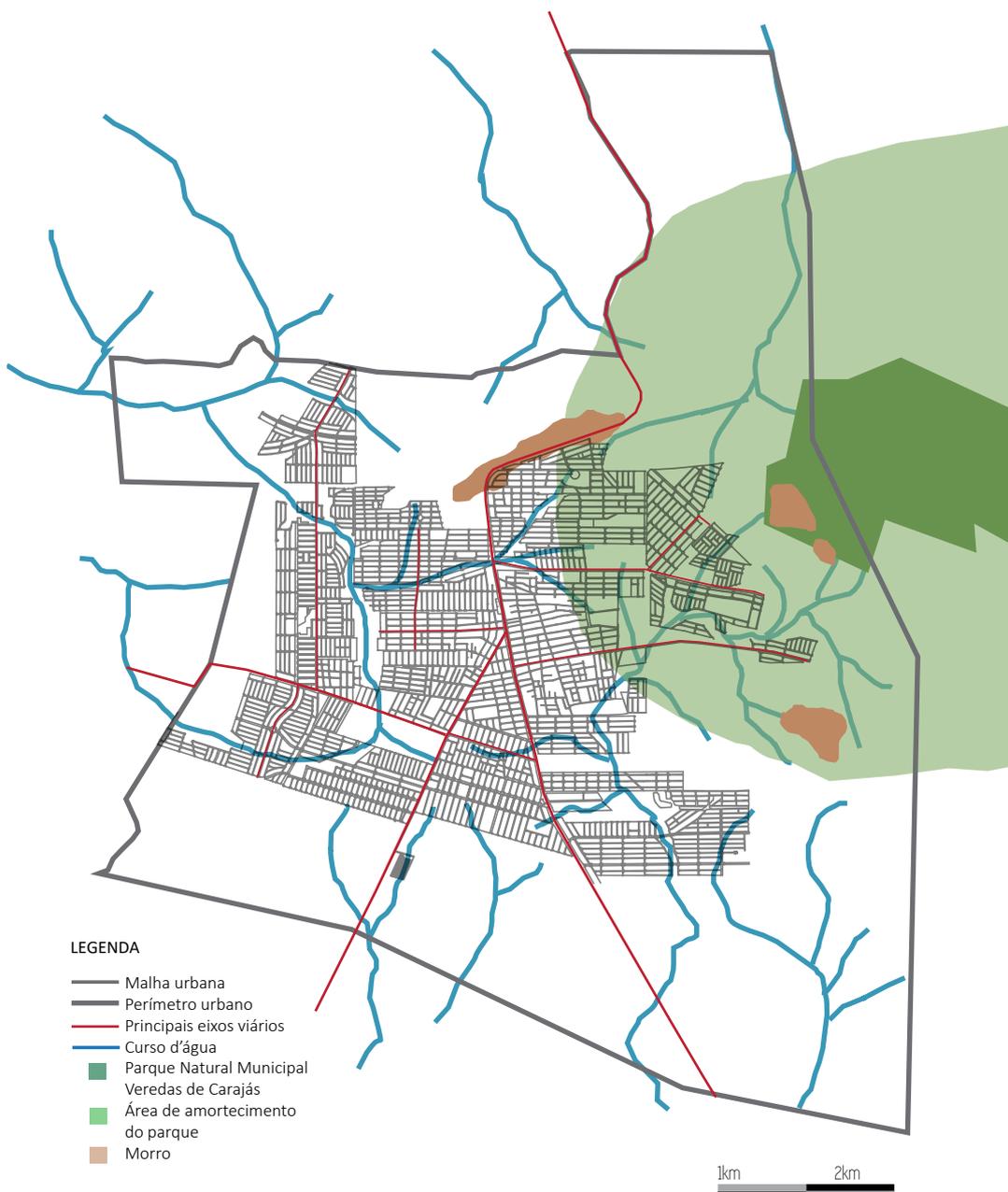


Figura 3 - Estrutura urbana de Canaã dos Carajás. Fonte: FADESP, 2016. Elaboração própria.

contestável. A cidade de Canaã dos Carajás, que surgiu apenas em 1984 como uma vila rural implantada para dar suporte ao Projeto Grande Carajás (PGC)⁴ através da produção de alimentos, cresceu (espacial e economicamente) inicialmente seguindo o ritmo de atividades econômicas (extração madeireira, pecuária leiteira, agricultura) e práticas tradicionalmente relacionadas à ruralidade (pesca, caça, agricultura de subsistência). Todavia, o estabelecimento de processos econômicos vinculados à escala financeirizada do capital engendrou descompassos entre as dinâmicas locais previamente instituídas e aquelas introduzidas pelas novas atividades produtivas.

As expectativas de ganhos geradas pelo vultoso montante de capital aplicado pela mineradora e o enorme fluxo migratório atraído pela oferta de emprego para a construção das minas estimularam o parcelamento especulativo da terra que, subsidiado pela associação entre agentes locais e empresas nacionais e regionais do ramo imobiliário, promoveu o crescimento excessivo da área urbana (Cardoso, Cândido, Melo, 2017). A súbita expansão aliada aos altos preços praticados na venda e aluguel de lotes e imóveis nas regiões melhor servidas de comércio e serviços expulsou a população mais pobre para a periferia, e gerou bolsões de pobreza carentes de infraestrutura e distantes dos locais de trabalho, problema agravado pela ausência de transporte coletivo e pela dificuldade no deslocamento a pé (por falta de calçadas e de arborização) (Cândido, Cardoso, 2018; Cardoso et al., 2017; Bandeira, 2014). A natureza especulativa e privatista dos investimentos promoveu um crescimento desprovido da oferta de espaços públicos, negligenciando a esfera política e coletiva da cidade, processo complementado pela progressiva degradação da natureza e invisibilização dos potenciais ambientais existentes, que poderiam dar suporte às atividades de lazer e convívio social (Cândido, Cardoso, 2018).

A apropriação privada da renda da terra nesse contexto foi sustentada pelas articulações entre proprietários fundiários, poder público local e mercado, e pela inserção da terra como um ativo financeiro mercadológico, e justificada perante a sociedade pelo discurso do desenvolvimento (Bandeira, 2014). Sob a ótica da mineradora, do poder público e dos agentes imobiliários, a mineração estava impulsionando o progresso da cidade, sobretudo se comparada com a realidade vizinha do município minerador de Parauapebas, que em 2015 amargava altos índices de desemprego. Contudo, o abandono dos aparelhos produtivos relacionados à ruralidade e a introdução da cidade no circuito industrial-financeiro não foram acompanhados pelo fortalecimento de outros arranjos produtivos. Houve incapacidade de reconhecimento das potencialidades contidas na diversidade social formada pela migração e do *know-how* agropecuário dos moradores, desarticulando assim matrizes econômicas e saberes previamente estabelecidos. Dessa forma, atualmente a cidade gravita em torno das expectativas geradas pela mineração, crendo ser infundáveis e suficientes para o desenvolvimento local, desconsiderando as experiências de cidades próximas submetidas à atividade mineradora e que encontraram grandes dificuldades com o início da fase de exploração do minério.

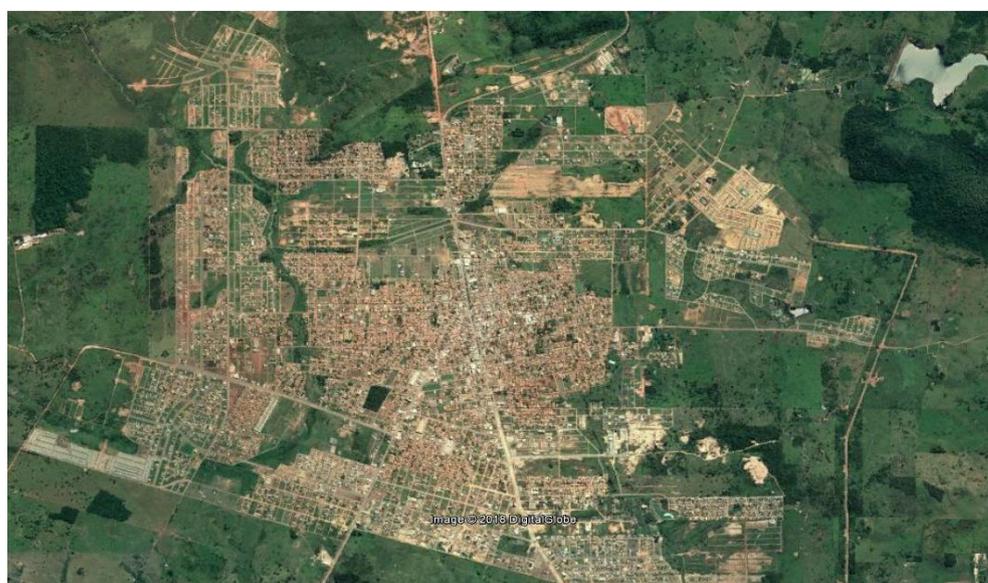
4 O Projeto Grande Carajás é um projeto de exploração mineral iniciado nos anos 1970 pela então empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce (CRVD). Ele se estende por cerca de 900 mil km², englobando partes do território do sudeste do Pará, norte do Tocantins e sudoeste do Maranhão. Ao longo dos anos, tem sido alvo de intensas críticas pelos impactos socioambientais decorrentes dos seus projetos de exploração mineral.



a 2006



b 2011



c 2018

Figura 4 - Evolução da malha urbana de Canaã dos Carajás.
Fonte: Google Earth.

A despeito dos alertas, o que parece não ter sido entendido pelos agentes de poder locais é que existe uma revolução tecnológica em curso que implica em novas estratégias de atuação do capital e organização da força produtiva. Ainda assim, os produtores imobiliários locais seguem produzindo novos lotes com base em expectativas de fixação de mão-de-obra irrealistas para o capitalismo contemporâneo, chancelados pelo Estado, que altera e/ou desconsidera os dispositivos da lei, e financeiramente amparados por convênios com empresas imobiliárias de médio/grande porte, que atuam sob os baixos riscos garantidos pelas securitizadoras (Bandeira, 2014; Cardoso et al., 2017).

Em agravamento, a mineradora atua seletivamente na provisão de infraestrutura de qualidade (casas, escolas, hospitais), restrita para seus funcionários e terceirizados. Exemplificando: existe um hospital privado construído pela Vale de uso exclusivo de seus funcionários; recentemente, uma rede de ensino de alto padrão da capital Belém (onde o valor da mensalidade pode chegar a R\$2,8 mil) inaugurou uma sede em Canaã dos Carajás, onde estudam os filhos dos funcionários da empresa; e recentemente foram construídas pela Vale, em convênio com a Amec Construtora, 597 unidades habitacionais de médio e alto padrão na periferia da cidade para os seus funcionários. Dessa forma, a extinção do modelo de *company-town*, que criava núcleos de moradia segregados para os trabalhadores dos grandes projetos, sucedeu-se na transferência de responsabilidades (de provisão e manutenção de infraestrutura) para a municipalidade, que incapaz de atender a totalidade da cidade acaba dando preferência para aquelas áreas de maior interesse político, isto é, áreas pertencentes à proprietários que ofereçam benefícios à Prefeitura (terras para implantação de equipamentos que findam por gerar novas centralidades a benefício dos loteamentos).

As mudanças espaciais, por sua vez, dialogam com as transformações dos hábitos e da cultura tradicional dos moradores. O abandono dos aparelhos produtivos relacionados ao rural e a introdução de tipologias metropolitanas progressivamente transformaram as relações entre os indivíduos e destes com o espaço. A chegada de cadeias de marcas nacionais e até mesmo redes de fast-food internacionais passou a pautar o modo de vida local pelos gostos e padrões de consumo sofisticados das elites metropolitanas. É diante desse marco que emergem discursos que anseiam pela construção de um shopping-center na cidade, por exemplo. Essa mentalidade passou a considerar as antigas práticas de lazer (banhos de rio, caminhadas na mata, pesca e caça) como sinônimos de atraso, sem, contudo, prover alternativas viáveis à população. Dessa forma, o lazer tornou-se uma prática restrita apenas àqueles com condições de arcar com suas formas capitalizadas (bares, restaurantes, viagens) ou possuidores de veículos traçados para explorar as belezas naturais das áreas rurais; para os demais, “ficar em casa” tornou-se a única alternativa, resultando na individualização das relações sociais e na restrição dos benefícios advindos do contato social.

Observa-se com esses processos que Canaã dos Carajás, concebida e produzida simultaneamente ao projeto de germinação e afirmação do neoliberalismo como ideologia dominante, manifesta claramente, cristalizados na sua forma física e no conteúdo das relações sociais, os mecanismos de exploração espoliadores que caracterizam o modo de produção capitalista. A implantação da mineração inseriu a cidade no epicentro do processo contemporâneo de urbanização capitalista, ávido pela ampliação e renovação da acumulação,

2011 2018

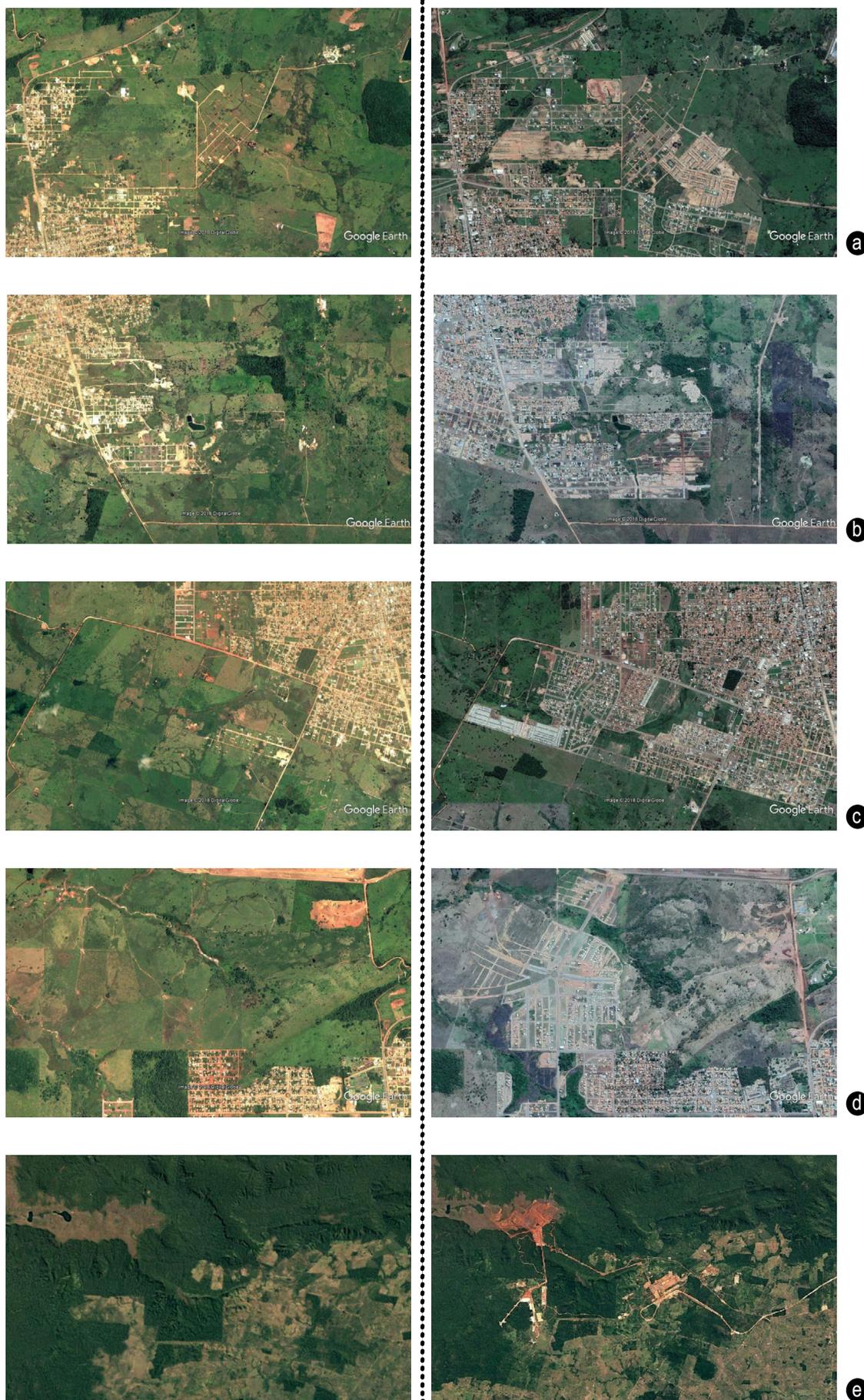


Figura 5 - Transformações no tecido intra-urbano (Figuras 5a-5d) e no território municipal (Figura 5e) (2011-2018). Fonte: Google Earth.

capaz de articular diretamente o mercado financeiro global ao espaço periférico, e de remodelar as estruturas socioespaciais. A atividade mineradora chegou reestruturada pelas inovações tecnológicas da fase informatizada do capital, demandando menor quantidade de trabalho intensivo, portanto, desencadeando um menor volume de fixação de pessoas. Com efeito, com o fim da fase de implantação e início das operações na mina, Canaã dos Carajás hoje repete o cenário de crescente desemprego, empobrecimento, aumento da violência e desenraizamento da população, já observados anteriormente em outras cidades de mineração como Marabá e Parauapebas, por exemplo. Essa precarização da vida urbana, no entanto, não frustrou as expectativas de lucro da mineradora, que fechou o terceiro trimestre de 2017 com lucro de R\$7,14 bilhões, representando uma alta de 288% em relação ao mesmo período do ano anterior⁵.

O contexto em tela ilustra a condição de fronteira de exploração secularmente atribuída a Amazônia, processo marcado pela desarticulação com a realidade local e sujeição do espaço construído e das formas de vida à interesses exógenos. Passado o processo de colonização europeia de dizimação das populações tradicionais (indígenas, quilombolas, comunidades ribeirinhas), a região amazônica foi “recolonizada” no século XX por migrantes de todo país, e pela ação de grandes projetos de infraestrutura (hidrelétricas, mineradoras, estradas), frutos da visão desenvolvimentista do Estado brasileiro, que privilegiou a escala regional, a migração induzida e o incentivo financeiro ao grande capital (Becker, 1990, 2013). Dentro dessa lógica de planejamento, as cidades apareciam apenas como espaços de suporte à produção e exploração industrial em benefício das elites locais e das empresas e não como possíveis polos de articulação do desenvolvimento local (Cardoso, Lima, 2006).

A procura por novos territórios capazes de sustentar a contínua reprodução do sistema capitalista neste alvorecer do século XXI inaugura um novo ciclo de exploração da Amazônia, a partir de novos projetos de mineração, de hidrelétricas, da expansão dos campos de soja e da pecuária. No caso da mineração, desde a fundação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) (estatização de empresa criada com capital majoritariamente americano e britânico), em 1943, seu propósito tem sido abastecer o mercado externo com minério de ferro. A privatização da CVRD em 1997 e a abertura do capital da Vale S.A. no mercado financeiro agravaram os impactos locais devido ao compromisso assumido com a garantia de lucros cada vez maiores para os investidores (Coelho, 2014).

Neste cenário, a região sudeste do Pará, onde se localiza o município de Canaã dos Carajás, tornou-se protagonista da narrativa da fronteira em função da grande concentração e qualidade de minério, principalmente de ferro. No entanto, os impactos urbanos já observados em contextos semelhantes, como o de Marabá e Parauapebas (Pontes, 2015; Melo, 2015), alcançam novos limites em função da rapidez com que as mudanças socioespaciais foram induzidas, como ilustra o caso de Canaã dos Carajás, estudo de caso deste trabalho. Diferente da secular Marabá, que a época da chegada da mineração já contava com décadas de tradição e com enraizamento da população na região, e de Parauapebas, onde a as ações de exploração mineral foram iniciadas pela Vale ainda como empresa estatal, Canaã dos Carajás foi fundada e rapidamente

⁵ Informações do Relatório de Desempenho da Vale no 3º Trimestre de 2017, disponível para download em www.vale.com.

modelada a partir de um outra matriz de cidade (e mesmo de vida) trazida por agentes econômicos exógenos e privados, e que alinhados com a atuação do capital global, aceleraram a submissão da natureza e da cidade aos interesses de mercado.

A incapacidade da racionalidade que se estabeleceu como hegemônica de enxergar a natureza como suporte à vida, em favor de uma visão unidimensional da natureza que a tem apenas como mercadoria, impulsionou não apenas metamorfoses territoriais e o desequilíbrio ambiental, como desvalorizou saberes e modos de vida tradicionais locais que historicamente lograram sucesso em harmonizar o binômio sociedade-natureza (Silva, 2017). Essa desconsideração da relação simbiótica entre sociedade e natureza na composição do espaço urbano da Amazônia é um marco fundamental para entender as contradições e o apagamento das possibilidades virtuais que marcam a coexistência de uma multiplicidade de apropriações, de acréscimos, de subtrações e resistências no território regional (Trindade Júnior, 2013).

A grosso modo, a cidade de Canaã dos Carajás, que em menos de três décadas passou da condição de vila rural à de periferia distante de centros do capitalismo global, parece inaugurar um novo padrão de urbanização na Amazônia, que a partir da introdução de tipologias metropolitanas (loteamentos urbanizados, condomínios fechados, shopping-centers) é capaz de produzir cidades “do zero” a um ritmo surpreendente. No entanto, ao prover a forma física alijada do conteúdo social, artificializada e atendendo primordialmente aos interesses do mercado, parece negar por completo o urbano como compreendido até então.

_A DIALÉTICA DA URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA COMO ABERTURA PARA O NÃO-CONFORMISMO

Paradoxalmente, com a chegada do século XXI a urbanização se mostra como uma força contrária ao amálgama de possibilidades virtuosas. Horas gastas em deslocamentos para o trabalho em condições degradantes; o lazer, um luxo cada vez mais reservado a poucos, reificado em horas perdidas em centros de consumo, onde desconhecidos se esbarram e tão logo retornam seus olhares para as vitrines; a natureza progressivamente transformada em um “outro lugar”, sempre à margem, desconectada da vida cotidiana e representada por meio de imagens idílicas de paraísos inalcançáveis. Fomos capazes de chegar à Lua – e já estamos planejando nossa fuga para Marte! –, mas ainda não fomos capazes de universalizar o acesso justo às potencialidades da urbanização.

Porém, como já comentado, entendo que tais processos são incompletos. Não “estão incompletos”, aguardando um devir, mas “são incompletos” no sentido que não se podem fazer inteiros. Existe uma diferença substancial de conteúdo nessas sentenças. Enquanto “estar incompleto” pressupõe um processo em vias de se concluir, “ser incompleto” implica lacunas não passíveis de serem preenchidas, deixando em aberto vias para caminhos alternativos. Incorporar esse pensamento nesse estudo significa negar a viabilidade de cumprimento das visões pós-apocalípticas de Hollywood ou das visões literárias distópicas de George Orwell (1984), Aldous Huxley (Admirável Mundo Novo) e Margaret Atwood (O Conto da Aia). Como usar isso ao nosso favor me parece o desafio da nossa geração.

Gosto de acreditar que não existe uma “natureza humana do mal”, um “ser mal por natureza”, por ser esta uma visão muito determinista e pessimista de um processo tão rico que é a vivência humana, múltiplas expressões de subjetividades, e que, portanto, somos capazes de mais e melhor em conjunto – como já alertado, este trabalho projeta uma hipótese otimista. No entanto, pontos de vista pessoais, por si só, não constroem argumentos sólidos (quicá uma dissertação de mestrado). Cabe então apresentar o que busco discutir (objetivos gerais e específicos) e como pretendo alcançá-los (metodologia e estrutura do trabalho).

Assim, este trabalho tem como **objetivo geral** caracterizar a interface entre o capitalismo neoliberal e a urbanização, e seus efeitos socioespaciais no contexto urbano-regional contemporâneo da Amazônia, de modo a contestar a premissa de que o modo capitalista de produção do espaço seria a única via possível para o desenvolvimento da região.

São objetivos específicos:

(i) investigar o processo de produção capitalista do espaço, sobretudo na sua fase contemporânea (neoliberal), de modo a explicitar as limitações estruturais (sociais, políticas, econômicas, ambientais, culturais, etc.) e a insustentabilidade de tal padrão;

(ii) destacar as particularidades desse processo e suas manifestações singulares na fronteira econômica amazônica, a partir do estudo de caso de Canaã dos Carajás; e

(iii) subsidiar uma abordagem não privatista da cidade, comprometida com o Comum como princípio político norteador do pensamento e da prática;

À luz dos eventos cataclísmicos da última grande crise global do capitalismo financeiro, exposta a partir do escândalo dos *subprimes* nos Estados Unidos, muito se discutiu acerca do fim da “era de ouro” do neoliberalismo. A metáfora da queda do Muro de Berlim foi largamente utilizada nesse contexto por aqueles que pressupunham que o colapso de Wall Street teria o mesmo significado para o neoliberalismo que a queda do Muro de Berlim teve para o comunismo (Peck, Theodore, Brenner, 2009).

No entanto, Peck et al. (2009) aconselham cautela na comparação, apontado três pontos principais para tal. Em primeiro lugar, ressaltam que o neoliberalismo não é uma forma final acabada, estrutura unificada e estática, mas antes um projeto dinâmico com alta capacidade adaptativa, exatamente porque internaliza as crises como partes constituintes do processo de destruição criativa, e não necessariamente uma externalidade que precise ser extinta. No segundo ponto salientam que diferentemente do que se observara “do outro lado do muro” em 1989, isto é, a transição do bloco soviético para o sistema capitalista, o momento pós-crise financeira de 2008 não ofereceu nenhuma destinação ou narrativa diferente que não a restauração do crescimento econômico a qualquer custo. No terceiro e último ponto os autores assinalam que o neoliberalismo não existe apenas enquanto um sistema socioeconômico autossustentável e autônomo, mas é antes um *ethos* reestruturador (*restructuring ethos*) que progressivamente coopta e corrompe forças contrárias em prol de sua manutenção. Logo, mais propício que

falar em “fim da era de ouro” para o neoliberalismo, outras conceituações como “dead, but still dominant” (Smith, 2009), ou mesmo “zombie neoliberalism” (Peck, 2010) parecem mais adequadas para a atual composição do sistema capitalista.

Não obstante a sua capacidade de reinvenção, as crises capitalistas cada vez mais expõem o ilogismo da estrutura capitalista. Os autores (Peck et al., 2009) colocam que em meio às tentativas de colocar o sistema de “volta aos trilhos” após 2008, os próprios gestores da crise confessavam estar “voando no escuro”, apenas buscando restaurar o cenário de crescimento econômico a qualquer custo. Esse pensamento coaduna com a visão de Davies (2016) de um “neoliberalismo punitivo”, que surge após a crise de 2008 agindo sob um ethos de punição moralizador enredado na dependência econômica dos países periféricos (no aumento das dívidas públicas e pessoais) e que produz uma condição melancólica na qual governos e sociedade desprendem ódio e violência contra suas próprias populações – perspectiva que nos ajuda a entender o cenário político brasileiro atual, por exemplo. E em avanço, demonstra como em países centrais, governos como o dos EUA tomaram esforços sem precedentes para salvar os bancos da falência (e não as pessoas de perderem suas casas) através de empréstimos milionários e pacotes de estímulos que apenas socializaram os riscos financeiros derivados das inconseqüências do setor privado, que segue acumulando rendimentos exorbitantes às custas do empobrecimento de mais da metade do planeta.

No fim, o que Peck, Theodore e Brenner (2009) objetivam é menos postular uma suposta imortalidade do neoliberalismo e mais reforçar a urgência de levar a frente transformações radicais através de todos os canais possíveis, mesmo frente ao agravamento das condições materiais e imateriais de reprodução da vida e ao enfraquecimento de ideologias alternativas, o que Neil Smith (2009) chamou de “The Revolutionary Imperative”. Mas, alguns leitores mais céticos podem argumentar: se nem os absurdos da crise de 2008 foram capazes de acabar com o neoliberalismo, o que mais poderia ser? Nessa perspectiva, vale explorar alguns pontos.

Para Peck et al. (2009), as sucessivas tentativas de reformas que seguem as crises são uma tentativa de restaurar o que, para os que comandam o processo, seria o cenário mais desejável. De certo modo, isso indica que na medida em que avança, o capitalismo neoliberal de alguma forma se deteriora, ou pelo menos torna-se interessante a um número cada vez menor de pessoas. Imagino que os bilionários que após a crise tornaram-se “meros milionários” iriam concordar com isso. Logo, não é apenas no empobrecimento dos mais pobres que a crise ideológica neoliberal se materializa (ainda que os desdobramentos aqui sejam mais visíveis e severos), mas também nas privações à classe média e até mesmo na restrição de alguns privilégios aos mais ricos (como a “boa vida” nas cidades do Norte, longe da pobreza e das mazelas do mundo dito subdesenvolvido). Se a crise de migração recente na Europa nos ensinou alguma coisa, é que mesmo tão longe, a maré está a um passo dos nossos quintais.

Por outro lado, para esses autores, o neoliberalismo não seria essa nuvem abstrata que paira sob as nossas cabeças, mas um conjunto de práticas sociais. Certamente que não se trata de um conjunto de normas quaisquer, uma vez que foi capaz de implantar a exploração insensata de alguns seres humanos por outros da mesma espécie como uma certa “ordem natural das coisas”, mas

entendê-lo como normativas desenhadas por e para as pessoas torna-o menos abstrato e, portanto, menos difícil de ser combatido.

É a partir desses marcos que falo na dialética do processo de urbanização como uma abertura para o não-conformismo, isto é, argumento ser possível explorarmos alternativas ao sistema-mundo vigente a partir de dentro (negando que exista um lugar “fora” da nossa realidade) através do destaque de práticas já existentes que apontem para caminhos alternativos. Essa construção está amplamente inspirada no tom otimista com o qual Hardt e Negri (2004, 2009, 2016) criticam o sistema capitalista e buscam articular um projeto moral e uma ética da ação política democrática no interior do Império e contra ele. Ampara-se também em Dardot e Laval (2017), que avançam na discussão teórica iniciada pelos outros dois autores, e colocam a investigação das formas concretas sobre as quais o comum se produz e reproduz atualmente como um campo de investigação a ser explorado.

No meu entendimento, esse modo de articular o pensamento e a ação atravessa o “utopismo dialético” de Harvey (2015) na medida em que busca negociar práticas sociais concretas com as formas espaciais constituídas a partir dessas relações, destacando o comum como elemento articulador entre o utopismo da prática social e o utopismo das formas espaciais. Assim, acredito ser possível visionarmos o gérmen de um mundo social e espacialmente mais justo ao destacar práticas cotidianas que passam como triviais ou banais, mas que sugerem outras formas de organização da vida.

A teoria de Henry Lefebvre aparece como balizadora dessa trajetória e o urbano lefebvriano como norteador da utopia. Reconheço neste autor uma perspectiva transformadora que busca ressignificar o urbano como lugar da diversidade e do encontro, que expande o espectro das possibilidades ao permitir diferentes abstrações a cada nova leitura. A ausência de um modelo urbano tácito em sua obra nos incita a visitar não-lugares do possível-impossível, e a expandir os horizontes da realidade e das frentes de ação; com efeito, nos permite enxergar a utopia que aponta para o devir. Em um momento no qual a cidade se apresenta como negação, fazendo urgente a superação de um conceito deturpado que se estabeleceu como regra, me parece legítimo revisitar a teoria lefebvriana em suporte a novos olhares sobre o urbano, especialmente ao se debruçar sobre o fenômeno urbano em uma região tão rica de possibilidades quanto a Amazônia. Para isso, proponho um recorte de conceitos-chave da obra lefebvriana que dão suporte a este trabalho:

a) O pensamento dialético tridimensional, que se projeta sobre as possibilidades, incertezas e probabilidades, permitindo múltiplas abstrações a fim de iluminar sobre o devir da sociedade urbana;

b) Os níveis de realidade social e a hipótese do mundo invertido, que em complementaridade mútua, buscam ultrapassar o reducionismo do pensamento cartesiano e reafirmar a centralidade da vida cotidiana no processo de superação do urbano-industrial e de realização do urbano;

c) O pressuposto do espaço como produto social, que nos permite reconhecer a relevância das pessoas na *raison d'être* das cidades, o que implica dizer que senão para e por pessoas, o espaço perde sua função primordial; e

d) A tese da urbanização planetária que, apresentada em seu lado positivo, evidencia a relevância da revolução urbana e do papel central do urbano na trajetória de emancipação da sociedade capitalista.

Em articulação com os demais aportes teóricos centrais para este trabalho, a perspectiva lefebvriana auxilia na formulação de uma estratégia que enxergue nas aberturas promovidas pelos momentos de crise do capitalismo oportunidades para reverter o processo de exploração que ameaça se tornar universal. As recentes experiências e debates trazidos pelos movimentos sociais contemporâneos para as ruas e para as redes, multiplicados pelo acirramento das políticas neoliberais pós-crise 2008, apontam para a existência/resistência de outras subjetividades, espaços e práticas que não aquelas impostas pelo capitalismo e pelo pensamento hegemônico – ocidental, rico, masculinizado, branco e heteronormativo. Dessa forma, as iniciativas de gestão coletiva de espaço públicos (como hortas comunitárias, por exemplo); a “racialização” e a “generificação” do discurso social (a afirmação de grupo sociais historicamente excluídos, como mulheres, negros, LGBT+, indígenas, quilombolas, entre inúmeros outros); as pequenas cooperativas que articulam inovação tecnológica às práticas tradicionais, estão entre as inúmeras manifestações de alternativas produtivas e reprodutivas que materializam a virtualidade de outras realidades.

Atualmente, o reconhecimento dessa emergente diversidade socioespacial alcança a questão urbana, sobretudo, a partir de duas vertentes teóricas (Cardoso et al., 2017). De um lado, um conjunto de autores neo-lefebvrianos dedicam-se ao tema da urbanização planetária, advogando em favor da necessidade de criação de uma nova epistemologia do urbano, capaz de universalizar conceitos e oferecer fundamentos para a emergência da teoria urbana crítica renovada (Brenner, 2013, 2014; Brenner, Schmidt, 2015). Por outro lado, pesquisadores ativistas da linha pós-colonial, que partem de estudos de casos do Sul Global (em particular, asiáticos e africanos), defendem uma transição para uma teoria urbana crítica mais responsiva às realidades comumente obliteradas pela teoria hegemônica do Norte Global, argumentando em favor de novos pontos de partida (feministas, negros, periféricos) que contraponham à pesquisa patriarcal do Norte (Watson, 2009; Roy, 2011, 2015; Robinson, 2010, 2015; Simone, 2015; Peake, 2016; Lugones, 2010).

É preciso destacar que os debates entre essas duas correntes teóricas, que ocupam um grande espaço nos principais periódicos da área, por vezes parecem buscar incessantemente oferecer a última palavra sobre os processos territoriais contemporâneos (Peck, 2014), como apontamos em outro momento (Cardoso et al., 2017). Correm, logo, o risco de reproduzir o ponto de vista universalista, neutro e objetivo que historicamente marcou a dominação epistemológica dos países de capitalismo avançado (Grosfoguel, 2008). Ainda assim, é necessário reconhecer que esse debate foi fundamental para incitar as inquietações iniciais deste trabalho, onde articulamos tais ideias a uma tentativa de renovar as lentes para compreender o fenômeno urbano na Amazônia.

Para isso, tomamos o estudo de caso de Canaã dos Carajás como forma de evidenciar que o padrão histórico de exploração dedicado à região permaneceu e, na verdade, se agravou a partir do invento do neoliberalismo, mas que ainda assim a região oferece um rico campo de experiências que contestam a conversão

completa. A partir do contexto em tela buscamos evidenciar as novas formas de articulação global-local promovidas pelas dinâmicas contemporâneas do processo de produção do espaço e reprodução do tecido social, e como estas estratégias suscitam paralelamente estruturas socioespaciais desconexas do real sentido da vida e nos seus interstícios, organizações da vida menos hierarquizadas e mais justas.

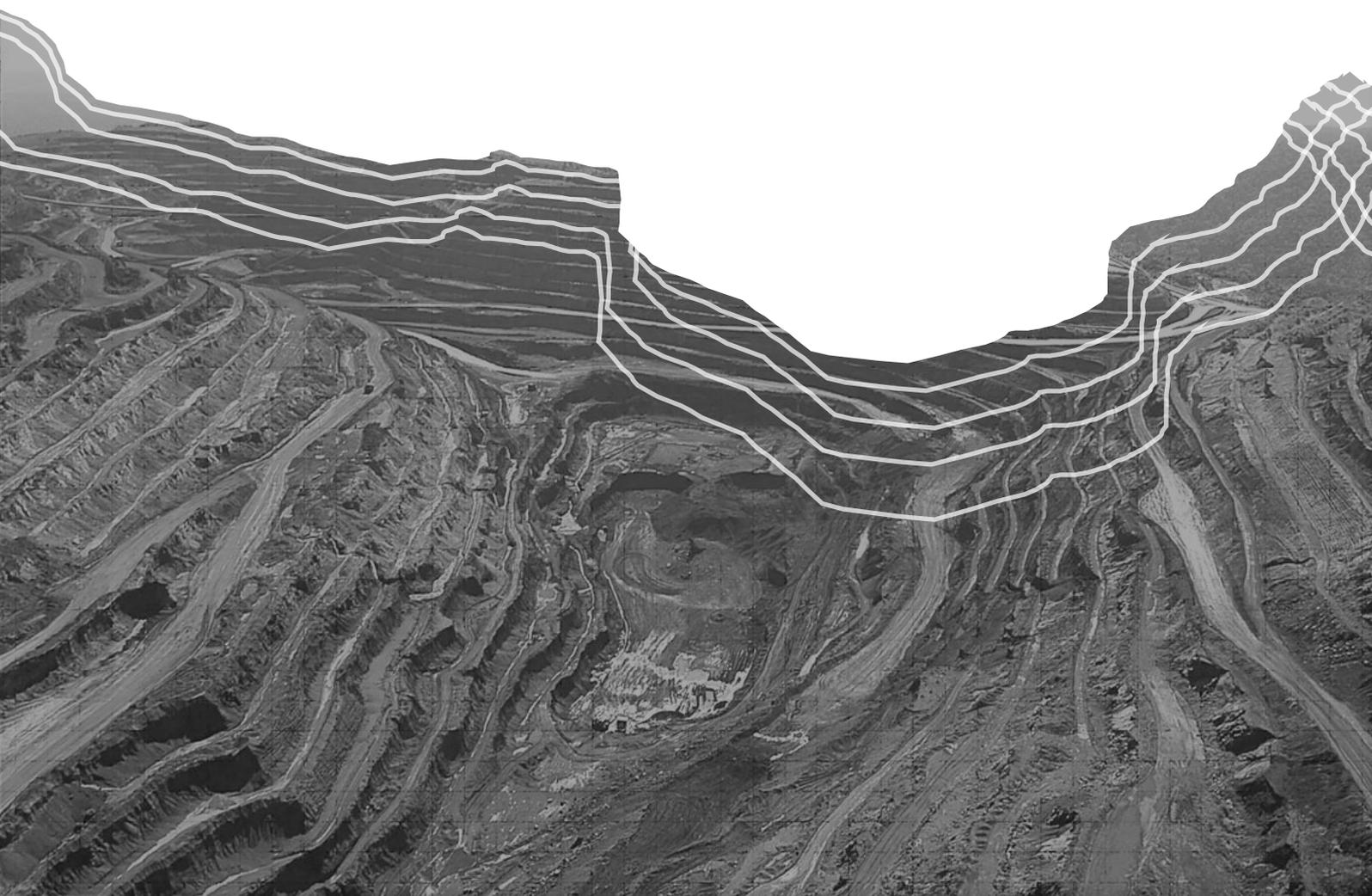
Para isso, foram feitas duas viagens a campo. Na primeira, em agosto de 2016, realizei entrevistas semi-estruturadas (Apêndice A) com diferentes atores sociais da cidade como forma de investigar a trajetória histórica de transformações em Canaã dos Carajás; os desdobramentos subjetivos e cotidianos da ação capitalista, aqui representada pela atividade mineradora; e as estratégias de atuação dos promotores imobiliários. Em um segundo momento, em novembro do mesmo ano, foram realizados 216 questionários estruturados (Apêndice B) como forma de corroborar quantitativamente os dados qualitativos encontrados nas entrevistas. Junto a imagens e mapas, os dados encontrados nos ajudaram a capturar a miríade de processos que se desdobram atualmente na fronteira periféricas que Canaã dos Carajás simboliza.

A dissertação se estrutura em duas partes, além desta introdução, subdividida em quatro capítulos. Na Parte I busco caracterizar a cidade como um campo de disputas entre as utopias do neoliberalismo e do comum, objetivando compor um crítica à lógica capitalista de produção do espaço e, a partir da mesma, oferecer visões alternativas. Para tal, no Capítulo 1 destaco as correlações entre as mudanças observadas no espaço e na vida social decorrentes da ação do neoliberalismo, traçando um percurso histórico que se inicia em meados do século XX e culmina na atualidade, buscando evidenciar como estas transformações se alimentam mutuamente de maneira a conceber a cidade como uma mercadoria. No Capítulo 2 apresento o Comum como um contraponto à visão privatista que rege nosso entendimento sobre o urbano, argumentando que na atual conjuntura ele se apresenta como um rico arcaibouço conceitual capaz de conectar os ensejos por novas formas possíveis de organização da vida à práxis.

A Parte II será dedicada ao debate de como a Amazônia se articula a estas grandes narrativas. Assim, no Capítulo 3 apresentamos como as ações do Estado e do mercado conceberam uma estrutura de conversão do território e dos modos de vida aos moldes capitalistas, mas como, a despeito disso, as cidades amazônicas permanecem um rico campo de práticas que contestam direta ou indiretamente a lógica neoliberal, manifestando o caráter dialético da produção contemporânea do espaço. Por fim, o Capítulo 4 concentra o estudo de caso de Canaã dos Carajás, aqui representada como um microcosmos do paradigma capitalista de urbanização contemporâneo, a fim de discutir em que medida as novas cidades da Amazônia, frutos da lógica financeira de produção e exploração do espaço, se apresentam como territórios em disputa.

PARTE I

A
CIDADE
EM
DISPUTA



A background of a topographic map with contour lines of varying thickness and spacing, representing elevation. The lines are black on a white background.

PARTE I

CAPÍTULO 1

COMO ACONTECEU O INEVITÁVEL?

NEOLIBERALISMO E PRODUÇÃO
DO ESPAÇO

For an ideology to be hegemonic, it is not necessary that it be loved. It is merely necessary that it has no serious rival.

COLIN LEYS, *Still a question of hegemony* (1990)

Em um dos capítulos de *A Grande Transformação* (2000 [1944]), Karl Polanyi busca explorar as forças de ruptura que foram capazes de colocar o liberalismo econômico em marcha. Identificando um conjunto de quatro elementos, o autor argumenta que este quadro teria sido o gerador de novos mecanismos de exploração capitalista, responsáveis por transbordar as tensões comuns à zona de mercado para a esfera política, subordinando, desse modo, toda a sociedade à lógica de mercado. Entendendo esse processo como fortemente contraditório, ele então conclui se questionando “como realmente aconteceu o inevitável?”, isto é, “o fato quase inacreditável de uma civilização estar se desmoronando pela atuação cega de instituições sem alma, cujo único propósito era o incremento automático do bem-estar material” (Polanyi, 2000 [1944]: 257).

Analisar o momento de transformações promovidas pelo capitalismo contemporâneo partindo desta premissa me parece uma tentativa extremamente sugestiva de lançar luz sobre os mecanismos através dos quais o neoliberalismo instituiu uma ordem social altamente contraditória – um “mundo invertido”, na visão lefebvriana (Lefebvre, 1999). Ao passo em que o Liberalismo postulou uma “organização da vida econômica inteiramente antinatural” ao pautar-se por um rígido determinismo econômico, isto é, a crença de que os indivíduos são movidos por motivações econômicas e não emocionais (Polanyi, 2000 [1944]), o neoliberalismo parece consolidar essa distorção

como orientadora da prática social e da produção do espaço. Assim, renovado pela onda neoliberal que emergiu em meados do século passado, o projeto de uma sociedade de mercado capitaneada pelo lucro e pelo individualismo alcança no momento presente um estágio de maturidade inédito.

Nesse sentido, questionar, reconhecer e revelar as estruturas, mecanismos e estratégias pelas quais o capitalismo financeiro e as forças de mercado se pretendem absolutas nos parece um passo essencial no sentido de expor as dinâmicas conflituosas do sistema capitalista contemporâneo, e assim ultrapassar a visão limitada que ele propõe da vida e do espaço.

Dessa maneira, início este capítulo apresentando uma breve discussão acerca dos dispositivos sociológicos através dos quais o neoliberalismo se legitima. Em seguida, analiso as correlações entre as mudanças observadas no espaço e na vida social, buscando evidenciar que estas mudanças se alimentam mutuamente de maneira a culminar na produção do espaço urbano como uma estratégia central de reprodução do capital financeiro, e na significação das cidades como mercadorias.

Os níveis de dimensão social lefebvrianos são empregados como método analítico. Objetivo com isso demonstrar de que maneira o espaço urbano (nível médio) manifesta as (des)articulações entre o nível global das instituições e o nível privado das relações cotidianas.

1.1. DISPOSITIVOS DE PODER E A UTOPIA NEOLIBERAL

O capitalismo é marcado por contradições. Pobreza, fome, violência, e toda sorte de disparidades sociais se agudizam com o avanço do sistema de mercado. Ainda assim, a despeito do acúmulo de posicionamentos contrários que expõem as incoerências da lógica dominante, avançamos no século XXI reproduzindo práticas que agudizam essas desigualdades, justificando-as como simples efeitos colaterais. Esse paradoxo levanta questionamentos acerca dos dispositivos de poder através dos quais o capitalismo permanece legitimado como a única corrente ideológica qualificada a reger a ordem social.

Esses pontos podem ser ampliados a partir da análise das relações de poder em Foucault (1995). Atravessadas por complexas interações de troca, produção e significação, as relações de poder seriam, para o autor, ações exercidas sobre outras ações com a capacidade de expandir ou limitar a faculdade de ação dos sujeitos individuais e coletivos, objetivando conduzir condutas e ordenar as possibilidades através da violência e/ou da aquisição de consentimentos. A capacidade de estruturar o eventual campo de ação dos outros seria, portanto, “co-extensiva” à toda relação social, o que o leva a concluir que não existe sociedade sem relações de poder.

Para compreender o processo de validação do capitalismo como a “única trajetória possível”, esse entendimento não é secundário. Ao contrário, se intrínseco às relações de poder estão diferenciações, operando ao mesmo tempo como condições e efeitos do seu funcionamento, com a capacidade de dobrar a realidade em detrimento de objetivos particulares, pode-se dizer que o poder ocupa um espaço privilegiado dentro da estrutura capitalista. É por esse ângulo, por exemplo, que Bichler e Nitzan (2009) propõem uma análise do capitalismo não como um modo de consumo e de produção, mas um modo de poder, argumentando que este é a força motriz interna que move o desenvolvimento capitalista e que reordena (ideia manifesta por meio do neologismo inglês “creorder”) a sociedade.

No entanto, reconhecer o poder e as diferenciações como estruturais para a dominação da lógica operante do capital não responde por completo a questão de como e por que um sistema assentado em desigualdades tão abissais foi ratificado até mesmo por aqueles que se encontram em condição de subordinação.

Essa questão pode ser melhor explorada a partir do conceito de poder simbólico de Bourdieu (1989). O autor nota que, agindo através de sistemas de símbolos (a língua, a arte, a religião etc.), o poder simbólico teria a capacidade de estabelecer um sentido de mundo dominante ao promover a concordância entre os sujeitos. Este consenso, por sua vez, seria alcançado pelo efeito ideológico da cultura dominante, que apresenta os interesses particulares como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo, estabelecendo e legitimando distinções (hierarquias) entre os grupos sociais. Dessa forma, o poder simbólico seria uma esfera do poder sempre presente nas trocas sociais, porém ignorado como arbitrário porque empenha as produções simbólicas (representações da realidade) como instrumentos de dominação da própria estrutura em que se produz e reproduz a legitimidade dos atos.

Este efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante (BOURDIEU, 1989: 10-11).

Na nossa perspectiva, encontramos inúmeros benefícios ao analisar o neoliberalismo como um conjunto de relações de poder simbólico. Buscando se auto-afirmar como a única alternativa possível, o neoliberalismo atua no agenciamento das condutas individuais através das dimensões estruturantes da sociedade (jurídicas, políticas, culturais, éticas etc.), objetivando figurar as privações de mercado como naturais e necessárias, camuflando as motivações econômicas de reconstrução de classe impostas pelo novo regime econômico como construções sociais definidas por vontades coletivas. Sua força reside justamente na invisibilização das correlações de força desiguais que operam internamente ao sistema. A construção simbólica promovida pela produção e pela troca de signos, elementos fundamentais para que se exerçam as relações de poder (Foucault, 1995), conceberam o neoliberalismo como uma força abstrata, que funciona a priori das relações sociais; uma espécie de estrutura invisível que paira acima da sociedade, mas que é, paradoxalmente, representativa de uma certa “ordem natural das coisas”.

O capital também funciona como forma impessoal de dominação que impõem leis próprias, leis econômicas que estruturam a vida social, fazendo com que as hierarquias e subordinações pareçam naturais e necessárias. Os elementos básicos da sociedade capitalista – o poder da propriedade concentrado nas mãos de poucos, a necessidade de que a maioria venda sua força de trabalho para se manter, a exclusão de grande parte da população global até mesmo desses circuitos de exploração, e assim por diante – funcionam como a priori. É difícil até reconhecer isto como violência, pois é tão normalizado e sua força é aplicada de maneira tão impessoal! O controle e a exploração capitalistas não repousam basicamente num poder soberano externo, mas em leis invisíveis e internalizadas (HARDT, NEGRI, 2016: 21-22).

Estévez (2003) enxerga isso como um projeto de utopia política. Para o autor, a teoria neoliberal pretende ser uma interpretação verdadeira da realidade humana e social, mas que face a inconsistência teórica e validade dos seus argumentos, tem sua influência muito mais embasada em seus “efeitos de poder”. Em semelhança, Wacquant (2012) reconhece também o neoliberalismo como um projeto político mais que um sistema econômico, pois busca não o desmantelamento, mas o redesenho das funções do Estado para então estabelecer a dominância do mercado.

Nessa leitura, o neoliberalismo aparece não apenas como um projeto econômico, mas sobretudo como uma utopia política que busca reestruturar todas as sociedades à medida dos interesses de uma minoria. Por essa ótica, o processo de financeirização da economia pode ser interpretado não apenas como uma estratégia de refinamento dos mecanismos econômicos, mas sobretudo como uma ferramenta de dominação ideológica. A abstração do capital na sua forma fictícia tornou sua capacidade de determinar as condições da vida social muito mais abrangentes na medida em que o distanciou da vida da maioria das pessoas, incapazes de reconhecer seu envolvimento nos mercados financeiro (expresso através de relações de endividamento, por exemplo) (Hardt, Negri, 2016), com isso expandindo o campo de influência das forças capitalistas.

Esse projeto garantiu sua eficácia através da transformação das pessoas por meio de uma série de reformas radicais que mudaram a maneira como elas enxergavam seus destinos, fazendo-as se adaptarem a um mundo de competição generalizada (Hilgers, 2012). Em Harvey (2005) vemos que essas forças atuaram através da construção de um consenso, quer dizer, a concepção de um ambiente ideologicamente arquitetado para legitimar a virada neoliberal. Partindo de diversas instituições (mídia, empresas, universidades, igrejas), poderosas influências ideológicas agiram de forma a construir um cenário de opiniões em favor do neoliberalismo como garantidor exclusivo da liberdade (ibidem).

Entendemos por isso que para além da reforma dos mecanismos produtivos e dos instrumentos econômicos, o projeto neoliberal propõe uma nova ética de mundo que ressignifica as trocas sociais e a nossa relação com o espaço. Servindo-se de produções simbólicas como instrumentos de dominação (Bourdieu, 1989), as motivações político-econômicas projetaram-se do nível global (as instituições) e penetraram no nível privado (o cotidiano), radicando relações assimétricas de poder no seio da ordem social. A simplificação das atividades humanas em funções econômicas restringiu a experiência da vida à posse, às trocas, à acumulação e ao consumo (Estévez, 2003). E se, entendemos a partir de Lefebvre (1991) que o espaço é a manifestação física da prática social, a inversão dos valores que orientam as trocas sociais a partir de princípios econômicos, formula também novas experiências e expressões do espaço reduzidas aos valores do capital.

Na próxima seção exploramos mais atentamente de que maneira as transformações do espaço e da sociedade pela lógica neoliberal se alimentam mutuamente de forma a gerar um ambiente propício à reprodução do capital, mas inobservante às reais necessidades da vida humana.

1.2. PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOB A LÓGICA NEOLIBERAL

Vimos anteriormente que as relações de poder têm por objetivo modelar e orientar as possibilidades, e que no sistema capitalista, atravessado por manifestações autoritárias e desiguais de poder, isto é empregado como uma estratégia central de modelação da realidade em benefício das elites. Buscamos nesta seção entender como esse paradigma se desdobra sob a lógica do capitalismo tardio.

Nesse sentido, cabe ressaltar que o alinhamento das múltiplas trajetórias e visões de mundo aos moldes neoliberais operou, sobretudo, a partir da reestruturação de duas esferas centrais para a manutenção da vida: produção e reprodução. De um lado, o protagonismo da economia informacional e de serviços conferiu ao trabalho imaterial um papel fundamental na economia contemporânea, promovendo uma profunda reorganização da divisão social do trabalho (Scott, 2013). Por sua vez, ao conceber outras formas de trabalho, a produção imaterial acabou por transformar também a sociedade como um todo (Hardt, Negri, 2004). Na medida em que as dinâmicas atreladas ao capital financeiro adquiriram um papel central para a manutenção do sistema, elas foram capazes de transbordar do campo produtivo e invadir a esfera reprodutiva, passando a reger também a organização da vida social.

As metamorfoses estruturais do capitalismo que possibilitaram esse transbordamento podem ser ampliadas a partir dos três aparelhos principais que, segundo Hardt e Negri (2004), transformaram as políticas imperialistas dos países capitalistas dominantes no pós-guerra: descolonização, descentralização e disciplina. Estes mecanismos, que atravessam a atuação do capitalismo neoliberal, deram sustento à nova arquitetura financeira global forjada a partir dos interesses das elites nas últimas décadas, conectando dialeticamente as redes mundiais ao imediatismo da casa.

1.2.1 O NÍVEL GLOBAL: VISÕES DE MUNDO NEOLIBERAIS

O entendimento desses aparelhos é melhor evidenciado quando os analisamos junto à trajetória histórica de construção do projeto neoliberal. Nessa perspectiva, o cenário desenhado no período pós-Segunda Guerra Mundial é de central importância. O momento foi marcado, de um lado, pelos movimentos civis que questionavam o *status quo* e levantavam projetos alternativos de sociedade, fortalecidos pela agenda de benefícios sociais das políticas de bem-estar social; ao passo em que o avanço de partidos de esquerda e reformas institucionais, tanto nos países de centro como na periferia global, representavam uma real ameaça à manutenção da ordem capitalista (Harvey, 2005). Existia, pois, uma necessidade urgente de reformulação dos mecanismos de poder a fim de garantir a manutenção do capitalismo.

Diante disso, vinham à propósito as ideias de um coletivo de pensadores de base liberal que desde o fim dos anos 1940 discutiam a necessidade de uma nova política econômica que garantisse estabilidade e continuidade ao sistema. Segundo defendiam Friedrich Hayek, Milton Friedman, Ludwig von Mises, entre outros que compunham a Sociedade Mont Pelèrin¹, as intervenções do Estado em

1 A Sociedade Mont Pelèrin é uma organização internacional formada por pensadores

assuntos econômicos eram a causa primeira das privações sociais – “o caminho da servidão”, como reconhece Hayek no título de sua obra de 1944 –, ao que apenas uma sociedade livre das restrições impostas pelo Estado seria a solução.

O resgate aos ideais do *laissez-faire* e da liberdade de mercado alinhava-se aos propósitos das elites da época, apreensivas com a distribuição de riqueza promovida pelas políticas keynesianas. Nos países ocidentais de capitalismo avançado, onde o direito à propriedade privada estava irrevogavelmente institucionalizado como um direito constitucional desde as primeiras revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII (inglesa, francesa e americana) (Hardt, Negri, 2016), essas ideias encontraram cenários frutíferos para se desenvolverem, mas foi particularmente nos Estados Unidos que essas ideias reverberaram com mais força.

Ao fim do conflito, este país se encontrava favorecido tanto pelo contexto interno quanto externo. Ao passo em que as nações europeias concentravam esforços na sua reconstrução, a soberania global norte-americana se consolidava, amparada por uma política econômica de empréstimos internacionais e pela primazia do dólar; pelos lucros oriundos da indústria bélica; e pelo incentivo ao consumo interno, que garantia simultaneamente o giro de capital e o controle social (Harvey, 2003). Todavia, buscando se afirmar como nação hegemônica em um mundo cujas posições de liderança permaneciam em aberto, os Estados Unidos viam essa possibilidade ameaçada tanto pela expansão do bloco soviético, como também pela perda de dominância produtiva e econômica para países como Alemanha Ocidental e Japão.

Projetando-se a partir dos EUA, a reorganização das estruturas de poder implicava o abandono da lógica de expansão territorial empregada pelo imperialismo europeu, uma vez que evitar conflitos externos diretos que pudessem desestabilizar a democracia interna é um dos alicerces fundadores da política norte-americana (Harvey, 2003). O controle precisava atuar de maneira subreptícia, apresentando as hierarquias de poder como naturais e necessárias. Assim, em oposição ao colonialismo repressivo dos estados europeus, nesta nova fase “o exército de comando cedeu seu poder menos pelas armas pesadas dos militares e mais pelo dólar” (Hardt, Negri, 2004: 267).

Observa-se isso no amplo apoio concedido pelos Estados Unidos às colônias que pleiteavam a emancipação. Fortalecidos pelo enfraquecimento das metrópoles europeias, os movimentos de independência em muitas das colônias asiáticas e africanas receberam financiamento econômico e militar dos EUA, encoberto pela prerrogativa da “liberdade aos povos”, mas sob a cláusula de alinhamento das novas nações ditas independentes ao bloco capitalista. Nesses moldes, o aparelho de descolonização atendia ao duplo propósito de aumentar a área de influência do capitalismo norte-americano e, ao mesmo tempo, minar as possibilidades de expansão das forças socialistas (Harvey, 2003). Essa estrutura manteve ativo os vínculos de dependência colonial, a despeito da suposta liberdade das novas nações, redesenhando as relações imperialistas em novas formas de subordinação e exploração, caracterizando a emancipação muito mais como abertura de novos mercados do que como o fortalecimento do processo

de diversos países voltada para a promoção do liberalismo e de seus valores e princípios. Foi fundada em 1947, e entre seus fundadores estão Friederich Hayek, Karl Popper, Milton Friedman e Ludwig von Mises.

democrático nos países periféricos.

A remodelação das relações de dependência entre os países de centro e a periferia global alicerçou o processo de descentralização que se observou ao fim do século XX. Esse movimento de realocação dos lugares e fluxos de produção, por sua vez, se amparou na i) reorganização interna das relações sociais de produção imputadas por instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, principalmente a países incompletamente organizados; na ii) financeirização da economia global, que através de formas fictícias de capital garantiu maiores taxas de retorno aos investidores, ao passo em que transferiu os riscos dessas transações para sociedades mais vulneráveis; e, por fim, iii) numa série de mudanças tecnológicas e institucionais, como redução nos custos de transporte intercontinental e incentivos fiscais em países periféricos, que acirraram a corrida de procura por espaços de produção com menores custos (Harvey, 2003).

Esse quadro transformou profundamente o modo de produção capitalista, sobretudo na passagem para o século XXI. A incorporação do componente tecnoinformacional como central para as dinâmicas econômicas contemporâneas transferiu a produção das fábricas para as redes, espaço da produção e da circulação de informação, conhecimento, relacionamentos e afetos, as principais mercadorias da nova era (Hardt, Negri, 2004). A articulação às novas tecnologias digitais reestruturou a divisão social do trabalho, transformando as interações sociais dentro e entre os espaços de produção (ibidem). De um lado apareceram novos trabalhadores, altamente capacitados para integrar-se com as novas tecnologias, comumente atrelados à serviços financeiros ou à indústria criativa, e de outro lado uma mão-de-obra pouco qualificada, cujas funções pouco dependem de tecnologias digitais, mas que é de fundamental importância para garantir a reprodução de serviços mais especializados (trabalhadores domésticos, serviços de manutenção, trabalho não-qualificados da construção civil) (Scott, 2013).

A descentralização dos espaços de produção em direção aos países periféricos, facilitada pelo processo de descolonização, não foi, entretanto, acompanhada pela transferência dos processos decisórios. Ao contrário, a nova divisão internacional do trabalho reforçou a subordinação da economia mundial aos interesses dos países do Norte Global, uma vez que a transferência das estruturas de produção para os países do Sul Global foi incompleta, fixando os centros de comando naqueles (principalmente em cidades globais) e transferindo para estes postos de trabalho majoritariamente de baixa remuneração. A partir dessa lógica nos parece correto concluir que a especialização da mão-de-obra com base nas novas funções tecnoinformacionais requeridas pelo mundo contemporâneo se manteve restrita aos tradicionais centros de poder, isto é, a “re-divisão” social do trabalho reforçou as já desiguais estruturas de poder entre centro e periferia, sujeitando as nações pós-coloniais a uma renovada condição de subordinação aos interesses capitalistas. É diante desse marco que Hardt e Negri (2004) falam nas corporações transnacionais como o “motor fundamental da transformação econômica e política dos países pós-coloniais e das regiões subordinadas” (Hardt, Negri, 2004: 267).

Estas ações foram cumpridas com base em um modelo de desenvolvimento, projetado a partir das economias centrais, com relações específicas de produção

– regimes salariais fordianos, métodos taylorianos de organização do trabalho, e um Estado de bem-estar social que se quer modernizador, paternalista e protetor (Hardt, Negri, 2004) – que nunca foram executadas da mesma maneira nas regiões subordinadas (ibid.). Contudo, nada disso precisava ser realizado:

Sua promessa serviu antes como um atrativo ideológico para assegurar um consenso suficiente para o projeto de modernização. A substância real do esforço, a real decolagem para a modernidade, de fato alcançada, foi a difusão do regime disciplinar pelas esferas sociais de produção e reprodução (HARDT, NEGRI, 2004: 269).

A captura dos aparelhos de Estado pelas forças neoliberais foi imprescindível para ratificar a ideia de que o alinhamento aos ideais capitalistas e o esforço individual garantiriam padrões de vida semelhantes aos dos países ricos, quando na verdade favoreciam o sustento da lógica do grande capital (Harvey, 2005). Esta racionalidade se naturalizou com as eleições de Margaret Thatcher (1979) e Ronald Reagan (1981), cujo conjunto de medidas intervencionistas de caráter liberal – privatizações, flexibilização do trabalho, austeridade fiscal, entre outros – demarca um novo período de coalização entre forças políticas e econômicas no qual as ações do Estado passam a oferecer atrativos para o grande capital, assumindo a desregulamentação e a flexibilização como diretriz política, sobre um lastro de 80 anos de planejamento estatal.

Peck e Tickell (2002) observam aqui uma transição do intelectualismo abstrato de Hayek e Friedman, que prevaleceu até o início dos anos 1970, quando o foco estava centrado na reconstrução de um projeto filosófico de restauração do livre mercado, para uma era de política de convicção neoliberal, na qual o poder do Estado foi mobilizado através de projetos de mercantilização e desregulação visando o desmantelamento do projeto keynesiano de bem-estar social. Assim, o poder disciplinar do capital financeiro, projetado a partir da atuação aparentemente democrática do Estado, agiu na composição de um cenário propício à perpetuação das relações desiguais de poder, garantindo as estruturas necessárias para a hegemonia do capitalismo sobre outros projetos político-econômicos.

Um dos mecanismos mais evidentes nesse sentido foi a invalidação de qualquer estrutura política que impusesse resistência à lógica de mercado, em particular o comunismo soviético, através da manipulação do conjunto de valores e princípios que regiam as relações sociais. Vale lembrar que o projeto neoliberal foi embalado pela disputa ideológica entre capitalismo e socialismo que marcou o período da Guerra Fria. Dessa forma, integrava a disputa de poder entre Estados Unidos e União Soviética como uma ferramenta primaz na validação da racionalidade meritocrática e individualista de mercado. Em Harvey (2005) vemos que essas forças atuaram através da construção de um consenso, quer dizer, a concepção de um ambiente ideologicamente arquitetado para legitimar a virada neoliberal. Partindo de diversas instituições (mídia, empresas, universidades, igrejas), poderosas influências ideológicas agiram de forma a construir um cenário de opiniões em favor do neoliberalismo como garantidor exclusivo da liberdade. Para isso, o projeto neoliberal incorporou ao seu etos ideias centrais para a sociedade, como dignidade humana e liberdade individual, supostamente

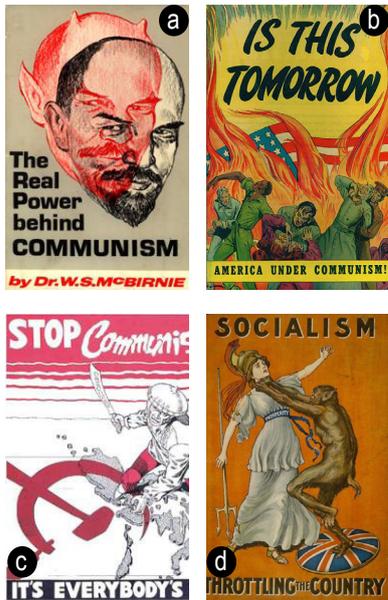


Figura 6 - Exemplos de propaganda anticomunista do período da Guerra Fria.



Figura 7 - Exemplos de propaganda exaltando o estilo de vida dos EUA.

representativas dos valores neoliberais. O apelo emocional funcionou aqui como uma maneira de suprir a falta de lógica do discurso:

An open project around the restoration of economic power to a small elite would not gain much popular support. But a programmatic attempt to advance the cause of individual freedom could appeal to a mass base and so disguise the drive to restore class power (HARVEY, 2005: 40).

Entra em curso um projeto dirigido de desmantelamento da esfera pública que, paradoxalmente legitimado pelas ações do Estado, busca reforçar a disciplina capitalista e firmar a racionalidade privatista como a única trajetória possível. Bourdieu (1998a) entende esse recurso como um “programa de destruição metódica dos coletivos” que se encontra no próprio etos do neoliberalismo, colocando em risco não apenas os coletivos que defendiam os direitos trabalhistas (sindicatos, associações, cooperativas), mas qualquer organização coletiva (incluindo a nação e a família). O duro combate de Thatcher e Reagan aos sindicatos foi apenas a face mais visível de um processo cujo objetivo principal foi invalidar orientações de vida mais coletivistas para, então, pautar as relações sociais pela competitividade, colocando as pessoas umas contra as outras, criando um ambiente no qual o individualismo aparece como um desdobramento natural de “um mundo em constante transformação”.

Frente a centralidade da produção e da troca de signos nas relações de poder (Foucault, 1995), uma das principais estratégias de validação da retórica neoliberal foi o imperialismo cultural praticado pelo Estados Unidos como forma de legitimar a suposta supremacia da cultura de consumo. A construção midiática dos comunistas como “monstros” e do modelo de sociedade por eles propostos como uma ameaça às liberdades individuais (Figura 6) personificou o socialismo como um inimigo a ser combatido, criando um ambiente de polarização de ideias que legitimava o *modus operandi* neoliberal em oposição a suposta irracionalidade da visão socialista. Em paralelo, a exaltação do padrão de vida da classe média norte-americana com base na apologia ao consumo, através de símbolos como a casa de subúrbio, o carro próprio e eletrodomésticos modernos (Figura 7), atribuía um papel de destaque para a propriedade privada na vida cotidiana, ao passo em que anulava possibilidades de uso compartilhado. Nos termos do cineasta italiano Pier Paolo Pasolini (apud Fernández-Salvater, 2017, sem paginação) tratou-se de um processo de “homologação cultural”, que através da cultura de massas, da informação, da publicidade etc., contagiou os valores e modelos de consumo, arruinando “outros mundos” (campesinos, proletários, subproletários). Para ele, então, o novo poder se propaga “indiretamente, na vivência, no existencial, no concreto” (ibidem).

Dessa maneira, a difusão de construções de mundo atreladas à propriedade individual de bens de consumo enraizou no imaginário social uma falsa correlação entre posse individual e a realização pessoal. A noção de que a propriedade privada garantiria, a priori, a felicidade, ratificou visões de mundo que celebram o individualismo, a competitividade e a meritocracia como mecanismos capazes de balizar as relações sociais e garantir uma sociedade justa. Essa racionalidade naturalizou as contradições do sistema capitalista. Nessa linha de pensamento, por exemplo, a pobreza passou a ser interpretada como um mero efeito colateral,

Fontes:

- (a) labragirlpictures.wordpress.com
- (b) theredphoenixapl.org
- (c) labragirlpictures.wordpress.com
- (d) www.openculture.com
- (e) todayinsocialsciences.blogspot.

mascarada como a falta de dedicação de certos indivíduos para mudar suas realidades; encobre-se, com isso, o papel estrutural que as desigualdades ocupam no processo de perpetuação do modelo capitalista.

Entende-se por esse percurso que o confronto entre capitalismo e socialismo ultrapassa a esfera do debate econômico (de modos de produção), mas assenta-se sobretudo na validação de novos valores e na construção uma nova ordem social. Retomando os três aparelhos propostos por Hardt e Negri (2004), é possível concluir que o apoio ao processo de descolonização, que viabilizou a descentralização produtiva, promoveu o espraiamento da lógica neoliberal e a difusão de um conjunto de princípios capazes de reformular a ordem global. O fim do bloco soviético, em 1989, marcou o fim das políticas alternativas ao capitalismo, e a falta de perspectivas de construção de uma realidade pós-capitalista (Smith, 2009). Dessa forma, projetando-se das economias centrais como a única alternativa, o neoliberalismo aparece para alguns autores como uma nova ordem global hegemônica que, reeditando estratégias imperialistas, substitui o antigo sistema mundial de controle compartilhado entre múltiplas nações por uma nova estrutura de controle descentralizada e desterritorializada – a emergência de um novo Império (Harvey, 2003; Hardt, Negri, 2004).

1.2.2 O NÍVEL PRIVADO: NEOLIBERALISMO E O COTIDIANO

A invasão da vida cotidiana (nível privado) pela lógica de funcionamento dos mercados, através da influência da mídia, das universidades, do Estado e demais instituições (nível global), forneceu os subsídios para aquilo que Lefebvre (1999) denomina de “mundo invertido”, isto é, a ideia de que os elementos que dão significação à vida não são construídos pelo cotidiano, mas partem de outras esferas superiores. Retomando Hilgers (2012),

The expansion of neoliberalism supposes the extension of market mechanisms to the lifeworld, as well as the emergence of a judicial apparatus that enables competition and frees up the potential of collective life for organizing itself (HILGERS, 2012: 82).

Frente à primazia da indústria e da técnica sobre as esferas simbólicas da vida, é possível falar em uma nova sociedade que emerge a partir de então. Lefebvre (1991) fala em uma “sociedade burocrática de consumo dirigido”, que cultua o objeto técnico e a imagem “sem a mediação de um pensamento que domina a técnica”, que não a reflete, e que por isso “tende a eliminar as mediações que geraram a alta complexidade da vida social, que agregaram à produção material, ideologias, valores, conjuntos de signos e significados, rivais muitas vezes, mas que também animam a vida social” (Lefebvre, 2007: 57-8). Bauman (2001), por sua vez, trata disso em termos da “modernidade líquida”, uma realidade fugaz e efêmera, dominada por uma “sociedade de consumo” que imputa ao consumo a capacidade de preencher toda e qualquer lacuna gestada pela corrosão dos laços sociais. Em complemento, Harvey (1989) afirma que a pós-modernidade rompeu com as práticas econômicas, o equilíbrio de classes, e com a vida social e cultural, através da compressão do espaço-tempo, imprimindo um cenário de constantes mudanças à vida cotidiana.

A passagem para um sistema-mundo capitaneado pelo lucro e por relações individualizadas e de competição transformou as relações de trabalho e, na esteira, as relações sociais, na medida em que orientou as dinâmicas e os espaços de produção e reprodução da vida pelo seu valor de troca, e não mais pelo seu valor de uso. O intermédio das fábricas, e mais recentemente das redes, como espaços exclusivos da produção dissociou as esferas produtiva e reprodutiva, submetendo a apropriação de bens pela classe trabalhadora unicamente por vias de consumo:

A produção é a interação do homem e da natureza. Se este processo se organizar através de um mecanismo autoregulador de permuta e troca, então o homem e a natureza têm que ingressar na sua órbita, têm que se sujeitar à oferta e à procura, isto é, eles passam a ser manuseados como mercadorias, como bens produzidos para venda. Foi este, precisamente, o ajuste que ocorreu sob o sistema de mercado. O homem, sob o nome de mão-de-obra, e a natureza, sob o nome de terra, foram colocados à venda (POLANYI, 2000 [1944]: 162).

Os indivíduos passaram então a ser vistos não mais como pessoas, mas como engrenagens da superestrutura de acumulação financeira, transformando o cidadão em cliente. A introdução da força de trabalho como mercadoria no processo de circulação dinheiro-mercadoria-dinheiro posicionou os corpos como a própria estratégia de acumulação, estabelecendo assim vínculos entre o “global” e o “local” (Harvey, 2015). Vale reforçar que não se trata de um fenômeno inaugurado neste período, mas as metamorfoses nos domínios da produção e da reprodução sob a lógica neoliberal inauguram um novo momento de ampliação das contradições da realidade social:

It meant more than just throwing away produced goods (creating a monumental waste-disposal problem), but also being able to throw away values, lifestyles, stable relationships, and attachment to things, buildings, places, people, and received ways of doing and being (...) Through such mechanisms (which proved highly effective from the standpoint of accelerating the turnover of goods in consumption) individuals were forced to cope with disposability, novelty, and the prospects for instant obsolescence (HARVEY, 1989: 285).

Todo esse conjunto de argumentos apresentados até aqui tem como objetivo apresentar uma visão holística do neoliberalismo como um sistema que age por cima (através das instituições) e por baixo (através da manipulação das vontades individuais), a fim de expor o cenário prático-sensível sob o qual as cidades passam a ser entendidas como elementos ativos do processo de acumulação. Esse esforço se inspira no trabalho de Lefebvre, que busca aproximar a ordem distante e a ordem próxima, o global e o local, e que confere ao urbano um papel de destaque para se entender essas dinâmicas.

No entanto, antes de avançar nessa discussão, nos apropriamos do trabalho de Davies (2016) como uma forma de sintetizar o que buscamos apresentar até este momento. Ao propor uma distinção temporal com base na orientação ética e filosófica do neoliberalismo, o autor idêntica três momentos

distintos (porém complementares) que bem evidenciam a trajetória de contínuas transformações do capitalismo tardio até o período contemporâneo. O autor apresenta como ponto de partida o conceito de “neoliberalismo combativo”, fase de desenvolvimento do projeto neoliberal entre 1979-1989 no qual o telos neoliberal teria sido a destruição de quaisquer possibilidades não-capitalistas; nesse contexto, a coerência do neoliberalismo enquanto prática política legítima foi forjada em oposição combativa ao socialismo.

Uma segunda fase, interrompida pela crise global de 2008, é interpretada pelo autor como sendo a do “neoliberalismo normativo” (1989-2008), cujo objetivo seria o de desenhar o sistema como justo. Isto teria sido realizado através da avaliação de toda e qualquer atividade humana através de métricas e instrumentos baseados nas leis de mercado e na meritocracia, apresentando as recompensas como legitimamente conquistadas, ao invés de arbitrariamente herdadas; o resultado é o que Davies descreve como “neoliberalism’s disenchantment of politics by economics” (ibidem: 128).

Por fim, o “neoliberalismo punitivo” (2008-?), como já citado anteriormente (ver página 29), inaugura um novo momento no qual táticas de endividamento e subordinação econômica de populações vulneráveis são empregados como forma de punição e de destruição destes indivíduos enquanto forças políticas.

O entendimento das particularidades e das complementaridades entre esses três momentos é central para a compreensão do processo de transformação da cidade em mercadoria, como veremos a seguir, mas também para a negação e superação dessa visão distorcida do espaço urbano.

1.3 O NÍVEL MÉDIO: A CIDADE COMO MERCADORIA

Partindo da leitura lefebvriana (1991), o espaço nos aparece como o mediador das relações que emanam dos demais níveis de realidade social. Produto das relações e trocas sociais, ele também, simultaneamente, as condiciona na medida em que manifesta fisicamente os descompassos, as sobreposições e os conflitos entre o nível global e o nível privado. Se daquele emanam as determinações que se impõe e (re)configuram os demais níveis, é neste que tais imposições são incorporadas e rejeitadas, e é justamente esse movimento dialógico que anima a vida e dá significado ao espaço plural da cidade.

Se o espaço carrega em si os tempos remotos e reflete o presente e as aspirações do futuro, tudo isso se dá por meio da sociedade que o transforma, ou ainda, que lhe dá forma. Aspecto visível e tangível representado pelo arranjo dos objetos, a forma é, portanto, resultado de processos sociais, não podendo ser dissociada destes. Do mesmo modo, os processos acabam sendo condicionados pelas formas, já que estas permanecem por gerações e precisam ser reelaboradas pelos seus novos usuários (SUDRÉ SOUZA, 2010: 24)

Todavia, como vimos na seção anterior, essas relações tornam-se profundamente assimétricas sob a lógica do capitalismo tardio. A ascensão do neoliberalismo inaugura um novo momento de acirramento dos processos de instrumentalização da vida cotidiana, que prima não pelo ineditismo – a sujeição

da vida ao mercado é um processo que acompanha a história do capitalismo desde seu início –, mas pela intensidade com que ocorre. A rápida inversão dos valores que orientam as trocas sociais inseriu a lógica de produção do espaço urbano na órbita dos princípios privatistas de mercado, provocando profundas transformações sobre o que entendemos como cidade.

O último quartel do século XX tem um papel de destaque nessa guinada. Em seu estudo sobre a trajetória do planejamento urbano, Hall (2016 [1988]: 499) observa que “houve um momento, no decorrer da década de 1970, em que o movimento do planejamento urbano começou a plantar bananeira e a virar do avesso; pareceu mesmo, por vezes, durante os anos 1980, estar à beira da autodestruição”. Evidenciando o papel central da produção capitalista de cidades na superação da recessão dos anos 1970 e 1980, o autor mostra que com o planejamento convencional, a utilização de planos e regulamentos para guiar o uso do solo, parecia cada vez mais desacreditado. Em vez disso, o planejamento deixou de regular o crescimento urbano e passou a encorajá-lo por todos os meios possíveis e imagináveis: “Cidades, a nova mensagem soou em alto e bom som, eram máquinas de produzir riqueza; o primeiro e principal objetivo do planejamento devia ser o de azeitar a máquina. O planejador ficou cada vez mais identificado com seu tradicional adversário, o empreendedor” (ibid: 499).

Pela perspectiva lefebvriana (Lefebvre, 1999, 2001), ocorre aqui uma importante inversão de valores, orientada pelo paradigma industrial. A imposição da lógica da indústria sobre a cidade tradicional dissipou suas formas prático-sensíveis e espaciais pré-existentes, convertendo a primazia do valor de uso na hegemonia do valor de troca (Lefebvre, 2001). O urbano então se confunde com o industrial e aparece como consequência deste, um pseudoconceito que reduz a complexidade da realidade urbana (Lefebvre, 2007). E como reforça o autor, trata-se não apenas de uma transformação da prática, mas também uma metamorfose da racionalidade que conduz o processo de urbanização: “Esse projeto de racionalidade generalizada constrói literalmente o vazio diante de si. Devasta pelo pensamento antes de devastar pela eficácia. Cria o campo cego, porque deserto” (Lefebvre, 1999: 40).

É nesse aspecto que a metáfora do “mundo invertido” de Lefebvre (1999) adquire contornos mais concretos. A subordinação do espaço e do cotidiano ao pensamento industrial (o global), fundamentada na suposta superioridade deste sobre aqueles, inseriu o urbano em uma zona crítica no qual a compra e a venda, a mercadoria e o mercado, o dinheiro e o capital, tornaram-se os indutores da realidade urbana, esvaziando-o do seu caráter emancipador (ibidem). A cidade passa então a ser vivida não mais através dos espaços públicos e pela sua capacidade de gerar encontros, mas através de espaços capazes de estimular o consumo. Para Lefebvre (ibid.: 31), a rua, local de privilégio dos encontros e das trocas, converte-se em rede organizada pelo/para o consumo através de um “sistema de objetos” (mercadorias) tornados símbolos e espetáculo, culminando na “colonização do espaço urbano”.

Este paradigma mostra-se evidente no padrão de urbanização disseminado nos países do Norte Global no final do século XX. Em um primeiro momento, predomina uma interface entre a racionalidade industrial e a estética modernista. O incentivo ao uso de automóveis e a construção de novas estradas, símbolos modernistas da modernidade e do progresso, aliados aos interesses de

especuladores imobiliários, propiciou um movimento de expansão horizontal das cidades em direção aos subúrbios (Hall, 2016 [1988]); ao passo em que a visão da cidade modernista formada por grandes edifícios, de concreto, aço e vidro (materiais produzidos pela indústria), impeliu o crescimento vertical das cidades por meio de arranha-céus (Figura 8). Tais processos manifestam-se com especial notoriedade nos Estados Unidos, onde a cultura de incentivo ao consumo, o uso do automóvel e a construção de estradas, se constituíram como pilares das políticas de defesa nacional e aquecimento da economia (ibidem).

O quadro estrutural constituído por esses fatores materializa-se em uma nova experiência de cidade, definida sobretudo pelo subúrbio norte-americano. A introdução de elementos produtivos industriais ao processo de urbanização, amparada pelo discurso modernista da indústria como expressão máxima da modernidade, criou, na verdade, ambientes homogêneos, de baixa densidade, de acesso exclusivo por carro, sem vitalidade ou qualidades expressivas de desenho urbano, e sem diversidade, tanto do ponto de vista social quanto econômico. A experiência de cidade passou a ser intermediada pela máquina (através do carro) e o cotidiano cada vez mais se distanciou da rua (através dos edifícios altos), amortizando os sentidos e anulando a espontaneidade das trocas sociais vividas nos espaços públicos. As relações entre os sujeitos e destes com o espaço foram transferidas para os espaços de consumo, inserindo as relações socioespaciais na órbita do capital, artificializando-as, e na leitura lefebvriana, invisibilizando os espaços de representação que se constroem apenas por meio da vivência do espaço.

Esses processos não são novos, mas como observa Sennet (1994, 1999) cristalizam uma trajetória de transformações estruturais já em curso nos séculos anteriores. O individualismo, condicionado pelo incentivo ao consumo e pela supervalorização da posse, e a velocidade dos automóveis, que aparece em oposição à permanência, amortecem o corpo moderno, não permitindo que ele constitua vínculos (Sennet, 1994: 265). Nesse aspecto, a rua se converte de espaço de privilégio das trocas sociais para mero lugar de passagem, que apenas conecta o habitar com o trabalho/consumo. Em outra instância, a interação do capitalismo e da geografia cotidiana urbana entrepôs barreiras para as relações com o outro na medida em que projetava a impessoalidade crescente das relações sobre o espaço urbano na forma de projetos que impossibilitavam o encontro com estranhos, promovendo, por fim, um esvaziamento da esfera pública (Sennet, 1999).

A submissão da cidade ao jogo capitalista foi acirrada, em um segundo momento, pelas práticas urbanísticas das últimas duas décadas do século XX. Sob o discurso da renovação de áreas degradadas, antigas regiões centrais de grandes centros urbanos – economicamente bastante atraentes em função da quantidade de serviços e da infraestrutura pré-existente – passaram por intensos processos de “reurbanização” (Hall, 2016 [1988]). Os casos das Docklands, em Londres, e do Inner Harbour, em Baltimore, cristalizaram-se na literatura como os casos mais explícitos desse processo, entretanto outras cidades como Roterdã, Manchester e Barcelona passaram por processos similares (Figura 9).

Ao passo em que estas operações, de fato, reanimaram regiões urbanas tidas como “mortas”, as motivações econômicas por detrás do discurso demarcam um novo marco da exploração neoliberal, no qual a reprodução do espaço



Figura 8 - O padrão de cidade emergente a partir dos anos 1960.



Figura 9 - Docklands, em Londres, e o Inner Harbour, em Baltimore, respectivamente, como exemplos do urbanismo neoliberal do século XXI.

Fontes:

- (a) pt.wikipedia.org
- (b) www.thrillist.com
- (c) lauramoeller.blogspot.com
- (d) www.tes.com
- (e) www.baltimore.org

urbano constitui-se como um momento central para a reprodução do capital financeiro, produzindo “um novo espaço” sob a forma de “produto imobiliário” (Carlos, 2015). A espetacularização e o privilégio às camadas sociais atreladas ao capital global – jovens empreendedores, trabalhadores da indústria criativa, funcionários do alto escalão dos serviços financeiros e tecnológicos –, balizadoras destes projetos urbanísticos, revelam a invasão dos princípios neoliberais aos domínios do planejamento urbano, que passa a construir cidades para o capital global e não mais para pessoas, remodelando a cidade pela sua negação: “como o teatro, ela parece a vida real mas não é a vida urbana como ela sempre, de fato, fôra” (Hall, 2016 [1988]: 506).

Como nota Neil Smith (2008), o neoliberalismo e a globalização quebram o nexu urbano historicamente idealizado, no qual as cidades apareciam como loci da produção e reprodução das economias nacionais, concebendo-as agora como plataformas centrais de produção para a economia global. A partir da introdução das métricas neoliberais no âmbito das políticas urbanas, estas passam a antecipar, complementar e reproduzir as operações de competitividade do mercado (Peck, Tickell, 2002). Esse marco inseriu as cidades em novos circuitos globais de competição, formulados a partir de relações empresariais, nos quais busca-se oferecer uma variada gama de atrativos (para negócios, lazer e comércio) para facilitar a atuação do global (Muxí, 2009). Especialmente, essa competição se manifesta em cidades que buscam se destacar globalmente através de uma coleção de novos atributos arquitetônicos e urbanísticos “de grife”, projetados por arquitetos de renome internacional, que apelam não à razão, mas aos olhos, pelas formas arrojadas dos novos edifícios icônicos, como demonstra Valença (2016) a partir dos casos de Bilbao, Londres, Kuala Lumpur e Hong Kong.

Sob a perspectiva lefebvriana do espaço como *condicionante do e condicionado pelo* amálgama de interações entre global e cotidiano, pode-se dizer que as transformações espaciais se traduzem em mudanças nas relações sociais, e vice-versa. Dessa forma, a inclinação privatista, fragmentadora e desarticulada do urbanismo neoliberal converteu-se em relações sociais individualizadas e mercantilizadas que, simultaneamente, emergem na forma de espaços privatizados da vida urbana. Com efeito, a reformulação da rede urbana global resultou no redesenho das relações entre sujeito e espaço, forjadas a partir dos princípios do mercado neoliberal, sucedendo-se em um “novo conceito de cidade”, rendido aos interesses capitalistas.

A subjetivação exercida no espaço social do neoliberalismo se torna uma prática cotidiana real impregnada e orientada por uma sintonização a sinalizações que partem do Estado na direção de criar uma autoconduta individual que seja coerente com a primazia do mercado (“não há proteção social, prepare-se para se inserir como empreendedor individual”; “não há serviços públicos ou estruturas de uso coletivo confiáveis, resolva seu problemas através do mercado” etc) e que faça com que os indivíduos incorporem e generalizem os cálculos utilitaristas de custo e benefício; risco e retorno, naturalizando-os no seu comportamento cotidiano. Ou seja, cria-se uma cultura. E esta não se limita ao imagético, imaginado, simbolizado (mesmo que estes ingredientes sejam fundamentais), mas se traduz em práticas concretas num amplo leque de esferas da sociabilidade, abrangendo, como colocado acima, desde o casamento e a criação

dos filhos até as relações de amizade e o lazer. No diálogo com a perspectiva lefebvriana, atua-se no plano do espaço social, da esfera simbólica no espaço vivido, que não é nem o espaço percebido na prática, nem o espaço concebido nos planos urbanos, nos mapas, nas representações do espaço, mas a rede de significados sociais e o plano simbólico entrecruzado com o espaço (MAGALHÃES, 2015: 156).

É justamente esse o modelo de urbanização que se projeta para o mundo na passagem para o século XXI. Estreitamente vinculado à financeirização dos processos e à geração de renda, ele gerou uma cultura onde intervenções urbanas são, via de regra, associadas ao retorno financeiro mais rápido e eficiente possível, o que restringe as áreas de interesse às regiões tradicionalmente ocupadas pelas elites (bairros centrais com boa oferta de serviços e infraestrutura), reforçando a condição periférica de populações socialmente vulneráveis. São práticas de um urbanismo empreendedor que capitalizou o espaço urbano na forma de ativo financeiro e que, a despeito das críticas, permanecem sendo reproduzidas, maquiando os interesses de valorização imobiliária especulativa na forma de discursos populistas de geração de empregos, de atratividade turística e empresarial, e de reabilitação urbana, como revelam os casos do Porto Madeiro, em Buenos Aires (Muxí, 2009), e do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro (Broudehox, Monteiro, 2017) (Figura 10).

A legitimidade deste discurso, conquistada ao longo da trajetória histórica de afirmação neoliberal, universalizou também a assimetria entre as cidades “do centro” e da “periferia” na medida em que passou a orientar não apenas a disposição do espaço intraurbano, mas também o arranjo global da rede urbana. Dessa forma, ao passo em que se nota um esforço crescente de cidades do Atlântico Norte em se adaptar aos desafios econômicos, sociais e climáticos do novo milênio (Hall, 2014), observa-se na periferia que o processo de urbanização é acompanhado pela agudização das desigualdades socioespaciais e da miséria (Davis, 2006). Com isso, pode-se dizer que aquilo que Lefebvre (2001) chama de “direito à cidade” também está sujeito a um processo de privatização.

A dominância da ideologia política neoliberal sobre a governança urbana colocou o mercado imobiliário especulativo e o capital financeiro como atores centrais na orientação das dinâmicas urbanas no contexto contemporâneo. O ritmo de crescimento das cidades está diretamente atrelado às expectativas de ganhos dos investidores, e os novos arranjos espaciais – condomínios fechados, edifícios corporativos, moradias de alto padrão, grandes complexos de consumo e diversão – não mais estimulam as trocas e o convívio com o diferente, ao contrário, instigam relações de medo e ódio ao outro, minando as potencialidades das trocas sociais. Na perspectiva de Marc Augé (1994), constituem os “não-lugares”, espaços vazios de conteúdo e sentido, que se sobrepõem aos lugares antropológicos das trocas significadas, ensejando assim a solidão e a padronização.

Outrossim, tal racionalidade limita a experiência da cidade pela renda: somente integram a vida cidadina aqueles com poder financeiro para tal; o restante, os indesejados, tem sua identidade cidadã invisibilizada nas periferias (conjuntos habitacionais, favelas, baixadas, comunidades, quilombos etc), onde as oportunidades de acesso a espaços públicos, saúde e educação de qualidade, ou mesmo qualquer tipo de estrutura essencial para a reprodução da vida, são



Figura 10 - O Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, e o Puerto Madero, em Buenos Aires, respectivamente, como expressões contemporâneas do urbanismo neoliberal.

Fontes:
(a) www.rio.rj.gov.br
(b) www.tripadvisor.com.br

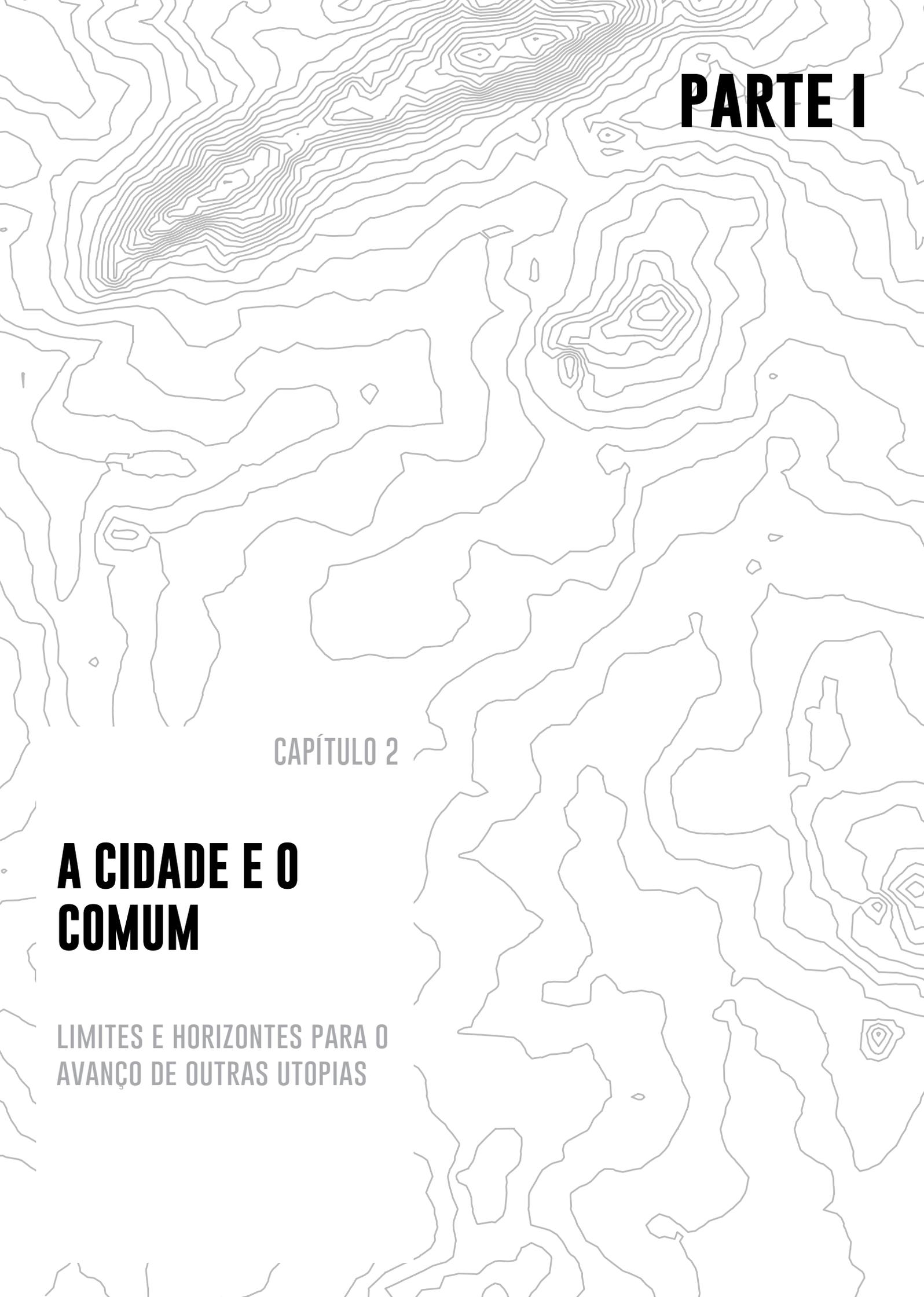
insuficientes, quando não completamente ausentes.

Há, portanto, uma ligação entre os sentidos da cidade contemporânea com a primazia do mercado e do Estado agindo em função do agenciamento das condutas individuais. O neoliberalismo canaliza as potências do urbano para o mercado e neste processo há um direcionamento das potencialidades para o mercado: aquilo que não entra no mercado, que não é mercantilizável, deixa de ser potencializado, deixa de florescer (MAGALHÃES, 2015: 156)

Por essa perspectiva, assume-se uma correlação direta entre o urbano e as problemáticas sociais, ambientais e políticas, promovidas pelo sistema capitalista, como se estas estivessem impreterivelmente inseridas no processo de urbanização. Ainda, anula-se também outras experiências possíveis de cidade, invalidando quaisquer organizações socioespaciais não alinhadas ao modelo ocidental.

From this point of view, urban neoliberalism is not only a form of political, institutional and geographical change; it is also, centrally, a means of transforming the dominant political imaginaries on which basis people understand the limits and possibilities of the urban experience (...) this redefinition of political imagination entails not only the rearticulation of assumption about the appropriate role of state institution, but also more generally, the reworking of inherited conception of citizenship, community and everyday life (BRENNER, THEODORE, 2005: 106)

Perde-se, nesse sentido, a cidade como espaço catalisador da transformação que emana da convivência estreita e contínua das pessoas, do conhecimento renovado pelas possibilidades de conexão que a cidade oferece, manifestos pelo entrelaçamento entre diferentes modos de vida. O que se deixa escapar, no entanto, é que a problemática reside não no urbano em si, mas sim no esvaziamento do urbano de sua capacidade emancipadora causado pelas forças do capital.

A background of a topographic map with contour lines of varying thickness and density, representing different elevations and terrain features. The lines are black on a white background.

PARTE I

CAPÍTULO 2

A CIDADE E O COMUM

LIMITES E HORIZONTES PARA O
AVANÇO DE OUTRAS UTOPIAS

Na avaliação do estado da atual sociedade, a questão muitas vezes não é discutir se o copo está meio cheio ou meio vazio, mas quebrá-lo.

MICHAEL HARDT e ANTONIO NEGRI, Bem-Estar Comum (2014)

“There is no other alternative”. O slogan de Margaret Thatcher acerca da nova ordem capitalista emergente em fins do século passado avançou até o momento contemporâneo construindo-se como a moral dominante. A difusão da racionalidade de mercado sobre as esferas materiais e imateriais da ordem social coibiu o afloramento de outras realidades que não aquelas sujeitas aos princípios e interesses capitalistas. Como buscou-se evidenciar no capítulo anterior, a capilarização desses valores pelo meio social ressignificou o espaço urbano em mercadoria.

A práticas de subordinação das trocas sociais à lógica da privatização e do consumo reformulou nosso entendimento sobre o urbano, não mais apreendido pela vivência dos espaços da cidade e pelas trocas que nele ocorrem, mas pela sua potencialidade em gerar riquezas. Perdeu-se, com a trajetória de mercantilização da cidade, o potencial catalisador de oportunidades que, na visão de Henry Lefebvre, é inerente ao urbano.

Partindo da premissa de que é fundamental que se façam contestações à ordem vigente de modo a garantir meios mais adequados às reais necessidades das pessoas, este

capítulo se propõe a articular uma estratégia de pensamento crítico pautada no reconhecimento do potencial das possibilidades que permanecem em aberto à despeito do ímpeto neoliberal.

Para isso, argumento em favor do Comum como instrumento conceitual capaz de articular o real e o possível, isto é, que ao utilizá-lo como uma “lente de análise” é possível visualizarmos processos e práticas usualmente invisibilizados, mas que em certa medida apontam para estruturas organizacionais norteadas por valores mais coletivistas.

O capítulo inicia estruturando uma abordagem calcada no caráter dialético da urbanização contemporânea, reconhecendo ser possível enxergar fissuras criadas pelo avanço do neoliberalismo, sem, contudo, deixar de levar em consideração a capacidade adaptativa do sistema capitalista. Avanzo na discussão apresentando um breve debate de como o Comum pode aparecer como um articulador entre o que esta posto (o real) e aquilo se anuncia como possibilidade (a utopia). Argumento, por fim, que o Comum se apresenta como um aporte capaz de fomentar visões alternativas de desenvolvimento para a Amazônia.

2.1. PARA ALÉM DO PRIVADO: ENXERGANDO O URBANO ATRAVÉS DO COMUM

Na medida em que a produção do espaço urbano adquire, sob o neoliberalismo, um papel instrumental para a contínua reprodução dos aparelhos de acumulação do capital, as cidades contemporâneas aparecem como o espaço primaz de manifestação daquilo que Harvey (2003) chama de “*accumulation by dispossession*”. A possibilidade de extração de valor da terra urbana, através da exploração da mais-valia urbana, expandida pelo refinamento dos mecanismos de acumulação primitiva promovido pelo sistema de crédito e pelo capital financeiro, inseriu as cidades no epicentro das novas formas de espoliação e comoditização de bens comuns (terra, água, alimentos, entre outros).

Todavia, se é no espaço da cidade que melhor visualizamos a violência da acumulação neoliberal, é nele também que melhor se evidenciam construções políticas que contestam a ordem vigente. É o que argumenta Harvey (2012), em outro momento, à luz do papel central dos movimentos revolucionários urbanos – desde os levantes da Comuna de Paris de 1871 até movimentos mais recentes nas praças do Cairo, de Madri e Barcelona, e de Atenas – sobre a potencialização dos discursos anticapitalistas. Uma vez que com as transformações estruturais do capitalismo tardio a produção de mais-valia e a exploração da classe trabalhadora não mais se restringem à fábrica, mas ao contrário, transferiram o campo de tensão para a experiência cotidiana dos processos urbanos, é possível também falar da cidade como o espaço de privilégio das perspectivas que desafiam os poderes políticos e econômicos dominantes do capital (ibidem).

Essa visão de Harvey é notadamente subsidiária da obra lefebvriana, na qual o autor busca embasamento. Em contrapartida à indústria, que promove a destruição da natureza com fins de produzir objetos capitalizáveis, para Lefebvre (1999: 109) a cidade instiga a criação ao proporcionar a proximidade com o diferente; ela “constrói, destaca, liberta, a essência das relações sociais”. A cidade, o urbano, é também o mistério, que oculta um sempre presente lado repressivo que se incorpora às concepções do espaço e nutre a transgressão: “se a verdade se esconde e perde seu sentido, o sentido da verdade pode irromper

a qualquer instante. Até explodir” (ibid.: 11). Contrapondo-se às limitações do urbano-industrial, que se apresenta como uma soma ou uma combinatória de elementos homogêneos e está ligado à ausência ou à ruptura da realidade urbana, o urbano a que Henry Lefebvre se refere difere daquele precisamente pelo fato de se constituir a partir de sujeitos coletivos diversos, de se instituir como espaço diferencial (e não homogêneo):

Dessa forma, os atributos do urbano-utopia, desse urbano lefebvriano, anunciado como espaço da superação do urbano-industrial e que privilegia a coletividade e a solidariedade, a complementaridade e a complexidade, a diversidade e a comunhão, entre outros pares de conceitos que vêm sendo hoje resgatados e reafirmados como virtualidades e perspectivas, dão novo sentido à urbanização extensiva e intensiva dos nossos dias (MONTE-MÓR, 2015: 56).

Menos do que a forma espacial, o urbano restaurado de seu potencial emancipatório aparece como o princípio político garantidor do direito à cidade, entendido como o nosso direito de exercer plenamente nossas capacidades humanas, ativamente participantes das decisões coletivas e totalmente integrados à vida na cidade (Lefebvre, 2001). Assim, é possível enxergar no urbano virtualmente estendido em formas intensivas e extensivas pela urbanização contemporânea, as condições para a emancipação social e a (re)invenção e realização do desejo (Lefebvre, 1999 apud Monte-Mór, 2015).

A esta altura, é possível identificar um caráter controverso na urbanização capitalista contemporânea. Ainda que acompanhado pelo constrangimento dos sujeitos individuais e coletivos, o avanço das formas espaciais rendidas aos interesses de mercado (espaço abstrato) oportuniza também o amálgama de subjetividades diversas e a construção de espaços de experimentação democrática que desafiam a lógica hegemônica do capital (espaços diferenciais). Enright e Rossi (2018a) enxergam estas relações a partir da “ambivalência do capitalismo tardio”, por eles interpretada como o duplo movimento das dinâmicas contemporâneas de acumulação em destruir, mas simultaneamente também produzir a vida e as subjetividades. Em outras palavras, pode-se dizer que ao fazer convergir para um único espaço – fragmentado e segregado, decerto, mas territorialmente circunscrito a uma área delimitada – inquietações que, se estimuladas, podem desafiar a racionalidade neoliberal, a produção capitalista do espaço produz sua própria negação.

Essa perspectiva não nega a incrível capacidade adaptativa do imperativo capitalista em superar os momentos de crise através da privatização e comoditização dos espaços urbanos. Como bem demonstra David Harvey em diferentes momentos de sua vasta obra, a história do capitalismo é atravessada por inúmeros períodos de destruição criativa que impõem ao espaço urbano contínuos ciclos de des- e re-territorialização, durante os quais novos espaços de troca são incorporados à lógica de mercado. Não obstante, o acirramento das privações impostas pelo capital são simultaneamente acompanhados pelo florescimento de práticas e espaços que negam a racionalidade do privado exclusivista e embarreiram a realização da utopia neoliberal de conversão completa da sociedade à racionalidade de mercado. Nesse aspecto, por exemplo,

é possível apontar que à luz da última crise financeira global em 2008 emergiram nas ruas e nas redes uma série de movimentos sociais contestando as medidas adotadas pelos estados nacionais como antídotos para a crise, assim como também multiplicaram-se práticas do cotidiano orientadas por valores mais horizontais de uso e compartilhamento (hortas comunitárias, manifestações culturais autogeridas, tecnologias open-source, para nos atermos a apenas alguns exemplos). A validade da leitura dialética da urbanização capitalista, portanto, reside na sua capacidade de enxergar a urbanização como um campo de produção de práticas alternativas com a potencialidade de aproximar o real e o possível, criando assim aberturas para o não-conformismo.

Para engajarmos em um debate coerente, é necessário reconhecer o distanciamento entre o que idealizamos, isto é, o resgate do urbano como princípio político orientador da vida em sociedade, e aquilo que se coloca como a realidade concreta da vida urbana contemporânea, qual seja a promoção de formas socioespaciais individualistas, que atravancam a realização do urbano na sua forma plena. Com o avanço do urbano-industrial, fomos destituídos da nossa capacidade de pensar e agir coletivamente. Como já discutido, grande parte do aparato ideológico do neoliberalismo agiu no sentido de deslegitimar construções sociais mais horizontais, apresentando a estrutura do sistema capitalista como monolítica. Contestar essa ordem significa evocar novas formas de pensamento e práxis tanto quanto novas estruturas (sociais, jurídicas, econômicas) que balizem as relações daí emergentes.

O entendimento de que nenhum sistema é totalitário é fundamental para essa abordagem. Retomando a leitura de Foucault (1995) acerca das relações de poder, vemos que a resistência é sempre uma contrapartida à dominação. Para o autor, o poder (enquanto condicionador do campo de ação do outro) somente se exerce sobre indivíduos livres, pois “não há relações de poder onde as determinações estão saturadas” (Foucault, 1995: 244). Ao reconhecer a liberdade como pré-condição para o exercício do poder, Foucault nota uma relação de “agonismo” – uma relação que é, ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta – entre o poder e a insubmissão da liberdade, o que implica dizer que os acordos firmados no âmbito das relações de poder estão sempre abertos a contestação. Nessa linha de raciocínio, é possível concluir que, a despeito da força com a qual o neoliberalismo se impõe, as estruturas de poder dadas não são necessárias e imutáveis.

Pois, se é verdade que no centro das relações de poder e como condição permanente de sua existência, há uma “insubmissão” e liberdades essencialmente renitentes, não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se superpor, a perder sua especificidade e finalmente se confundir (FOUCAULT, 1995: 248).

Esse ponto de vista nos encoraja a pensar no “poder” para além dos constrangimentos da razão neoliberal e, a partir de uma perspectiva mais radical e otimista, interpretá-lo como a nossa capacidade de superar os limites das imaginações dominantes. Tal perspectiva transfere o urbano, que enquanto

instrumento político de universalização do direito à cidade (Lefebvre, 2001) permanece no campo virtual da utopia, para o campo das realidades possíveis. Transcender a visão reificada do urbano e da cidade requer um esforço duplamente desafiador de superação da visão unidimensional das estruturas necessárias à reprodução da vida, e a tradução desse pensamento renovado em uma práxis que contenha elementos que promovam a emergência desse urbano ressignificado.

Esse empreendimento, no entanto, esbarra nas possibilidades de ação limitadas pelo programa de desenvolvimento neoliberal. Se para Foucault (1995) a liberdade se constitui como a pré-condição para o exercício do poder, a astúcia do neoliberalismo foi orquestrar regimes normativos que a incorporassem como fundamental, mas apenas no nível do discurso, e não da prática. Foi precisamente assim que ele se autolegitimou como a única alternativa possível, em primeiro lugar; não por meio da coerção física, mas através da violência simbólica de destruição das imaginações políticas. Exploramos as estratégias de atuação e os desdobramentos concretos desse paradigma no Capítulo 1. Conquanto, existe aqui um interessante paradoxo entre “liberdade” e “poder”, que nos parece passível de escrutínio.

Amartya Sen (1999) nota que a racionalidade de desenvolvimento hegemônica se constituiu tecendo uma relação supostamente direta entre riqueza econômica e liberdade de escolha, subordinando a liberdade ao capital. O autor, porém, acusa a natureza contingente dessa conexão, uma vez que o dinheiro é desejado não por ser um fim em si mesmo, mas porque nos garante mais liberdade para vivermos o tipo de vida que temos razão em valorizar. Notadamente, dentro da estrutura capitalista, nosso leque de opções é regulado pela renda, isto é, quanto mais dinheiro se tem, maior a capacidade de se escolher onde morar, o que comer, o que vestir etc., o que reserva o poder (entendido aqui como a capacidade de decidir sobre o nosso próprio destino) apenas a alguns poucos indivíduos e o nega à maioria. Portanto, pode-se dizer que sob a perspectiva neoliberal, a liberdade aparece a posteriori ao poder, contrariando a lógica foucaultiana.

Essa inversão da lógica de exercício do poder nos reaproxima novamente da metáfora do “mundo invertido” (Lefebvre, 1999). A redução das liberdades individuais e coletivas à nossa capacidade de consumo é tributária de um padrão altamente distorcido de desenvolvimento que projeta uma suposta superioridade do mercado à todas as demais instituições, anulando assim toda a complexidade da ordem social:

A verdadeira crítica à sociedade de mercado não é pelo fato dela se basear na economia – num certo sentido, toda e qualquer sociedade tem que se basear nela – mas que a sua economia se baseava no auto-interesse. Uma tal organização da vida econômica é inteiramente antinatural, no sentido estritamente empírico de excepcional (POLANYI, 2000 [1944]: 289).

Trata-se de uma lógica que ao limitar as liberdades, restringe também a criatividade, o conhecimento, os afetos, as relações, e, em última instância, a nossa condição humana. A esteira disso, é uma lógica que curiosamente se coloca também contra o próprio desenvolvimento econômico, uma vez que limita

a diversidade, elemento fundamental para o crescimento da economia (Jacobs, 2001).

Resgatar o papel transformador das cidades requer se posicionar contra esse leviatã. Tais limitações afetam a essência das cidades, que deixaram de ter importância e ao mesmo tempo se tornaram o ponto que irradia a busca por uma nova ética. Para isso, é preciso pensar na economia não mais como “ciência abstrata voltada para a formação de preços, a crematística aristotélica, mas sim como a gestão do espaço de vida, da casa coletiva, o nomos do oikós, sua organização socioambiental, cultural e política. E econômica, claro” (Monte-Mór, 2015: 58). Dessa forma, é possível retomar o real sentido do desenvolvimento, qual seja para Sen (1999) um instrumento que nos possibilite sermos seres sociais completos, capazes de exercitar nossas próprias volições, interagir e influenciar o mundo em que vivemos. Resgatar o urbano político é uma revolução na busca da nossa real liberdade de ação emancipatória.

Ao propor esta abordagem como preferível à leitura neoliberal da sociedade e do espaço, não estamos em nenhuma instância prevenidos de retomarmos o problema do autoritarismo. Como coloca Foucault (1995: 248), “toda estratégia de confronto sonha em tornar-se relação de poder; e toda relação de poder inclina-se (...) a tornar-se estratégia vencedora”. A experiência do socialismo de estado do século XX bem demonstram que os caminhos ditos alternativos podem tornar-se realidade tão problemáticas quanto aquelas as quais pretendiam substituir. No entanto, frente à insustentabilidade socioambiental do paradigma de desenvolvimento econômico vigente a nível mundial, nos parece urgente a necessidade de dedicarmos-nos ao exercício revolucionário de pensar na vida em sociedade e na produção do espaço urbano em outros termos.

2.1.1 NEGOCIANDO O REAL E O POSSÍVEL: O COMUM COMOLENTE DE ANÁLISE

Ir além das restrições das imaginações dominantes e pensar a cidade não como mercadoria, mas como o espaço da vida por excelência, pressupõe o deságio de negociar o que está posto (o real) e aquilo que se anuncia como possibilidade (a utopia). Como viemos argumentando até este ponto, as cidades contemporâneas se apresentam como um campo de constante disputa entre estas duas esferas: enquanto que de um lado, as forças homogeneizantes do capital buscam se afirmar como totalizantes e estender-se a todo o território global, vemos de outro lado forças contrárias que buscam (e não tão raramente encontram) espaço para florescer nos interstícios da racionalidade operante. Entende-se por isso que, a despeito da despolitização dos sujeitos individuais e coletivos e da fragmentação do espaço propostos pelo capital e pelo mercado, as cidades já contêm uma série de processos emergentes de apropriação e experimentação espacial orientados pelo sentido do uso e do compartilhamento que contestam a reprodução do espaço urbano como momento exclusivo da acumulação de riquezas e que dão suporte para um conjunto diverso de vivências.

Entretanto, seja pela incorporação e esvaziamento das grandes narrativas alternativas que suportam essas práticas, seja pela apropriação privada dos espaços nos quais estes processos se desenvolvem, o neoliberalismo carrega consigo a capacidade de anuviar as contestações anticapitalistas. A tarefa, portanto, é construir novas relações que emerjam das dobras dos espaços

abstratos, mas é também trazer à tona aquelas que já se colocam como realidades em andamento.

A leitura de Lefebvre (1999) nos sugere que uma possibilidade está em “reinverter o mundo invertido”, isto é, requalificar a porção particular do cotidiano como o nível mais adequado para se entender o espaço. Ao contrário do que coloca a teoria econômica (neo)clássica, neste nível as relações valorizam o uso em detrimento da troca, quer dizer, são pautadas pela experiência, aqui entendida como o processo de construção subjetiva e material da realidade a partir do pensamento e das sensações (Tuan, 2013). No entanto, essa mentalidade é posicionada no campo cego das relações tidas como superiores (o nível global). Na era do capitalismo tardio, a cidade é atacada por cima pelo Estado e por baixo pela Empresa, que juntos convergem para a sua fragmentação e supressão (Lefebvre, 2001).

Pensar partindo deste marco implica reconhecer a incapacidade da lógica público-privado em oferecer caminhos heterogêneos de realização do urbano-utopia lefebvriano. Frente a este impedimento, encontramos na perspectiva do Comum um campo profícuo para a renovação do pensamento e da ação. Em contraposição ao individualismo, à predominância da propriedade privada, à meritocracia, e a dominância do valor de troca, o Comum postula uma organização da vida orientada pelo uso, pelo compartilhamento, pela solidariedade e pelo coletivismo. No esforço de ultrapassar o entendimento limitante da cidade como objeto de apropriação individual de poucos, enxergamos no Comum uma base conceitual que incita a desobediência e que aproxima a utopia virtual do possível, da realidade concreta.

Como campo de investigação científica, o debate em torno do comum é inaugurado pela obra pioneira de Elinor Ostrom, *Governing the Commons* (1990). Neste estudo, a autora analisa como pequenas comunidades administram o uso de “recursos de acesso comum” (common-pool resources, ou CPR, em inglês) à parte do controle externo do Estado ou do mercado, demonstrando que ainda que falhe em termos de eficiência econômica e produtividade, este modelo de gerenciamento funciona de modo sustentável (Tonucci Filho, 2017). A sistematização de experiências bem-sucedidas de gestão coletiva de recursos comuns em diferentes partes do mundo se posiciona, em grande parte, contrariamente à “tragédia dos comuns”, ideia desenvolvida por Garret Hardin em seu clássico artigo *The Tragedy of the Commons* (1968). A partir de um exemplo hipotético de utilização de um campo aberto de pastagem para animais, o autor desenvolve a tese de que recursos sem donos estão desprotegidos, logo, sujeitos à superexploração e, por consequência, à ruína, propondo como solução que estes bens comuns estejam sempre subordinados a um sistema de coerção mútua, seja pelo Estado, seja pelo mercado (Tonucci Filho, 2017).

Ambas as visões foram criticadas pelo caráter economicista que prescrevem. A noção de Hardin, amplamente embasada no tom pessimista da economia ortodoxa, coloca os recursos de livre acesso necessariamente sujeitos à rivalidade, dessa forma privilegiando a propriedade privada e colocando o público como acessório. Ostrom, por sua vez, a despeito do avanço em relação a economia ortodoxa, descreve relações de coletividade a partir da leitura funcionalista da economia liberal, interpretando assim a maximização da utilidade individual como o viés orientador das experiências de gestão coletiva por ela identificadas

(ibidem).

A grosso modo, a ideia do comum vem sendo renovada atualmente frente ao novo ciclo de privatização e mercantilização de bens comuns que se estende desde a crise de 2008, certamente validada pela concessão do Prêmio Nobel de Economia à Elinor Ostrom em 2009. Desde então, uma vasta literatura produzida em resposta aos “novos cercamentos dos comuns” vem buscando resgatar o comum como um princípio político norteador de uma práxis emancipadora.

Antonio Negri e Michael Hardt foram os pioneiros dessa nova onda de escritos acerca do comum, com o livro *Commonwealth* (2009, “Bem-Estar Comum”, em português), que encerrou a trilogia iniciada por *Empire* (2000, “Império”, em português) e seguida por *Multitude* (2004, “Multidão”, em português). A partir das novas formas de produção imaterial que tornam o capitalismo cada vez mais puro comando e não força produtiva, predominantes na nova estrutura de comando (o Império), os autores enxergam aberturas para o florescimento de forças contra-hegemônicas na forma de um corpo social e coletivo diverso e não-estático (a Multidão) orientado por um projeto político radical embasado no fazer-comum e em novas formas de subjetividade (o Comum):

O argumento central de Hardt e Negri (2009) é que uma sociedade baseada no comum já está se formando pela crescente introdução de elementos cognitivos comuns e reproduzíveis – conhecimentos, afetos, imagens, códigos, etc. – no núcleo central do processo de produção capitalista. Abre-se, portanto, um espaço para gestação do comunismo, tal qual defendido por Marx, por meio das próprias contradições engendradas pelo capital. Tal projeto político atravessa diagonalmente a oposição binária entre socialismo e capitalismo, e entre seus regimes de propriedade correspondentes: o público e o privado, excludentes do comum (TONUCCI FILHO, 2017: 74).

Em debate crítico a esta concepção, os franceses Pierre Dardot e Christian Laval (2016) contestam a “afirmação demasiado simples e factualmente equivocada” de Hardt e Negri de que existiria uma espontaneidade intrínseca à produção do comum diante das novas formas capitalistas de produção e apropriação. Para a dupla francesa, esse posicionamento assume a visão de bens “naturalmente” comuns – quando, de fato, não existiria uma natureza imanente público ou privada a nenhum bem –, e não leva em consideração o real nível de subsunção do trabalho criativo e imaterial às novas formas de expropriação do patrimônio cultural e do trabalho imaterial. Dessa forma, afirmam os autores, Hardt e Negri se esquivam da questão fundamental de saber por quais formas concretas o comum se produz e reproduz hoje. Resgatando as práticas coletivas e as lutas políticas como fontes de instituição e direito, e não apenas como formas de resistência, Dardot e Laval propõem um outro modelo teórico do comum, mais rigoroso, entendendo-o como uma forma de direito que se contrapõe àquele da propriedade exclusiva e absoluta

Como não implica a supressão da propriedade privada, a primazia do comum não exige a fortiori a supressão do mercado. Em contrapartida, exige a subordinação de ambos [mercado e Estado] aos comuns e, nesse

sentido, a limitação do direito de propriedade e do mercado, não simplesmente subtraindo certas coisas à troca comercial com a finalidade de reserva-las ao uso comum, mas eliminando o direito de abuso (*jus abutendii*) pelo qual uma coisa fica inteiramente à mercê do bel-prazer egoísta do proprietário (DARDOT, LAVAL: 2016: 618).

A despeito das divergências entre os autores, ambas as leituras ambicionam reacender a inconformidade com as concepções técnicas, jurídicas e econômicas existentes, direcionando-nos para o entendimento do Comum como o projeto político capaz de fundamentar a emancipação da sociedade neoliberal. Não se trata de uma coisa ou uma qualidade atribuível a um bem específico, mas sim do princípio político que deve refundar todas as relações sociais de maneira a afirmar os poderes imanentes da vida social (Hardt, Negri, 2014; Dardot, Laval; 2016); nem tampouco uma terceira via que se superpõe ao público-privado, uma vez que deve aqui infiltrar e ressignificar as relações aprisionadas neste binário. Como colocam Dardot e Laval (2016), o Comum não é “um” princípio político, mas “o” princípio político. Por “princípio”, entenda-se “o que vem primeiro e fundamenta o resto (...) isto é, um começo que rege e domina tudo o que vem depois”, e por “político” leia-se um processo de deliberação em conjunto, onde todos os sujeitos decidem coletivamente aquilo que acreditam ser justo, não restringindo esse poder a uma minoria de profissionais ou mesmo a uma profissão em particular (ibid.: 615-17). Ele é simultaneamente um conceito filosófico e uma atividade prática, pensamento e ação, um ideal que potencializa o fazer-comum, o agir em coletividade, e aponta na direção de horizontes não capitalistas.

Frente a trajetória dos debates sobre o Comum, brevemente exposta aqui, Enright e Rossi (2018b) identificam duas abordagens principais: de um lado, a linha neoinstitucionalista, que inspirada no texto de Elinor Ostrom, tem sido muito influente na esfera pública e nas principais economias colaborativas; e de outro, a vertente neo-Marxista, que busca defender o comum dos processos de expropriação ao mesmo tempo em que procura identificar produções comunais alternativas ao capitalismo.

Avançando mais minuciosamente no estado da arte contemporâneo do debate sobre o comum, Tonucci Filho (2017) identifica quatro abordagens principais, qual sejam: i) o comum da produção biopolítica, manifesto na trilogia de Hardt e Negri; ii) o comum autonomista da reprodução, exposto a partir do feminismo de Silvia Federici e da economia política de Massimo De Angelis, que o interpretam com base no trabalho de reprodução social; iii) o comum ontológico da comunidade, defendido por Jean-Luc Nancy e Roberto Esposito, entendido menos como produção e mais como experiência ontológica de compartilhamento; e iv) o comum como princípio político, leitura de Dardot e Laval. Em síntese, fala-se então de “comuns”, no plural, em minúsculo, e como adjetivo – no sentido de “bens comuns” – normalmente para se referir a bens naturais de uso coletivo (água, ar, terra etc.), ou produções imateriais (informações, afetos, imagens, conhecimento etc.); ao passo em que diz-se de “Comum”, em maiúsculo, no singular, como substantivo, como um constructo político reorientador da ordem social.

Entrementes ao amplo avanço e aprofundamento das discussões sobre o Comum, pouco tem se observado no que diz respeito à centralidade da cidade

nesse novo debate. A renda da terra urbana, exaurida e ainda assim continuamente explorada por empreendedores imobiliários, transformou a cidade no próprio espaço da exploração e da violência sobre os corpos: “a metrópole está para a multidão como a fábrica para a classe operária industrial” (Hardt, Negri, 2016: 286). No entanto, e precisamente por isso, ela é também o lugar do antagonismo e da rebelião, a “usina biológica” (ibidem). Se a cidade é o lugar onde as pessoas moram juntas, compartilhando recursos e espaços, trocando bens e ideias, ela ocupa um lugar privilegiado na reprodução do comum (ibid.). É nestes termos que Hardt e Negri (2016) falam da cidade como fonte e receptáculo da produção do comum.

A despeito da transversalidade dos temas da urbanização e do comum, Tonucci Filho (2017) identifica que as abordagens disponíveis sobre o comum urbano apenas o localizam na cidade, sem contudo discutir especificamente do que se trata o urbano no comum. O autor então lança mão de uma elaboração ancorada no pensamento de Henri Lefebvre, propondo pensar o comum urbano calcado na vida cotidiana, produto das práticas de fazer-comum baseadas na apropriação, no uso e na autogestão da cidade e do espaço. Por essa perspectiva, Tonucci Filho interpreta como cada vez mais legítimas as lutas pela apropriação do espaço urbano como comum, e as lutas pelo direito à cidade como lutas pela cidade como comum. A partir do caso das ocupações por moradia em Belo Horizonte, ele então argumenta que sob a ótica do comum, muitos dos espaços e recursos encontrados na periferia da metrópole brasileira, comumente relegados à periferia prática e teórica, podem ser melhor compreendidos e valorizados na medida em que demonstram alternativas e experimentações que entrelaçam estratégias de sobrevivência, informalidade, engenhosidade coletiva e reprodução social através de práticas e relações informais de cooperação, compartilhamento ou solidariedade.

Para o que nos compete explorar neste trabalho – que seja a transgressão de pensar a cidade para além da sua concepção capitalista-neoliberal – não buscamos com esta enxuta resenha esgotar a discussão do comum, mas sim apresentá-lo como um arcabouço conceitual capaz de contestar a lógica da propriedade privada e do individualismo possessivo, pilares do sistema capitalista. Empregado como uma lente de análise, acreditamos que o comum traz à tona relações sociais, comumente invisibilizadas, que fogem ao binário público-privado, nos auxiliando assim a visualizar processos socioespaciais que desafiam a lógica privatista e mercantil do neoliberalismo, apresentando assim outras formas possíveis de organização da vida. Em consonância com Tonucci Filho (2017), buscamos:

[...] pensar o comum como produto de uma práxis calcada no compartilhamento, no qual há a primazia do uso (e do valor de uso) em detrimento da troca, assim como de uma forma específica de apropriação que é coletiva e não exclusivista, contra a dominação e a propriedade privada (TONUCCI FILHO, 2017: 123).

O conceito do comum nos oferece um aporte sólido para discutir alternativas de desenvolvimento para as cidades da região amazônica a partir de uma série de processos alternativos já em andamento, como intentamos no próximo capítulo.

PARTE II

**DINÂMICAS
URBANAS
CONTEMPORÂNEAS
NA PERIFERIA
DO CAPITALISMO**



A background of a topographic map with contour lines of varying thickness and spacing, creating a complex, organic pattern of lines across the entire page.

PARTE II

CAPÍTULO 3

NEOLIBERALISMO NA FRONTEIRA

DA REPETIÇÃO DE PROCESSOS A
PROCESSOS INVISÍVEIS

Descobriram ser o real bem mais belo e fascinante que as fantasias, porque o real depende apenas de nós mesmos, de nossa criatividade e da liberdade conquistada.

ROBERTO FREIRE, in *Novas Formas de Amar*, de Regina Navarro Lins (2017)

O interesse pela conquista das riquezas do território amazônico atravessou os séculos, e desde o período colonial até os dias atuais permanece como um dos principais motivadores para a ocupação da região. No entanto, a despeito de uma certa permanência das forças estruturantes por detrás deste processo, majoritariamente conduzidas pelos interesses das elites e do Estado brasileiro, que não raro se confundem, as formas de operacionalização foram profundamente reconfiguradas com o refinamento das estratégias de acumulação capitalista.

Neste contexto, tem notável papel de destaque as transformações ocorridas ao longo do século XX e na passagem para o século XXI. A orientação desenvolvimentista do Estado brasileiro nesse período reforçou a condição de fronteira de exploração da Amazônia sob o discurso do desenvolvimento, que, contraditoriamente à ideologia dominante, imputou sérios passivos socioambientais à região. O avanço dessa lógica no período contemporâneo foi facilitado pela financeirização dos processos econômicos e produtivos, em particular do agronegócio e do mercado imobiliário, à revelia dos impactos deletérios sobre a floresta e as culturas locais.

Buscando evidenciar que a contínua reprodução de tais processos significa a permanência de um fenômeno que invisibiliza outras perspectivas de mundo, por vezes mais virtuosas à realidade amazônica, o capítulo se estrutura em duas partes.

Inicialmente apresento, a partir de uma leitura histórica que foca no século XX como cená-

rio das principais mudanças recentes no tocante à exploração da Amazônia, como as ideologias, os interesses e os agentes do processo de colonização europeia permanecem análogos aos praticados no período atual. Em particular, busco evidenciar que o discurso dominante permanece pautado por um projeto de aplanagem cultural chancelado pelo Estado que busca sobrepor uma realidade exógena díspar em benefício das elites nacionais e regionais.

Em um segundo momento, trago para o centro do debate estudos recentes que contestam a narrativa tradicional na qual a Amazônia aparece como antagônica ao desenvolvimento, apontando para o fato de que muito menos por uma suposta incapacidade das populações tradicionais em sustentar práticas promotoras de desenvolvimento, a condição subalterna da Amazônia se deu em maior peso pela incapacidade dos ciclos de colonização em criarem estruturas organizacionais e produtivas adequadas às particularidades deste território.

Ao reconhecer que anteriormente à invasão europeia, culturas complexas coexistiam em relação de mutualidade não apenas entre si, mas também com a natureza, e que a despeito da descaracterização destes atributos pela incorporação de novos valores, ainda é possível observar traços destas sociedades em práticas reproduzidas contemporaneamente, questiono se resgatar essa história invisibilizada significa também resgatar qualidades do Comum.

3.1. A TRAJETÓRIA DA CONVERSÃO DA AMAZÔNIA

A despeito do acúmulo de conhecimento endógeno, produzido e consolidado por milênios através da simbiose entre os modos de vida tradicionais e o território amazônico, os consecutivos ciclos de modernização impostos sobre a Amazônia desde a invasão portuguesa até o século XXI continuamente negaram e apagaram as potencialidades dessa relação (Becker, 2013).

O projeto de ocupação português, para quem “urbanizar, colonizar e civilizar estavam intimamente associados” (ibidem), agiu nesse sentido tanto no âmbito material, através da dizimação das populações indígenas e da conversão do território a partir de padrões morfológicos europeus, quanto através da violência simbólica de conversão dos índios em “civilizados” pelos jesuítas e da miscigenação forçada entre os brancos e as índias. Esse modelo de colonização buscava aplainar as diferenças culturais como forma de dominação, forçando as comunidades locais a se adaptarem aos métodos produtivos e costumes culturais da metrópole.

Segue-se ao período colonial uma alternância de ciclos de prosperidade e crise, marcados pela ascensão e declínio na extração dos produtos da floresta (castanha-do-Pará, madeira, borracha), que são interrompidos pela interferência direta do Estado brasileiro ao longo do século XX. A exploração do território regional foi então novamente tomada como objetivo crucial para a economia nacional, conservando a lógica do desenvolvimento que enxergava a Amazônia apenas como ativo de acumulação financeira, e não base para a reprodução da vida. Becker (1990) atribui ao Estado um papel central na perpetuação desse paradigma, pontuando três estratégias principais de atuação geopolítica sobre o território: i) a implantação de redes de integração espacial privilegiando o modal viário; ii) o apoio econômico e logístico à indústria e o redirecionamento dos fluxos migratórios para as “terras vazias” da região; e iii) a transferência do controle de determinadas áreas estaduais para a esfera federal.

Nesta trajetória, como dá conta a autora, os arranjos espaciais transitaram de aldeias indígenas para núcleos proto-urbanos que serviam como postos de controle político e militar do território – a exemplo, a cidade de Belém, que surge como um forte próximo à foz do rio Amazonas em 1616. Nos séculos seguintes, estruturam-se como pequenos núcleos de apoio à exploração das drogas do



Figura 11 - Aldeia indígena no Xingu; pintura mostrando a interação entre o homem branco e os índios; representação da cidade de Belém no século XVII; Santarém no fim do século XIX, respectivamente.

sertão, dispersos no meio da floresta, alguns dos quais eventualmente alcançaram a condição de vilas e cidades, atendendo ao propósito de controle geopolítico da região. Já ao longo do século XX, a atuação do Estado influenciou o surgimento de novos centros e a transformação dos já existentes, porém conservando a visão utilitarista que acompanhara a ocupação territorial (Figura 11).

É, pois, oportuno reconhecer que desde a chegada dos europeus, as cidades amazônicas se reproduziram a partir de marcos econômicos e espaciais importados de contextos estrangeiros, negando outros atributos espaciais que melhor harmonizariam com a realidade biofísica e cultural local. O traçado orgânico, que não apenas valorizava o uso eficiente do território como também aproximava as pessoas dos rios e da mata, locais de fundamental importância para as dinâmicas socioeconômicas regionais, foi gradativamente substituído por um tecido mais retilíneo e racionalizado, concebido a partir de planos que se impunham de cima para baixo. A esteira dessas transformações espaciais, novos modos de vida alinhados aos interesses das lógicas dominantes foram sendo introduzidos, gradativamente promovendo a conversão e desvalorização dos valores tradicionais.

Em conversa com a perspectiva lefebvriana, se entendemos o espaço como fonte e receptáculo, ou seja, que influencia e é influenciado pela prática social, podemos argumentar que as transformações espaciais impostas promoveram metamorfoses estruturais na maneira como as pessoas percebem e se apercebem (n)este espaço. O que queremos dizer com isso é que as novas formas espaciais redesenharam também as interações corpo-espaço e, partindo de uma perspectiva capitalista, introduziram essas relações na órbita do individualismo, de regimes privados de propriedade e do lucro em detrimento dos valores mais coletivistas e horizontais que orientaram a ocupação do território por séculos. Assim, a esteira das novas espacialidades, apresentadas como símbolos do desenvolvimento, logo, superiores àquelas já estabelecidas, observa-se uma agressão também às esferas simbólicas, invisíveis, porém essenciais para a manutenção da vida.

Esse entendimento é primordial para compreendermos o quadro mais recente das dinâmicas urbanas da Amazônia, orientado pela racionalidade neoliberal, uma vez que a desvalorização dos atributos sociais e espaciais amazônicos funcionou como uma das ferramentas mais eficazes para a invisibilização de alternativas mais compatíveis com a realidade da região. A seguir, buscamos explorar de que forma o espaço social da região foi sendo (re)produzido de modo a dar sustento à recente transformação das cidades em produtos de mercado.

3.1.1. “CONQUISTAR, DOMINAR, SUJEITAR”: DA CIDADE TRADICIONAL A CIDADE INDUSTRIAL

A grosso modo, pode-se dizer que o interesse político-econômico sobre a Amazônia foi resgatado pelo conjunto de ações reformistas tomadas pelo Estado Novo varguista durante a primeira metade do século XX. Ainda que não enquadrado diretamente no contexto neoliberal, encontramos neste período a formulação do ambiente ideológico necessário para a adesão à “única trajetória possível” proposta pelas medidas neoliberais anos mais tarde.

Fontes:
(a) it.wikipedia.org
(b) pt.wikipedia.org
(c) www.sudoestesp.com.br
(d) histormundi.blogspot.com

Destaca-se em um primeiro momento o projeto da “Marcha para o Oeste”, lançado como um programa de ocupação e colonização das “terras vazias” brasileiras. Inicialmente pensado com o objetivo de firmar famílias no planalto central, o programa acabou se estendendo para as planícies amazônicas com o objetivo de desenvolver economicamente o país sob a plataforma do modelo de substituição de importação, para o qual seria mister não apenas o investimento em infraestrutura e incentivo financeiro, mas a alargamento do mercado consumidor através da incorporação das regiões com ocupação rarefeita.

Essas ações se enquadravam no projeto varguista de reformulação do Estado brasileiro que, orientado pela ideia de “união nacional”, representava não apenas o ímpeto de reestruturação produtiva nacional a fim de promover o desenvolvimento econômico, mas sobretudo a instituição de uma “nova racionalidade” em apoio ao projeto econômico das elites. Para Souza (2009), a ideia da unidade nacional – de que “estamos todos no mesmo barco” – foi utilizada como uma ferramenta fundamental para manipular o imaginário das classes médias urbanas ambicionando produzir um pensamento dominante que justificasse quaisquer ações do Estado, mesmo aquelas que infringissem constrangimentos às classes trabalhadoras. As desigualdades regionais e sociais geradas pela Marcha (o favorecimento às elites do Sudeste) foram, então, contornadas pelo tom patriótico da retórica e da propaganda do Estado (Figura 12), conferindo “autoridade intelectual e um caráter singularmente ‘brasileiro’ à ideologia orgânica do Estado Novo que percebia a nação como superação dos conflitos ‘mesquinhos’ de classe (Souza, 2009: 37-8).

A ideologia da fronteira, ou bandeirantismo, operou um papel fundamental nesse processo (Secreto, 2007; Andrade, 2010). Por essa ótica, a integração nacional viria trazer a atenção que historicamente teria sido obliterada pelo poder central à Amazônia. Como notam Secreto (2007) e Andrade (2010), esse discurso foi amplamente financiado pela visão do escritor nacionalista Cassiano Ricardo e seu livro “A influência da bandeira na formação social e política do Brasil”, de 1959, no qual imputava-se uma visão civilizatória à ocupação das “terras vazias” (Figura 9). O entendimento era o da Amazônia como uma região atrasada que precisava ser civilizada, um entrave para o progresso nacional, mentalidade esta atrelada a uma noção de inferioridade das práticas sociais e espacialidades regionais, que deveriam ser substituídas por outras mais avançadas. A ideia central aqui era que a incorporação do trabalhador rural historicamente negligenciado e seu estabelecimento na Amazônia trariam progresso para todo o país, e consequentemente levaria para a região o desenvolvimento que o Estado estava empreendendo nas regiões centrais (São Paulo e Rio de Janeiro):

No novo estado, não haveria dispersão patriótica e levar-se-ia às regiões esquecidas o Estado que se criara: o desenvolvimento dos grandes centros urbano às populações interioranas, tirando-as do atraso a que até então estiveram condenadas; em outras palavras, o interior estaria não mais isolado, esquecido, mas agora como parte do projeto desse Brasil que busca e ampara seus filhos onde quer que estejam (FERREIRA, 1999: 37, grifo nosso).

A retórica nacionalista-paternalista estava presente em todo o corpo dos



Figura 12 - Exemplos de propaganda do período varguista para fomentar a Marcha para o Oeste.

Fontes:

- (a) memorialdademocracia.com.br
- (b) pt.wikipedia.org



Figura 13 - Exemplos de propaganda estadista para atrair migrantes para a Amazônia nos anos 1940. Fonte: www.unicamp.br

discursos oficiais e das propagandas de governo (Secreto, 2007; Andrade, 2010) (Figura 13). Em um discurso de 1940 que viria ficar conhecido como o “Discurso do rio Amazonas”, Getúlio Vargas manifestou o caráter civilizatório da ocupação da fronteira e da dominação da natureza “selvagem” amazônica como passos essenciais para o progresso nacional:

Nada nos deterá nesta arrancada que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da Terra e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização (VARGAS, 1941: 230 apud ANDRADE, 2010: 461).

Com os primeiros conhecimentos da Pátria maior, este vale maravilhoso aparece ao espírito jovem, simbolizando a grandeza territorial, a ferocidade inigualável, os fenômenos peculiares à vida primitiva e à luta pela existência em toda a sua pitoresca e perigosa extensão. As lendas da Amazônia mergulham raízes profundas na alma da raça e sua história, feita de heroísmo e viril audácia, reflete a majestade trágica dos prélios travados contra o destino. Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta foram nossas tarefas. E, nessa luta, que já se estende por séculos, vamos obtendo vitória sobre vitória (VARGAS, 1941: 229 apud ANDRADE, 2010: 461).

Conquistar, dominar e sujeitar tornaram-se a partir de então os baluartes do paradigma de desenvolvimento dedicado para a Amazônia. Desde o início, portanto, não foram dadas as condições de articular os saberes locais com formas de desenvolvimento sensíveis aos modos de vida locais, uma vez que o Estado brasileiro assumiu uma posição de distanciamento e necessidade de superação da realidade pré-estabelecida, reafirmando uma lógica de submissão da região e dominação da natureza em curso desde o período colonial. Para os trabalhadores que migraram para a região na busca por melhores condições de vida, o cumprimento das expectativas foi apenas parcial (para não falar que foi nulo), porém para as elites o projeto foi altamente benéfico uma vez que atenuou as tensões sociais no campo em outras regiões, garantiu disponibilização de mão-de-obra barata para as elites agrárias da Amazônia, assim como colaborou para fazer presente a autoridade do governo nestes lugares.

Dessa maneira, o conjunto de ações empregadas pelo Estado Novo aparece muito mais como uma estratégia de realização dos desejos das elites do que como um real interesse do governo em garantir direito de acesso à cidadania às populações locais, questão que se torna mais evidente quando confrontamos as imagens de vida nova e fartura usadas para incentivar a migração com a realidade precária e as dificuldades encontradas pelas famílias que se estabeleceram na região durante esse período. Com isso exposto, podemos argumentar em favor de uma ideia de desenvolvimento que se apresenta como “condição para a entrada de uma racionalidade hegemônica baseada nas relações capitalistas e na modernização do consumo” (Monte-Mór, 2015: 66), aproximando-se mais da

ideia de “des-envolvimento” das populações locais de suas práticas socioculturais (ibid.).

O discurso, nesse sentido, ocultou os reais interesses implícitos nesse novo ciclo de colonização da Amazônia. Sua força veio da maneira com a qual ele incorpora reivindicações seculares, como o direito à terra e a ocupação dos “espaços vazios” do Norte, e as reelabora em um projeto político legítimo, que satisfaz expectativas e reproduz ideias há muito consensuais (Secreto, 2007). Por esse ângulo, pode-se dizer que ele se insere no espectro daquilo que Bourdieu (1989) conceitua como “poder simbólico”. A incorporação dos trabalhadores rurais e a integração da região amazônica foram apenas representações simbólicas, encobertas pela falsa ideia de união nacional, que articularam a legitimidade da inserção da região na órbita da racionalidade capitalista e a sujeição da força de trabalho em detrimento das elites. Logo, na esteira desse processo de centralização política e econômica do poder, houve um processo paralelo de apagamento das identidades regionais, no qual a cidadania passou a ser fundamentada na “obrigação ao país”, que negou a diversidade (Ferreira, 1999), individualizando as relações na medida em que embarreirava as relações com o Outro, com o diferente; as identidades de classe e as particularidades regionais deveriam ser suprimidas e substituídas pela identidade nacional. Com a naturalização dessa ideologia contraditória:

Deixa-se de perceber, quando se transforma desse modo “cultura” em “natureza”, o principal: que toda a nossa orientação na vida e toda justificação de nossas ações e comportamentos dependem de “ideias” contingentes e fortuitas, formuladas por outros, e que comandam nossas decisões e julgamentos tanto mais quanto menos temos consciência delas (SOUZA, 2009: 39).

Um outro aspecto relevante de se destacar do projeto estadonovista foi a sua aproximação com os Estados Unidos. Retomando Secreto (2007) e Andrade (2010), vemos que a obra de Cassiano Ricardo, pilar ideológico do projeto homônimo do governo de Vargas, foi fortemente influenciada pelo caráter civilizatório da fronteira estadunidense, que lia a conquista das “terras livres” do Oeste como uma vitória da civilização (brancos) contra a barbárie (índios). Esse posicionamento do Estado brasileiro explicitava uma visão que reconhecia nos EUA o modelo de sociedade ideal a ser alcançado. Com isso, valores e princípios fundadores da sociedade norte-americana – tais como a meritocracia, o individualismo e o direito inquestionável à propriedade privada – foram importados com o entendimento de serem superiores e adotados como os balizadores das relações sociais desta “nova sociedade brasileira” que nascia com o Estado Novo. Esta mudança se apresenta como um marco de transição da influência hegemônica dos projetos políticos e modelos espaciais europeus que, desde o período colonial, pautaram a construção da sociedade brasileira para a dominação de visões de mundo norte-americanas na conformação da estrutura social nacional.

“A comparação implícita e explícita com os Estados Unidos”, que como pontua Jessé Souza (2009:33), “é o fio condutor de praticamente todas as interpretações da singularidade brasileira no século 20”, torna-se ainda mais evidente a partir da entrada dos Estados Unidos na II Guerra Mundial, em 1941.

O reforço ao entrelaçamento desses laços tem motivações majoritariamente econômicas. Visando garantir a dominância sobre todo o continente americano, os Estados Unidos pressionaram o Estado brasileiro a assinar os Acordos de Washington (1943), que dentre outras resoluções, cedia o controle de matérias-primas estratégicas, como a borracha e o minério de ferro, para agentes estrangeiros. É no âmbito dos esforços de guerra que o governo varguista passa a fortalecer a propaganda de recrutamento de trabalhadores, sobretudo no Nordeste brasileiro, como forma de garantir a ampliação da atividade extrativista seringueira, financeiramente amparados pelo capital norte-americano. Em consonância, é também o capital estrangeiro, majoritariamente norte-americano e britânico, que financia a criação da empresa mineradora que mais tarde seria estatizada como Companhia Vale do Rio Doce (CRVD), que “nasceu já umbilicalmente ligada ao mercado externo, com o propósito de abastecê-lo com minério de ferro” (Coelho, 2014: 13).

Em decorrência da influência norte-americana sob as pautas a serem abordadas pelas políticas públicas brasileiras de desenvolvimento regional, as populações locais tiveram pouco ou nenhum protagonismo para decidir ou opinar sobre questões que diziam respeito, fundamentalmente, às suas realidades cotidianas. Dessa forma, é possível dizer que a concentração do poder econômico traduziu-se na dominância do poder simbólico das elites nacionais e estrangeiras, que, a partir de um discurso hegemônico de desvalorização das dinâmicas socioespaciais historicamente praticadas na Amazônia, passaram a transformar a realidade regional com base em práticas culturais e formas espaciais exógenas.

A projeção de construções de mundo que exaltavam a individualidade e a posse exclusiva teve efeitos particularmente nocivos sobre a região, uma vez que os modos de vida que vigoravam até então manifestavam princípios pautados pelo coletivismo e pela comunalidade da terra. Frente às severas dificuldades enfrentadas pelos migrantes – o embate com os índios, as problemáticas logísticas e econômicas para a produção, as dificuldades de acesso à terra e escoamento da produção etc. – e à perspectiva meritocrática defendida pelo pensamento dominante, as “terras vazias” da Amazônia passaram a ser vistas como prêmio para aqueles que persistissem e resistissem aos obstáculos encontrados pelo caminho, dando início a um processo de acumulação fundiária que até os dias de hoje entrava o avanço de melhorias para a região. Esse posicionamento foi compartilhado, sobretudo, pelos novos habitantes da região, os “(auto) denominados desbravadores”, migrantes “pioneiros” que refundariam a região em oposição ao índio (associado ao atraso) (Silva, 2014); são personagens que “tem suas histórias dignificadas na memória social local, mesmo após as “refundações” posteriores” (op. cit.: 211) por estarem associados a suposta superioridade das outras regiões. Por assim dizer, são os novos colonizadores que viriam trazer o tão aguardado progresso proferido pelo Estado, mas que vistos pelo ponto de vista dos locais, foram os promotores da conversão da cultura amazônica.

O quadro ideológico construído por esse conjunto de medidas condicionou um papel secundário ao campo sem, contudo, prover estruturas urbanas capazes de articular melhorias na qualidade de vida tanto da população local quanto dos novos migrantes. As cidades amazônicas tiveram seu valor de uso corrompido pela lógica do dinheiro e do valor de troca generalizado sem limites. A conversão das formas espaciais tradicionais serviu apenas como porta de entrada para o

urbano-industrial, estabelecendo as condições necessárias para a conversão das cidades tradicionais aos moldes do urbano-industrial que se anunciava como a proposta modernizadora.

3.1.2. NEM NAS MARGENS DOS RIOS, NEM NAS RUAS: DA CIDADE INDUSTRIAL À ZONA CRÍTICA

As medidas empreendidas durante os primeiros dois quartéis do século XX serviram de base para as propostas implantadas pelo Estado desenvolvimentista a partir dos anos 1950. Elas asseguraram um nível de comprometimento não apenas com o pacote econômico imposto pelas entidades financeiras internacionais, mas também (e sobretudo) com um conjunto de normas sociais, posicionamento políticos e práticas culturais que retratavam a lógica pré-existente de interação sujeito-espaço como inválida ou menos desenvolvida, em última instância, promulgando uma urgente necessidade de adequação da Amazônia aos moldes do dito desenvolvimento.

Esse processo alcança a região amazônica com mais vigor a partir dos anos 1960. Com a homologação do neoliberalismo como o novo *modus operandis* da razão econômica, a América Latina passou a ser vista como uma nova fronteira de expansão do capitalismo. Por meio de empréstimos realizados junto às entidades financeiras supranacionais, que funcionaram como uma estratégia para aumentar o capital de giro das nações dominantes e assim contornar o tolhimento dos lucros das elites imposto pela crise financeira dos anos 1970-80, os países latino-americanos foram pressionados a filiar-se ao projeto neoliberal. Os esforços dos países do Norte em validar a disciplina neoliberal, em particular os Estados Unidos, desdobraram-se em inúmeros governos autoritários na região, findando por transformar a região em um laboratório de experimentos neoliberais por excelência, como aponta Sader (2009).

Para a Amazônia, isso representou um novo ciclo de exploração e conversão do espaço e da população local. Em função das necessidades produtivas das indústrias do Sudeste brasileiro em termos de mão-de-obra e matéria-prima mais baratas, e dos interesses geopolíticos do Estado militar, os fluxos de migração e de investimentos no grande capital foram novamente redirecionados para os esforços de ocupação da Amazônia. E frente às riquezas naturais e a grande oferta de terras, a integração da região tornou-se prioridade não apenas para a economia nacional, mas também para o capital global. Os governos militares, então, replicaram a visão estadonovista de privilégio às elites, ao grande capital e à escala regional, com o agravante de articular os interesses das elites agrárias com os da burguesia industrial, permitindo aos capitalistas tornarem-se também grandes latifundiários.

Dessa forma, os incentivos fiscais, a oferta de terras e o apoio logístico (a construção de estradas, ferrovias, portos, hidrelétricas) para atrair as grandes empresas e indústrias renovaram o ciclo histórico de subordinação do território amazônico aos interesses de mercado e consolidaram a condição da Amazônia como “periferia da periferia”, reduzida a interesses que não os seus próprios. O favorecimento ao grande capital e a um modelo de planejamento regional que negligenciava o espaço intraurbano deu origem a um ambiente pouco propício à reprodução da vida, caracterizando a urbanização da Amazônia por núcleos que

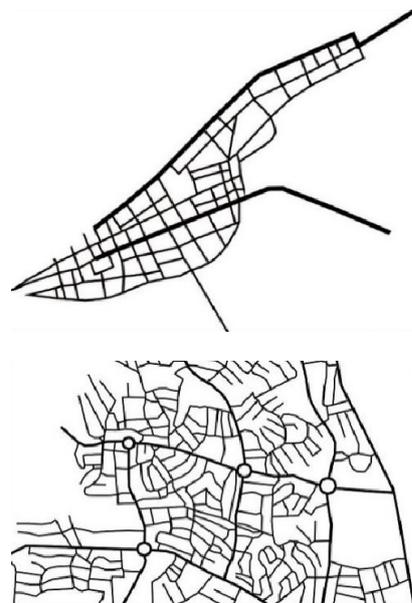


Figura 14 - Estrutura espacial da Marabá Pioneira, e da Nova Marabá, respectivamente. Fonte: PONTES, 2015.

criaram-se como base logística de expansão da fronteira, e não como possíveis polos de articulação de desenvolvimento para a região (Cardoso, Lima, 2006). Nesse sentido, o surgimento espontâneo de novas localidades e o crescimento (populacional e territorial) dos antigos núcleos, impulsionados pelo incentivo à migração em massa, foram acompanhados não por uma esperada melhoria das condições de infraestrutura e serviços (educação, saúde, saneamento), tradicionalmente associados à urbanização, mas pela precarização das condições de vida da população local. Aliçadas do seu potencial emancipatório, as cidades amazônicas tornaram-se apáticos espaços de exploração capitalista:

As novas “cidades” não despertam o envolvimento afetivo de seus habitantes, nem possuem uma identidade local, todavia tornaram-se lugar de concentração de mão-de-obra para a nova produção rural (indústria madeireira, agroindústria) ou local de oportunidade para o trabalhador rural expulso do campo e para os forasteiros aventureiros atraídos pelas frentes de trabalho (CARDOSO, LIMA, 2006: 67).

Exemplo desse processo é a cidade de Marabá, que por décadas se desenvolveu como um entreposto comercial de troca de produtos da natureza, e onde o rio e os espaços livres eram fundamentais para as trocas sociais e econômicas, mas que frente aos projetos empreendidos pelo Estado a partir dos anos 1970 teve sua condição ribeirinha deteriorada pela explosão demográfica e pela superposição do modelo de cidade modernista. Este padrão de conversão pode ser identificado na experimentação urbanística do núcleo Nova Marabá, cujo traçado remete fortemente aos desenhos dos subúrbios norte-americanos, de baixa densidade e dominância do carro (Figura 14):

[...] o plano escolhido [para a construção do núcleo Nova Marabá] tinha como características as baixíssimas densidades, uma hierarquia rígida de sistema viário, a distribuição e desconcentração de atividades, características muito diferentes do núcleo pioneiro, que afastava o convívio do rio e aniquilava a rua como o lugar de convivência (PONTES, 2015: 77).

Estas práticas foram retroalimentadas pelos discursos de estigmatização que dominavam as representações sobre a região. O imaginário de superioridade do centro-sul brasileiro foi atualizado pelas novas frentes de migrantes do Sul e Sudeste que chegaram na Amazônia ao longo dos anos 1970-80 atraídos pelas expectativas de enriquecimento e melhoria de vida. Junto aos “pioneiros” estabelecidos durante os anos de governo varguista, estes “novos” personagens implantaram empreendimentos econômicos que demandavam a “eliminação” de possíveis concorrências pelo domínio do território e seus recursos (Silva, 2014). Dessa maneira, em adição ao indígena, que permaneceu em condição de alteridade, entendido como inferior, o avanço da frente capitalista industrial em direção à região amazônica criou uma narrativa de rebaixamento moral e sociocultural que passou a abarcar também outros grupos de migrantes:

Nesta representação da migração, as contribuições do caboclo e do nordestino são aquelas necessárias ao enfrentamento do trabalho braçal, em

condições extremamente adversas. Além disso, o “nativo”/caboclo é um sujeito em “extinção”, estágio a ser superado. Já a contribuição do “sulista” diz respeito à técnica e à experiência, isto é, deverá ocupar posição de planejamento, de controle do processo e das formas de exploração econômica do território (SILVA, 2014: 216).

Favorecidos pela grande oferta de terras, estes migrantes integraram, via de regra, a estrutural social local como membros da elite, fortalecendo o processo regional histórico de concentração de poder pelas oligarquias fundiárias, compondo uma divisão social do trabalho que trazia elementos da “velha gramática brasileira” (Nunes, 1997) de relacionamento entre Estado e sociedade – o clientelismo, o corporativismo, o insulamento burocrático e o universalismo –, como já apontamos em outro momento (Cardoso, Cândido, Melo, 2017).

O lugar de destaque do sulista expressa, ainda, o posicionamento do Estado brasileiro em relação às cidades da Amazônia. Até o início do século XX prevalecia uma rede urbana dendrítica e de ocupação dispersa que orientava a disposição das cidades de maneira muito mais responsiva às particularidades da região (Corrêa, 2006), reproduzindo os arranjos espaciais secularmente perpetrados pelas populações tradicionais. Neste contexto, a proximidade com o rio era de fundamental importância tanto para a esfera produtiva quanto reprodutiva, uma vez que atendia as necessidades de subsistência, de transporte e de lazer das comunidades ribeirinhas. Com a chegada dos novos atores, esses espaços passaram a ser associados à pobreza e a formas de vida primitivas e tribais, ao passo em que os grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro, foram tomados como o ideal de cidade a ser alcançado. Esse pensamento foi financiado pelos novos migrantes que, trazendo perspectivas de cidade universalmente defendidas como superiores, acabaram por incentivar o processo de conversão dos assentamentos locais a partir dos padrões da metrópole.

O modelo de cidade defendido pelo Estado respondia em grande parte à influência do movimento modernista e do padrão urbanístico dos Estados Unidos; não por coincidência existem paralelos entre o plano da Nova Marabá e os subúrbios norte-americanos. Contudo, como exaustivamente já apontado pela literatura crítica, a inclinação rodoviarista do urbanismo modernista negligenciava a escala humana das cidades, desconsiderando a importância dos espaços públicos. Para o caso particular da Amazônia, a conversão das formas espaciais historicamente praticadas e a resultante omissão das práticas sociais que tinham o rio e a floresta como pontos de apoio dialoga com a tese construída por Leitão (2009) sobre a formação do espaço público brasileiro. A autora associa a negação da rua à planta baixa do sobrado oitocentista, que ao privilegiar os espaços mais internos e elevados da casa, distanciava a vida familiar do espaço público. Em contraste com o espaço privado das casas, que abrigava o convívio dos fidalgos, o espaço público das ruas era o lugar do pobre, do negro, da circulação de animais e do esgoto, interstício residual das habitações, e com isso:

[...] o afastamento da rua, na realidade brasileira, mais do que expressar uma possível escassez de terras, como no caso do Recife, ou a superação dos problemas gerados por uma topografia acidentada, a exemplo de Salvador, indica, também, a permanência dos valores patriarcais na pro-

dução da paisagem edificada da cidade brasileira. Nesse contexto, não surpreende que a rua brasileira, o espaço de todos, tenha nascido feia, suja, fétida, desprestigiada, concebida como o mero caminho em direção à casa, ao espaço que se queria nobre, distinto, fidalgo (LEITÃO, 2009: 237-8).

O não reconhecimento da rua como o espaço fundamental da vida urbana, como descreve Lúcia Leitão, é reproduzido pelo paradigma pós-1970 de urbanização da Amazônia. Neste contexto, a rua/estrada era vista como símbolo do progresso e do desenvolvimento trazido pela indústria, ao passo em que os rios eram associados às práticas e personagens tidos como inferiores. Ao negar o rio, espaço fundamental da vida amazônica, negou-se também o caboclo, o índio, o ribeirinho, enfim, as populações tradicionais; em paralelo, as ocupações de terras firmes foram tomadas como os espaços por excelência das elites – o caso da capital Belém é emblemático nesse sentido. No entanto, o avanço da ocupação para a “beira de estrada” não representou uma valorização desses espaços como locais de convivência, ou seja, não apresentou alternativas para a realização das trocas sociais, o que justifica a atual deficiência na oferta de espaços públicos nas cidades da região. Dessa maneira, no contexto amazônico nem as margens dos rios e nem as ruas apresentam-se como espaços propícios ao exercício da cidadania e da urbanidade.

A imposição de modelos urbanísticos exógenos e a consequente destruição da realidade material das cidades amazônicas foi acompanhada (e alimentada) pelo esvaziamento das identidades locais mediante a valorização dos novos valores atrelados ao desenvolvimento industrial, processos estes que se reforçam mutuamente. Com isso, a instrumentalização das cidades como pontos de apoio à entrada da racionalidade capitalista na região amazônica, em complemento às transformações impostas pelo Estado Novo, destituiu o urbano amazônico que antecedeu as colonizações de seu potencial emancipatório, inserindo-o na zona crítica do eixo proposto por Lefebvre (1999).

3.1.3. DINÂMICAS URBANAS CONTEMPORÂNEAS NA AMAZÔNIA: DA ZONA CRÍTICA À CIDADE MERCADORA

O movimento global de expansão neoliberal de procura por novos territórios capazes de sustentar a reprodução do sistema alcança a Amazônia na passagem para o século XXI através de práticas de exploração atualizadas pelos aparelhos neoliberais. Facilitadas pela financeirização da economia, as frentes de expansão da agropecuária industrial e da mineração mecanizada seguem avançando sobre a floresta, agravando a já frágil realidade socioambiental da região amazônica produzida pelos sucessivos ciclos de exploração desregrada da natureza.

Como nota Coelho (2014) para o caso da mineração, a privatização e a abertura de capital da CRVD foram fundamentais para a intensificação da exploração mineral: a financeirização das commodities, a transnacionalização da empresa e as altas demandas do mercado chinês, possibilitaram um longo período de prosperidade econômica que durou até 2011, quando o preço do minério desvalorizou no mercado internacional, garantindo ativos financeiros

suficientes para a abertura do maior projeto de extração mineral da história em 2014, em Canaã dos Carajás. Por sua vez, Barbosa e Ferrer (2015) apontam, a partir de estudos sobre os impactos do agronegócio da soja em Santarém, que esse tipo de atividade econômica veio para alterar, quando não, extinguir, os direitos básicos de cidadania e as liberdades individuais da população rural e das comunidades tradicionais tendo em vista que

(...) retira pessoas de suas casas, destrói o convívio harmônico do campesinato local em sociedade, impede a propagação e manutenção da identidade cultural, o direito de ir e vir dos cidadãos, o acesso à serviços básicos como saúde, transporte e educação e até mesmo a livre manifestações de cultos (...) Ademais, é obstáculo para a livre manifestação das liberdades individuais da população rural, que tem restrita suas potencialidades de desenvolvimento socioeconômico, suprimida sua identidade cultural, reduzido o papel de participação cidadã, assim como o contato com a terra, o que dificulta ainda mais as chances de dar continuidades a seus modos de vida, se saber criar, fazer e viver, tal como era feitos por seus antepassados (BARBOSA, FERRER, 2015: 43).

Na atual fase do capitalismo neoliberal, essas atividades de capital intensivo acendem o interesse das empresas imobiliárias em função das expectativas de lucro geradas pelo crescimento populacional e pelo montante de dinheiro investido. Na Amazônia, em particular, onde a grande quantidade de terras e o processo histórico de grilagem fundiária facilitam a atuação do grande capital, a agropecuária e a mineração serviram como o “abre-alas” para as grandes empresas imobiliárias nacionais, que principalmente a partir de 2010 passaram a atuar com notória intensidade nas cidades da região; não por acaso é nas “cidades da mineração” e “da soja”, como Marabá e Santarém, que se encontram grande parte dos investimentos em urbanização induzida pelo mercado. A partir desses polos regionais, a ação especulativa se espraia em direção aos centros urbanos de menor porte, criando uma estrutura multiescalar de exploração privada da renda da terra que atravessa todo o território regional: apenas no Pará, a Buriti Empreendimentos, uma das empresas nacionais de maior expressão no mercado imobiliário da região Norte, possui empreendimentos em 13 municípios, 5 dos quais possuem menos de 50.000 habitantes (Tucumã, Eldorado dos Carajás, Canaã dos Carajás, Ourilândia e Xinguara) .

A associação do mercado imobiliário ao mercado financeiro criou um padrão de urbanização típico da fronteira econômica, onde a construção de loteamentos urbanizados e condomínios horizontais e verticais tornou-se o principal indutor de crescimento urbano. Em agravo, centros de consumo (shopping-centers, grandes cadeias de lojas nacionais e internacionais) emergem à esteira desses empreendimentos imobiliários como mediadores das relações de lazer . Dessa forma, a sobreposição de formas urbanas que coadunam com os valores de mercado acabou inserindo também as relações sociais na órbita do capitalismo. Com efeito, contemporaneamente, as cidades amazônicas enfrentam um cenário de aprofundamento da crise urbana e de empobrecimento das trocas sociais.

Com o neoliberalismo, o desenvolvimento urbano na região parece



Figura 15 - Exemplos de conjuntos do PMCMV em cidades paraenses.

atender a uma espécie de protocolo urbano, no qual a habitação capitalizada, o shopping-center, a grande avenida etc. compõem um “enxoval básico” necessário para que uma cidade seja reconhecida como tal – influência da tradição urbanística ocidental que apenas legitima modelos de cidade que reproduzem a lógica industrial. Estas novas morfologias buscam reproduzir o padrão urbanístico dos grandes centros, entretanto, orientadas pela lógica do “custo mínimo, lucro máximo”, mostram-se adaptações incompletas que claramente não atendem aos mesmos níveis de urbanidade. Estes espaços recriam artificialmente os locais de moradia e lazer tradicionalmente representados pela cidade aberta (sem muros) e pela praça, e simulam uma representação idealizada da vida que não é real porque não integra o sentido de uso e de comunalidade essenciais para que a cidade se constitua como objeto político. Construída entre muros, as cidades amazônicas reafirmam a lógica privatista que mediou a relação do brasileiro com o espaço público desde o período colonial (Leitão, 2009), inibindo a ação coletiva e a vida em comunidade.

Em consonância com o movimento global de fusão entre os interesses do Estado e do mercado, a capitalização do espaço urbano brasileiro nas últimas décadas foi corroborada pela ação do Estado, inclusive pelos governos progressistas do Partido dos Trabalhadores (PT), sustentada pela financeirização do mercado imobiliário no Brasil. Nesse sentido, podemos destacar o papel do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na transformação das cidades em mercadoria (Figura 15). Como observa Mariana Fix (2011), ao passo em que o programa buscou estender o sonho da casa própria às classes menos favorecidas, atendendo a uma demanda social histórica, o fez segundo critérios do capital (ou mais especificamente da fração do capital representada pelo circuito imobiliário), viabilizando assim menos a implementação dos instrumentos de democratização do acesso à terra do que a maximização dos lucros das empresas. Este modelo mercantil de provisão de habitação incentivou o espraiamento das cidades, e ao passo em que garantiu a captura e transferência da renda da terra para as elites, onerou social, econômica e ambientalmente o poder público e a maior parte dos habitantes das cidades.

Na região Norte, o programa PMCMV viabilizou a operação de grandes empresas nas cidades com maior capacidade administrativas ou de maior acúmulo de investimentos (Cardoso, Melo, Gomes, 2013), onde o foco esteve na produção em larga escala, e segundo os padrões mais adequados para o gerenciamento das obras. Nas cidades paraenses isso resultou em ampliação do perímetro urbano, impacto ambiental, e formação de bolsões de habitação carentes de serviços e equipamentos urbanos (Cardoso et al., 2014; Melo, 2015; Gomes et al., 2017), com impactos potencializados nos municípios de pequeno porte, onde prevalece a incapacidade administrativa de gerir as rápidas transformações (Holanda, Santana, 2015).

Outrossim, a trajetória histórica de desmantelamento das identidades amazônicas, fortalecida pela ocupação da região por povos cujas culturas foram interpretadas como mais desenvolvidas, operou um papel fundamental no processo de conversão das nossas cidades em ambientes pouco convidativos à reprodução da vida. A modernização das cidades amazônicas foi pautada pelos interesses da elite fundiária, segundo as referências de metrópoles nacionais (ex.: aeroporto, shopping center, condomínios), sem atenção para as condições

Fontes:

- (a) augustoalves.com
- (b) correiodecarajas.com.br
- (c) www.minhavidaminhacasa.com

socioambientais locais. Essa elite urbana, constituída de pioneiros, sustentada pela retórica da desvalorização das dinâmicas nativas, foi historicamente beneficiada pela concentração de terras, e tornou-se articuladora entre o mercado imobiliário e o capital global, como ilustram os casos de Marabá e Parauapebas. (Melo, 2015).

Frente a este quadro, pode-se argumentar que a urbanização contemporânea na Amazônia segue na contramão das práticas urbanísticas mais responsivas às realidades social e ambiental atualmente em curso nos países de centro (Hall, 2014), e permanece reproduzindo um modelo de cidade ultrapassado, associado a um paradigma de desenvolvimento que implica na supressão da cobertura vegetal, na interferência dos ciclos hídricos e no desmantelamento dos modos de vida locais. Com a financeirização das atividades econômicas, e em particular com a criação de ativos financeiros de base imobiliária, esses processos se agravaram nos últimos anos. As novas relações entre capital e trabalho inseriram as cidades da região no epicentro do processo contemporâneo de urbanização capitalista, articulando diretamente o global e o local, e concebendo novos arranjos espaciais e institucionais que parecem anunciar aquilo que Moura (2012) trata como o fim da era das metrópoles.

No tocante aos novos espaços urbanos emergentes desta miríade de processos, Cardoso et al. (2018) apontam três tendências básicas que interligam urbanização e desenvolvimento na Amazônia. A primeira seria caracterizada por intensas transformações econômicas, sociais e espaciais em um curto período de tempo, e estaria ligada a áreas afetadas por sucessivos ciclos de crescimento e reestruturação, como Altamira, cidade da região do Xingu que foi atravessada por ciclos de modernização desde o século XVIII; uma segunda tendência estaria relacionada às reconfigurações urbano-regionais que deram origem à arranjos espaciais policêntricos, polimórficos e multi-escalares diferentes de qualquer estrutura já experienciada nos ciclos de urbanização capitalista da Amazônia, manifestas principalmente pelas propostas de metropolização de importantes polos regionais que não a capital, como Marabá e Santarém; e uma terceira e última tendência é representada pela apropriação da produção por frações do capital em cidades já existentes em decorrência de políticas neoliberais pró privatização que visam encorajar investimentos internacionais, como no caso de Belém.

Por essa perspectiva, na Amazônia a trajetória de conversão das cidades tradicionais em cidades industriais parece atravessar a zona crítica (Lefebvre, 1999) e suceder-se na consolidação da cidade-mercadoria, fazendo reverberar a ideia tatcherista de que não existem outras alternativas. Argumentamos no próximo tópico que este é apenas um dos pontos de vista possíveis.

3.2. RESGATANDO O COMUM NA AMAZÔNIA? LIÇÕES DA AMAZÔNIA PRÉ-COLOMBIANA

Falar em Amazônia remete ao exótico, ao místico, ao desconhecido. A região evoca imagens de grandes rios e florestas, animais e plantas estranhos, e povos que vivem em cabanas no meio da mata fechada. Assim, via de regra, pode-se dizer que “desenvolvimento” não entra como uma das palavras usualmente relacionadas à Amazônia. Dos primeiros relatos das incursões europeias, ao

discurso dos grandes projetos do período militar brasileiro, à recente fase de incorporação da região ao mercado global, a Amazônia foi continuamente interpretada como um vazio a ser preenchido, terra de povos com culturas primitivas e sem complexidade social, lugar do atraso e do subdesenvolvimento. A ideia do colonizador branco como emissário de um progresso tão desesperadamente necessário aos índios, apenas reformulada contemporaneamente em perspectivas materiais e simbólicas que privilegiam visões de mundo oriundas do Norte Global, tornou os povos amazônicos passivos quanto à construção da sua própria história.

Essa condição é tributária da hegemonia do pensamento anglo-europeu sobre as representações da região até meados do século XX. Fala-se aqui não apenas dos relatos etnográficos dos religiosos que se aventuraram a desbravar a região ainda no período colonial, e que até hoje servem como lentes de análise para a pesquisa, mas também de produções acadêmicas mais recentes que reforçaram a condição de subalternidade da Amazônia. Durante uma considerável parte do século passado, esse mito do primitivismo foi sustentado por estudos como os de Julian Steward e Elman Service, que interpretaram as instituições e as culturas das sociedades indígenas da América do Sul, incluindo aqui os índios da Amazônia brasileira, como menos complexas que a de outras sociedades pré-modernas (Saidler, 2015).

Essa racionalidade de matriz exógena vem sendo contestada por achados históricos recentes que, à luz de uma nova visão crítica emergente desde os anos 1980, desafiam os posicionamentos dominantes na pesquisa arqueológica e antropológica (Schaan, 2008; Lopes, 2017). É cada vez mais volumoso o amálgama de pesquisas que sugerem a presença de grandes sociedades agricultoras e ceramistas sedentárias na Amazônia, com expertise e refinamento tecnológico suficientes para lidar de maneira harmônica com a floresta (Roosevelt, 1992; Heckenberger, 2005). Acredita-se que estes povos se organizavam politicamente e viviam em aldeias com estruturas tidas como urbanas (pontes, diques, estradas) que podiam abrigar até 50 mil pessoas, o que impugna a ideia da região como um grande maciço verde ocupado por populações sem complexidade social.

Uma das pioneiras desse movimento foi a norte-americana Anna C. Roosevelt, cujos estudos iniciais, concentrados sobretudo na região do baixo Amazonas ainda nos anos 1980, contribuíram para recusar a noção da ausência de complexidade social na Amazônia. Entre seus achados, estão maciços sítios de habitação em várzeas que dariam conta de uma ocupação pré-histórica muito mais substancial e sedentária do que aquela fraca e nômade identificada pelos primeiros investigadores da região (Roosevelt, 1992). Para ocupar essas áreas alagáveis, esses povos dominaram técnicas de terraplanagem e de cultivo em campos elevados, o que demonstra um alto grau de refinamento tecnológico e conhecimento das dinâmicas naturais da floresta. Ademais, a identificação de múltiplos estilos cerâmicos e o grande número de cemitérios revelaram expertises técnicas e rituais simbólicos irrealizáveis em sociedades pouco complexas, corroborando com a hipótese de que os índios amazônicos foram capazes de superar a “pobreza ambiental” da floresta e constituir sociedades altamente organizadas.

No entanto, ao passo em que avança no entendimento das dinâmicas sociais que se desenvolviam antes da chegada dos europeus, ao falar em cacicados complexos no interior de uma estrutura de baixa complexidade, Roosevelt tende a

reforçar as categorias limitantes da literatura dominante, permitindo às sociedades pré-colombianas apenas subirem um nível no esquema evolucionário (Fausto, 2000 apud Saidler, 2015). Contestando essa visão unidimensional a partir da perspectiva da arqueologia inter-relacional, Magalhães (2016) discute o determinismo do evolucionismo cultural pelo qual as sociedades complexas são irremediavelmente associadas a um Estado centralizador do poder, argumentando que se na Amazônia existiam sociedades com forte tendência centralizadora, essa centralização política não se assemelhava com a noção hobbesiana do Leviatã de Estado, como em outras partes do mundo. Ao contrário, argumenta o autor, a perfeita integração do homem aos diferentes ambientes e particularidades territoriais, desligada do controle centralizado e do domínio da natureza através da cultura, seriam indicativos não da falta de complexidade das culturas amazônicas, mas manifestações de outras formas de organização sociopolítica cujas relações de poder estruturavam-se menos pela exclusão do que pelo compartilhamento de poder.

Esse entendimento parece ser reforçado pelas pesquisas de Michael Heckenberger sobre a organização espacial dos povos amazônicos. Investigando a região do Xingu, o autor e seus colaboradores identificaram uma intrincada trama formada por clusters de assentamentos hierarquizados, cada qual formando uma unidade política individual (polity), que integrada às demais formava uma rede regional (peer-polity) que se estendia por milhares de km², constituindo um padrão “galáctico” de urbanismo pré-histórico (Heckenberger et al., 2008). Cada polity tinha sua área central fortemente planejada, consistindo de grandes cidades muradas ligadas entre si e a um centro ritualístico por grandes estradas (que poderiam chegar a até 40m de largura) no eixo Leste-Oeste, por sua vez conectadas por estradas vicinais em outras direções a vilas menores que eram versões reduzidas e não-muradas das cidades maiores (Heckenberger, 2009, 2013). A localização precisa de cada assentamento na estrutura regional a partir da posição do sol revelou um refinado esquema espacial multicêntrico e fractal no qual a predominância da orientação Leste-Oeste se repetia também na organização interna das cidades e chegava até o nível da casa.

No sítio arqueológico X11 (Figura 16), um dos mais estudados por Heckenberger e sua equipe, foram encontrados vestígios de uma cidade pré-histórica murada por paliçadas de madeira e circunvaladas (com fossos de 2 a 3m de largura e até 10m de profundidade), com uma ampla praça central, com forte valor simbólico para os rituais, de onde saíam as estradas que interligavam a rede regional de polities (ibidem). Essas cidades pareciam ser rodeadas por pequenas áreas de produção agrícola intercaladas por “jardins” (porções de gramíneas e matagal), e estar circunscritas em bolsões de floresta diferentes da mata selvagem que ocupava os interstícios entre os clusters, indicando que houve algum tipo de manejo nessas áreas. A harmoniosa integração desses assentamentos ao meio biofísico, o padrão-multicêntrico e a gradação sutil entre áreas habitadas e a natureza circundante, levou Heckenberger (2013) a tratar desses espaços como “cidades-jardim tropicais”, em alusão à proposição de Ebenezer Howard (Howard, 1898).

Esses achados parecem conversar com os resultados iniciais da pesquisa de Stenborg et al. (2012), que distingue três padrões principais de ocupação para a região de Santarém (Baixo Amazonas): i) o primeiro, que consiste de

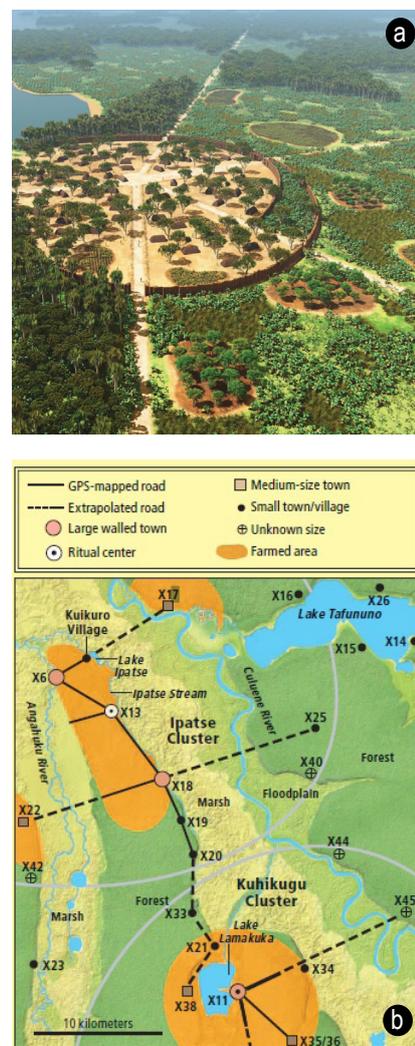
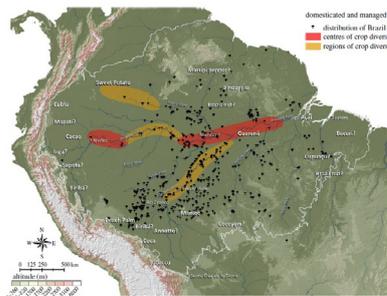


Figura 16 - Imagem de reconstituição do sítio arqueológico X11, e estrutura regional de aldeias do Xingu, segundo Heckenberger. Fonte: HECKENBERGER, 2009.



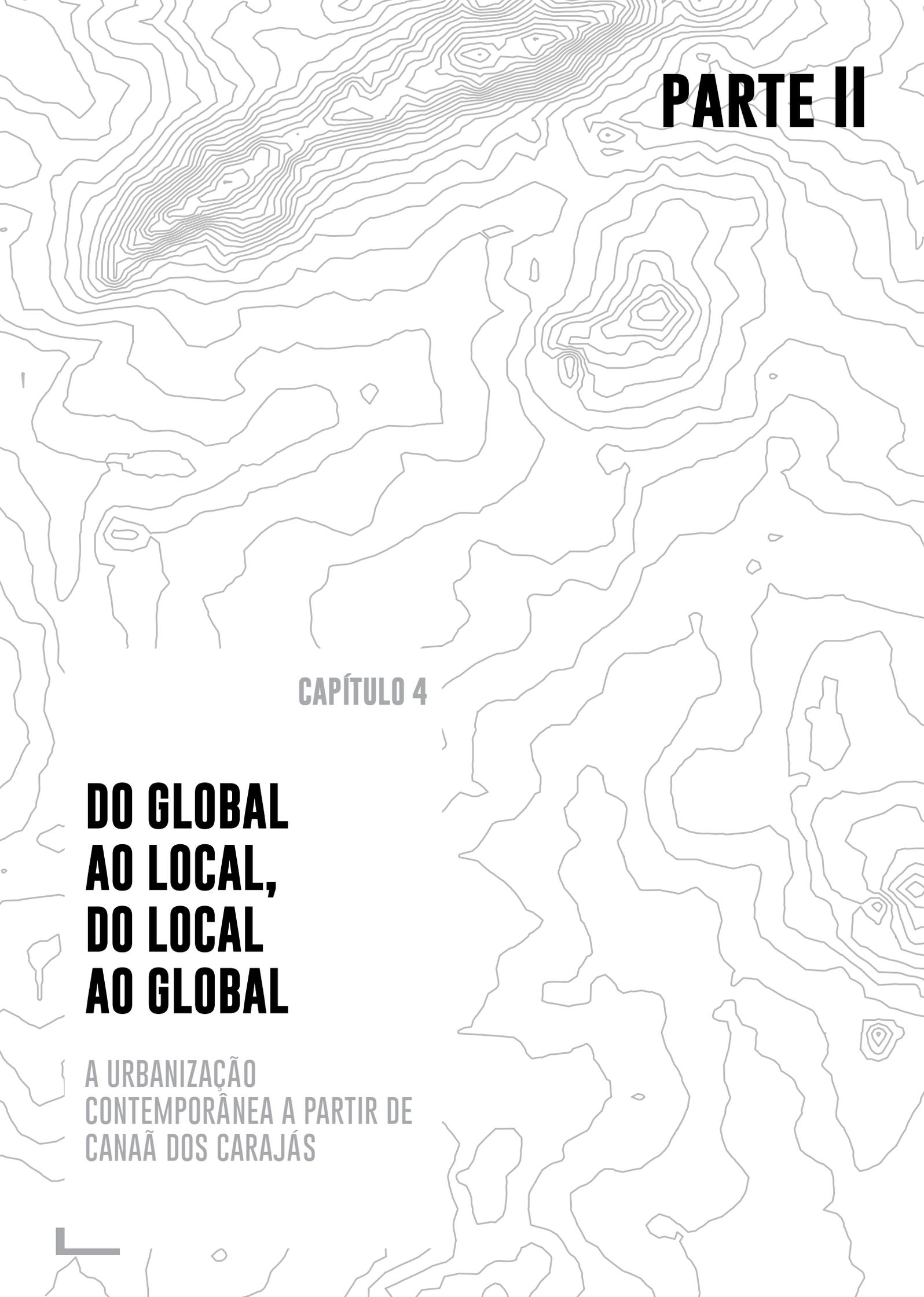
grandes depósitos de terra preta em áreas de cota baixa próximas aos principais cursos d'água, podem ser interpretadas como grandes centros populacionais; ii) o segundo, de tamanho semelhante porém com menor concentração de material cultural e terra preta e não restrito às proximidades dos maiores rios, podem ter sido áreas cultiváveis ou regiões de ocupação de menor duração; iii) e a terceira categoria, composta por áreas menores, de acesso restrito à fontes de água superficial e com diferentes níveis de concentração de terra preta, parecem ter tido uma variedade de funções durante suas ocupações.

O florescimento de evidências que indicam a habilidosa capacidade de planejamento da paisagem pelos povos amazônicos do passado nos permite pensar nos fortes vínculos entre homem e natureza estabelecidos pela relação de proximidade com a floresta e os rios. Clement. et al. (2015), por exemplo, identificaram que pelo menos 83 espécies de plantas foram domesticadas antes da chegada dos europeus por meio de técnicas de enriquecimento do solo e ciclos de rotação de colheitas. Levis et al. (2012 apud Clement et al., 2015), em paralelo, identificaram concentrações expressivas de espécies vegetais úteis para o homem em distâncias de até 40km das margens dos grandes e pequenos rios, sugerindo que estes povos detinham o conhecimento de como se beneficiar das áreas de várzea para praticar a agricultura (Figura 17). De fato, já existe um certo consenso acerca das determinações antropogênicas sobre a biodiversidade da floresta. No entanto, para além da realidade tangível, a longa tradição de interação próxima entre os índios e o meio ambiente aponta que a influência foi recíproca, isto é, os povos indígenas também foram fortemente influenciados pela natureza, criando um rico universo cosmológico que sustentou trocas simbólicas e materiais muito mais respeitadas e sustentáveis entre os homens e entre estes e a natureza (De Castro, 1998; Roosevelt, 2017).

O que este novo grupo de estudos traz à tona é de importância basilar para o entendimento da Amazônia contemporânea e para os debates sobre o futuro da região. Em conjunto, eles revelam organizações sociopolíticas que, reguladas por relações mais horizontais e pelo contato próximo com o meio que habitam, foram capazes de conceber estruturas espaciais muito mais eficientes do que os modelos exógenos incorporados a partir da chegada dos europeus. Tal perspectiva nos permite questionar os paradigmas de desenvolvimento e os modelos urbanísticos impostos sobre a Amazônia, e lançar luz sobre outras formas possíveis de desenvolvimento e cidade mais alinhadas aos valores de sustentabilidade historicamente praticados na região.

É certo que não podemos voltar ao passado, mas olhar para a maneira como os povos da floresta viviam em sincronia com a natureza pode nos ensinar uma ou duas lições válidas para discutirmos possibilidades de futuros alternativos para a Amazônia. Muito mais que puro exercício acadêmico, esses novos pontos de vista nos ajudam a resgatar vozes há muito perdidas e pensá-las como sujeitos ativos de sua própria história.

Figura 17 - Acima, áreas de diversidade genética de espécies utilizadas pelos indígenas. Abaixo, áreas com alta densidade de solo antropogênico. Fonte: LEVIS et al., 2015.

A background of a topographic map with contour lines of varying thickness and spacing, representing elevation. The lines are light gray and cover the entire page.

PARTE II

CAPÍTULO 4

DO GLOBAL AO LOCAL, DO LOCAL AO GLOBAL

A URBANIZAÇÃO
CONTEMPORÂNEA A PARTIR DE
CANAÃ DOS CARAJÁS



Vimos até aqui que o modo de produção capitalista do espaço é marcado por uma contradição central: ao passo em que reconfigura a forma das cidades e as estruturas sociais no sentido de cristalizar problemáticas históricas, ele também potencializa a emergência de contra-processos reincidentes em se adequar às normativas universalizantes do neoliberalismo. Isto implica reconhecer, como o fez Henry Lefebvre, que a despeito do ímpeto transformador do capital, o avanço do tecido urbano industrial-financeirizado é acompanhado também pelo germe da politização do espaço – o urbano-utopia –, manifesto na infinitude de identidades sociais e práticas espaciais insurgentes contemporaneamente (Monte-Mór, 2015), que se materializam de diferentes maneiras e em diferentes escalas, indo desde os grandes movimentos sociais nas metrópoles à práticas sociais alternativas que se desenvolvem no “nível microscópico” do cotidiano.

Os territórios afetados pela atividade mineadora oferecem campo fértil para investigar estas dinâmicas. Isto porque, de um lado, manifestam os impactos crescentes das forças globais dominantes sob o tecido social, econômico e ambiental das comunidades locais, enquanto que de outro fornecem pistas sobre como tais comunidades buscam influenciar seu próprio desenvolvimento face à, e comumente à despeito de, tais forças econômicas globais (Martinez-Fernandez et al., 2012).

Neste capítulo, apresentamos o estudo de caso desta dissertação – o município e a cidade de Canaã dos Carajás – como um microcosmos do paradigma contemporâneo de produção do espaço. A cidade, criada durante o período de recrudescimento das políticas neoliberais ao fim dos anos 1980, foi sendo modelada seguindo o “livro de receitas” do neoliberalismo, e em razão disso apresenta contrastes de riqueza e precariedade, gerados pela sujeição ao capital. No entanto, ao nos debruçarmos sobre o cotidiano vivido da cidade, é possível identificar uma série de práticas, por nós interpretadas como micro-resistências, que coexistem de modo não organizada, mas que ainda assim representam obstáculos à sujeição completa do território socioespacial de Canaã dos Carajás aos ensejos do capital.

Assim sendo, as páginas que se seguem serão dedicadas à análise de como os processos que conceberam e modelaram o território canaãense se interligam com os processos globais descritos até aqui como inerentes ao sistema capitalista, e quais as respostas locais geradas pela adaptação de tais processos à esta realidade particular. Objetiva-se, com essa estratégia, responder a uma questão central: existe disputa entre as lógicas distintas de apropriação do território de Canaã dos Carajás ou o condicionamento deste lugar pelas forças do capital é inexorável?

4.1. MINERAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: DESENVOLVIMENTO PARA QUEM?

Nos últimos cinquenta anos, a mineração industrial se concretizou como um dos principais aportes de capital responsáveis por dinamizar a porção oriental da Amazônia. O processo de valorização industrial de recursos minerais, iniciado na década de 1940 com a exploração das reservas de manganês da Serra do Navio, no então Território Federal do Amapá, permaneceu ao longo dos governos militares, através da implementação de planos federais de desenvolvimento regional que destacavam o papel da produção mineral, e dos recentes governos democráticos, sob os quais a atividade mineradora incorporou mecanismos de financeirização, como um dos principais alicerces da economia nacional brasileira (Monteiro, 2005). No entanto, a despeito da ideia de que tal atividade promoveria o desenvolvimento local dos territórios afetados, o que se observa na prática é que a mineração também gerou (e permanece gerando) uma série de passivos sociais, espaciais, econômicos e ambientais que contradizem esse discurso dominante.

Questionando se a atividade de extração mineral tem se convertido em desenvolvimento sustentável (dáviva) ou em um acúmulo de problemáticas (maldição), Enriquez (2007) conclui, a partir do estudo comparativo entre os quinze maiores municípios mineradores brasileiros e outros quatro municípios canadenses, que a mineração carrega a potencialidade de gerar oportunidades, porém seu aproveitamento não ocorre de modo automático. Para tal, seriam necessárias novas estruturas de regulação, controle e aplicação dos recursos capturados (sobretudo a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM), assim como o reforço das medidas já existentes, para que tal atividade promovesse não apenas o surgimento de polos de crescimento, mas a transformação desses em polos de desenvolvimento. Nesse sentido, o papel da governança local que, como destaca a autora, certamente não se exerce sem limitações oriundas de outros níveis institucionais que extrapolam a escala local, seria de fundamental importância para a melhor aplicação do gasto público em ações de desenvolvimento socioambientais intergeracionais.

Todavia, nos parece que o contexto material-histórico de formação dos territórios em questão não foi um ponto-chave nesta análise. No caso particular da Amazônia, onde boa parte das municipalidades impactadas pela mineração

surgiu a partir dos interesses das elites locais em capturar as vantagens político-econômicas dela decorrentes, transferir para o poder local a responsabilidade de promover instrumentos de desenvolvimento sustentável pode incorrer menos em práticas socioambientalmente mais justas e mais em privilégios aos estratos sociais mais altos. Sendo assim, entendemos que seja necessário não apenas o reforço ao uso dos instrumentos de compensação já existentes, em grande parte concebidos de forma a privilegiar a ação da mineração, mas principalmente a discussão sobre outros modos de utilização do território, que se valham do conhecimento endógeno acumulado e dos padrões produtivos previamente estabelecidos para conceber novas estruturas econômicas que sejam, de fato, sustentáveis.

Nesses termos, nosso entendimento se aproxima mais ao de Monteiro (2005), qual seja o de que a mineração, na verdade, reproduz uma lógica de desenvolvimento de exceção. Investigando as implicações da produção mineral industrial na Amazônia Oriental, o autor sustenta que a atividade minerometalúrgica não foi capaz de impulsionar o desenvolvimento de base local, uma vez que é altamente dependente de padrões tecnológicos, de inovação e organização exógenos; é amparada por políticas tributárias que representam interesses de parcelas do capital e estratos sociais presentes em regiões mais desenvolvidas economicamente; requer uma concentração de capitais que é somente efetivada extra-regionalmente, enfraquecendo a região como local de decisão; demanda processos produtivos desenvolvidos e implementados em outros contextos sociais que, incapazes de interagir com a diversidade social regional (indígenas, quilombolas, camponeses, empresários locais etc), assumem uma posição conflitante e antagônica com a realidade local; patrocina práticas ambientalmente deletérias, que não raro delegam gravíssimos problemas ambientais (não-recuperação das áreas de exploração, envenenamento dos lençóis freáticos, assoreamento de cursos d'água etc.) como herança mesmo após o fim da exploração mineral.

Não obstante esse amálgama de processos geradores de graves passivos socioambientais, a mineração permanece se justificando pela ideia do desenvolvimento. Não é incomum ouvir moradores de localidades onde a mineração é atuante se referirem ao processo de intensas transformações como “desenvolvimento” ou “progresso”, ainda que elas resultem em maiores dificuldades no dia-a-dia. Incapazes de compreender a estrutura macro que orienta a implantação de um projeto de mineração, essas populações acabam se atendo às melhorias melhor sentidas na escala cotidiana: o asfaltamento de ruas, melhoramento do sistema de saneamento básico, construções de escolas e hospitais etc. É compreensível que para estes indivíduos, que durante toda a vida conviveram com a ausência da provisão mínima de tais serviços, a melhoria da infraestrutura seja interpretada como desenvolvimento; porém, estas mudanças imediatas camuflam os impactos negativos a médio e longo prazo promovidos pela mineração.

Este fenômeno pode ser explicado pelo que Coelho (2014) chamou de “discurso do desenvolvimento pela mineração” (DDM), a utilização da retórica da criação de empregos e da captação de renda por meio de impostos como forma de convencimento das localidades atingidas pela exploração mineral: “Por meio do DDM, a mineração surge como sinônimo do desenvolvimento de toda a sociedade, e não apenas de partes dela, se colocando como solução

para a pobreza” (Coelho, 2014: 64). A produção desta narrativa passa por um intrincado processo de escolha da linguagem a ser utilizada nos instrumentos de diálogo entre a empresa e a sociedade, passando pela contratação de empresas privadas de consultoria em comunicação e gestão socioambiental e alcançando a microescala de seleção minuciosa dos verbos empregados, findando por se desdobrar em um conjunto de argumentos-chave próprios do DDM, elencados pelo autor (ibid), e sintetizados no Quadro 01.

Em diálogo com a teoria do poder simbólico de Bourdieu (1989), é possível dizer que esse discurso aparece como uma narrativa que comporta produções simbólicas sutilmente empregadas como instrumentos de dominação, promovendo a concordância entre os sujeitos (consensos) e agindo no sentido de estabelecer uma visão de mundo dominante na qual a mineração aparece como garantidora do progresso, a despeito das problemáticas geradas. Em um primeiro nível, disso ocorre uma analogia quase irrevogável entre desenvolvimento e os grandes projetos, que são colocadas como a única alternativa possível de desenvolvimento para a Amazônia, desvalorizando outras trajetórias que poderiam se articular às particularidades do território regional com menor impacto socioambiental; já num segundo nível, incorpora-se uma noção deturpada de desenvolvimento que naturaliza os efeitos deletérios da superexploração do homem e da natureza como um mal necessário para o avanço evolutivo da sociedade. Trata-se, em última instância da ideia obsoleta de existência de uma linha evolutiva entre subdesenvolvimento e desenvolvimento, isto é, de que as economias periféricas podem alcançar o nível de desenvolvimento dos países de capitalismo avançado se trilharem o caminho da industrialização – o mito do desenvolvimento de Celso Furtado (1974) –, que vem sendo desconstruída há pelo menos meio século pela literatura crítica, mas, que a despeito disso, permanece sendo legitimada pelo discurso do desenvolvimento.

É possível, então, questionar a quem serve a perpetuação de tal modelo de desenvolvimento excludente, que promove formas prático-sensíveis individualizadas em detrimento de experiências de vivência coletiva, que leva à depauperação física e mental do trabalhador, e que desconsidera a finitude dos bens naturais. Em contextos como o da Amazônia Oriental, onde as correlações de forças são historicamente desiguais, as experiências de localidades impactadas pela mineração (Melo, 2015; Cardoso et al., 2017; Cardoso, Lima, 2006) apontam que as disparidades nas relações de poder – ou seja, a maior capacidade de um grupo específico em controlar e ordenar as possibilidades dos demais indivíduos (Foucault, 1995) – são manipuladas de forma a encorajar práticas que incorporam o capital social e ambiental da região apenas como meios de garantir a acumulação financeira, e não como potencializadores do desenvolvimento local. A visão unidimensional destes agentes, sobretudo daqueles ligados à alta esfera do capital financeiro (empresas multinacionais e serviços financeirizados), capazes de extrair mais valor da floresta morta do que da floresta viva, traduz-se na derrubada da vegetação para a implementação de atividades homogeneizadoras (monocultura da soja, pecuária extensiva, mineração de larga escala, mercado imobiliário) que desconsideram a potencialidade de articulação das diferentes formas de conhecimento e da inovação tecnológica às atividades pré-estabelecidas, dessa forma garantindo benefícios exclusivos às elites.

Nestes termos, é possível inferir que em contextos vinculados à mineração,

Quadro 01	
Argumentos do DDM	Principal estratégia de atuação
A mineração promove o desenvolvimento de toda a sociedade.	Apresenta grandes números absolutos em termos de investimento e lucro, passando a ideia de que esses números beneficiam toda a sociedade.
A mineração é uma grande geradora de postos de emprego.	Enfatiza a divulgação do número de empregos gerados, sem ser totalmente claro a respeito da não-perenidade dos mesmos.
A mineração aumenta a arrecadação de impostos.	Desconsidera que os royalties da mineração, o CFEM, são relativamente pequenos em relação aos impactos negativos que buscam compensar.
A mineração gera problemas ambientais, mas em compensação cria grandes melhorias na área econômica.	Destaca as questões econômicas como pontos positivos a despeito dos passivos ambientais, criando uma ideia aos olhos da população de que é mais vantajoso ser prejudicial ao meio ambiente do que ao ser humano.
Algumas regiões estão predestinadas a ter a mineração como o carro-chefe de sua economia.	Naturaliza uma suposta vocação de algumas regiões para a mineração em função da grande concentração de minérios em seu território.
É impossível para a sociedade moderna prescindir da atividade mineradora	Argumentando que o fato de ser impossível para a sociedade moderna viver sem a utilização de minérios impossibilitaria também as regiões produtoras de buscarem alternativas econômicas e diversificação produtiva
O crescente domínio técnico do homem sob a mineração é capaz de mitigar ou eliminar os impactos negativos.	Lança mão de pareceres de técnicos contratados pela empresa em favor da atividade mineradora.
A mineração gera muitas oportunidades.	Encobre que a mineração gera um lastro de outros potenciais econômicos que são invisibilizados pela ação da grande empresa.
O desenvolvimento minerador é socialmente responsável.	Prover projetos sociais e pequenas concessões, que passam a ideia de preocupação com os problemas ambientais e sociais.
A mineração atua de maneira sustentável.	Utilizar práticas autoproclamadas como sustentáveis, mas que em verdade não promovem interferências consideráveis no processo produtivo a ponto de compensar os impactos negativos oriundos da exploração mineral.

Quadro 01 - Principais argumentos e estratégias de atuação do “discurso do desenvolvimento” (DDM), segundo Coelho (2014).

nos moldes de como é praticada atualmente, a ideia de desenvolvimento aparece muito mais como um discurso que busca encobrir o agravamento dos descompassos ambientais e sociais do que efetivamente um instrumento gerador de vantagens que se distribuam de maneira equânime. Esse argumento pode ser corroborado ao visualizarmos que tais problemáticas não se restringem à região amazônica, mas se alastram ao redor do globo, principalmente em países do Sul Global.

Na Papua Nova-Guiné, por exemplo, a mineração industrial promoveu a destruição do meio natural e o deslocamento de comunidades indígenas nativas, criando um cenário de conflitos constantes entre as empresas mineradoras e as comunidades locais (Hilson, 2002). Na África, a exploração mineral tem efeitos particularmente nocivos na vida das mulheres, como indicam Kotsadam e Tononen (2016) ao apontar que a abertura de minas favorece o declínio da agricultura e a incorporação das mulheres no setor de serviços, mas que este movimento não é equipendente, o que finda numa diminuição geral no nível de empregos femininos; em agravo, com o fim das minas, estes empregos tendem a desaparecer e as oportunidades de retornar para a agricultura tornam-se mais

difíceis. Na Colômbia, que desde 2002 passa por um boom na exploração do ouro, Santos (2008) constatou que a mineração do ouro diminuiu o desemprego em 3,5% a curto prazo, mas que isso ocorreu às custas do trabalho infantil: em função do boom do ouro, a probabilidade de uma criança trabalhar aumentou em 9,3% e a frequência escolar diminuiu em 23,9%, o que, sustenta o autor, coloca em cheque as possibilidades futuras de desenvolvimento econômico.

Em contrapartida, outros autores demonstram que a exploração mineral avança também impactos específicos sob o tecido urbano e a vida de seus residentes. Vega-Centeno (2011) apresenta que, para o Peru, a mineração impulsionou os níveis de urbanização sem a atenção ao contexto previamente constituído, materializando fenômenos tais como a construção de conjuntos habitacionais para as classes com maior poder aquisitivo (usualmente atreladas à mineração); pela degradação de elementos naturais que, no contexto estudado, servem como elementos identitários para a população; e ainda relaciona-se a problemas de saúde, como altos níveis de chumbo no sangue. Cossio (2006), analisando os impactos do capital minerador sobre o espaço social urbano no Chile, evidencia que a estrutura de trabalho concebida pela mineração – um regime que consiste de 7 dias de trabalho em acampamentos próximos à mina, em turnos de 12 horas, e 7 dias de descanso na cidade – tem ocasionado a ruptura dos vínculos de solidariedade, na desestruturação familiar, na não-identificação entre indivíduo e cidade, no individualismo e em alterações de saúde.

O que estas evidências nos permitem destacar é que, para além dos já anunciados efeitos destrutivos sobre a natureza e o homem, a mineração estimula também impactos diretos sob o espaço urbano. Evidentemente que não se trata de um fenômeno inédito, mas que frente às novas formas de atuação do capital neoliberal têm atravessado uma fase de remodelação. Para o caso particular da mineração, cabe destacar que esta atividade passou por uma intensa reestruturação produtiva nas últimas décadas – automação do processo de extração de minérios, financeirização das commodities, transnacionalização das empresas, aumento das áreas de exploração (Coelho, 2014) – que lhe permitiu investimentos exorbitantes em espaços de tempo cada vez mais curtos.

Na Amazônia, estas novas formas produtivas geraram estruturas inéditas de articulação entre o global e o local capazes de dar sustento a novas formas de exploração econômica da terra. Os casos do sudeste paraense são paradigmáticos nesse sentido. Como demonstra Melo (2015), a chegada da mineração nos municípios de Parauapebas e Marabá, facilitou a articulação entre as elites locais e empresas do ramo da construção civil de expressão nacional/regional para a construção de parcelas urbanizadas de terra voltadas ao mercado imobiliário. Via de regra, o regime de articulação envolve a concessão da terra por parte do agente local à empresa, que fica responsável pela construção da infraestrutura e venda do empreendimento; a margem de lucros de cada um é negociada de maneira específica. Ocorre disso que ambas as cidades enfrentaram um ritmo desmedido de expansão em função da repetição de processos globais característicos da produção capitalista do espaço: Parauapebas, onde 30% da malha urbana em 2015 era constituída por empreendimentos de apenas duas empresas imobiliárias regionais recém-criadas (Nova Bairros Planejados e Buriti Empreendimentos), cresceu 336% em apenas 25 anos de existência; ao passo em que os projetos de urbanização em execução em Marabá frequentemente

têm servido para reassentar parte da população mais vulnerável em conjuntos habitacionais do PMCMV, localizados na outra margem do rio Itacaiúnas (entre 10 e 15 quilômetros da área central), em área carentes de provisões de serviços e acesso a equipamentos públicos, o que tem incitado uma disputa no espaço intra-urbano entre os grupos socialmente excluídos e os grupos que detêm o poder político e econômico (ibid.).

Como agravante, em obediência às novas formas de integração entre Estado e capital, que surgem como centrais para a reprodução da superestrutura neoliberal, as governanças locais são altamente solidárias a esse sistema, o que em grande parte pode ser explicado pelo fato de nestas localidades o poder econômico e o poder político direto (cargos da administração pública) estarem centralizados nos mesmos personagens. Para estes indivíduos, a possibilidade de capturar alguma parcela do enorme montante de investimentos trazidos pela mineração significa uma saída rápida para o “subdesenvolvimento”. Entretanto, a visão individualista que orienta esse sistema não enxerga como virtuoso a incorporação de outros estratos sociais, dessa maneira excluindo indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses migrantes e outras minorias dos processos decisórios e de enriquecimento.

A partir da tríade lefebvriana do concebido-percebido-vivido (Lefebvre, 2007), é possível inferir que às transformações na concepção do espaço impostas pela mineração seguem-se mudanças substanciais na maneira como as pessoas se relacionam com o espaço urbano. Nas cidades amazônicas onde ocorre a mineração industrial, morfologias espaciais divergentes dos espaços tradicionais de vivência e lazer das comunidades locais – condomínios fechados, loteamentos urbanizados, shopping-centers – chegaram à reboque das novas dinâmicas econômicas, como ilustra a inauguração de grandes centros comerciais em Santarém, Marabá, Parauapebas. A associação destes espaços à modernidade das metrópoles ensejou o abandono das antigas práticas culturais e a incorporação de modos de vida homogêneos e subordinados à influência do capital, descaracterizando séculos de acúmulo de conhecimentos e saberes muito particulares da região.

A partir do quadro apresentado, é possível inferir que a mineração reforça o *modus operandi* neoliberal de capitalização do espaço urbano, reeditando um paradigma de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (Coelho, 2014), isto é, de reforço à problemáticas historicamente concebidas pelo capitalismo. Nestes contextos, as cidades passaram a ser entendidas como uma extensão das atividades produtivas organizadas pela grande empresa mineradora (Vega-Centeno, 2011). Ou em acordo com a visão lefebvriana (1991), nestes contextos, onde a cidade é atacada por cima (Estado) e por baixo (Empresa), as cidades figuram como um dispositivo material próprio para se organizar a produção, para controlar a vida cotidiana dos produtores e o consumo dos produtos, e não como o espaço catalisador das capacidades humanas.

4.2. CIDADES MINERADORAS: ESPAÇOS DO POSSÍVEL-IMPOSSÍVEL?

As dinâmicas contemporâneas de exploração mineral, e sua contraparte urbana, aparecem como uma das faces mais perversas das estratégias de acumulação neoliberal na periferia do capitalismo na medida em que se valem

da especulação sobre espaços ambientais e sociais degradados como forma de auferir lucro. Essa sujeição de territórios e modos de vida à lógica do capital vem desestruturando redes de apoio, de cooperação, de autogestão e de comunalidade mantenedores da vida social na região que, em última análise, representam formas de destruição do Comum, tanto na sua forma material (bens comuns) quanto imaterial (princípio político). Pela perspectiva otimista defendida por Hardt e Negri (2016), pode-se argumentar que estes processos, seguindo o movimento dialético que caracteriza a urbanização contemporânea, discutido no Capítulo 1, são acompanhados por formas prático-sensíveis de contestação da lógica dominante. No entanto, frente a magnitude dos passivos sociais, ambientais e econômicos gerados pelas frentes de mineração, vale questionar em que grau de intensidade o Comum efetivamente aparece como um elemento promotor da resistência nestes lugares, isto é, como – ou mesmo, se – experiências de produção do espaço e de reprodução social gestadas na vida cotidiana e orientadas por relações de cooperação e mutualidade nestes territórios convergem para a promoção do direito à cidade, além do público e do privado.

A grosso modo, uma breve visão geral de outros contextos similares nos permite inferir que os movimentos sociais representam a parcela mais evidente de manifestação do comum em territórios impactados pela mineração. De fato, como atesta Svampa (2015), o princípio do comum aparece hoje como um conceito-chave na busca por um paradigma emancipatório na nova gramática dos movimentos sociais nos países do Sul Global, onde confrontam principalmente o neoextrativismo desenvolvimentista que se alastrou pela maior parte do continente desde o início da soberania neoliberal no final do século passado. Na América Latina, em particular, as disputas em defesa do comum se concentram principalmente na salvaguarda de bens naturais e do território como um espaço de vida coletiva e reprodução de ecossistemas (Svampa, 2015).

Bebbington et al. (2008) demonstram, a partir de estudos de casos no Peru e no Equador, como os movimentos sociais ocupam um papel determinante na conformação das instituições, estruturas e discursos que orientam o desenvolvimento de comunidades rurais locais, a despeito da influência que as novas formas de investimentos de capital e integração de mercado possuem sobre a organização da vida e do espaço. Este processo não ocorre sem perdas, uma vez que estes movimentos enfrentam dificuldades na proteção de certas instituições; ainda assim, eles se constituem como agentes decisivos na denúncia às distorções criadas pelas dinâmicas de acumulação e pelos processos de despossessão.

As evidências encontradas por Walter e Martinez-Alier (2010) para o caso da Argentina corroboram o entendimento de que movimentos autogeridos pelas comunidades locais podem servir como entraves para o domínio de empresas mineradoras sobre o território – no caso apresentado pelos autores, essa capacidade se converteu no impedimento da implantação de uma mina de ouro e no banimento da atividade mineradora de toda a província –, destacando ainda a capacidade destes atores em reivindicar perspectivas locais de desenvolvimento que não são compatíveis com a exploração mineral industrial.

O reconhecimento da necessidade de trajetórias de desenvolvimento que incorporem particularidades locais foi também o desencadeador de movimentos anti-mineração na Guatemala, que tem se valido das facilidades contemporâneas de articular escalas (espaciais, políticas) para legitimar suas demandas, e, ao

mesmo tempo, resgatar a importância das comunidades locais nos processos decisórios acerca da mineração (Urkidi, 2011). As representações discursivas elaboradas por esse movimento mobilizaram o conceito de comunidade como representativos de uma larga parcela da população guatemalense historicamente oprimida, resgatando-o menos como um meio de validar reivindicações locais e mais como uma estratégia de garantir a subsistência e a perpetuação de traços culturais mais abrangentes.

Na Amazônia, a insurgência de movimentos de enfrentamento ao capital está fortemente atrelada à exploração de minérios na região de Carajás e ao protagonismo de comunidades tradicionais e/ou comunidades afetadas pela mineração. Como demonstram Barbosa e Mesquita (2017), a implantação do PGC, que à primeira vista poderia sustar as oposições, na verdade resultou no amadurecimento da percepção de uma causa indígena que atualmente se apresenta como uma das principais frentes de resistência aos efeitos deletérios da mineração. Particularmente em Parauapebas, a oposição à mineração realiza-se através das lutas pela terra levadas a cabo pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MTST), aqui formado sobretudo por ex-garimpeiros (Coelho, 2014). Na escala regional, estas oposições são responsáveis por expor como insustentável o padrão atual de exploração do território imposto pela mineração, tangenciando dessa forma disputas e contestações sobre as formas contemporâneas de produção do espaço urbano.

O que estas experiências explicitam é a capacidade de grupos auto-organizados construídos nos interstícios dos espaços de soberania do Estado e do mercado imporem constrangimentos à ordem dominante e, em última instância, demonstram o potencial de arranjos orientados por princípios comunais. Vale destacar que estes processos não ocorrem sem contradições. Kirsch (2007), por exemplo, evidencia a partir do caso de Papua Nova-Guiné como os movimentos sociais contemporâneos tem lançado mão de estratégias de contraglobalização que não raro compartilham similitudes com as ideias defendidas pelas próprias organizações as quais se pretende criticar, limitando a capacidade de alterar os resultados. Holston (2013 apud Tonucci Filho, 2017: 167) trabalha os conceitos de “cidadania diferenciada” e “cidadania insurgente” para teorizar esta contradição, demonstrando como nas periferias brasileiras a insurgência perpetua também atributos da cidadania dominante, tais como a reprodução do significado da propriedade fundiária, as práticas de legalização do ilegal por contornos da lei, e a norma do direito de tratamento diferenciado. Todavia, o autor também sustenta que a cidadania insurgente não apenas alimenta formas dominantes de cidadania, mas suscita rupturas no Estado e na sociedade, desgastando fórmulas estabelecidas de dominação e privilégio.

É frente a estas dinâmicas contraditórias que levantamos o questionamento título desta seção: seriam as cidades mineradoras espaços do possível-impossível, isto é, campos de disputas entre as forças do capitalismo e perspectivas de mundo mais coletivas, ou espaços já determinados de perpétua exploração e dominação das forças hegemônicas? O estudo de caso de Canaã dos Carajás a ser explorado nas próximas páginas será atravessado por esse questionamento.

4.3. NOTAS METODOLÓGICAS SOBRE O UNIVERSO DE ANÁLISE

Para adentrarmos no universo de análise da presente dissertação – Canaã dos Carajás e suas recentes transformações socioespaciais – é premente que iniciemos este capítulo esclarecendo algumas escolhas metodológicas centrais para a elaboração deste trabalho, a fim de facilitar o entendimento do complexo cenário que se busca apresentar.

A esta altura, esperamos ter sido claros quanto ao objetivo central deste trabalho: criticar as distorções socioespaciais criadas e promovidas pelo sistema capitalista na sua fase neoliberal, particularmente no contexto de periferia econômica no qual se enquadra a Amazônia. Para ilustrar este processo, uma série de cidades amazônicas poderiam ter sido escolhidas, porém optou-se pelo município de Canaã dos Carajás essencialmente pelo seu período de implantação ter se dado em paralelo ao amadurecimento das políticas neoliberais, em meados da década de 1980. No nosso entendimento, tal característica configurou um território onde estão claramente manifestas as inconsistências do urbanismo neoliberal.

Como um primeiro passo, buscou-se aprofundar as investigações iniciadas em um momento anterior (Cândido, 2016) acerca dos impactos espaciais provocados pela mineração e a maneira como estes se espelhavam no espaço e na vivência cotidiana das pessoas. Para isso, optou-se por realizar entrevistas semiestruturadas¹ (APÊNDICE 1) a fim de captar os micro-processos que são invisibilizados pela magnitude das grandes narrativas que atravessam a cidade. O critério de seleção dos entrevistados partiu (mas não se limitou à) dos grupos sociais identificados durante nosso TFG (ibid.) – Pioneiro, novas famílias migrantes, e trabalhadores temporários –, incorporando agora também agentes imobiliários (corretores de imóveis, loteadores e pequenos empresários do ramo). Como resultado, obtivemos 24 entrevistas, divididas em três grupos de entrevistados: (i) os Pioneiros, grupo dos primeiros moradores de Canaã dos Carajás, foram selecionados por deter informações com riqueza de detalhes sobre as sucessivas fases de (trans)formação da cidade. (ii) os Migrantes, grupo de migração mais recente, atraído pela mineração, foram escolhidos por melhor evidenciar a miríade de expectativas geradas pela atividade mineradora; e (iii) os Agentes Imobiliários, através dos quais foi possível melhor entender as dinâmicas do mercado de terras local (Quadro 02).

É necessário destacar que optou-se por resguardar a identidade dos autores das entrevistas, com intuito de garantir uma maior liberdade dos discursos. A identificação dos relatos orais foi feita através de pseudônimos, acompanhados do grupo social ao qual o falante faz parte – Pioneiro, Migrante, Agente Imobiliário –, permitindo assim o reconhecimento da posição política e sociocultural dos agentes.

A despeito da riqueza de detalhes dos relatos orais, entendeu-se como necessário confrontar as informações obtidas com um número maior de vivências a fim de corroborar os dados qualitativos das entrevistas. Dada a dificuldade de deslocamento para a cidade em questão – que fica a cerca de 800 km da capital

¹ As entrevistas foram feitas em conjunto com os também pesquisadores Ana Carolina Melo e Cassio Venâncio, a quem aproveita-se a oportunidade de agradecer imensamente.

CÓD. ENTREVISTA	CATEGORIA	ENTREVISTADA(O)	PROFISSÃO	IDADE	ORIGEM	NA CIDADE DESDE
9	Pioneiro	Ricardo	Servidor público	35	Tocantins	1981
10	Pioneiro	Emilson	Aposentado	N/D	Bahia	1970
11	Pioneiro	Marília	Professora	50	Goiás	1991
12	Pioneiro	Dolores	Servidora pública	65	Pará	1986
13	Pioneiro	Carla	Professora	56	Maranhão	1986
15	Pioneiro	Francisca	Aposentada	59	Ceará	1994
17	Pioneiro	Manoel	Servidor público	53	Minas Gerais	1992
22	Pioneiro	Marcos	Agropecuária	N/A	N/A	
2	Migrante	Gabriela	Desempregada	22	Tocantins	2007
	Migrante	Olga	Desempregada	42	Tocantins	2007
3	Migrante	George	Servidor público	38	Goiás	2011
4	Migrante	Mariana	Dona de casa	33	Maranhão	2001
6	Migrante	Emilia	Aposentada	53	Maranhão	2014
	Migrante	Joana	Arquiteta	N/A	Pará	N/D
14	Migrante	Pablo	Arquiteto	N/A	São Paulo	N/D
	Migrante	Cristiano	Arquiteto	N/A	N/A	N/D
16	Migrante	Jaime	Rentista	39	Tocantins	1997
	Migrante	Jorge	Pescador, Pedreiro	N/A	Bahia	2012
18	Migrante	Hilda	Agente do terceiro setor	45	Minas Gerais	2000
19	Migrante	Dilma	Costureira	63	Alagoas	2005
20	Migrante	(12 pessoas)	Costureiras	N/A	N/A	N/D
	Migrante	Bárbara	Dona de casa	43	N/A	N/D
21	Migrante	Roberta	Aposentada	76	Maranhão	2011
	Migrante	Miguel	Comerciante	N/D	São Paulo	2014
23	Migrante	Pedro	Caseiro	52	Maranhão	2012
1	Agente Imobiliário	Cristovão	Corretor de imóveis	N/A	N/A	2015
5	Agente Imobiliário	João	Corretor de imóveis	N/A	N/A	2002
7	Agente Imobiliário	Paulo	Corretor de imóveis	N/A	Tocantins	2001
8	Agente Imobiliário	Francisco	Corretor de imóveis	N/A	N/A	N/A

Quadro 02 - Síntese das informações básicas das entrevistas. Chama-se atenção para os nomes fictícios dos entrevistados, utilizados lhes para garantir o anonimato.

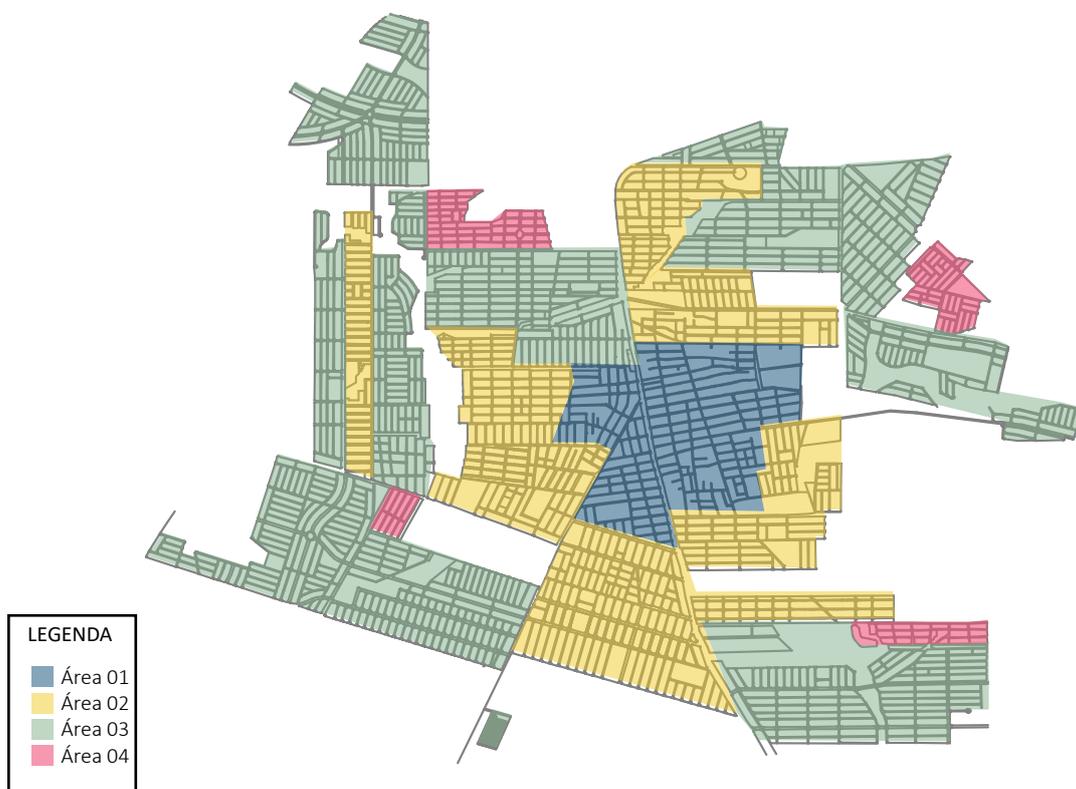


Figura 17 - Mapa da cidade com a divisão das áreas agrupadas para consolidar os dados dos questionários. Elaboração própria.

Belém –, nossa escolha foi realizar 216 questionários semi-abertos², através dos quais seria possível abarcar um número muito maior de informações, sem contudo limitar a análise aos dados quantitativos .

As áreas de aplicação destes questionários foram previamente selecionadas a partir de uma divisão da cidade em oito conjuntos de diferentes loteamentos, agrupados de forma a facilitar a logística de deslocamento. Posteriormente, estes grupos foram reorganizados em quatro diferentes áreas com base na cronologia de expansão da cidade e nas suas características socioespaciais (Figura 17):

(i) A Área 01 comporta o núcleo inicial de formação da cidade e a malha urbana expandida até o final da década de 1990 (influência do PGC e das previsões sobre a implantação da mina do Sossego). Chegou-se a um total de 35 questionários nesta área;

(ii) A Área 02 concentra os loteamentos da primeira grande expansão urbana, encorajada pela mineração ao longo dos anos 2000 (sob influência do início das operações do Projeto Sossego). Chegou-se a um total de 87 questionários nesta área;

(iii) Na Área 03 situam-se os loteamentos mais recentes, implantados a partir de 2010 (criados sob a influência da implantação do Projeto S11D). Chegou-se a um total de 76 questionários nesta área;

(iv) A Área 04 concentra ocupações informais (Motocross e Vale da Benção) e projetos de moradia promovidos pelo poder público municipal (Novo Brasil) e federal (Minha Casa Minha Vida), e foi assim categorizada por concentrar os moradores em maior vulnerabilidade social. Chegou-se a um total de 28 questionários nesta área.

O objetivo desta divisão foi capturar de que maneira os consecutivos ciclos de investimento se especializaram, isto é, como estes influenciaram na formação do território urbano de Canaã dos Carajás, e de que modo essas manifestações espaciais se refletem na vida cotidiana.

Os diferentes modos de coleta de dados resultaram em três frentes principais de amostras: mapas/fotos (análises espaciais), relatos orais (entrevistas) e dados quali-quantitativos (questionários). Visando articulá-los, recorreremos ao processo de coding (Miles, Huberman, 1994; Rubin, Rubin, 1995), que consiste no agrupamento (clustering) de dados em categorias, ideias, conceitos ou temas similares, para facilitar a conceitualização de um fenômeno. Assim, a partir das análises, elencamos determinados temas pertinentes ao debate aqui proposto que serão detalhados individualmente, mas objetivando a compreensão geral do fenômeno da urbanização capitalista em Canaã dos Carajás. Para isso, lançamos mão de uma abordagem holística de apresentação das análises, isto é, intercalamos simultaneamente dados quantitativos, qualitativos e espaciais; acredita-se que a partir da correlação destes diferentes tipos de dados foi possível chegar a posicionamentos mais conclusivos.

² Os questionários foram aplicados com a ajuda de outros pesquisadores ligados ao Laboratório Cidades na Amazônia, a quem aproveita-se a oportunidade para agradecer.

4.4. PROCESSOS GLOBAIS, RESPOSTAS LOCAIS: MINERAÇÃO, ESPAÇO URBANO E AS TROCAS SOCIAIS

O surgimento de Canaã dos Carajás está diretamente inserido no contexto de contradições gestado pela mineração no sudeste do Pará. Os primeiros habitantes não-indígenas da região, migrantes vindos da região centro-sul do Brasil durante a década de 1970, foram atraídos pelos incentivos do Governo Federal para a ocupação das terras da Amazônia e se instalaram na vila Mozartínopolis³, popularmente conhecida como Rachaplaca, localizada na porção oeste do atual território municipal (Diagonal, 2007). Na década seguinte, esse fluxo foi redirecionado para a vila do CEDERE II, criada em função do PGC e localizada em um importante entroncamento de estradas vicinais, dando início à ocupação da área que hoje conforma a sede urbana do município de Canaã dos Carajás.

Diferentemente de outras localidades tradicionais da Amazônia, como Marabá e Santarém, onde os recentes processos de transformação encontraram obstáculos no acúmulo de conhecimento endógeno, o paradigma privatista de utilização da terra parece ter encontrado tabula rasa em Canaã dos Carajás. Desde a sua origem, a riqueza mineral da região induziu um padrão de ocupação marcado pelo uso extensivo da terra, pela exploração não-sustentável da natureza e pela imposição de novos modos de vida pouco adaptados ao local. Neste contexto, a terra funcionou como o ponto de contato entre os aparelhos de dominação econômica e ideológica postos pelo nível global e a realidade vivida do nível cotidiano. Assim, surgida juntamente no contexto de germinação do projeto neoliberal, Canaã dos Carajás incorporou no seu processo de urbanização os aparelhos institucionais e simbólicos capitalistas, que usualmente negam particularidades locais e que instrumentalizam cidade e natureza como mercadorias precificáveis.

Tais processos se manifestam tanto na escala urbana quanto municipal, que tiveram sua evolução espacial fortemente condicionada pelas políticas nacionais de desenvolvimento e pela ação do capital financeiro, sobretudo das frações imobiliária e mineradora, transformando em menos de quarenta anos a pequena vila rural em uma cidade com cerca de 40.000 habitantes, diretamente conectada ao sistema financeiro global. A velocidade e a intensidade desse processo sugerem um novo padrão de urbanização na região, capaz de criar cidades “do zero” a partir da articulação entre processos globais e locais como um processo cada vez mais rentável para o capitalismo.

A magnitude dos processos em curso tornou invisíveis as forças de resistência que se opõem à conversão completa deste território. Não obstante, ao nos debruçarmos sobre o cotidiano vivido da cidade, visualizamos experiências desenvolvidas no “nível microscópico” do cotidiano que apontam formas embrionárias de enfrentamento ao capital e de politização do espaço, sugerindo para um devir, ou uma outra cidade em gestação.

É diante deste cenário que Canaã dos Carajás, ainda que seja uma

³ A Vila Mozartínopolis foi uma das primeiras áreas de ocupação recente do atual território municipal de Canaã dos Carajás. Também conhecida como Rachaplaca, ela recebeu o nome “oficial” em homenagem a um dos gestores da CRVD que à época tratava com os moradores da área. Por se localizar muito próxima à área do S11D, ela foi recentemente desativada, tendo seus moradores sido deslocados para a sede do município ou para um assentamento rural chamado Américo Vespúcio.

cidade de pequeno porte e de formação recente, manifesta o caráter dialético que caracteriza o fenômeno de produção capitalista do espaço. Reproduzindo processos definidos extra-regionalmente, mas que se materializam localmente, a cidade aparece como um microcosmos das dinâmicas urbanas contemporâneas de fronteira. Nas páginas seguintes, contrapomos o espaço concebido, regulado pela Prefeitura, pelos agentes locais de poder e pelas dinâmicas econômicas vinculadas à mineração, com o espaço percebido e vivido, identificados a partir dos relatos das entrevistas e das respostas dos questionários. Busca-se, com esta estratégia, responder a uma questão central: existe disputa de poderes em Canaã dos Carajás ou o condicionamento deste lugar pelas forças do capital é inexorável?

4.4.1. AGENTES SOCIAIS E O ESPAÇO CONCEBIDO: FORMA URBANA E A CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS

A concentração ilegal de terras aparece desde muito cedo como estruturante para a formação do território de Canaã dos Carajás, iniciada na década de 1980 quando a ocupação da região se intensificou em função do Programa Grande Carajás. Na esteira dos grandes investimentos empenhados na construção da infraestrutura necessária para a exploração mineral no sudeste do Pará, e alinhado às motivações políticas do Estado nacional à época, foram planejados vilas agrícolas na região de Carajás, tanto para dar suporte ao PGC na produção de alimentos básicos (milho, arroz, feijão), quanto como forma de mitigar os conflitos fundiários que se desenrolavam na região conhecida como Bico do Papagaio (região setentrional do atual estado do Tocantins) (Diagonal, 2007). Dentre os três Centros de Desenvolvimento Regional (CEDERE), como ficaram conhecidos os projetos de assentamento, o CEDERE II despontou como o principal por concentrar as instalações do órgão responsável pelo projeto, o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT). Localizado em um importante entroncamento de estradas entre as cidades de Parauapebas e Xinguara, o CEDERE II evoluiu e, anos mais tarde, tornou-se a sede do município de Canaã dos Carajás (Figura 18).

Como parte das políticas militares de ocupação da Amazônia, à época da implantação do projeto foram doados lotes que variavam entre 25 e 50 hectares, com casas de madeira provisórias, em adição ao apoio logístico (fornecimento de sementes e material de trabalho) realizado pelo GETAT, atraindo principalmente pequenos produtores rurais vindos da região centro-sul do Brasil movidos pelo anseio de garantir um pedaço de terra para subsistência (Diagonal, 2007). No entanto, contrariamente aos discursos do governo, a realidade encontrada pelos migrantes se mostrou avessa às imagens de fartura retratadas nos cartazes de propaganda oficial, frustrando as expectativas de uma melhor qualidade de vida. A ausência de infraestrutura básica se assomou às dificuldades de sulistas e nordestinos lidarem com as particularidades do território amazônico, gestando um ambiente caracterizado pela privação de acesso a serviços básicos:

Entrevistada: Na época era o Cedere II, né?! Centro de Desenvolvimento Regional II. Aí não tinha estrada, energia... era tudo muito precário (...) Aqui, quando eu cheguei aqui, era aquelas ruas bem estreitas, uma casa

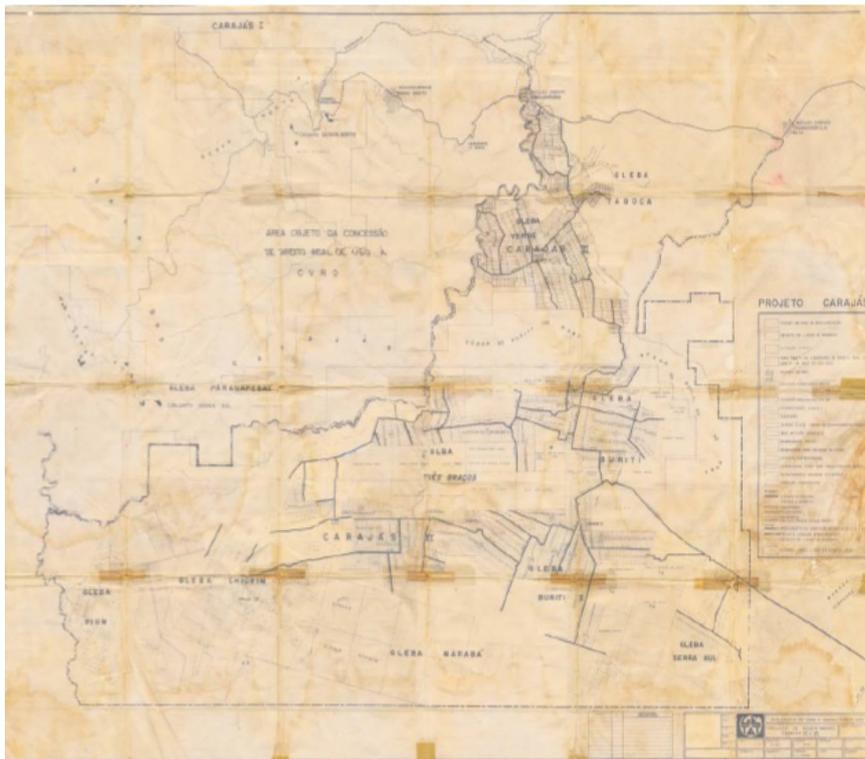


Figura 18 - Mapa do projeto do assentamento Carajás (acima); colonos em Canaã em 1982 (à esquerda); e a sede do GETAT e dos alojamentos dos funcionários (à direita). Fonte: DIAGONAL,

aqui e outra lá... Não tinha energia, a água era assim... de poço, pegava balde, procurava onde tinha água... a noite a gente ficava na luz de vela. Tinha um postinho ali... Tinha um posto de saúde aí que funcionava, se não me engano, tinham duas enfermeiras que ficavam aqui (Dolores, Pioneira).

Essa condição de precariedade reproduziu as experiências vivenciadas pelos primeiros moradores desta região, famílias que antes mesmo dos projetos oficiais de colonização migraram para a região oeste do atual município, onde fundaram a vila de Mozartínópolis (também conhecida como Rachaplaca), descrita como uma “verdadeira selva” por essas pessoas em função das dificuldades encontradas. Tanto quanto no CEDERE II, as expectativas dessas famílias em conquistar melhores condições de vida e garantir o sustento por meio da agricultura foram frustradas pela inexistência de serviços básicos e pelas dificuldades de escoamento da produção, decorrentes das dificuldades de acesso:

Entrevistado: Eu morava em Araguaína, aí vim pro Rachaplaca, que era o Mozartínópolis. Então quando nós descobrimos, foi assim... o pessoal

vinha de lá atrás de terra, uns conhecidos nossos vieram e compraram [terra] aqui, meu irmão veio e comprou e conseguiu pra gente morar. Quem tinha mais condições, comprava mais terra, todo mundo em busca da terra, naquele tempo ninguém sonhava com a Vale (...) Nós chegamos e foi difícil demais, as famílias ficaram em Xinguara e a gente veio pra cá. A gente trocava móveis, serraria, em troca de estrada, aí eles traziam [as estradas] até as casas e iam pegando os móveis pra pagar o serviço (Emilson, Pioneiro).

Entrevistada: Quando eu cheguei lá eu tinha o sexto ano (...) e dava aula até o quinto ano. Quer dizer, qualquer um podia ser professor porque ninguém ia pra lá (...) Quando adoecia alguém, era um helicóptero que buscava. Quando morria, era enterrado lá mesmo (Marília, Pioneira).

Localizada próxima à Floresta Nacional de Carajás (Flona Carajás), a vila Mozartinópolis se situava em uma área de interesse à mineração, o que desde o início a posicionou como um território de disputas. Sem embargo, ao fim da década de 1970, como nos contam os relatos, a região passou a ser objeto de prospecção para a exploração pela então CRVD. Como assinala o relato oral abaixo, essas intervenções ocorriam sem o devido conhecimento dos moradores, remetendo a um caráter de distanciamento e de ações “por detrás dos panos” por parte da empresa:

Entrevistado: A Vale do Rio Doce chegou e a gente não sabia o que era a Vale do Rio Doce, a gente só via um povo medindo as nossas casas (...) Nisso a gente foi trabalhando e o povo ia chegando... a gente andava muito. Nosso município era Marabá⁴. A gente não sabia o que eles queriam, nem quem trabalhava na firma sabia. A gente acampou pra falar com eles e saber o que eles queriam, eles com medo da gente e a gente com medo deles. Eles vinham de helicóptero, nós éramos cinquenta e tantos produtores que estavam no movimento, tinham mais, mas eles tinham medo. Nós fizemos a picada⁵ (...) aí a gente negociou com eles a picada, eles ficaram com a serra e a gente com a baixada. Aí desceu o Mozart, que era o Presidente da Vale, e o Federico, que era o advogado, o coronel Cesar, desceram e a gente negociou com eles na boa e tocou o patrimônio. A gente pensava que a Vale era nosso pai, nossa mãe, que ela vinha trazer coisas boas, mas a gente não sabia que ela tinha interesse no meio (Emilson, Pioneiro).

Dessa forma, pode-se dizer que nos primeiros anos de formação de Canaã, um panorama de dificuldades se estendeu por todo seu território. O quadro de precariedade, gerado pela ineficiência do Estado em prover os meios materiais para a reprodução da vida, e de incertezas quanto à manutenção da posse da terra, gerado pela atuação furtiva da empresa mineradora, concebeu um ambiente ideologicamente estruturado a legitimar a propriedade privada da

4 Até 1988, tanto Parauapebas quando Canaã dos Carajás faziam parte do município de Marabá. Neste ano, Parauapebas foi emancipada, e em 1994 foi a vez de Canaã dos Carajás.

5 Trata-se das primeiras áreas abertas na mata densa, que permitem a ocupação inicial.

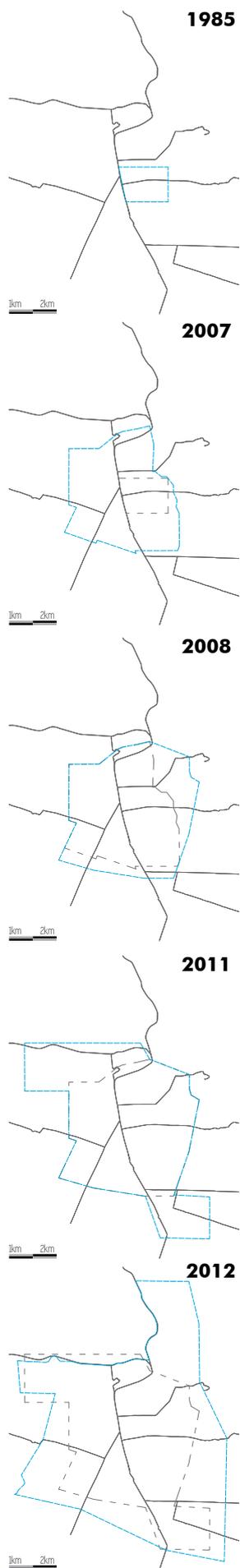
terra, a concentração fundiária e a posse ilegal. Imersa nessa realidade, a terra era encarada como uma espécie de premiação para aqueles que perseveraram frente ao cenário inicial de profundas dificuldades, garantindo caráter de legitimidade ao processo de cooptação irregular das terras não-ocupadas da região, que ocorria através de negociações informais, sem contrato e acordadas “boca-a-boca” entre os próprios fazendeiros, e era ainda favorecido pela grande quantidade de terras não documentadas na Amazônia (Diagonal, 2007).

Em agravamento a essa estrutura, poucos anos após a implementação do assentamento, em 1985, a extinção do GETAT cessou a assistência aos colonos, ensejando um forte movimento de êxodo para outras localidades que, por sua vez, decorreu no abandono e na venda irregular das terras doadas pelo Estado: estima-se que apenas 816 das 1.551 famílias assentadas até 1985 tenham recebido o título da terra, e que apenas 10% do total de famílias permaneceu na vila (Diagonal, 2007). Esse processo favoreceu a constituição de grandes fazendas, tendo-se registro de três delas (todas dedicadas à pecuária de corte): Umuarama, a qual permanece ocupando todo o limite leste do atual perímetro urbano; a fazenda Brasília e a Três Braços (ibid.).

Inicialmente, a concentração de terras amparou o declínio da agricultura familiar e o fortalecimento da pecuária como principal atividade econômica da região, atendendo a uma expectativa dos primeiros moradores: “Era difícil demais naquela época. A gente plantava mais pra consumo (...) mas sempre o sonho mesmo da gente era a criação do gado porque rendia mais” (Emilson, Pioneiro). Desta perspectiva cabe destacar que a sujeição do território à uma atividade altamente impactante do ponto de vista ambiental sugere a incapacidade dos novos atores em lidar de maneira harmônica com o bioma local, como secularmente praticado pelas populações tradicionais amazônicas. Em acréscimo, revela ainda uma visão que enxerga a terra não como elemento constitutivo da vida em coletivo, mas meio pelo qual seja possível garantir benefícios financeiros particulares. Por essa ótica, reforça-se o argumento de que o Estado brasileiro teve papel fundamental na conversão da Amazônia, na medida em que ao promover a sua ocupação por pessoas vindas de outros contextos sociais reforçou não apenas a conversão física do ambiente amazônico, mas também a desestruturação de todo um sistema de valores e princípios que regiam os modos de vida predominantes até o século XX.

Reproduzindo elementos da “velha gramática brasileira” (Nunes, 2003), a concentração fundiária posicionou o chamado “pioneiro” como o protagonista da modelação do espaço, dos processos de decisão e como o portador da ação civilizatória, indo de encontro ao que apresenta Silva (2014) acerca do sudeste paraense: “A realidade é essa: desses colonos que receberam essas áreas enormes, só tem um que é pobre. O resto é tudo milionário” (Emilson, Pioneiro). No contexto em tela, esses privilégios se estenderam por toda uma rede de familiares, amigos e conhecidos dos Pioneiros, que se viram beneficiados em diferentes instâncias (oferta de cargos públicos, concessão de favores, afrouxamento das leis etc) pela proximidade com o alto escalão do poder público local.

Gozando de acesso privilegiado às intenções de implantação do Projeto Sossego, esta recém-formada elite local deu ensejo a um processo de emancipação municipal, concluído em 1994. Entretanto, como dá conta o relato abaixo, este processo parece ter se realizado de maneira impositiva, criando representações irreais acerca dos possíveis benefícios trazidos pela emancipação:



Entrevistador: Como foi o processo de emancipação de Canaã?

Entrevistada: Olha, falaram para nós que Canaã merecia ser emancipada, que era melhor para nós, e como nós éramos os pioneiros daqui, nós fomos até Belém. Chegamos, conversamos com as autoridades. Demorou seis anos pra gente conseguir (Francisca, Pioneira).

A ideia de que a emancipação traria efeitos positivos automáticos à toda a população se aproxima da noção de “construção do consenso” (Harvey, 2005), na qual forças exógenas manipulam um cenário de representações articuladas de forma a legitimar uma ação, mas que em verdade garantem um cenário de privilégios apenas a uma camada específica da sociedade. No caso em questão, pode-se dizer que esse fenômeno agiu em favor dos Pioneiros, que lideraram o processo de emancipação e passaram a ocupar os principais cargos políticos e a habitar as áreas melhor localizadas, consolidando seu poder político-econômico no cenário canaãense – não obstante, grande parte dos prefeitos eleitos desde a primeira eleição em 1994 são Pioneiros. De acordo com os nossos levantamentos, a maior parte dos migrantes que chegaram à Canaã antes de 1994 permanece morando nos bairros centrais (Centro, Nova Canaã, Liberdade e Maranhenses), onde existe uma maior concentração de comércios e edificações de uso misto, assim como vias densamente ocupadas e pequenos pontos de verticalização.

Esse cenário de privilégios foi reforçado pela chegada da mineração no início dos anos 2000, quando transformações expressivas no espaço urbano passaram a acontecer de modo mais acelerado. O ritmo de expansão destes loteamentos foi ditado pelo aquecimento e arrefecimento dos investimentos na mineração. Beneficiados pela formação de grandes latifúndios e pela representatividade majoritária na recém-criada Prefeitura Municipal, estes atores facilitaram um movimento de enfraquecimento da agropecuária através do início do parcelamento especulativo das antigas fazendas, processo dividido em dois momentos principais (Cardoso, Cândido, Melo, 2018). Primeiramente, ao final dos anos 1990 e início dos anos 2000, fazendeiros, pequenos empresários e proprietários de terra que se beneficiaram pelo acesso privilegiado a informações sobre o Projeto Sossego passaram a lotear e comercializar suas terras de maneira improvisada e não sistematizada, porém de forma altamente especulativa. Já em um segundo momento, mais recente, amparados pelas sucessivas expansões do perímetro urbano (Figura 19), os agentes imobiliários locais se articularam a empresas imobiliárias nacionais e regionais de maior capital – a exemplo da Buriti Empreendimentos Imobiliários e da Nova Bairros Planejados – para expandir o número de loteamentos, dessa forma conectando o mercado de terras locais às dinâmicas flutuantes do mercado imobiliário financeirizado nacional e internacional e fomentando uma expansão exacerbada do tecido urbano.

É importante ressaltar que a consolidação de um robusto mercado de terras não representou a normatização dos processos de parcelamento e compra/venda das terras, que permanecem reproduzindo irregularidades à despeito da municipalização de Canaã dos Carajás. Nesse sentido, o diagnóstico do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PMCC/CLC, 2013) identificou três tipologias de loteamentos: (i) 21 loteamentos regulares (registrados em cartório e aprovados pelo IDURB), cujo total de lotes não foi fornecido pela PMCC; (ii) 11 loteamentos irregulares (sendo comercializados, porém com pendências documentais junto ao

Figura 19 - Evolução do perímetro urbano. Fonte: FADESP, 2016. Elaboração própria.

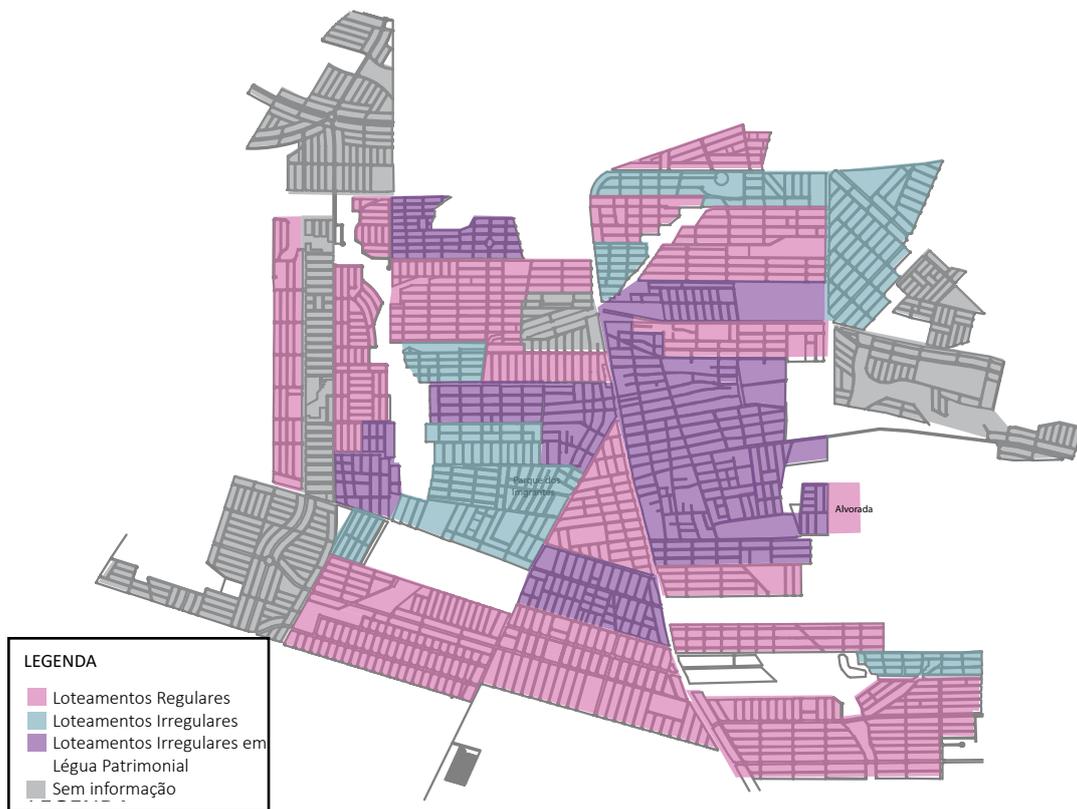


Figura 20 - Mapa dos loteamentos regulares e irregulares de Canaã dos Carajás. Fonte: PMCC, CLC, 2013. Elaboração própria.

IDURB), totalizando 6.642 lotes comercializáveis; e (iii) loteamentos irregulares em léguas patrimoniais (sendo comercializados, porém sem a certidão de perda de vocação agrícola emitida pelo INCRA, documento que cede a posse da terra para o município), que somam mais de 8.000 lotes comercializáveis (Figura 20).

A cidade então cresceu a partir do entroncamento entre as duas principais avenidas – a Avenida Weyne Cavalcante e a Avenida dos Pioneiros – primeiramente em contiguidade às áreas vizinhas ao núcleo original e, posteriormente, nas direções norte-sul seguindo o traçado da PA-160, distanciando-se da área de ocupação inicial onde concentravam-se os prédios de apoio do GETAT. De início isso representou uma tímida expansão da área ocupada: de 0,20km² em 1985 para 0,66km² em 1990 (levantamento de campo). Em 1995, entretanto, quando já circulavam notícias sobre a implantação do Sossego, a cidade alcançou 1,56km², chegando a 2,76km² em 2000, antes mesmo do início das operações na mina (Fadesp, 2016; levantamento de campo). A confirmação de implantação do projeto Sossego acelerou ainda mais esse processo, resultando em uma malha com 8,5km² ainda em 2005 e 15km² em 2010 (ibid). A essa época a mineração já constituía a principal fonte de recursos para o município, e com as expectativas em torno dos investimentos no S11D, a cidade alcançou 31,6km² em 2015 (Figura 21).

Entrevistado: Em 1998, 1999, começou a aquecer a economia, a dividir [lotear a terra]. O cara vinha aqui, comprava uma casa, comprava outra... Casa aí no Centro, o cara trocava por dois bezerros, uns porcos, alguns gados, hoje vale 500 mil... Então, uma valorização sem igual (...) Mesmo que Canaã tenha desvalorizado muito, eu conheço gente que comprou por 7 e vendeu por 70. Eu conheço gente que comprou casa e fez desse jeito, então Canaã cresceu muito rápido (...) 2008, 2010 foi pior do que

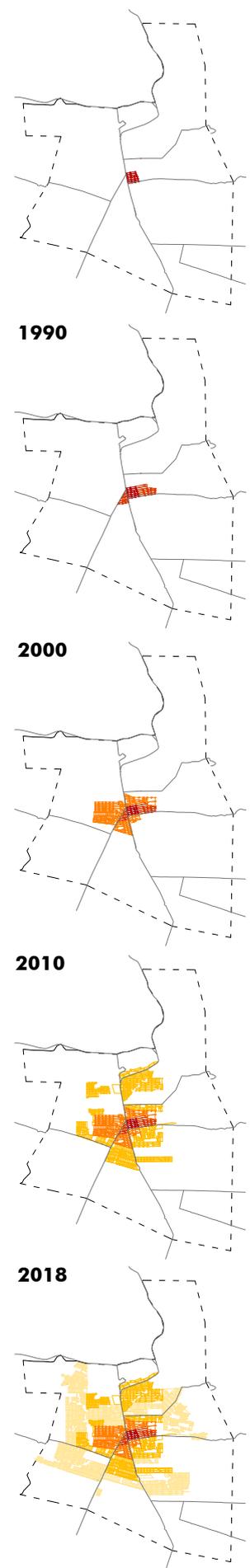


Figura 21 - Evolução da malha viária da cidade. Fonte: FADESP, 2016. Elaboração própria.



■ R\$112,50/m²
 ■ R\$62,50/m²
 ■ R\$1,25/m²



■ R\$500,00/
 ■ R\$250,00/m²

Figura 22 - Estimativas de valores médios do solo urbano. Fonte: Bandeira (2014), Levantamentos de campo (2016).

agora, foi bem feio mesmo, o valor dos terrenos caiu bastante. Só que em 2012, 2013 já começou [a valorizar novamente]... Tem pessoas que compraram terreno de R\$19 mil e venderam por R\$100 mil. Então, tipo, é uma valorização muito grande pra cidade, muito grande mesmo (Ricardo, Pioneiro).

Sumarizando o processo de expansão de Canaã, o relato oral acima destaca, de um lado, a sobrevalorização dos preços praticados no mercado imobiliário e, de outro lado, o movimento de ascensão e declínio das vendas de lotes urbanos. Em relação a isso, Bandeira (2014) identificou claras convergências entre a entrada da mineração e o aumento do preço da terra. Segundo levantamentos realizados pelo autor, o preço médio do metro quadrado dos lotes passou de R\$31,90 em 2000 para R\$340,00 em 2014. Ele sugere, ainda, que o aumento mais expressivo dos preços durante o projeto S11D em relação aos anos do projeto Sossego aponta para uma relação entre a massa de investimentos na mineração e a valorização média do lote urbano, isto é, quanto maiores os investimentos, maior seria o aumento dos preços. De acordo com os nossos levantamentos, em 2016 o valor do metro quadrado chegava até a R\$600,00 na área central, enquanto que nas áreas mais distantes o valor médio era de R\$250,00 (Figura 22). Todavia, frustrando as expectativas dos agentes imobiliários, os períodos que se seguem ao fim das obras são marcados por quedas sensíveis nos preços e nos volumes de venda, e pelo aumento dos índices de inadimplência e devolução de lotes em função das demissões em massa e arrefecimento do entusiasmo dos compradores. Como observado pelos corretores imobiliários entrevistados, atualmente a cidade passa por um desses momentos em função do fim das obras de implantação do S11D, com diminuição dos preços de lotes entre 30-50%, e índices de inadimplência e devolução que podem chegar até 30% em algumas empresas.

Relatos dão conta que quando um novo lançamento iria iniciar as vendas, filas de carros se formavam ainda na noite anterior e que os compradores adquiriam um alto número de lotes de uma só vez, não raro comprando os lotes em dinheiro à vista. Esse caso ilustra a orientação especulativa do crescimento urbano, que por sua vez se manifesta na baixa densidade dos novos loteamentos, em sua grande maioria subocupados. Os altos riscos destas operações passaram a ser amortizados pela atuação das novas empresas que passaram a produzir cidade articuladas à securitizadoras (Bandeira, 2014). Por parte da população que se inseriu nesse mercado, em grande parte pessoas de baixa renda na busca pela realização do sonho da casa própria, os altos preços e os juros embutidos nas parcelas foram desconsiderados face às facilidades de obtenção de financiamento e pagamento a longo prazo - as parcelas podem chegar até 180 meses. No entanto, como demonstram os índices de devolução e inadimplência, a sustentabilidade desse sistema a médio e longo prazo é bastante discutível.

Em reforço ao que descreve Melo (2015) sobre este assunto, esse regime de associação entre agentes de diferentes escalas na produção do espaço urbano, manifesto também em Canaã dos Carajás, sugere tendências de produção do espaço urbano sob o impacto da mineração no sudeste paraense. Como nesses outros contextos, também em Canaã o mercado imobiliário de grande porte foi atraído não apenas pelos recursos financeiros que vieram à reboque da atividade mineradora, mas também em decorrência da expectativa de ganhos gerada pelas

altas demandas por moradia que seriam geradas pelo crescimento populacional do município. A chegada da mineração e das empresas terceirizadas representou para Canaã um salto de 10.922 habitantes em 2000 - com apenas 35,69% localizados na área urbana - para 26.716 habitantes em apenas 10 anos - 77,58% centrados na sede do município; a estimativa atual do IBGE é que a cidade conta com 36.027 habitantes, mas acredita-se que este número possa chegar até 50.000 em decorrência da incapacidade dos indicadores oficiais captarem as dinâmicas particulares da mineração.

É este crescimento populacional de mais de 30.000 habitantes em um curto espaço de tempo que supostamente justificaria a expansão da cidade, cujo crescimento tem se dado principalmente nos vetores sul, nas glebas entre a PA-160 (Av. Weyne Cavalcante) e a Av. dos Pioneiros, e no vetor oeste, onde a Av. Nascimento, com seis faixas de rolamento, ciclovia e canteiro central, se consolida como um novo eixo de expansão (Figura 23). Na porção sul, predominam loteamentos (Novo Horizonte I, II, Vale dos Sonhos e Jardim América) de uma empresa local, a Moreira Empreendimentos Imobiliários, cuja expectativa é de lançar mais de 5 mil novos terrenos. No eixo oeste, a maioria dos loteamentos são de empresas de maior porte, como a Nova Bairros Planejados (Cidade Nova I, Flor de Lis I e II, Park Carajás, Via Oeste) e a Buriti Empreendimentos (Cidade Jardim); é nesta área também que se localizam as casas para funcionários da Vale (Residencial Vale), construído em conjunto com a Amec Construtora e a VBI Real Estate. À leste da Av. Weyne Cavalcante concentram-se loteamentos de menor porte (Monte Castelo, Alto Bonito, Vale dos Carajás, Estância Feliz etc.), enquanto que do lado oeste mais ao norte estão os loteamentos dedicados à baixa renda (Bela Vista I, II, III, Paraíso das Águas, Santana, Novo Brasil etc) (Figura 24).

As frentes de migração que passaram a ocupar estes espaços se caracterizaram por três perfis principais. Os funcionários da Vale e das suas terceirizadas inicialmente se concentraram no bairro planejado pela mineradora, o Vale das Palmeiras, localizado próximo a saída da cidade para Parauapebas, e foram atraídos pelos altos salários e pela garantia de provisão privada de bens e serviços: um clube de recreação, hospital e escola de qualidade; recentemente, passaram a contar também com um condomínio fechado (adquirido na integridade pela Vale) e um conjunto de casas em uma área isolada da cidade (o Residencial Vale). Em grande parte engenheiros e técnicos formados em outras regiões do país, essa parcela da população permanece conectada a seus locais de origem (principalmente do sudeste do Brasil), e como consequência carrega a visão depreciativa da Amazônia atrasada. Articulada às dinâmicas da mineração, este perfil constitui uma parcela da elite local juntamente com os Pioneiros e sustenta uma relação de distanciamento com a cidade, que se torna um mero espaço de provisão de serviços e comércios, e de superioridade com relação à população local, como evidencia o relato abaixo:

Entrevistador: Você percebe que existe algum tipo de separação porque tem pessoas que dizem que existe serviços que são pra Vale e existe outros pro resto da população?

Entrevistada: Isso, isso, eu tenho um filho que trabalha na Vale e ele disse que um dia desses foi com a esposa dele que tava mal do dente e então foi uma coisa assim... tão rápida. Tinha tanta gente esperando,

mas quando ele chegou aqui, foi recebido primeiro. Eu já senti isso, não é falando mal, mas foi ali no 5 de Outubro [hospital da Vale]. Então, você está ali porque é particular, mas tem a moça que fala que tem que atender primeiro o povo da Vale... Então quer dizer que meu dinheiro não vale? Eu como pessoa não sou vista como gente. Eu disse que preferia ir para um serviço público, é muita gente para ser atendida, com necessidades maiores que as da gente, mas não tem que atender primeiro o pessoal da Vale.

Entrevistador: Nos outros aspecto da vida a senhora também vê isso?

Entrevistado: Sim, se existe um grupo vestido com uniforme da Vale, quando eles chegam parece que eles são o centro. Não sei se é a visão que a gente já colocou na cabeça da gente, mas é uma lavagem cerebral que eles se sentem superiores.

Entrevistador: A senhora acha que não existe uma integração entre as pessoas que vem pra Vale e vocês?

Entrevistado: Olha, eu tenho um genro que trabalha lá, antes era todo mundo ali, todo mundo na família, agora não. Agora vem aqui muito rápido porque diz que precisa estar na reunião com os amigos da Vale, né?! Então meu filho começou com isso e eu falei "opa, tudo bem, você tem seus amigos, mas você também tem sua família em primeiro lugar". Ele já percebeu isso, mas no começo da formação eles [a Vale] preparam eles [os trabalhadores] pra isso. (Carla, Pioneira).

Em proporção consideravelmente maior, trabalhadores homens, pobres e de baixa escolaridade, vieram principalmente de áreas rurais de diferentes regiões do país atraídos pela suposta capacidade de ganhar dinheiro em um curto espaço de tempo. Aqueles que chegavam, em geral populações altamente móveis que acompanham os investimentos de grandes projetos, foram se instalando nas áreas marginais ao Centro em conjuntos de kitnets ou casas com quatro cômodos em função dos altos preços de aluguel praticados na cidade - sabe-se que nos períodos de maior fluxo populacional, aluguéis deste tipo poderiam chegar até a R\$2.000,00. Em semelhança aos funcionários da Vale, estas pessoas também possuíam poucos vínculos com o local, visto apenas pela perspectiva do dinheiro e do trabalho, e não raro são retratados pelos demais moradores de maneira pejorativa como "festeiros", usuários de drogas e frequentadores dos prostíbulos.

Constituindo um terceiro perfil estão as famílias que chegaram com o intuito de se fixar na cidade aspirando uma melhor qualidade de vida. Aqui o perfil é mais heterogêneo. De um lado, é possível ver famílias de classe média, com escolaridade mais elevada, em geral profissionais liberais e proprietários de pequenos comércios que se instalaram principalmente nos novos loteamentos das grandes empresas (Área 03), onde a proporção de entrevistados com educação básica (ensino médio completo) encontrada foi a mais alta entre todas as áreas (Tabela 03). Em contraponto, famílias mais pobres, oriundas principalmente de áreas rurais de outros estados, passaram a ocupar as áreas adjacentes ao Centro (Área 02) - possivelmente representando famílias que chegaram junto ao Sossego - e as áreas mais periféricas e precárias (Área 04). Estes dois lugares concentram

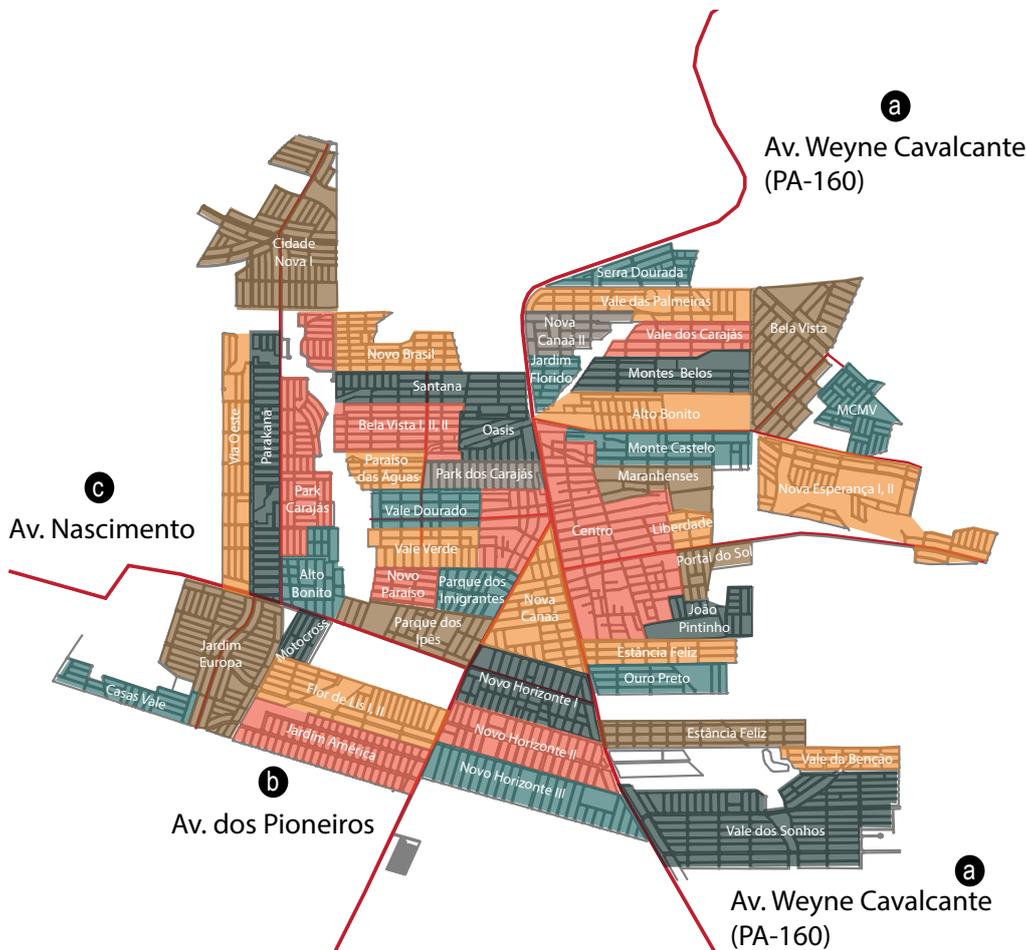


Figura 24 - Loteamentos de Canaã dos Carajás. Fonte: PMCC. Elaboração própria.



Figura 23 - Principais eixos de expansão de Canaã dos Carajás. Fonte: Acervo pessoal do autor.

as menores taxas de escolaridade identificadas nos nossos questionários (Tabela 03), e altas proporções de moradores que chegaram na cidade após 2010 (Tabela 01).

De modo geral, a frente de expansão em Canaã foi marcada por uma grande massa de trabalhadores pobres, inseridos de maneira provisória no mercado de trabalho formal construído pela mineradora. Ao fim dos períodos de construção das minas, quando apenas trabalhadores altamente especializados passam a atuar nas unidades de exploração, essa população mais pobre deixou a cidade, ou em casos não excepcionais, permaneceu ali pela falta de dinheiro para se mudar para outro lugar, o que gerou um enorme contingente de famílias que se sustentam através de “bicos” e trabalhos provisórios, comumente sem vinculação trabalhista. A economia local, fortemente dependente das dinâmicas da mineração, mostrou-se incapaz de incorporar essa mão-de-obra ociosa, reforçando o processo de empobrecimento da população e gerando um ciclo entre mineração-pobreza-economia local que culminou no fechamento de vários comércios e serviços e conseqüentemente no agravamento do desemprego. A pobreza gerada a partir disso ensejou a formação de ocupações informais ao sul da cidade - os bairros Motocross e Vale da Benção - e, mais recentemente, em resposta ao fim da construção do S11D, uma nova frente de ocupação informal passou a se desenvolver no norte da cidade junto à saída para Parauapebas, próximo aos limites urbanos.

As irregularidades do processo de expansão da sede municipal e a

orientação capitalista que deram forma à cidade a partir de loteamentos privados resultaram na formação de um espaço urbano altamente segregado e fragmentado, consolidando na curta trajetória da cidade um cenário de estratificação espacial semelhante aos dos grandes centros. Constituíram-se, assim, dois polos em Canaã. As áreas mais antigas e centrais, tributárias do parcelamento das antigas fazendas, são demarcadas pela descontinuidade entre loteamentos contíguos, o que sugere uma omissão quanto à forma urbana resultante, assim como também indica a ineficácia do controle institucional na produção do tecido urbano nos primeiros anos da cidade. Concentrando a maior parte dos comércios, serviços e espaços de lazer da cidade, esta é também a área com valores de imóveis mais elevados, e por isso onde moram os habitantes das classes mais altas.

Já nas áreas que margeiam o centro, os loteamentos mais recentes (dedicados aos estratos sociais mais baixos) convivem com ocupações informais fundadas pelos migrantes atraídos pela mineração que não conseguiram se inserir no sistema formal de habitação. Nestes espaços, ainda que presentes algumas das normativas urbanísticas promulgadas pelo Plano Diretor, tais como o alinhamento viário e a reserva de áreas de proteção ambiental e institucionais, o padrão de parcelamento remete ao defasado modelo de urbanização modernista norte-americano: são distantes dos centros de serviços e comércios, escassos de espaços de convivência, e sem vitalidade ou atrativos espaciais que ensejem qualquer tipo de identidade com o morador. Dessa maneira, materializa-se no espaço a polarização constitutiva da estrutura social do sudeste paraense (Silva, 2014): no centro moram os Pioneiros, os “sulistas”, trabalhadores que “vieram para somar”, cidadãos legítimos da cidade, ao passo em que nas periferias moram os Outros – aqui particularmente personificados principalmente pelos maranhenses –, trabalhadores das minas e moradores temporários, supostamente atraídos apenas pelo dinheiro, e indesejados na vida social coletiva

A importação de modelos urbanísticos exógenos, que remete ao defasado padrão de urbanização industrial introduzido na Amazônia ao longo de toda a segunda metade do século XX, não levou em consideração a esfera pública e coletiva da cidade. Nesse contexto, a rua foi instrumentalizada meramente como espaço de circulação e de conexão entre a casa e o trabalho, e não como o espaço por excelência das trocas sociais e do convívio. O privilégio ao uso do automóvel individual, materializado pela deficitária infraestrutura de mobilidade (ausência de calçadas e ciclovias), antagoniza com a realidade local, onde uma considerável parcela dos moradores se desloca a pé ou de bicicleta, problemática potencializada pela ausência de transporte público coletivo na cidade. Os equipamentos de lazer também foram obliterados nesse processo, e a cidade hoje convive com uma severa escassez de espaços para recreação, processo agravado pela supressão da cobertura vegetal e assoreamento dos rios, que em outros momentos davam suporte às necessidades de descanso e divertimento. Essa mentalidade privatista, “tão ao gosto do Brasil patriarcal” (Leitão, 2009: 242), nega a importância dos espaços públicos enquanto lugares de construção e exercício da cidadania; promove a destruição ambiental e a consolidação de um padrão de urbano que cada vez mais se distancia da natureza; e enfraquece os vínculos sociais, estimulando perspectivas de vida individualizadas.

Os fenômenos urbanos manifestos em Canaã afetam também outras dimensões do espaço habitado. Ao longo do processo de transformações, as

Relação Área x Ano de migração (%)				
	Antes de 1994	Entre 1994 e 2009	A partir de 2010	Total
Área 1	25,71	34,29	40	100
Área 2	10,59	28,24	61,17	100
Área 3	0	25,76	74,24	100
Área 4	3,7	25,93	70,37	100

Tabela 01 - Relação Área x Ano de migração. Fonte: Questionários de campo (2016). Elaboração própria.

Relação Área x Origem (%)					
	Norte	Nordeste	NO + NE	CO/SE/Sul	Total
Área 1	34,29	45,71	80	20	100
Área 2	48,28	34,38	82,66	17,24	99,9
Área 3	42,42	48,48	90,9	9,09	99,99
Área 4	59,26	33,33	92,59	7,41	100
Total	45,58	40,47	86,05	13,95	100

Tabela 02 - Relação Área x Origem do entrevistado. Fonte: Questionários de campo (2016). Elaboração própria.

Relação Área x Escolaridade (%)			
	Baixa Escolaridade	Alta Escolaridade	Total
	S/ Educ. Básic.	C/ Educ. Básic.	
Área 1	62,86	37,14	100
Área 2	70,12	29,88	100
Área 3	54,56	45,44	100
Área 4	82,14	17,86	100

Tabela 03 - Relação Área x Escolaridade do entrevistado. Fonte: Questionários de campo (2016). Elaboração própria.

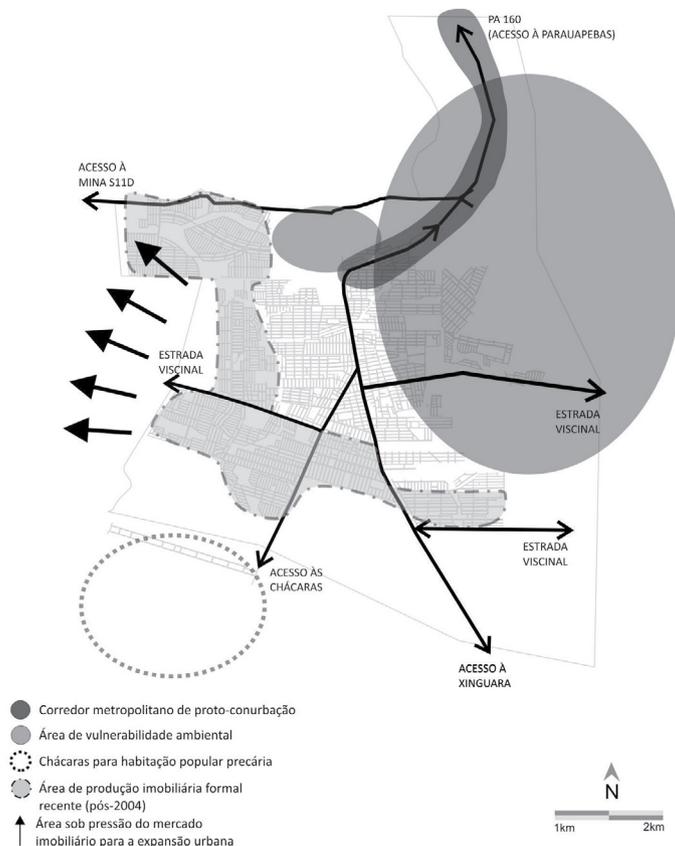


Figura 25 - Esquema com as principais dinâmicas de expansão da malha urbana. Fonte: CARDOSO, CÂNDIDO, MELO, 2017.



Figura 26 - Casas de alvenaria, fechadas por muros e grades. Fonte: Acervo pessoal do autor.

tradicionais casas de madeira do período do CEDERE II, sem terrenos delimitados e com portas e janelas abrindo-se diretamente para a rua, foram gradativamente sendo substituídas por casas de alvenaria - que representam 87,89% dos imóveis levantados pelos questionários -, usualmente ladeadas por altos muros e cujo desenho modernista-contemporâneo por vezes remete às casas de condomínios fechados das grandes cidades (Figura 26). Junto aos loteamentos, condomínios fechados e as torres de apartamento que emanam de contextos metropolitanos como retrato do progresso, essa tipologia reformulou o imagético da “casa ideal”, agora feita de concreto e vidro em oposição aos materiais tradicionalmente utilizados pelas populações rurais, que compõe grande parte dos moradores de Canaã dos Carajás. A transição para um modelo de casa que embarreira a relação direta entre público-privado (em função dos muros), que é pouca adaptada ao clima da região e cuja morfologia diz pouco ou nada a respeito da cultura local, reforça o nosso argumento de que a importação de modelos urbanísticos para a Amazônia serviu ao propósito de apagamento e substituição da realidade pré-estabelecida em favor da mentalidade capitalista.

Na escala do município, por sua vez, observa-se a explosão das fronteiras entre o urbano e o rural através da expansão dos aparelhos de acumulação capitalista para além dos limites urbanos. Na porção norte do município, avançam as estruturas físicas de apoio à mineração (estradas, ferrovias, alojamentos etc.), sem levar em consideração a agricultura local, que se concentra na porção sul e permanece à margem dos benefícios trazidos pela urbanização. O ritmo intenso da atividade mineradora - a maior mina de ferro do mundo tem previsão de esgotamento em 30 anos -, conduzido pela objetificação da natureza, transformou profundamente o ecossistema local através da supressão da cobertura vegetal e do assoreamento dos cursos d'água, o que expõe a fauna e a flora da região ao perigo. Esse processo reforça, ainda, a invisibilidade dos potenciais paisagísticos espalhados pelo território municipal, como lagos e cachoeiras, que poderiam não apenas subsidiar o lazer dos moradores, como também viabilizar uma alternativa econômica e de menor impacto ambiental para a economia do município.

A lógica de produção capitalista do espaço se anuncia também na zona rural na forma de loteamentos de chácaras, dividido em dois tipos principais. Na porção norte, beneficiando-se dos acessos criados pela mineradora, surgiram chácaras de final de semana à beira do rio Parauapebas, voltadas ao público mais rico, dando origem a um híbrido entre os arranjos espaciais metropolitanos (loteamentos e condomínios fechados) e as formas de habitar tradicionais da cultura local canaãense (fazendas). Ao sul, mais próximas à sede, chácaras dedicadas à população mais pobre estendem a urbanização para além do perímetro urbano e criam uma relação de dependência entre esta população e a cidade. Esse movimento pendular também se mostra presente entre Canaã e a vila Planalto, localizada a 15km ao norte da cidade. A adaptação do fenômeno de commuting à realidade local dá indícios de formação de um corredor de proto-urbanização entre Canaã dos Carajás e Parauapebas (Cardoso et al., 2017).

Se no passado a constituição dos núcleos urbanos na Amazônia seguia o fluxos dos rios e o ritmo natural da floresta, Canaã dos Carajás mostra que atualmente existe um outro padrão de urbanização em gestação na região a competir com aquele. A trajetória que se desenvolveu entre o Programa Grande Carajás e o momento atual de exploração mineral consolidou um processo de urbanização

na fronteira tributário dos grandes projetos, e que contemporaneamente conta com a novidade de incorporar elementos financeirizados da recente virada neoliberal. Assim, em poucas décadas, transformou-se uma pequena vila rural em um complexo território que, conectado a atividades globais, aparece como uma possível variante da máquina de crescimento descrita por Logan e Molotch (1987), como apontamos em outro momento (Cardodo et al., 2017). A velocidade com que esse processo ocorre em Canaã dos Carajás revela novas estratégias e novos agentes atuando sobre o território amazônico na atualidade, e se desdobra em uma série de problemáticas do cotidiano vivido das pessoas que são delegadas a segundo plano em função da grande narrativa do desenvolvimento que chega com a mineração, mas que na verdade constitui-se como a negação do progresso, e em última análise, do próprio urbano.

4.4.2. O ESPAÇO PERCEBIDO E A DIALÉTICA DO PROGRESSO: DE QUE DESENVOLVIMENTO ESTAMOS FALANDO?

Logo no nosso primeiro dia de entrevistas, paramos em frente a uma casa onde uma jovem senhora preparava doces e salgados na varanda. A casa era humilde, ainda sem reboco e com piso de cimento, com áreas livres ao lado e aos fundos, onde viam-se uma pequena horta e árvores frutíferas. Timidamente apresentado-se como Olga, tocantinense de 42 anos e moradora de Canaã desde 2007, ela logo chamou a filha, Gabriela, também tocantinense e com 22 anos, para participar da entrevista. Em uma de suas primeiras intervenções, respondendo à nossa pergunta sobre o que vinha mudando na cidade, a jovem nos disse:

Entrevistada: Assim, com a chegada do projeto S11D aí, a cidade começou a se desenvolver bastante, bem rápido, como posso dizer, assim... o crescimento desgovernado (Gabriela, migrante)

É curioso notar que não usamos a palavra desenvolvimento na pergunta ou em qualquer outro momento anterior à essa fala; nosso questionamento era relativo às mudanças na cidade a partir da chegada da mineração. Ainda assim, Gabriela utilizou a palavra “desenvolver” para se referir ao processo de “crescimento desgovernado” de Canaã. A contradição central de relacionar desenvolvimento ao crescimento excessivo, não planejado e excludente que a cidade de Canaã enfrenta foi uma das questões centrais que emergiram a partir dos relatos coletados pelas entrevistas. Afinal, de que desenvolvimento estamos falando? Tomando essa questão como ponto de partida, buscaremos nesta seção explorar as diferentes percepções das mudanças que se desdobram no território de Canaã. Argumentamos que, a despeito da visão de determinados agentes, que interpretam as mudanças físicas e benefícios particulares como expressões positivas de desenvolvimento, a dependência de uma atividade altamente promotora de passivos sociais, ambientais e urbanos representa, na verdade, a perpetração de um padrão de desenvolvimento excludente, que reafirma estruturas heterônomas e desiguais de poder.

Falar em “dialética do progresso” significa, nesse sentido, compreender que existem diferentes pontos de vista através dos quais as pessoas interpretam

os processos em curso e a ele atribuem (ou não) o status de desenvolvimento; de igual forma, tomando o espaço como produto material das relações com outros elementos materiais e imateriais, implica no reconhecimento de que estes diferentes pontos de vista atravessam de maneiras distintas as múltiplas leituras do espaço. Por que as pessoas interpretam de maneira tão díspar os mesmos processos? Trabalhar essa temática implica reconhecer *quem fala e a partir de que lugar*, ou seja, é necessário identificar a posição social e espacial dos diferentes atores participantes dentro da estrutura social local. Por esta razão, utilizaremos os grupos de entrevistados, como apontado acima, como “lentes de análise” para entender como o espaço de Canaã dos Carajás é apercebido, tendo que as perspectivas dos Pioneiros, dos Migrantes e dos Agentes Imobiliários sumarizam uma cadeia mais ampla de expectativas que atuam na formação do território de Canaã dos Carajás.

Seu Emilson, um senhor baiano, criado em Goiás e morador do Tocantins por anos, é um caso típico do migrante pioneiro. Conhecido como um dos fundadores da vila Mozartinópolis, ele viveu da exploração da madeira e da agricultura familiar no Rachaplaca até o início dos anos 2000, quando as prospecções de minério pela Vale nas proximidades foram iniciadas e os processos de negociação para realocação dos moradores locais tiveram início. Segundo relata, aqueles que possuíam o título da terra na vila poderiam optar pela indenização em dinheiro, em uma casa em Canaã ou por terras no assentamento Américo Vespúcio, criado com o fim de realocar as famílias. Por não possuir terras na vila em si, ele não se beneficiou diretamente desse processo, mas ainda assim conseguiu em 2010 vender as suas terras, localizadas a cerca de 5km da vila, para a Vale por um alto valor: “cada área que eu vendi lá dava pra comprar quatro aqui [na sede municipal]” (Emilson, Pioneiro). Em função da valorização das suas terras e dos benefícios gerados para a sua família a partir disso, Seu Emilson enxerga de forma positiva as mudanças geradas pela mineração:

Entrevistado: Pra mim foi positivo, por que? A gente nunca teve nada. A gente comprou esse terreninho aqui, isso foi um avanço bastante grande. Meus filhos conseguiram se formar no ensino superior todos a partir daqui (Emilson, Pioneiro).

Desta fala, é possível destacar um ponto fundamental para melhor compreender aquilo que se entende como desenvolvimento em Canaã dos Carajás: a perspectiva comparativa com a qual (principalmente) os Pioneiros fazem a leitura dos processos em curso. Por terem encontrado, ao migrar para a Amazônia, um território repleto de dificuldades e terem visto este lugar sendo transformado subitamente pela chegada da mineração, estes atores enxergam a mineração como potencializadora de melhorias, como evidenciam as falas de outros Pioneiros:

Entrevistado: As coisas que tenho foram coisas que eu consegui com a terra produtiva, mas claro que com o auxílio dos grandes projetos. Se fosse só na terra produtiva, nós ainda estaríamos passando frio, dependendo de estrada da prefeitura. Mesmo com todo desenvolvimento, não é uma cidade que tem tudo que você precisa, [mas] graças a Deus de dois

anos para cá a gente está tendo uma saúde melhor (Manoel, Pioneiro).

Entrevistada: Hoje Canaã tá de parabéns, porque antes era só um sofrimento. Mas ainda não é essas coisas, não. Tem muita coisa para melhorar. A saúde de Canaã, comparada com antigamente, está até boa, mas Canaã ganha tanto dinheiro que era para nós já termos uma praça bonita aqui, mais condição dentro dos hospitais (Francisca, Pioneira).

Entrevistada: As estradas, as estradas mudaram. Graças a Deus agora a gente tem estrada, educação melhorou, a cidade, né?! Comércio, situação financeira também, banco veio para cá, igreja. Tudo! (Dolores, Pioneira).

Entrevistado: Cara, eu vejo isso [as mudanças] como positivo. Eu estou feliz porque há pouco tempo tu andava na cidade e era só lama. Não é que acabou, mas o grosso, o básico, já foi feito. Mas tem outros bairros também para concluir... "Canaã falta o básico, falta, tipo, investimento, falta isso, falta aquilo", mas antes não tinha nada. Hoje já tem escola, todas as escolas têm ar condicionado, as criancinhas sentavam lá com o ventilador de teto, com ventilador quase caindo. A gente pensa que é pouco, mas a gente sabe que não é (...) Asfalto, mesma coisa (...) Canaã não tinha nem o básico. Canaã não tinha nem uma escola boa, não tinha um asfalto (Ricardo, pioneiro).

Para estes atores, o que antes era "não ter nada", com a mineração significou "formar os filhos no ensino superior" ou "ter uma saúde melhor". Não é possível desvalidar essa leitura, uma vez que para estes indivíduos que por grande parte da vida conviveram com restrições de acesso a serviços básicos (saúde, educação, saneamento etc), as mudanças derivadas da mineração trouxeram a reboque uma perspectiva inédita de promoção da cidadania, ainda que de forma deficitária. Todavia, podemos destacar alguns pontos cabíveis de escrutínio nas falas supracitadas.

Em primeiro lugar, reconhecer o asfaltamento como corolário do desenvolvimento diz respeito a um paradigma particular de desenvolvimento, qual seja àquele dedicado à Amazônia ao longo do século XX, vinculado à indústria, e que impôs um padrão exógeno de urbanização para a região. Essa linha de pensamento, por consequência, nega as trajetórias de outros desenvolvimentos trilhadas anteriormente à incorporação da região à economia nacional. Os elementos artificiais gerados pelo avanço industrial, aqui expressos sobretudo pelo asfalto, aparecem em contraposição à natureza, como manifestações da capacidade humana de dominar o território "selvagem" anteriormente dominante. Não por acaso, o progresso é medido pela quantidade de vias asfaltadas na cidade. Essa ideia transparece não apenas uma visão simplória de desenvolvimento, fortemente atrelada à mera requalificação da estrutura física da cidade - o que no caso de Canaã aparece de maneira ainda mais problemática visto que, como ressaltam os próprios relatos que apontam como positiva a influência da mineradora, as melhorias da infraestrutura urbana são incipientes "mesmo com todo o desenvolvimento" - mas, em última análise, revela uma visão unidimensional, que entende como válido apenas o paradigma de desenvolvimento proposto pelo padrão industrial. Dessa maneira, na nossa leitura

o desenvolvimento do qual falam os excertos acima parece se aproximar mais de um discurso fabricado pelas mentalidades dominantes do que uma prática efetiva, marcadamente expressando características do discurso do desenvolvimento, como caracterizado por Coelho (2014).

Resgatando alguns dos conceitos debatidos ao longo dos demais capítulos, e partindo do contexto político-histórico no qual a formação do espaço de Canaã se insere, podemos entender a utilização de alguns argumentos do DDM aqui como a forma de legitimar a disciplina neoliberal nesta fronteira do capitalismo. Cada vez mais gerando processos de oposição, como demonstram as experiências de movimentos sociais apresentadas anteriormente, foi necessário à atividade mineradora se reafirmar como propulsora de processos locais de desenvolvimento. Na implantação do S11D, isso se traduziu em novas estratégias de integração dos funcionários à realidade local (ex.: a construção de casas não segregadas do tecido urbano, como acontecia no modelo de company-town) e em melhorias pontuais na infraestrutura básica da cidade (ex.: investimentos milionários no asfaltamento de ruas) que, contudo, não representaram um projeto efetivo que enxergasse as potencialidades locais, tanto sociais quanto espaciais, como norteadoras de um processo de desenvolvimento endógeno. Assim, é possível inferir que o dito progresso manifesto pela expansão quantitativa (e não necessariamente qualitativa) do sistema de serviços públicos da cidade atendeu muito mais ao propósito de induzir o indivíduo a se posicionar favoravelmente à mineração e, na esteira, à lógica capitalista que a sustenta.

A incorporação antinômica da noção de progresso, inclusive pelas populações cuja posição periférica decorre justamente dos processos exclusivistas para os quais ela dá suporte através dos discursos, reflete o ímpeto com que a disciplina neoliberal (Hardt, Negri, 2016) se impôs sob o processo de socialização de Canaã. Nessa trajetória, os desdobramentos deletérios da mineração foram normalizados como problemáticas necessárias para que a cidade avançasse em direção à “modernidade”, o que apenas se justifica perante uma sociedade coercitivamente programada para entender o capitalismo como a “única alternativa possível”.

Entrevistador: O senhor vê de forma positiva essas transformações? Ou negativas?

Entrevistado: Rapaz, de forma positiva, com certeza... De forma negativa, a gente tem as consequências... Toda ação tem uma reação, né?! A reação é... está acontecendo criminalidade, desemprego. Quando a empresa desestabiliza em si (inaudível) a empresa vai embora e aí começam os problemas (Marcos, Pioneiro).

Essa leitura do desenvolvimento, na qual a criminalidade e o desemprego aparecem como um “preço a se pagar” para alcançar o progresso, incorporou as distorções promovidas pelo capitalismo como elementos irrevogáveis do processo de desenvolvimento. “Toda ação tem uma reação” quer dizer, neste contexto, que para cada benefício trazido pela mineração, existem também efeitos negativos intrínsecos que são necessários para que o progresso se concretize.

Entrevistador: Como conclusão, tu vês a ação da Vale na cidade como positiva ou negativa?

Entrevistado: Cara, como positiva. Claro que tem muita coisa a melhorar, mas vejo como positiva, por que? Porque você vai no Eldorado ali, a cidade não tem nada e nunca vai ter porque é zona rural, é o leite e a prefeitura... Claro que nada você ganha sem pagar alguma coisa, então o que a gente paga é isso, do cara entrar... Tipo, um exemplo, eu mesmo sou um cara que sentiu na pele o que é ser roubado. Eu tinha uma loja, no dia das mães, às quatro da tarde, os caras chegaram com uma arma na mão e levaram tudo o que eu tinha (...) Essa insegurança na cidade que é difícil (Ricardo, Pioneiro).

A cooptação do real sentido do desenvolvimento e a sua manipulação para o sustento de um padrão de exploração excludente transforma-o, ao menos pelo que sugerem as falas dos entrevistados, em um elemento dicotômico: simultaneamente, promove benefícios e malefícios, maldições e dádivas (Enriquez, 2007).

Entrevistado: (...) Aí eu vim, aí fiquei, aí a gente começou a escutar o zum zum zum de que ia desenvolver e tal, aí eu fui ficando, fui ficando, o trem foi transformando, aí foi melhorando.

Entrevistador: Mas em que sentido começou a melhorar?

Entrevistado: O desenvolvimento em geral, né?! O desenvolvimento em geral do município, as pessoas que estava aí no início também progrediram, né?! Aí agora, hoje, a gente está vivendo um negócio que aí... coisa inexplicável. E agora ninguém sabe que rumo o município vai tomar (Jaime, Migrante).

Entrevistado: Olha, as mudanças que a Vale trouxe. A mudança foi o crescimento da população e foi bem visível o emprego pro povo. Do ponto positivo foi o emprego pro povo, apesar da gente ter queixa da população daqui porque a população daqui não estava preparada para poder, é, na hora do emprego estar ali para receber. Aí a mão-de-obra foi mais de fora (...) Na parte financeira, tem o comércio, as pessoas que trabalham precisam comprar no comércio, o que gera uma renda para o município. Hoje a gente tem mendigo, prostituição nesses bares, tamanha nove horas [da noite] a gente vê (Carla, Pioneira).

Entrevistador: Mas você vê essa transformação de uma forma positiva?

Entrevistado: Eu vejo de uma forma... de dois ângulos. De uma forma positiva, porém com muito ponto negativo.

Entrevistador: O que é positivo?

Entrevistado: O que é positivo é assim... é que as pessoas estão cons-

truindo, construção bem feita, não são aquelas construções... Porém, as pessoas da administração não pensaram de ter... de trazer fábricas para cá, de pequenas fábricas para instalar para nós não dependermos só do projeto [de mineração]. Porque hoje o projeto parou e tem pessoas que nem tem condições de ir embora (João, Agente Imobiliário).

Entrevistador: Como o senhor encara as mudanças que Canaã passou?

Entrevistado: Eu encaro positivamente, como morador. Sempre achando que tiveram algumas coisas que se perderam, mas foi positivamente para o crescimento, para o desenvolvimento da cidade. Teve uma diminuição na área rural, mas a gente conseguiu crescer financeiramente, teve muito ganho (Manoel, pioneiro).

É válido apontar que a alta capacidade do setor imobiliário em gerar riquezas reforçou o entendimento contraditório acerca do que efetivamente é desenvolvimento, fazendo-o se confundir ao crescimento urbano: “Uma das empresas que ajudou o desenvolvimento é a Nova, fez muito loteamento aqui em Canaã” (Paulo, Agente Imobiliário). Nestes termos, quanto mais a cidade crescia, mais se desenvolvia, independentemente se a explosão desse urbano estava acompanhada ou não da universalização do direito à cidade.

A dimensão desses impactos é percebida de maneira diferente entre os diferentes atores sociais, e varia de acordo com a posição social ocupada antes e depois da chegada da mineração. De maneira geral, a ideia de desenvolvimento amplamente difundida está ligada à expectativa de gerar fortunas, em grande parte o mote que deu ensejo à frente migratória recente: “(...) assim, o lugar de ganhar dinheiro era aqui”, nos informou um dos relatos. A relação dinheiro-desenvolvimento foi, portanto, a lente com a qual as pessoas julgaram os processos de transformação local: cumpridas as expectativas de enriquecimento pessoal, o entendimento era de uma cidade em pleno desenvolvimento; do contrário, a leitura dos processos é negativa.

Nesse aspecto, temos duas narrativas dominantes. De um lado, encontram-se os atores com capital social e econômico suficiente para cooptar os benefícios financeiros trazidos pela mineração, via de regra representados pelos agentes imobiliários, sejam eles pequenos empresários ou grandes empresas:

Entrevistador: E como é que o senhor vê esse crescimento de Canaã? As mudanças em Canaã?

Entrevistado: É igual eu te falei, as partes boas, né?! Se você tem algum, algum imóvel dentro de uma cidade que tá crescendo, você tá crescendo junto, porque [se] fosse aquele Canaãzinho pequeno, a gente, toda a massa da família, amigos, não teria, né, assim... a condição financeira que a gente tem hoje. Teria aquela vidinha que a gente tinha no Racha Placa. Então isso pra gente é bom (Marcos, Pioneiro).

A explosão do mercado imobiliário local fez ressurgir o mito do Eldorado,

isto é, a narrativa do enriquecimento “instantâneo”. Para os indivíduos associados a estas práticas, o crescimento da área da cidade, traduzido em um crescimento do número de lotes comercializáveis, representa um crescimento pessoal e a possibilidade de “mudar de vida”. Todavia, esta perspectiva que credita à mineração a capacidade de renovar perpetuamente os ciclos de aquecimento do mercado de terras, desconsidera as mudanças estruturais enfrentadas pelo setor mineral nas últimas décadas (diminuição da massa de trabalhadores fixos, menor dependência dos contextos urbanos locais etc.)

Entrevistado: Agora o mercado deu uma esfriada porque tá muita oferta e procura deu uma caída.

Entrevistador: Tu achas que essa diminuídas de procura foi por quê?

Entrevistado: O pessoal diminuiu por conta da instabilidade financeira no país, né?!

Entrevistador: Tu achas que tem alguma relação com essas demissões da Vale?

Entrevistado: É, né, porque a maioria desse povo que foi demitido daí... é que o povo já enraizou, já criou família, não quer voltar mais porque veio sem nada e já conseguiu ganhar uma coisa aí... Aí a esperança de novo projeto, estão por aí.

Entrevistador: Você acha que isso é uma fase, que vai haver uma retomada?

Entrevistado: Vai, vai, acontecer sim. Isso já aconteceu em 2003, 2005, quando teve a implantação do Sossego, aí... hoje tá assim porque a Vale tá dando prioridade pro S11D. Depois que ela implantar o S11D, vai dar prioridade a outros projetos que tem em andamento, tem vários outros projetos na região (Paulo, Agente Imobiliário).

Entrevistador: Vocês pretendem lançar novos empreendimentos?

Entrevistado: Sim, mas com essa crise aí, meu segmento é esse...

Entrevistador: Mas por hora...

Entrevistado: Por hora deu uma parada.

Entrevistador: E qual a expectativa de mercado para cá com esse pessoal da Vale sendo demitido?

Entrevistado: Olha, com essa experiência nossa aqui, com... os outros que visitam o empreendimento lá... o investimento é muito grande. A gente acredita que num investimento como o desse aí não tem como parar, mas também com essa crise aí, não só no Brasil, mas em boa parte do mundo... Eles também têm interesse em outros projetos porque matéria

prima aqui tem muito. A esperança nossa é essa aí, que ele comecem a mexer com outros projetos aí, para dar mais aquecimento pra cidade” (João, Agente Imobiliário).

Do outro lado das narrativas dominantes, temos a leitura dos indivíduos excluídos dos ganhos atrelados às atividades articuladas ao nível global - famílias recém chegadas de áreas rurais, indivíduos com baixa qualificação escolar, trabalhadores demitidos pela mineradora etc. Para estes, o cenário é menos otimista, e a percepção é a de um desenvolvimento menos abrangente, que prioriza determinadas pessoas e espaços, mas que não alcança de maneira uniforme o total do território urbano. Ainda assim, cabe destacar que, como chama atenção um dos relatos abaixo, estas narrativas não são excludentes e, por vezes, é possível observar também estas comunidades excluídas se posicionando em favor de uma lógica de desenvolvimento que não as enxerga como partes do processo.

Entrevistador: O que vocês acham que tem mudado mais na vida das pessoas, na vida de vocês, com a chegada da Vale?

Entrevistada: A minha não mudou muito, que eu nem conseguia, assim... emprego nas firmas, eu nunca consegui, né?! Então eu não posso falar nada assim, porque eu nunca consegui, né?!” (Olga, Migrante).

Entrevistada: Não, não tem tanta coisa melhorando. Assim, quem está chegando agora, estava uma coisa, aquela coisa tipo, todo mundo trabalhando, a cidade desenvolvendo. Para quem já mora aqui já sabe que essas coisas não estão acontecendo, a gente que já mora aqui, a gente está vendo que está tendo aquela mudança, mas não está vendo tanto melhora. (Gabriela, Migrante).

Entrevistador: E tu achas que mudou muita coisa depois que a Vale chegou na cidade?

Entrevistada: Graças a Deus, mudou. Mas a Prefeitura também está ajudando, mais nesse sentido desses asfaltos. Eu acho que ela está ajudando, né?! Está botando essas coisas (...) O povo reclama, o povo fala, eu não entendo o povo. Porque o povo fala de barriga cheia. Eu não reclamo, não. Pra mim está bom demais (Mariana, Migrante).

A dicotomia dos processos em curso na cidade criou uma cidade dividida. O cumprimento das expectativas de apenas alguns grupos sociais, em detrimento de outros, deu suporte a um discurso de alteridade que criou visões de “nós” e “eles” entre os moradores da cidade que, em última instância, fortaleceu processos desiguais de melhorias das condições urbanísticas. Essa seletividade das melhorias que vieram à reboque da mineração formatou um espaço socioespacial pouco responsivo às expectativas dos grupos marginalizados que migraram para a região na busca por melhores condições de vida, enfraquecendo o sentido de pertencimento destes novos grupos. Como nos relatou um dos entrevistados:

“Olha, Canaã, Parauapebas, são cidades que a população não tem ligação nenhuma com a cidade, o cara detesta a cidade, é uma cidade de passagem” (Cristiano, Migrante). Esse aspecto esteve presente também em outros relatos:

Entrevistada: Como a gente não tem casa própria, a gente quase não para em lugar nenhum. Agora a gente criou uma raiz aqui, aí eu não gosto muito daqui não... (Olga, Migrante).

Entrevistada: Eu não gosto daqui, nunca gostei daqui. É porque todo lugar que a gente morou, sempre, assim, a gente tinha facilidade de estudar, qualquer cursinho que a gente quisesse, ali estava oferecendo vários cursos, não vinha gente de outra cidade tomar o lugar de outras. E sempre perto as coisas, ou sempre tem um ônibus pra gente pegar, né?! Aqui não tem isso...

Entrevistador: Se tu pudesse ir embora, tu iria então...?

Entrevistada: Iria.

Entrevistador: Para onde?

Entrevistada: Para qualquer lugar que não fosse aqui, que não fosse parecido com Canaã (Gabriela, Migrante).

Sobre este aspecto, é necessário destacar que outros fatores também influenciam na leitura negativa do espaço urbano de Canaã dos Carajás. Como identificamos através dos questionários, grande parte dos migrantes passaram por outras localidades antes de chegar à Canaã, o que dificulta a formação de um sentimento de pertencimento cultural ao local (Tabela 04). Nossas investigações também apontam para uma forte mobilidade interna entre bairros (Tabela 05) e um baixo tempo de moradia nas atuais residências dos entrevistados (Tabela 06), o que por sua vez reforça o desenraizamento das populações locais.

Relação Área x Morou em outras cidades (%)			
	Sim	Não	Total
Área 1	67,65	32,35	100
Área 2	80,46	19,54	100
Área 3	87,88	12,12	100
Área 4	78,57	21,43	100
Total Geral	80,47	19,53	100

Tabela 04 - Relação Área x Morou em outras cidades. Fonte: Questionários de campo (2016).

Relação Área x Morou em outro bairro (%)			
	Sim	Não	Total
Área 1	48,57	51,43	100
Área 2	62,07	37,93	100
Área 3	75,76	24,24	100
Área 4	60,71	39,29	100
Total Geral	63,89	36,11	100

Tabela 05 - Relação Área x Morou em outro bairro. Fonte: Questionários de campo (2016).
Elaboração própria.

Relação Área x Tempo que mora na residência atual (%)						
	1-11 meses	1-2 anos	3-5 anos	5-10 anos	+10 anos	Total
Área 1	28,58	8,58	14,28	11,42	37,14	100
Área 2	25,3	30,12	24,09	12,06	8,43	100
Área 3	35,39	36,9	20	7,71	0	100
Área 4	39,28	28,57	32,15	0	0	100
Total Geral	30,81	28,44	22,27	9	9,48	100

Tabela 06 - Relação Área x Tempo em que mora na atual residência. Fonte: Questionários de campo (2016).

Essa combinação de fatores se articula com as múltiplas origens dos migrantes no atravancamento de uma relação harmoniosa com a cidade. Em sua grande maioria originários de outras regiões do país, estes indivíduos interpretam as particularidades amazônicas a partir de lentes “estrangeiras”, que comumente as associam ao atraso e ao subdesenvolvimento. Essa visão negativa pré-concebida da região compõe uma outra camada de interferência da relação entre pessoas e cidades na medida em que não possibilita o aprofundamento destes vínculos. Não é possível criar laços afetivos com aquilo que se desconhece. Em decorrência disso, perpetuam-se discursos e práticas de conversão do território a partir de imagens de cidades exógenas, usualmente relacionados a um padrão de urbanização industrial comum aos grandes centros:

Entrevistado: A cidade aqui era só um vilarejinho, era um monte de barraco de tábua aí. Era esquisito, era da região o lugar mais feio, aqui (...) Era tudo fazenda ainda, e só tinha... só a [avenida] Weyne Cavalcante ali, um pedaço da [avenida] Pioneiro. Era só algumas ruas que tinham...

Entrevistador: O senhor diz que era feio por causa de que?

Entrevistado: Por causa do tipo de localidade, não sei se era por causa da região do Pará que eu não tinha... não conhecia nenhum outro lugar do Pará ainda. Aqueles barraquinhos velhos, aquelas coisas atrasadas, né?! (Jaime, Migrante).

Atribuímos essa controvérsia dos discursos sobre o desenvolvimento, em parte, ao tempo quase instantâneo com que as transformações na cidade ocorreram. A conversão da vila do CEDERE II para a cidade de Canaã dos Carajás ocorreu de maneira muito abrupta e impositiva, e se impôs sobre um cenário onde predominava o tempo lento da natureza e dos ambientes rurais, marcados pelo sentar na porta de casa para “ver a vida passar”, pelas estações do ano, pelos ciclos da natureza. Não é o mesmo tempo da internet e das redes sociais, dos carros e engarrafamentos, da instantaneidade que marca a vida na metrópole, e certamente não é o mesmo tempo abstrato do mercado financeiro que controla a exploração do minério. Tanta compressão do espaço-tempo agiu neste contexto, em acordo com a perspectiva harveyana (1989), no impedimento de uma leitura compreensiva da realidade na qual a cidade se insere com a exploração neoliberal, postulando a realidade fabricada pela mineração como a única realidade conhecida pelos moradores da cidade. Com isso os sucessivos loteamentos de terra, o abandono das práticas rurais, a degradação da natureza, as variações flutuantes da economia etc., e toda sorte de processos de impacto negativo trazidos pela mineração se apresentam como inquestionáveis, pelo bem

ou pelo mal, como um cenário que parece sem alternativas:

Entrevistado: Foi a partir de 2005, 2006, quando começou a desenvolver mesmo. O progresso melhorou mesmo, o trem começou a progredir, só ali no miolo, né?! Aí o pessoal começou a desenvolver, pegar em dinheiro e tal, e começou a expandir a cidade. Aí começaram com loteamento (...)

Entrevistador: E tu acha que a cidade tem melhorado, tem piorado?

Entrevistado: Tem um ano atrás que estava bom, mas agora... É que nem eu estava falando. Mas agora eu não sei se é por causa da crise que o país vive ou se já juntou uma coisa com a outra, mas do jeito que a mineradora aí já se instalou, parece que agora o trem não vai mais desenvolver como desenvolvia. Agora eles já estão instalados e agora eles só vão pegar no puro, né?! Daqui pra frente se os governantes não tomarem um rumo de... pra melhorar uma pecuária, alguma coisa aí pra poder o município desenvolver, vai ficar feio (Jaime, Migrante).

Entrevistado: Nós temos um prefeito ótimo, é muito bom, porém mal assessorado. Porque ele fez muita coisa, mas dava para fazer mais no outro segmento. Nesse segmento aqui da estabilidade da cidade, plantar... Trazer conforto para a cidade. Teve um imprevisto que o projeto parou, muita gente aqui vai entrar no estado de calamidade (João, Agente Imobiliário).

A partir do exposto até aqui, é possível concluir que Canaã dos Carajás surgiu em função de e permanece reproduzindo um padrão desenvolvimento distorcido, e incapaz de prover a sustentabilidade da cidade a longo prazo. Não obstante, permanece sendo levado à frente por agentes interessados no enriquecimento rápido, chancelado pelo Estado, que facilita as ações de cooptação das riquezas naturais e da exploração da terra como produto de mercado. A percepção destes processos por meio de grupos marginalizados é anuviada em decorrência da magnitude dos processos em curso na cidade, e ora se apresenta como favorável, ora os enxerga de forma negativa. Ainda assim, trata-se de um desenvolvimento altamente contraditório, na medida em que não incorpora as pessoas e a natureza como elementos constitutivos do processo.

4.4.3. O ESPAÇO VIVIDO E O COTIDIANO EM CANAÃ DOS CARAJÁS: FRAGMENTOS DE UMA CENA

Viu-se nos itens anteriores como o espaço concebido por determinações de agentes vinculados ao nível global (ligados ao Estado e à Empresa) se reflete numa percepção antinômica do espaço, evidenciando que Canaã dos Carajás expressa a contradição entre discurso e prática, característica central do neoliberalismo. Buscando tornar esse entendimento ainda mais claro, nesta seção daremos destaque à esfera vivida do espaço, que representa a dimensão de como a cidade é experimentada pelos moradores de Canaã dos Carajás na prática de sua vida cotidiana, e no caso em tela, como a mineração interfere nesses processos

de experimentação do espaço urbano.

O início da exploração mineral em Canaã dos Carajás marcou a inserção do município nas dinâmicas do circuito superior da economia (Santos, 2008 [1974]), promovendo com isso intensas transformações no território. Pela lógica lefebvriana, esse processo ressignificou também os valores que balizam a prática social, fazendo reverberar expressões locais dos processos universais descritos por Lefebvre (1991), Bauman (2001) e Harvey (1989). Com isso, o culto à técnica sem a mediação de um pensamento crítico capaz de fazer enxergar as problemáticas dela advinda, a “liquidez” das relações e a dependência ao consumo, e a compressão do espaço-tempo, que acelera as mudanças, sem com isso torná-las mais legíveis, foram fenômenos incorporados à vida cotidiana da cidade. Isso provocou fortes mudanças nos hábitos das pessoas, enfraquecendo os laços sociais e o senso de comunidade:

Entrevistador: O que mudou mais nas pessoas e nos hábitos dessa época [primeiros anos de formação de Canaã] para agora?

Entrevistada: Nas pessoas, eu acredito que antes todo mundo se conhecia, era uma família, até por ter sido assentado todo mundo junto (...) Nas escolas, quando tinha reunião que chamavam todos os pais, todos se cumprimentavam. Aí foi crescendo e isso foi se distanciando, distanciando as pessoas. Hoje você olha e não sabe quem é quem aqui em Canaã. Então em relação as pessoas, isso é uma mudança muito grande e na cidade também, na questão ambiental, a gente vê hoje como tá, né?! Uma queimada, uma poeira. Como os bairros se estenderam e não tem asfalto, a gente tem uma poluição muito grande. Em relação também a criminalidade, a gente tem aqui... é grande mesmo assim, todo mundo já põe a sua porta, o seu portão, não fica mais ninguém sentado na calçada, não fica mais com a porta aberta. Tá no estilo de uma cidade grande, eu comparo com Imperatriz quando eu morava lá (Maria Xavier, pioneira, entrevista 13).

Diante desse marco, o desenvolvimento de Canaã aparece como o “desenvolvimento” das populações locais de suas práticas socioculturais (Monte-Mór, 2015). Uma manifestação desse aspecto se impõe a partir das transformações nos padrões de consumo da população. Como nos relatou um dos Pioneiros, “o comércio aqui tinha uma cultura de vender na nota”, um modo de atuação informal no qual uma predominava uma relação tácita de confiança entre vendedor e comprador. Essa estrutura foi alterada pela chegada de grandes comércios de marcas nacionais e internacionais no mercado local, que consigo carregaram um modelo de consumo e produção atrelado ao grande capital, reformulando as relações de trocas econômicas, a partir de então pautadas pela impessoalidade e pelos riscos de endividamento promovidos pelas facilidades contemporâneas de obter crédito (cartões de crédito, empréstimos consignados, financiamentos a longo prazo etc.).

Essa estrutura de mercado importada dos grandes centros, na medida em que torna as relações sociais dependentes do consumo, transforma as pessoas de cidadãs em clientes. Não obstante, a chegada destas grandes cadeias de loja

não raro é vista como uma das faces do desenvolvimento, mas em verdade ela se apresenta como um impeditivo para a perpetuação das práticas tradicionalmente empenhadas pelas populações locais e enseja o abandono das formas tradicionais de se saber criar, fazer, viver e se relacionar com o espaço e com o outro.

Como apontado por uma das falas, “como a cidade acaba crescendo, você vai perdendo alguns hábitos”. Nesse sentido, é possível destacar como, no caso em tela, o crescimento urbano através da importação de morfologias prático-sensíveis advindas da metrópole, discordantes dos modos de vida e de ocupação do espaço com os quais os moradores de Canaã dos Carajás estavam habituados, resultou na individualização das relações sociais e na invisibilização dos ganhos decorrente do convívio com o diferente:

Entrevistado: Se eu pudesse, continuava morando lá [em Mozartinópolis] (...) No Racha Placa o povo ajudava um ao outro, assim, as famílias criavam as crianças, ninguém virava bandido ou se metia com droga, prostituição. Ninguém andava armado, era uma união muito bonita (Emilson, Pioneiro).

Entrevistado: Mudou muita coisa. A vida individual ficou cada vez mais independente, não tem mais esses hábito de papear, ficar na frente das casas. Está estranho, o hábito mudou, a gente não costuma mais andar a pé pela cidade, a gente passa e não fala mais com os pedestres (Manoel, Pioneiro).

Entrevistada: Era muita amizade, todo mundo corria atrás um do outro para ajudar um ao outro. Hoje tem não mais isso, desse pessoal, amigos são bem poucos. As pessoas não se conhecem mais não (Francisca, Pioneira).

Entrevistada: Às vezes eu vou na casa dos amigos, às vezes, a tardezinha... É conhecido, nós não temos amigos, hoje ninguém tem amigo não, só é conhecido, sabia? (Mariana, Migrante).

Particularmente em Canaã dos Carajás, isso representou o distanciamento dos traços rurais e a quebra da íntima relação das pessoas com a natureza, aspectos fundamentais da cultura do camponês de fronteira que predomina na cidade, processo este que foi amplificado ainda pela degradação ambiental promovida pela mineração e pela ação especulativa do setor imobiliário:

Entrevistado: Pescar, eu pesco. Rio secou. Era assim que eu ganhava meu dinheirinho, agora não tem pesca. Faz tempo que eu não vou numa beira de rio, nem sequer banhar (Jaime, Migrante).

Entrevistado: Eu sinto falta daquela época de pescar. Eu chego na beira do rio e fico triste de ver como as pessoas estão usando o rio, mal cuidando (...) A gente nem tem como pescar mais, não tem mais aquela fartura de peixe, a beira do rio está cheia de lixo (Manoel, Pioneiro).

Entrevistada: (...) mas o Peba [o rio Parauapebas] já está seco, todo cor-

tado, uns pocinhos aqui e acolá. Até os pobres dos peixes, quando a gente vê, eles correm para dentro da sulapa das pedras que eles não são bestas, né?! (Emilia, Migrante).

Entrevistada: Eu sinto [falta], porque Canaã era bem melhor. Você entrava dentro do seu buraco, as portas todas abertas, um vento gostoso. Hoje em dia é tudo abafado, até o clima mudou (Francisca, Pioneira).

Entrevistada: Antes era mais frio, não tinha essas queimadas, esse desmatamento. Era melhor o clima, não tinha essas queimadas (Dolores, Pioneira).

Implícito nas falas, nos parece existir um desejo desejo renitente de que o processo de crescimento da cidade tivesse sido traçado seguindo outras formas de urbanização, que interpretassem a natureza como elemento integrante da vida na cidade e onde não fosse preciso escolher entre ter acesso às facilidades providas pela centralização promovida pelo urbano ou estar em contato com a natureza.

Entrevistador: O que a senhora sente mais falta de morar lá [na roça]?"

Entrevistada: É, tranquilidade, né?! A tranquilidade, aquele ar... Eu sento na porta da minha casa, a minha casa é bem grande, uma casa boa (...) Então a gente chega lá e é uma tranquilidade. Tem uns pés de manga, uma área que você pode por uma rede, ter aquela liberdade de estar ao ar livre, não tem preço. Isso aqui não, você tem que estar dentro de casa, com o portão fechado, aí a gente não vê nada. Então isso é muito ruim, eu falei que é como se a gente tivesse dentro do Carandiru (Carla, Pioneira).

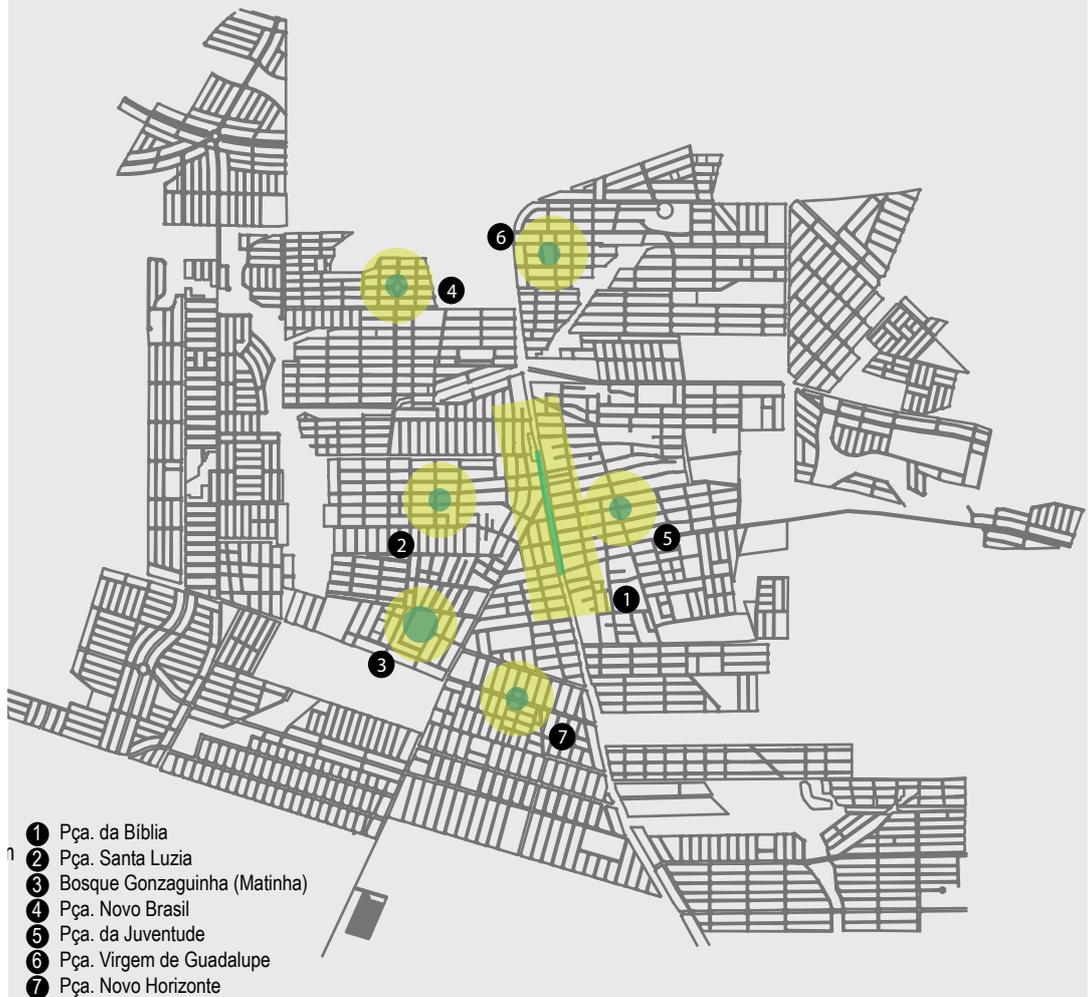
A desconsideração destes pontos pelo padrão de urbanização adotado para a cidade criou entraves para o fortalecimento e aprofundamento dos laços afetivos entre as pessoas, e entre estas e a cidade, tornando a "sobrevivência" de Canaã dos Carajás para além da mineração um ponto de interrogação.

A individualização da vida foi agravada pela orientação capitalista de crescimento da cidade que, voltada para o lucro, pouco se ateu à importância de provisão de espaços públicos, e de como estes lugares contribuem para o fortalecimento dos vínculos entre diferentes estratos sociais através do convívio com o diferente. Não é surpresa, portanto, que 53,54% dos entrevistados tenham relatado ficar em casa nas suas horas de lazer, e apenas 13,13% relatem fazer uso dos espaços públicos como espaços de lazer (Tabela 07). Este aspecto apareceu com maior relevância entre os entrevistados da Área 04, moradores das áreas periféricas, onde a provisão de locais de lazer é basicamente inexistente.

Relação Área x Horas lazer						
	Fica em casa	Bar/Restaurante	Espaços Públicos	Sítio/Chácara	Outro/Não respondeu	Total
Área 1	57,58%	3,03%	15,15%	0,00%	24,24%	100,00%
Área 2	53,16%	3,80%	13,92%	10,13%	18,99%	100,00%
Área 3	48,33%	5,00%	15,00%	8,33%	23,33%	100,00%
Área 4	61,54%	3,85%	3,85%	7,69%	23,08%	100,00%
Total Geral	53,54%	4,04%	13,13%	7,58%	21,72%	100,00%

Tabela 07 - Relação Área x Horas de lazer. Fonte: Questionários de campo (2016).

Quadro 03 - Percepção social e provisão física de equipamentos de lazer em Canaã dos Carajás.
 Fonte: Levantamentos de campo, acervo pessoal.



- 1 Pça. da Bíblia
- 2 Pça. Santa Luzia
- 3 Bosque Gonzaguinha (Matinha)
- 4 Pça. Novo Brasil
- 5 Pça. da Juventude
- 6 Pça. Virgem de Guadalupe
- 7 Pça. Novo Horizonte



“Hoje, aqui, assim... tem pouco lazer também. Vou no meu pai, no barzinho. Tem ali a Matinha, que é muito difícil eu também ir. É difícil porque também meu tempo é muito corrido (...) lazer tem muito pouco mesmo, essa questão de sair é gera mesmo, a cidade não tem nada” (Ricardo, Pioneiro).



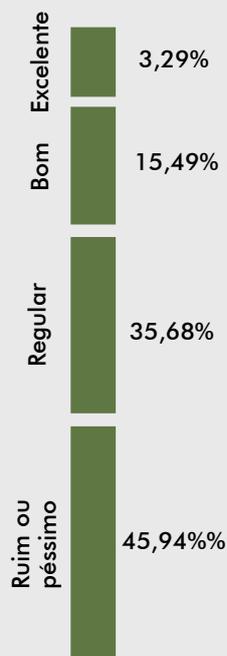
“Eu sinto falta de lazer... O pessoal que sai aqui muito para ir no shopping lá em Parauapebas, no zoológico lá em Parauapebas” (George, Migrante).



“Ah tinha, tinha muito lugar pra gente ir [em Parauapebas] e aqui não tem. A pracinha que tem é essa aí, só” (Bárbara, Migrante).



“Um lugar de família pra ir no final de semana, não tem” (Roberta, Migrante)



Avaliação da oferta de espaços públicos, segundo os questionários.



Este aspecto se reflete na má avaliação que os moradores fizeram da oferta de espaços públicos de lazer, justificando-a pela baixa oferta e má qualidade dos equipamentos de lazer existentes na cidade. Talvez reconhecendo esta lacuna, a Prefeitura inaugurou recentemente três novas praças na cidade - Praça da Juventude, Praça Virgem de Guadalupe e Praça Novo Horizonte - que, ainda que venham impactar positivamente na construção de uma relação mais harmoniosa entre os habitantes, e entre estes e o espaço físico da cidade, se apresentam aquém das necessidades reais dos moradores por ainda estarem concentradas em áreas centrais. Uma síntese dessas informações é apresentada no Quadro 03.

É certo que os impactos (diretos e indiretos) da provisão incipiente de equipamentos públicos de lazer na cidade é uma questão que atravessa os diferentes grupos sociais, mas para os mais ricos estes efeitos são diluídos pela sua capacidade em arcar com formas capitalizadas de lazer, tais como bares e restaurantes, assim como os loteamentos de chácaras na área rural:

Entrevistador: Em relação ao lazer, quando o senhor tem um tempo livre aqui na cidade, o senhor faz o que?

Entrevistado: Eu vou lá pra minha chácara.

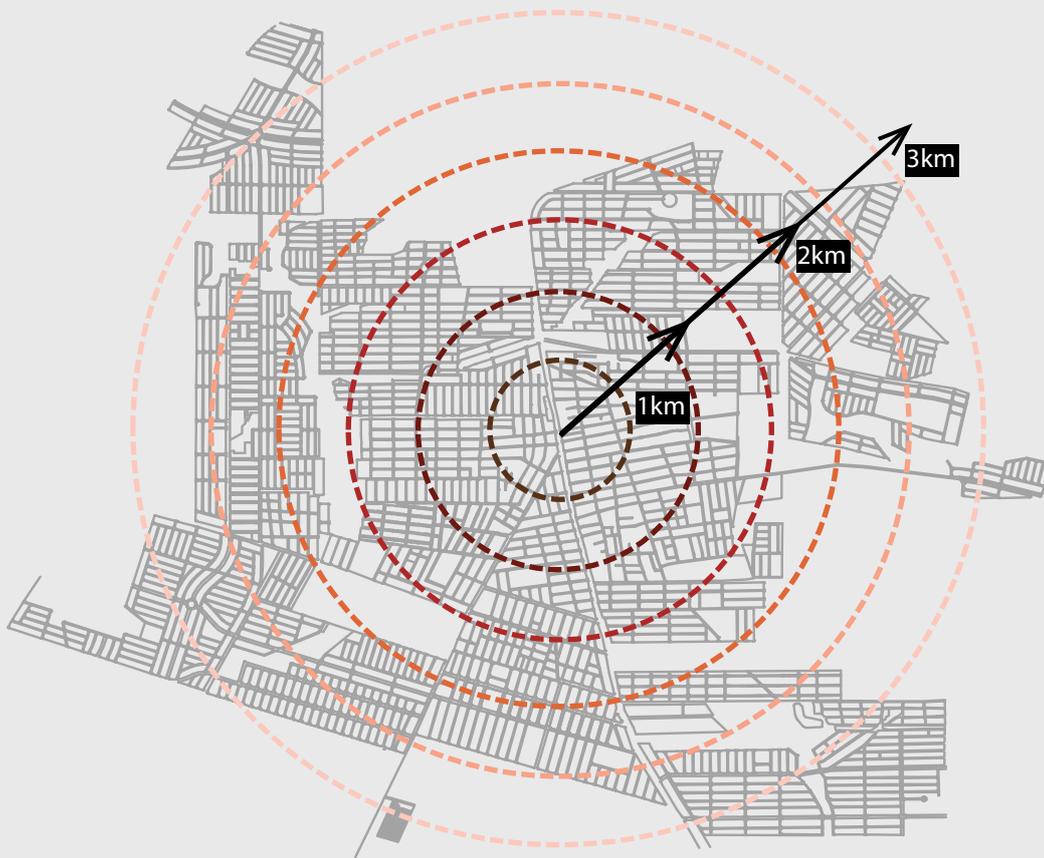
Entrevistador: E o senhor acha que esse é um costume que as pessoas têm aqui?

Entrevistador: É, depois que começou esse negócio de chacreamento, aí uns três anos pra cá... a área de lazer mais próxima que tem é... por isso que cada um tem uma chácarazinha. É de onde degradou ainda mais o meio ambiente. É o que eu estava falando, é que muitos tem, mas não conservam, não preservam, não plantam, só destrói (...) Depois que começou esses loteamentos aí que as águas secaram. Tem muitos poços artesianos, semi-artesianos aí na região. Dentro da cidade, afastado, tem poço demais, tá desordenado a cavação de poço artesiano, aí é que a água vai sumir mesmo (Jaime, Migrante).

Ainda assim, é possível inferir que a atenção privilegiada que a esfera produtiva recebeu em detrimento dos aspectos reprodutivos da vida interfere de modo geral na qualidade de vida de todos os habitantes da cidade. Canaã dos Carajás é então vista como a cidade do trabalho, "lugar para ganhar dinheiro", e, portanto, uma cidade incapaz de subsidiar relações virtuosas: "aqui é um campo de trabalho" (Entrevista 20, Migrantes).

Outra problemática passível de ser associada ao crescimento excessivo da cidade são os constrangimentos causados pelas grandes distâncias a serem percorridas entre as regiões periféricas e o centro da cidade, onde se concentram não apenas a provisão majoritária de comércio e serviços, mas também de ofertas de empregos. A partir dos relatos é possível inferir que os principais afetados são as populações periféricas e mais pobres. Estas grandes distâncias também criam uma dependência de modais passivos de deslocamento e geram a necessidade de percorrer grandes distâncias para atender demandas cotidianas, como ir ao supermercado ou ao banco. Essas informações encontram-se sintetizadas no Quadro 04.

Quadro 04 - Deslocamentos e dificuldades geradas pelas grandes distâncias em Canaã dos Carajás.
 Fonte: Levantamentos de campo, acervo pessoal.



“É muito difícil, muito difícil [morar longe do centro] porque as vezes a gente precisa fazer algumas coisas urgentes aqui, aí a gente tem que ir lá para o centro. E como eu disse, ou é de bicicleta ou é a pé. Aí a gente chega atrasada, às vezes para uma entrevista de emprego a gente tem que ir muito antes, a gente chega lá cheia de poeira, é horrível. Agora tem asfalto, mas antes não tinha (...) Aí a gente chegava e tinha que arrumar algum lugar para ficar limpinho na hora da entrevista, ficar todo arrumadinho. É, sempre foi bem complicado” (Gabriela, Migrante).



“Rapaz, queria ter tudo que a gente precisa, porque tem que ir lá no Centro (...) Quando meu esposo está aqui, ele me leva, né?! Ele tem uma motinha velha que ele trouxe de lá. E quando não tem, a gente vai de pé, porque tem uma van, tem duas, que entra aqui todo dia, mas aí a gente que já tá ficando de idade, a gente tem que caminhar” (Emília, Migrante).

Pessoas que se deslocam a pé, segundo os questionários.

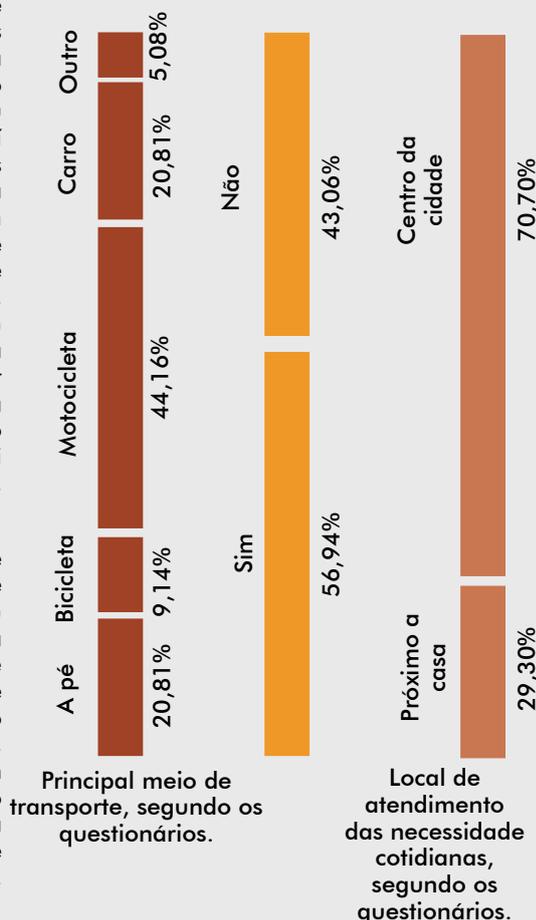




Figura 27 - A infraestrutura física precária da cidade. Fonte: Acervo pessoal do autor.

Espacialmente, esses números se distribuem de forma diferente. Dos que relataram se deslocar a pé, as maiores porcentagens estão na Área 01 e na Área 04. Esses números vão de encontro às dinâmicas particulares destes bairros, uma vez que os moradores daquela área se deslocam a pé em função da facilidade de encontrar amenidades próximas às suas casas, enquanto que para os moradores da Área 01 andar a pé se configura, muitas das vezes, como a única opção.

Estas problemáticas estão diretamente ligadas (e são por isso agravadas) às dificuldades de deslocamento ocasionadas pela ausência de transporte público, pelos preços dos serviços privados de transporte incompatíveis com a renda da maior parte da população e pela incipiente estrutura física de suporte à formas ativas de deslocamento (calçadas e ciclovias) (Figura 25):

Entrevistada: Tem uma van que passa aqui, mas a gente dificilmente consegue pegar ela. É muito difícil, então na maioria das vezes a gente nem conta que pode pegar, porque nunca passa quando a gente está precisando. Não tem aquele horário, tipo... “vai passar aqui as três horas”, não tem... Assim, qualquer hora passa e a gente pode ficar ou não preparado para pegar ou não. A gente pega e vai a pé mesmo pro centro. É complicado aqui (Gabriela, Migrante).

Entrevistador: Vocês sentem falta de transporte público aqui?

Entrevistada (A): Demais, agora tá tendo uns coletivos...

Entrevistada (B): Mas não tem como a gente ficar no ponto esperando, porque a gente não tem certeza se vai passar.

Entrevistador: É caro?

Entrevistada (A): É, é três [reais] porque ainda não é legalizado, aí eles colocam o preço deles.

Entrevistador: Vocês chegaram a usar o mototáxi? Usam todo dia?

Entrevistada (B): Não, porque o mototáxi é 10 reais. Aí não tem como. Até o coletivo mesmo, 3 reais por viagem... (Entrevista 20, Migrantes).

Um outro aspecto recorrente nos relatos dos moradores e que compõem a estrutura de dificuldades promovidas pela mineração é o aumento do desemprego. Decorrente das demissões em massa ocasionadas pelo fim do período de construção das estruturas de exploração mineral do S11D, esta questão é agravada pela pouca diversidade produtiva do município e forte dependência dos impostos oriundos da mineração - o CFEM representa atualmente cerca de 48% da receita do município:

Entrevistada: Eu acho bom aqui. De uns tempos pra cá que caiu o emprego, mas a gente não depende de emprego, a gente vende. Só os filhos que dependem de emprego, tenho dois filhos desempregados (Bárbara,

Migrante).

Entrevistada: Até o ano passado estava muito bom, agora esse ano tá ruim de emprego (Múltiplas participantes, Migrantes).

Entrevistada: Porque como eu lhe falei, eu nunca arrumei um emprego que assim... fixo. E ela [a filha] já está com 22 anos, também nunca conseguiu arrumar emprego aqui. Meu marido, ele trabalha, ele é pedreiro. Mas ele trabalha por conta [informalmente]. Aí, às vezes eu faço faxina... Eu faço faxina, mas no momento está tão ruim que nem isso (...) Eu acho que não tá fácil, não (Olga, Migrante).

A queda no número de postos de trabalho reforça o empobrecimento não apenas de moradores da sede, mas de todo o território municipal, uma vez que a diminuição do poder de compra da população induz a uma queda de produtividade e de venda de outras cadeias produtivas. Esse fato ajuda, ao menos em parte, a entender o alto grau de dependência de programas como o Bolsa Família, que atualmente conta com 4.443 beneficiários em Canaã dos Carajás, 16,6% da população oficialmente estimada em 2017 pelo IBGE.

Um dos efeitos cascata resultantes do empobrecimento da população é o aumento da percepção de insegurança, tema bastante recorrente nos relatos.

Entrevistador: O que o senhor acha que tem de mais problemático aqui em Canaã?

Entrevistado: Rapaz, aqui é a violência, aqui dentro. Assalto, estupro... (Emilson, Pioneiro).

Entrevistado: [Antigamente em Canaã] Era uma tranquilidade, você dormia de porta aberta, deixava tudo de fora, não tinha ninguém. Você saía na rua, quando você via uma pessoa, era uma pessoa conhecida. Você não via diferente e hoje você não pode mais fazer isso. Hoje não pode andar com o telefone na mão (Entrevista 20, Migrantes).

Entrevistado: Antigamente era mais tranquilo, não tinha a bandidagem que tá tendo hoje. Hoje tem mais assalto, antes podia sair á pé aí de noite (Pedro, Migrante).

Entrevistada: Hoje você vê roubo, matando as pessoas, tá piorando desde a época que a Vale chegou aqui. Começou aquele fogo atrás de dinheiro, e tá piorando porque o pessoal tá saindo da firma e não pensaram no futuro, estão passando fome e pai de família está roubando (Francisca, Pioneira).

Como trazem os relatos, essa sensação de insegurança tem afetado as formas de relacionar com o outro e com a cidade. A desconfiança gerada para com o outro e o medo de sair nas ruas adiciona uma nova camada nos já frágeis laços afetivos com a cidade e na relação de pertencimento. Ainda assim, tal problemática permanece sendo vista como um efeito colateral, porém indiscutível,

do chamado progresso:

Entrevistada: O ruim é que com o progresso vem a marginalidade, né?! (Dilma, Migrante).

Este padrão distorcido de progresso se manifesta, por fim, nas dificuldades de acesso à educação e saúde pública. No que diz respeito à educação, as demandas por um ensino básico de qualidade se juntam às reivindicações para a atração de uma universidade para o município, principalmente como forma de mitigar a problemática do desemprego de jovens recém-saídos do ensino médio.

Entrevistada: O que eu acho ruim em Canaã são os colégios, os colégios são muito fracos (Entrevista 20, Migrantes).

Entrevistada: A gente estava querendo faculdade para cá, né?! Porque a gente... eu terminei o terceiro ano do ensino médio já, aí eu tenho que me deslocar daqui pra fazer faculdade, aí não tenho condições. Assim como eu tenho umas colegas minhas que a gente quer fazer faculdade, mas não tem como. A gente não tem condição de sair daqui, né?! Ir para outra cidade, aí a gente não tem condição. Aí também a gente não consegue um emprego pra fazer um curso técnico, aí fica difícil. A Vale também tá oferecendo, de vez em quando alguns cursos. Bom, quando tem, a gente aproveita, aqui a gente não dispensa, aqui eu já fiz vários cursos que a Vale colocou para as pessoas de Canaã, só que vem pessoas de Pebas [Parauapebas] para fazer aqui, aí tira a maioria das oportunidades do povo de Canaã, aí sempre acontece isso (Gabriela, Migrante).

Já no que tange à saúde pública, o problema aparece como a incapacidade do sistema de saúde local em atender ao contingente populacional de maneira eficiente, o que pode se justificar, em partes, pelo súbito crescimento da população:

Entrevistada: (...) é difícil de conseguir se consultar, porque se a gente quer, a gente que se levantar cinco horas e a gente ainda não pega [senha para consulta] porque só são seis fichas e cada vez vai diminuindo (Gabriela, Migrante).

Entrevistador: E consulta de médico, consegue aqui?

Entrevistada: Olha moço, eu não sei te falar, porque faz um tempo que não vou. Mas de primeira, eu achava ruim sim, porque pra pessoa conseguir uma ficha tinha que quase dormir, tinha que ir onze horas [da noite], era a maior dificuldade. Entregavam só cinco, seis fichas. A pessoa tinha que chegar lá de madrugada e ainda tinha gente que dormia para pegar ficha pra consulta (Mariana, Migrante).

Entrevistado: Rapaz, aqui eu não sei nem entender esse negócio de saúde, porque já tá quase com um ano que eu fui ali no postinho pra poder operar da hérnia, marcaram a cirurgia, mas até agora, nunca (Pedro, Migrante).

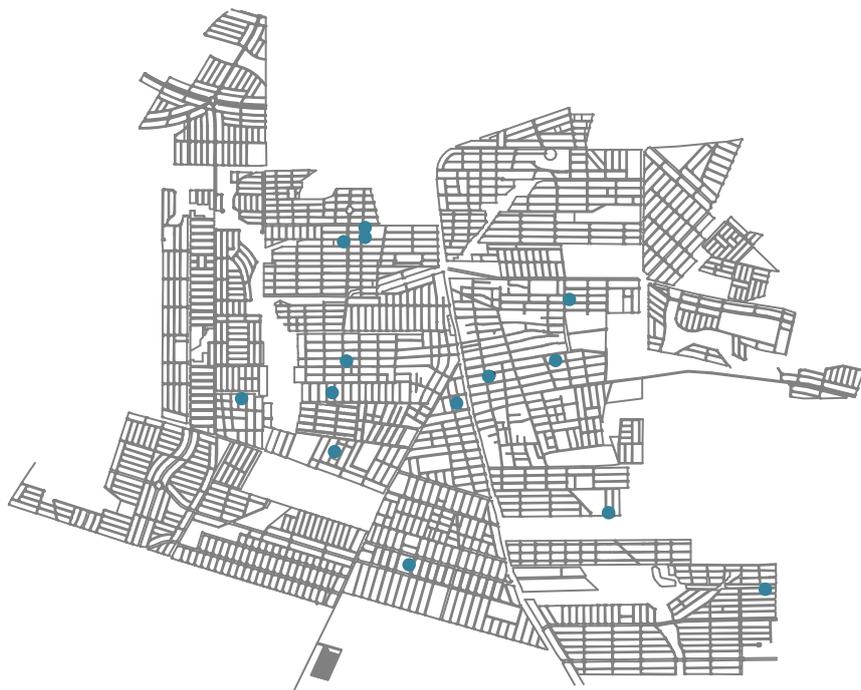


Figura 28 - Localização das escolas públicas. Fonte: GoogleEarth, PMCC. Elaboração própria



Figura 29 - Localização dos equipamentos de saúde pública. Fonte: Google Earth, PMCC. Elaboração própria.

A visualização dos aspectos vividos da realidade de Canaã dos Carajás reforça o entendimento que viemos construindo ao longo deste trabalho, qual seja o de que a lógica neoliberal desconstruiu o conceito historicamente concebido de cidade, substituindo-a por um produto artificializado alienado das reais necessidades para a vida humana. A cidade entendida como mercadoria se torna

incapaz de prover serviços básicos, espaços de lazer, segurança e diversidade, e aparece como uma extensão das necessidades produtivas e reprodutivas do grande capital. Assim, a partir da exposição da realidade vivida de Canaã dos Carajás, é possível concluir que as causas de transformação do espaço urbano e sua incidência sobre aspectos fundamentais para a reprodução da vida cotidiana - a sociabilidade; os vínculos afetivos com a cidade; o acesso a equipamentos de lazer, saúde e educação; o sentimento de segurança - se encontram em eixos concatenados, tais como as novas estratégias de financeirização da produção imobiliária e das novas frentes de exploração minerária, a reorganização do trabalho, o predomínio de padrões de vida urbanizados e importados de contextos anglo-europeus etc. Estas novas condições de produção e reprodução, que resultam na precarização da vida e no esvaziamento do potencial emancipatório do urbano, são suportadas por um paradigma de progresso que se diz promotor de desenvolvimento, mas que se decomposto em diferentes níveis, esferas e camadas, mostra-se uma lógica excludente que toma o a vida humana e a natureza como elementos descartáveis.

4.4.4. ONDE CIDADE, NATUREZA E O COMUM SE ENCONTRAM?

Como já discutido anteriormente, na Amazônia os vínculos estabelecidos entre natureza e homem, fortalecidos por séculos de proximidade, se apresentam como um entrave à conversão completa do território. O que é visto pelo paradigma dominante como atrasado e subdesenvolvido pode, na verdade, significar a possibilidade de constituir outras narrativas de desenvolvimento que sejam mais adequadas não apenas à realidade da região amazônica, mas também de contextos similares. Igualmente discutido foi a proximidade destas práticas com o princípio do Comum, por estarem caracterizadas por valores de uso compartilhado e sustentável de recursos essenciais para a vida.

Em nossas viagens à Canaã, um ponto que permaneceu em aberto foi a capacidade da cidade de fortalecer outras matrizes produtivas, mais próximas das potencialidades da população local, de origem marcadamente rural. A súbita conversão da agropecuária como principal atividade econômica para a mineração industrial não observou a possibilidade de aproveitar o conhecimento endógeno que os camponeses migrantes carregavam consigo. No entanto, questiona-se aqui, sem se chegar a uma conclusão, que outras trajetórias seriam possíveis para Canaã dos Carajás se a natureza fizesse parte do cotidiano da cidade?

Investigando nos interstícios da “nuvem” do urbano-industrial que encobre realidades alternativas, descobrimos algumas práticas que aproximam cidade e natureza. A principal expressão desse fenômeno está materializada em hortas caseiras, plantadas nos quintais das casas, onde cultiva-se principalmente hortaliças e vegetais em pequena quantidade, para o consumo próprio e/ou vendas ocasionais (Figura 30). Nossas investigações sugerem que essa prática se apresenta em crescimento em função das dificuldades da população mais pobre em se inserir no mercado formal de empregos, caracterizando a agricultura urbana em Canaã dos Carajás como uma prática de subsistência (ou um mecanismos de sobrevivência). No entanto, em uma esfera subjetiva, é possível interpretá-la também como uma prática de resistência à conversão dos modos de vida na medida em que é aparece também como um resgate afetivo das práticas tradicionais empenhadas por uma população de raiz majoritariamente rural, e



Figura 30 - Hortas urbanas em Canaã dos Carajás. Fonte: Acervo pessoal do autor.

que por isso planta não apenas por necessidade, mas como forma de lazer:

Entrevistador: E por que vocês plantam essas plantas?

Entrevistada: Pra consumo, né?! As vezes também quando aparece gente para comprar, a gente vende, porque para a gente comprar (inaudível) muitas vezes a gente tem, muitas vezes a gente não tem. Então melhor plantar que aí tem.

Entrevistador: Mas e aí, como começou isso?

Entrevistada: Faz tempo, a gente planta e a gente colhe. Quiabo, até maxixe a gente colhe, né. E aí, a gente teve tempo que a gente plantou alface, o alface daí deu muito bom mesmo, que o povo lá do Barredo [supermercado lolcal] veio comprar aqui porque não estava encontrando, mas aí compraram aqui” (Olga, Migrante).

Entrevistada: (...) aí ele [o marido] tem essa ideia da hortinha para tirar pelo menos o do arroz, né?! Logo do feijão, porque o feijão está mais caro do que a carne, agora o feijão tá valendo ouro (...) É um meozinho de sobreviver, porque o pouco com Deus é muito, já dá, né?! (Mariana, Migrante).

Entrevistada: Eu sempre gostei de plantar, é tomate, cebola coentro. Eu sempre gostei de plantar (...) A gente consome é pouco, chega que não dá nem gosto (Emília, Migrante).

Ainda de forma discreta, essa prática parece se aproximar da agricultura urbana que nos grandes centros já desponta como uma tendência em crescimento⁶. E em um momento onde muito se discute o fim das fronteiras entre urbano e rural, a introdução no ambiente urbano de práticas até então consideradas exclusivas do ambiente rural sugere ainda ser possível pensar em Canaã para além da mineração

Exemplo disso é a produção apicultora no município, que desde 2007 recebe o apoio da Prefeitura e da Vale, através da Agência Canaã (entidade de desenvolvimento econômicos e social sustentada pela Vale), e funciona como forma alternativa de geração de renda a partir do beneficiamento de bens da floresta. Recentemente eles receberam novos equipamentos que “irão tornar a extração do mel ainda mais adequada à legislação, fortalecer a nossa atividade, tornar o alimento mais seguro para o consumo e aumentar a renda do produtor rural”, como declarou o presidente da Associação de Apicultores de Canaã dos Carajás. Esta prática demonstra como a articulação entre novas tecnologias e o conhecimento endógeno pode ser potencializadora de matrizes econômicas

⁶ Para uma discussão aprofundada da temática, ver “ALMEIDA, Daniela. Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas, Departamento de Geografia, 2016”.

articuladas de forma sustentável à natureza.

Um outro exemplo que vale destacar é o plantio do açaí. Natural das áreas de várzeas, agricultores de Canaã se valem da espécie geneticamente modificada para se reproduzir em terra firme. A introdução do açaí na gama de produtos naturais explorados localmente cria também a possibilidade de formação de outras cadeias produtivas, uma vez que, como destaca Silva (2015), são múltiplas as possibilidades de aproveitamento do fruto e da semente (polpa para exportação, o caroço para artesanato e para adubagem, entre outras tecnologias em desenvolvimento).

É difícil afirmar em que nível estas práticas poderiam anunciar formas alternativas de desenvolvimento que fizessem frente à mineração, ou ainda em que nível elas são atravessadas por princípio de mutualidade e compartilhamento relativos ao Comum. Todavia, cabe destacar como elas manifestam uma aproximação entre cidade e natureza, o que, no nosso entendimento, implica, ao menos, na potencialidade de gerar redes embrionárias de coletividade e solidariedade capazes de gerar renda, sem com isso refletir na interrupção dos ciclos biológicos da floresta.

Como colocam Dardot e Laval (2017), o Comum não é algo intrínseco a nenhuma experiência e precisa, por isso, ser estimulado. Para nós, as práticas aqui brevemente expostas, em conjunto com outras muitas que podem ter fugido aos nossos olhares, carregam consigo o potencial de obstaculizar a sujeição completa do território socioespacial de Canaã dos Carajás aos ensejos do capital. Torná-las visíveis significa ensinar formas de pensar capazes de reconhecer conjuntos de práticas comprometidas com processos endógenos, que se fortalecidos, podem traduzir perspectivas ainda consideradas como utópicas, em realidade.

A background of a topographic map with contour lines of varying thickness and spacing, representing elevation. The lines are light gray and cover the entire page.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como motivação inicial uma inquietação pessoal que surgiu a partir da identificação de um descompasso entre aquilo que se coloca como norma pelo capitalismo, que seja uma visão de mundo orientada pelo individualismo e pelo dinheiro, e a existência de perspectivas de vida e de espaço discordantes dessa lógica, particularmente na Amazônia. A partir disso, construiu-se como objetivo central da pesquisa a contestação do discurso dominante de que o modo de produção capitalista do espaço seria a única via possível de desenvolvimento para as cidades da região amazônica.

Entre a precarização das condições de vida da região amazônica, promovida pelos ciclos recentes de grandes investimentos e pela sujeição deste território às regras do mercado imobiliário, e a resistência de espaços e práticas sociais pautados por relações de uso, compartilhamento e reciprocidade, encontrava-se o desafio de como articular um pensamento capaz de lidar com a incompletude do processo de conversão da Amazônia de maneira positiva, isto é, de que maneira enxergar o que é tido como atraso como potencializador de outras trajetórias de desenvolvimento. Para atender a este propósito, a pesquisa desenvolveu-se contrapondo dois eixos conceituais principais, o Neoliberalismo e o Comum, buscando, de um lado, expor as inconsistências (re)produzidas internamente no sistema capitalista na sua fase atual enquanto que, de outro lado, dar visibilidade à formas alternativas de se pensar e fazer cidade. Através de uma leitura dialética do fenômeno urbano contemporâneo, busquei demonstrar que, à despeito do esforço contínuo do Neoliberalismo em fazer gravitar na sua órbita todas as formas de vida e de espaço, forças de resistência renitentes permanecem se reproduzindo continuamente à margem do binômio público-privado, apontando para o devir de uma sociedade economicamente e ambientalmente mais justa.

Frente às múltiplas camadas materiais e imateriais que compõem o urbano, promovi diálogos entre diferentes áreas do conhecimento - da Ciência Política à Arqueologia aos estudos espaciais -, com o intuito de criar conexões e embasamentos capazes de dar conta da complexidade da problemática levantada. A esta abordagem multidisciplinar, foi articulada uma agenda de pesquisa politicamente crítica que buscou, através de dados e relatos obtidos em entrevistas e questionários, tecer um discurso de contestação à ordem neoliberal em estreito diálogo com diversas vozes. As vivências em Canaã dos Carajás, ainda que breves, e toda a minha trajetória pessoal, como apontada no tópico de abertura da dissertação, tiveram uma influência fundamental na escolha dessa

abordagem teórico-metodológica na medida em que contribuíram para o meu entendimento da cidade como um organismo plural e diverso, instigador de conflitos, decerto, mas também catalisador de possibilidades.

Assim, menos do que encerrar discursos, procurei com este trabalho contribuir para a construção de uma abordagem menos limitada ao entendimento hegemônico da Amazônia como região do atraso e mais comprometida com uma leitura que a interprete como uma região germinadora de novos pontos de partida para a pesquisa urbanística. Nesse sentido, alguns pontos aparecem como possibilidades para futuras investigações, dos quais destaca-se como o principal o potencial de explorar mais a fundo de que maneira os saberes seculares dos povos tradicionais da Amazônia, amparados pela estreita conexão destas comunidades com a natureza, se articulam a formas alternativas de produção do espaço, e qual a contribuição destas relações para a diminuição das lacunas do campo do conhecimento urbanístico, que apresenta cidade e natureza como dois conceitos distintos.

No sentido de transgredir os constrangimentos do pensamento impostos pela lógica dominante, entendi como necessário decompor o processo de produção capitalista do espaço em diferentes níveis, de modo a explicitar as limitações estruturais (sociais, política, econômicas, ambientais, culturais etc.) e a insustentabilidade de tal padrão de desenvolvimento, tendo como base a abordagem lefebvriana dos níveis de realidade social (Lefebvre, 1999). A resposta a este objetivo específico foi construída no **Capítulo 1**, onde apresentei o neoliberalismo a partir de seus sentidos conceituais e políticos, dos processos históricos de sua concepção e emergência, e da sua interface com a produção do espaço urbano na atualidade. Para tanto, discuti inicialmente os dispositivos imateriais de afirmação do neoliberalismo, buscando melhor compreender de que maneira ele se autolegitima como a única corrente ideológica capaz de orientar a organização da vida e do espaço. A partir das teorias de Pierre Bourdieu e Michael Foucault foi possível expandir o entendimento do neoliberalismo apenas como um modo de produção e passar a lê-lo também como um projeto de utopia política que busca reestruturar todas as sociedades através dos interesses de mercado. Nesse sentido, o processo de financeirização, fundamental nas estratégias contemporâneas de produção capitalista do espaço, se mostrou como a base de um processo de dominação ideológica no qual o poder disciplinar do capital garante as estruturas necessárias para a hegemonia do capitalismo sobre outros projetos de sociedade.

Adiante, apresentei uma leitura histórica dos processos que conceberam a macroestrutura do neoliberalismo, articulando-os às mudanças observadas na vida cotidiana e no espaço urbano a partir de meados do século XX. Depreendendo da teoria lefebvriana que o espaço é resultante do confronto entre elementos materiais e imateriais (Lefebvre, 1991), foi possível observar como as novas conexões entre o global e o local representaram um novo momento de acirramento dos processos de instrumentalização do fenômeno social, marcado pela intensidade com que diferentes formas de vida são forçadas a gravitar em torno do individualismo, da meritocracia e da propriedade privada, e como estas transformações deram suporte à incorporação do processo de produção do espaço urbano como momento central da reprodução do capital financeiro. Com o que foi exposto ao longo deste capítulo foi possível melhor enxergar como o

neoliberalismo naturalizou os efeitos deletérios da urbanização capitalista e, ao transformar as cidades em mercadorias e os cidadãos em clientes, anulou outras experiências possíveis de cidade.

Frente às inconsistências e fragilidades da utopia neoliberal, busquei no **Capítulo 2** apresentar o Comum como um princípio político norteador do pensamento e da prática capaz de subsidiar uma leitura do urbano para além das restrições promovidas pelo binômio público-privado, respondendo ao terceiro dos objetivos específicos. Para isso, o esforço de visibilizar os descompassos estruturais do neoliberalismo, empenhado no Capítulo 1, foi fundamental para se desenvolver neste segundo capítulo um contraponto mais otimista. Novamente amparado pela teoria de Henri Lefebvre, tomei como passo inicial o reconhecimento do caráter dialético da urbanização capitalista, isto é, a assumpção de que ao avançar varrendo aspectos basilares da reprodução da vida, o urbano virtualmente estendido em formas intensivas e extensivas carrega consigo também as condições para a emancipação social e a (re)invenção e realização do urbano restaurado do seu potencial revolucionário. A partir disso, argumentei em favor da leitura dialética como um mecanismo capaz de dar visibilidade a práticas alternativas com a potencialidade de aproximar o real e o possível, criando assim aberturas para o não-conformismo, destacando a virtualidade dessa estratégia para discutir alternativas de desenvolvimento para as cidades da região amazônica. Advogando em favor do aporte teórico oferecido pelas teorias do Comum de Michael Hardt e Antonio Negri, e de Christian Laval e Pierre Dardot, como capazes de facilitar a visibilização desses processos, concluiu-se com este capítulo que a despeito da despolitização dos sujeitos individuais e coletivos, e da fragmentação do espaço propostos pelo mercado e pelo Estado neoliberal, ainda existe/resiste uma série de processos emergentes de apropriação e experimentação espacial orientados pelo sentido de uso e de compartilhamento que contestam a reprodução do espaço urbano como momento exclusivo da acumulação de riquezas e que dão suporte para um conjunto diverso de vivências.

Em um segundo momento da dissertação, me dediquei a expor como a Amazônia se articula a estas grandes narrativas, respondendo ao segundo dos objetivos específicos. Assim, no **Capítulo 3** retomei uma trajetória histórica das ações do Estado e do mercado sobre a Amazônia ao longo do século XX, buscando apresentar como estes agentes conceberam uma estrutura de conversão do território e dos modos de vida aos moldes capitalistas. Das ações do Estado Novo de Getúlio Vargas, ao desenvolvimentismo da Ditadura Militar, aos recentes governos progressistas do século XXI, ficou evidente que não foram dadas as condições de articular os saberes locais com formas de desenvolvimento mais sensíveis aos modos de vida e expressões espaciais tradicionalmente praticados na Amazônia, resultado da posição de distanciamento do Estado brasileiro e da suposta necessidade de conversão da região. A transferência de graves passivos socioambientais, que se constituiu como o principal desdobramento dos sucessivos ciclos de colonização da região amazônica, se viu ampliada mais recentemente a partir da incorporação deste território aos circuitos financeirizados de exploração, reafirmando uma lógica de submissão e dominação da natureza e dos povos tradicionais em curso desde o período colonial. Coube, ainda, salientar como os dispositivos de poder apresentados no Capítulo 1 foram capazes de internalizar concepções distorcidas de desenvolvimento e progresso no imaginário social da região, conformando um ambiente ideologicamente favorável à reprodução de

padrões socioespaciais exógenos.

Em seguida, argumentei a partir de achados recentes de estudos oriundos da Arqueologia e da Antropologia que, a despeito da trajetória histórica de conversão, as cidades amazônicas permanecem um rico campo de práticas que contestam direta ou indiretamente a lógica neoliberal, manifesta dessa maneira o caráter dialético da produção capitalista do espaço. O que estes estudos demonstram são indícios de sociedades pré-colombianas altamente complexas que, organizadas por relações mais horizontais e pelo sentido e uso e compartilhamento, foram capazes de sustentar grandes contingentes populacionais e de construir redes urbanas em harmonia com a natureza. Busquei, ainda, enfatizar que estas formas de vida do passado, que permanecem vivas no presente a partir das tradições herdadas pelos povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas, manifestam aproximações com os entendimentos contemporâneos acerca do Comum, apresentando-se assim como profícuos campos de investigação e embasamento para práticas alternativas de desenvolvimento para a Amazônia.

Por fim, busquei condensar estes debates no **Capítulo 4**, onde o estudo de caso - a cidade e o município homônimo de Canaã dos Carajás - foi apresentado como representação de um microcosmos dos fenômenos discutidos ao longo do trabalho. Em um primeiro momento apresentei como a atividade mineradora industrial se justifica pelo discurso do desenvolvimento, mesmo que notoriamente seja promotora de processos de degradação ambiental e agravamento de disparidades sociais. Para isso, foram confrontadas as representações do discurso proferido pela Vale, principal empresa mineradora em atividade no sudeste do Pará, e os reais desdobramentos das ações de exploração mineral, apontando que existem descompassos estruturantes entre o que se apresenta no discurso e na prática. Mostrei, ainda, paralelos entre impactos urbanos causados pela mineração no sudeste do Pará e em outros contextos como forma de validar o contra-argumento de que a mineração não é capaz de impulsionar um padrão de desenvolvimento de base local. Questionou-se, a partir disso, em que medida as cidades mineradoras podem ser consideradas como campos de disputas entre as utopias do Neoliberalismo e do Comum.

Esse debate foi materializado na exposição de cenas e relatos de Canaã dos Carajás, obtidos a partir de entrevistas e questionários aplicados na cidade. Mostrou-se que, implantada em momento histórico paralelo ao de consolidação do neoliberalismo no plano global (a partir dos anos 1980), este território incorporou nos seu processo de urbanização os aparelhos institucionais e simbólicos do capitalismo que negam as particularidades locais e que instrumentalizam cidade e natureza como mercadorias precificáveis. Retomando o pensamento dialético tridimensional de Henri Lefebvre, construí uma narrativa de exposição do contexto em tela com base na tríade do concebido-percebido-vivido (Lefebvre, 1999). No primeiro ponto, apresentei os agentes sociais e os processos estruturais que atuaram na constituição do território de Canaã dos Carajás e na modelação da forma urbana atual, buscando destacar como o espaço concebido pela Empresa e pelo Estado se apresentam em negação ao entendimento histórico do que seja cidade. Adiante, procurei relacionar as representações construídas pelo discurso do desenvolvimento, que se amparam nos dispositivos de poder da utopia neoliberal, à percepção do espaço pelos diferentes estratos sociais que compõem a estrutura social da cidade, identificando como a partir da manipulação de um

conceito distorcido de desenvolvimento influencia no espaço percebido. Por fim, no que concerne a esfera do espaço vivido, demonstrei como a vida cotidiana em Canaã dos Carajás é atravessada pela dialética do processo capitalista de produção do espaço, expondo de um lado as incongruências promovidas pela mineração no município - o aumento da violência e do desemprego, padrões insuficientes de provisão de equipamentos de saúde, educação e lazer, alargamento das disparidades de classe -, enquanto que de outro lançando luz e dando voz à práticas e discursos que, no meu entendimento, aparecem como micro-resistências atravessadas por princípios do Comum (não tão explicitamente, cabe reforçar). Em concordância com o posicionamento de Dardot e Laval sobre a não-espontaneidade do comum, atribuo a estas práticas o potencial virtual de, se encorajadas, comporem outras trajetórias de desenvolvimento para Canaã dos Carajás.

Em um balanço do trabalho desenvolvido, acredito ter contribuído para oxigenar o debate a respeito de formas alternativas de urbanização para a Amazônia ao apresentá-las como um campo de disputa entre utopias, isto é, entre diferentes lógicas de uso e apropriação do espaço. Para o cumprimento das expectativas do que se propõe esta dissertação, é válido reforçar que não houve nenhuma pretensão aqui de prover respostas finais aos complexos problemas causados pela urbanização capitalista na Amazônia, mas antes destacar a potencialidade de exercitar visões utópicas para dar visibilidade a realidades comumente encobertas pela magnitude dos processos de exploração neoliberal em curso. Neste caminho foi possível confirmar a hipótese de que o modo capitalista de produção do espaço urbano é inerentemente promotor de uma série de passivos sociais, ambientais e econômicos que contradizem o discurso do desenvolvimento historicamente utilizado como sustentáculo das ações de conversão da Amazônia, e que por essa razão o capitalismo é um paradigma insustentável a longo prazo. Todavia, à esteira desse entendimento, encontrou-se amparo na capacidade transgressora de lançar mão de pensamentos utópicos em diálogo com o real, procedendo a imaginações de outras realidades que efetivamente coloquem a cidade como um campo em disputa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.

ANDRADE, Rômulo de Paula Andrade. "Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta": Getúlio Vargas e a revista "Cultura Política" redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas. Belém, v. 5, n. 2, p. 453-468, maio-ago., 2010.

BANDEIRA, Alex de O. *Alterações Sócio-espaciais no Sudeste do Pará: a mudança de terra rural para solo urbano na cidade de Canaã dos Carajás*. 124 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

BARBOSA, Jonismar A.; FERRER, Gabriel R. O agronegócio da soja e as violações do direito à cidadania e ao desenvolvimento rural: um estudo de caso das comunidades locais de Santarém-PA, Brasil. Madri: *Anais do III Encontro de Internacionalização do CONPEDI*, 2015.

BARBOSA, Zulene M.; MESQUITA, Uslan Junior de S. Movimentos sociais indígenas em transformação: a estruturação política das lutas e suas organizações na Amazônia maranhense. *Revista Brasileira de Sociologia*, vol. 05, nº. 09, pp.: 59-86, Jan/Abr. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BEBBINGTON, Anthony; BEBBINGTON, Denise H.; BURY, Jeffrey; LINGAN, Jeannet; MUÑOZ, Juan Pablo; SCURRAH, Martin. Mining and Social Movements: Struggles Over Livelihood and Rural Territorial Development in the Andes. *World Development*, vol. 36, nº. 12, pp. 2888-2905, 2008.

BECKER, Bertha. K. *Amazônia: geopolítica na virada do terceiro milênio*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *A Urbe Amazônida*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difusão Editorial, 1989.

_____. O neoliberalismo, utopia (em vias de realização) de uma exploração sem limites. In: *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a.

_____. L'essence du néolibéralisme. In: *Le Monde Diplomatique*, 1998b.

BRENNER, Neil. Theses on Urbanization. *Public Culture*, [s.l.], v. 25, n. 169, p.85-114, 1 jan. 2013. Duke University Press. <http://dx.doi.org/10.1215/08992363-1890477>.

BRENNER, Neil (ed.). *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, 2014.

BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. Towards a new epistemology of the urban? *City*, [s.l.], v. 19, n. 2-3, p.151-182, abr. 2015.

BRENNER, Neil; THEODORE, Nik. Neoliberalism and the urban condition. *City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*, 9:1, 101-107, 2005.

BROUDEHOUX, Anne-Marie; MONTEIRO, João Carlos Carvalhaes dos Santos. Reinventing Rio de Janeiro's old port: territorial stigmatization, symbolic re-signification, and planned repopulation in Porto Maravilha. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S.l.], v. 19, n. 3, p. 493, ago. 2017.

CÂNDIDO, Lucas. *E se essa rua fosse minha: desenho urbano, espaços públicos e identidade em Canaã dos Carajás*. 93f. TFG (graduação) – Universidade Federal do Pará, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Belém, 2016.

CÂNDIDO, Lucas; CARDOSO, Ana Cláudia. O lugar dos espaços públicos na cidade modelada pela mineração: o caso de Canaã dos Carajás/PA. *Arquitextos*, ano 18, jan. 2018.

CARDOSO, A. Cláudia. D.; LIMA, J. J. F. Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem? In: CARDOSO, A. C. D. (Ed.). *O rural e o urbano na Amazônia: Diferentes olhares e perspectivas*. Belém-PA: EDUFPA, 2006, p. 55-98.

CARDOSO, Ana Cláudia; CÂNDIDO, Lucas; MELO, Ana Carolina. Canaã dos Carajás: a laboratory study concerning the circumstances of urbanization, on the global periphery at the dawn of the 21st century. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 121, nov. 2017

CARDOSO, Ana Cláudia; SILVA, Harley; MELO, Ana Carolina; ARAÚJO, Danilo. Urban tropical forest: where nature and human settlements are assets for overcoming dependency, but how can urbanization theories identify these potentials? In: HORN, P.; d'ALENÇON, P. A.; CARDOSO, A. C. (ed.). *Emerging Urban Spaces: a planetary perspective*. Springer, 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Crise Urbana*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2015, v. 1, p. 25-36.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Cosmological Deixis and Amerindian Perspectivism. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, vol. 4, nº. 3, pp. 469-488, Sep. 1998.

COELHO, Tádzio Peters. *Projeto Grande Carajás: Trinta anos de desenvolvimento frustrado*. Rio de Janeiro: Ibase, 2014, 112 p.

CLEMENT, C. R, DENEVAN, W. M, HECKENBERGER, M. J, JUNQUEIRA, A. B, NEVES, E.G, TEIXEIRA, W. G, WOODS, W. I. 2015. The domestication of Amazonia before European conquest. *Proc. R. Soc. B*. 282: 20150813.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana na Amazônia. In: CORRÊA, R. L. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2006.

COSSIO, Víctor Guerrero. El espacio urbano em Iquique: los impactos del capital minero. *Revista de Ciencias Sociales*, v. 17, pp. 41-59, 2006.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: um ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

- DAVIS, Mike. *Planet of Slums*. London: Verso, 2006.
- DAVIES, William. The New Neoliberalism. 2016. *New Left Review*, 101, September-October, pp. 121-134.
- DIAGONAL. *Relatório do Plano Diretor Participativo de Canaã dos Carajás. Vol 1: Metodologia e Diagnóstico*. Diagonal Urbana Consultoria: São Paulo, maio, 2007.
- ENRIGHT, Theresa; ROSSI, Ugo. Introduction: Locating the Political in Late Neoliberalism. In: ENRIGHT, T. ROSSI, U. (ed). *The Urban Political*, 2018a.
- ENRIGHT, Theresa; ROSSI, Ugo. Ambivalence of the urban commons. In: JONAS, A.; MILLER, B.; WARD, K.; WILSON, D. (ed). *Handbook on Spaces of Urban Politics*, 2018b (forthcoming).
- ENRIQUEZ, Maria Amélia R. da S. *Maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira*. 449f. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2007.
- ESTÉVES, Jorge Vergara. La utopía neoliberal y sus críticos. *Polis - Revista Latinoamericana* (6), 2003.
- FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – FADESP. *Relatório de análise da estrutura espacial da cidade de Canaã dos Carajás: padrão de parcelamento do solo, produção de centralidades, mobilidade, mercado de terras e habitacional*. Belém: UFPA, 2016.
- FERNANDÉZ-SAVATER, Amador. Pós-capitalismo: a dimensão sensível. In: *Outras Palavras*, 2017. Disponível online em: <https://outraspalavras.net/posts/pos-capitalismo-a-dimensao-sensivel/>. Acesso em 15/03/2018.
- FERREIRA, Maria Liege Freitas. Estado Novo e ocupação da Amazônia: uma abordagem geopolítica. 1999. *Raízes*, ano XVIII, nº 20, novembro, pp. 33-40.
- FOUCAULT, Michael. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249, 1995.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos da economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. 2008. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº. 80, pp. 115-147. DOI: 10.4000/rccs.697.
- GUDYNAS, Eduardo. Extrativismos en América del Sur y sus efectos derrames. *La Revista*. Boletín 76: 13-23, 2016.
- HALL, Peter. *Good cities, better lives: how Europe discovered the lost art of urbanism*. Oxon: Routledge, 2014.
- _____. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016 [1988].
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- _____. *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- HARVEY, David. *The Conditions of Postmodernity: an inquiry into the origins of cultural change*. Oxford: Blackwell, 1989.
- _____. *The New Imperialism*. Oxford University Press Inc.: New York, 2003.
- _____. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford University Press Inc.: New

York, 2005.

_____. *Espaços de Esperança*. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

HECKENBERGER, Michael. *The Ecology of Power. Culture, Place and Personhood in Southern Amazon, AD 1000-200*. London/ New York: Routledge, 2005.

_____. Lost cities of the Amazon: The Amazon tropical forest is not as wild as it looks. *Scientific American*, 64-71, October, 2009.

_____. Tropical Garden Cities: archaeology and memory in the Southern Amazon. *Cadernos do CEOM*, ano 26, v. 36, pp. 185-207, 2013.

HECKENBERGER, M. J.; RUSSEL, J. C.; FAUSTO, C.; TONEY, J. R.; SCHMIDT, M. J. PEREIRA, E.; FRANCHETTO, B.; KUIKURO, A. Pre-columbian urbanism, anthropogenic landscapes, and the future of the Amazon. *Science*, 321 (5893), Aug. 2008, pp.: 1214-1217.

HILGERS, Mathieu. The historicity of the neoliberal state. *Social Anthropology*, 20, 1, 80-94, 2012.

HILSON, Gavin. An overview of land use conflicts in mining communities. *Land Use Policy*, 19, 65-73, 2002.

HOLANDA, Anna Carolina G.; SANTANA, Joana V. Política habitacional e pequenos municípios no Pará: reflexões sobre a capacidade administrativa e implementação do Programa Minha Casa Minha Vida Oferta Pública. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v. 2, n. 1, Jan.Abr., 2015.

JACOBS, Jane. *A Natureza das Economias*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

JAMESON, Fredric. The Politics of Utopia. *New Left Review*, 25, January-February, 2004.

KIRSCH, Stuart. Indigenous movements and the risks of counter globalization: tracking the campaign against Papua New Guinea's Ok Tedi mine. *American Ethnologist*, vol. 34, nº. 2, pp. 303-321, May 2007.

KOTSADAM, Andreas; TOLONEN, Anja. African mining, gender, and local employment. *World Development*, 2016.

LEFEBVRE, Henri. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

LEITÃO, Lúcia. Quando um muro separa e nenhuma ponte une. *Cadernos Metrôpoles*, nº. 13, pp: 229-253, 2005.

LOPES, Reinaldo José. *1499: a pré-história do Brasil*. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.

LUGONES, Mária. Toward a decolonial feminism. *Hypatia*, vol. 25, issue 4, pp. 742-759, 2010.

MAGALHÃES, Felipe N. Coelho. Produção do espaço na cidade do neoliberalismo e novas aberturas no espaço digital. In: COSTA, G.; COSTA, H.; MONTE-MÓR, R. (eds.) *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte, C/Arte, 2015. p. 145-168.

MAGALHÃES, Marcos Pereira (org.). *Amazônia antropogênica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2016.

MARTINEZ-FERNANDES, Cristina; WU, Chung-Tong; SCHATZ, Laura K.; TAIRA, Nobuhisa; VARGAS-HERNÁNDEZ, José G. The shrinking city: urban dynamics and contested territory. *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 36.2, 245-260, march 2012.

MELO, Ana Carolina C. *Modernização e transformações recentes nos processos intra-urbanos no Sudeste do Pará*. 141f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015

MILES, Matthew B.; HUBERMAN, A. Michael. *Qualitative Data Analysis*. California: Sage Publication, 1994.

MOLOTCH, Harvey; LOGAN, John R. *Urban Fortunes: the Political Economy of Place*. Los Angeles: University of California Press, 1987

MONTE-MÓR, Roberto. Urbanização, Sustentabilidade, Desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção urbano. In: COSTA, G.; COSTA, H.; MONTE-MÓR, R. (eds.) *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte, C/Arte, 2015. p. 55-70.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Estudos Avançados*, 19 (53), 2005.

MOURA, Rosa. A dimensão urbano-regional na metropolização contemporânea. *Revista de Estudios Urbanos Regionales*, v. 38, n.º 115, pp. 5-31, 2012.

MUXÍ, Zaida. *La arquitectura de la ciudad global*. 1ª ed. Buenos Aires: Nobuko, 2009.

NITZAN, Jonathan; BICHLER, Shimshon. *Capital as power: a study of order and creorder*. New York: Routledge, 2009.

NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil: Clientelismo, Corporativismo e Insulamento Burocrático*. Rio de Janeiro e Brasília: Zahar/ ENAP, 1997.

OXFAM. An economy for the 99 percent (report), 2017.

_____. Reward work, not wealth (report), 2018.

PEAKE, Linda. The twenty-first-century quest for feminism and the global urban. *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 40 (1), 219-227, January 2016.

PECK, Jamie; THEODORE, Nik; BRENNER, Neil. 2009. Postneoliberalism and its Malcontents. *Antipode*, vol. 41, n.º. S1, pp. 94-116. D.O.I.: doi: 10.1111/j.1467-8330.2009.00718.x

PECK, Jamie. Zombie neoliberalism and the ambidextrous state. *Theoretical Criminology*, vol. 14(1):104-110, 2010.

PECK, Jamie; TICKELL, Adam. Neoliberalizing Space. *Antipode*, vol. 34 (3), pp. 380-404, 2002.

PECK, Jamie. Cities beyond Compare? *Regional Studies*, [s.l.], v. 49, n. 1, p.160-182, 17 dez. 2014. <http://dx.doi.org/10.1080/00343404.2014.980801>.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Lisboa: Edições 70, 2ª ed., 2000 [1944].

PONTES, Louise B. *Cidade, Desenho e Natureza: uma reflexão sobre os espaços livres de Marabá*. 124f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS - PMCC/CLC CONSULTORIA.

Proposta metodológica - Plano Local de Habitação de Interesse Social. Canaã dos Carajás, 2013.

ROBINSON, Jennifer. Cities in a World of Cities: The Comparative Gesture. *International Journal Of Urban And Regional Research*, [s.l.], v. 35, n. 1, p.1-23, 16 dez. 2010.

_____. Comparative urbanism: new geographies and cultures of theorizing the urban. *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 40 (1), 187-199, January 2016.

ROY, Ananya. Slumdog Cities: Rethinking Subaltern Urbanism. *International Journal of Urban And Regional Research*, [s.l.], v. 35, n. 2, p.223-238, 11 fev. 2011.

_____. Who's afraid of postcolonial theory? *International Journal of Urban and Regional Research*, 40: 200-209, 2015.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. Arqueologia Amazônica. In: CUNHA, M. C. da (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.53-87.

_____. Interpreting long-term human-environment interaction in Amazonia. In.: ARMSTRONG-FUMERO, Fernando; GUTIERREZ, Julio Hoil. *Legacies of Spaces and Intangible Heritage: Archaeology, Ethnohistory, and the Politics of Cultural Continuity in the Americas*, 2017, pp. 209-238.

SANTOS, M. O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 113 p. (Geografia: Teoria e Realidade).

_____. Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008 [1974].

SANTOS, Rafael J. Blessing and curse. The gold boom and local development in Colombia. *World Development*, 106, 337-355, 2018.

RUBIN, Herbert J.; RUBIN, Irene S. *Qualitative interviewing: the art of hearing data*. California: Sage Publication, 1995.

SADER, Emir. Postneoliberalism in Latin America. *Development Dialogue*, nº. 51, 171-179, 2009.

SAIDLER, Marcos Felipe Sudré. *As (in)constâncias da urbe selvagem*. 499f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, 2015.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; ALVES, Elio de Jesus Pantoja. Mina-ferrovia-porto: no "fim de linha", uma cidade em questão. In.: ZHOURI, Andréa; R. OLIVEIRA et al. (Org.). *Mineração, Violências e Resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Marabá, Editorial iGuana, 2018.

SANTOS, M. *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1986, 113 p.

SCHAAN, Denise. A Amazônia em 1491. *Especiaria – Cadernos de Ciências Humanas*, vs. 11 e 12, ns. 20 e 21, jul./dez. 2008 e jan/jun. 2009, p. 55-82.

SCOTT, Allen J. A World in Emergence: Notes Towards a Resynthesis of Urban-Economic Geography for the 21st Century. 2013. *Urban Geography*, 32:6, 845-870.

SECRETO, Maria Verónica. A ocupação dos "espaços vazios" no governo Vargas: do "Discurso do rio Amazonas" à saga dos soldados da borracha. *Estudos Históricos*, nº. 40, p. 115-135, julho-dezembro de 2007.

SEN, Amartya. *Development as Freedom*. New York: First Anchor Books Edition, 1999.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SILVA, Idelma Santiago da. Memória social e construção de mitos fundacionais: separatismo na Amazônia Oriental. *Novos Cadernos NAEA*, v. 17, n. 1, p. p. 203-223, jun. 2014, ISSN 1516-6481

SILVA, Harley. *Socialização da natureza e alternativas de desenvolvimento na Amazônia brasileira*. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento de Minas Gerais/CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

SIMONE, Abdoumalig. It's just a city after all! *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 40, issue 1, pp. 1-9, 2015 DOI: 10.1111/1468-2427.12275.

SMITH, Neil. The Revolutionary Imperative. *Antipode*, vol. 41, nº. S1, 2009.

SOUZA, Jessé (org.). *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

STENBORG, Per; SCHAAN, Denise Pahl; LIMA, Marcio Amaral. Precolumbian land use and settlement pattern in the Santrém region, lower Amazon. *Amazônica - Revista de Antropologia*, Belém, v. 4, n. 1, p. 222-250, 2012.

SUDRÉ SOUZA, Marcos Felipe. *A festa e a cidade: experiência coletiva, poder e excedente no espaço urbano*. 133f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2010.

SVAMPA, Maristella. Commodities Consensus: neoextractivism and enclosure of the Commons in Latin America. *South Atlantic Quarterly*, 111 (1): 65-82, 2015.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *Comum urbano: a cidade além do público e do privado*. 244f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2017.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair da. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. In: *Papers do NAEA*, 2013.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Londrina: Eduel, 2013.

URKIDI, Leire. The defence of community in the anti-mining movement of Guatemala. *Journal of Agrarian Change*, vol. 11, nº. 4, pp.: 556-580, 2011.

VALENÇA, Marco M. *Arquitetura de grife na cidade contemporânea: tudo igual, mas diferente*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

VEJA-CENTENO, Pablo. Los efectos urbanos de la minería en el Perú: del modelo de Cerro de Pasco y La Oroya al de Cajamarca. *Apuntes: Revista de Ciencias Sociales*, vol. 38, nº. 68, pp: 109-136, 2011.

WALTER, Mariana. MARTINEZ-ALIER, Joan. How to be heard when nobody wants to listen: community action against mining in Argentina. *Canadian Journal of Development Studies*, 30:1-2, 281-301, 2010.

WACQUANT, Loïc. Three steps to a historical anthropology of actually existing neoliberalism. *Social Anthropology*, 20, 1, 66-79, 2012.

WATSON, Vanessa. ‘The planned city sweeps the poor away...’: Urban planning and 21st century urbanisation. *Progress In Planning*, [s.l.], v. 72, n. 3, p.151-193, out. 2009.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTAS - JUNHO/2016

a) Entrevista Tipo 01: Pioneiros

- Como era a vida antigamente em Canaã dos Carajás?

- Quais eram as suas atividades principais?

- O que as pessoas faziam nos horários livres?

- Como era a paisagem urbana e natural?

- Como as pessoas se deslocavam?

- O que as pessoas comiam? Como elas se vestiam?

- Como eram as casas (tinham muros, os lotes eram delimitados, qual era o material usado para construir)?

- Como eram os comércios (junto das casas, em edificações separadas)?

- Como as pessoas usavam a rua? Como era a Weyne?

Como é a vida hoje?

- O que mudou (física e socialmente) de lá para cá?

- Quais os principais problemas atualmente?

- O que você faz nas suas horas vagas atualmente?

- O que você acredita que poderia melhorar em Canaã?

- Como você enxerga essas mudanças (positiva ou negativamente)?

b) Entrevista Tipo 02: Morados dos loteamentos (formais e informais)

- Qual a sua origem? O que tem de diferente entre o lugar de onde você

veio e Canaã?

- Qual seus objetivos ao se mudar para Canaã? *(para o caso das pessoas que vieram de outros municípios)

- Quais suas impressões sobre a cidade de Canaã? Como é o desenrolar da vida aqui?

- Suas expectativas sobre a cidade foram atendidas? Quais suas impressões sobre a cidade?

- De que maneira a cidade poderia melhorar para melhor atender suas necessidades cotidianas (lazer, transporte, trabalho)?

c) Entrevista Tipo 3: Técnicos da Prefeitura

- De que maneira a questão da gestão hídrica do município está sendo guiada?

- Quanto ao transporte urbano e oriundo das vilas, quais as últimas transformações?

- Como o Estado prevê enfrentar a queda no número de empregos?

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIOS - AGOSTO/2016

I. PERFIL DO ENTREVISTADO

1. Local de nascimento

[0] No próprio município (Canaã dos Carajás)

[1] Na microrregião (Água Azul do Norte, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Parauapebas, exceto Canaã dos Carajás)

[2] Mesorregião do Sudeste Paraense (Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, Marabá, Palestina do Pará, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Paragominas, Rondon do Pará, Ulianópolis, Pau D'Arco, Piçarra, Redenção, Rio Maria, São Geraldo do Araguaia, Sapucaia, Xinguara, Bannach, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu, Tucumã, Breu Branco, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Tucuruí, a exceção de Água Azul do Norte, Eldorado dos Carajás, Parauapebas e Canaã dos Carajás).

[3] Maranhão

[4] Pará (exceto municípios citados anteriormente)

[5] Goiás

[6] Piauí

[7] Tocantins

[8] Minas Gerais

[9] Região Norte (exceto Pará e Tocantins)

[10] Região Nordeste (exceto Maranhão e Piauí)

[11] Região Centro Oeste (exceto Goiás)

[12] Região Sul/Sudeste (exceto Minas Gerais)

2. Idade

[0] 0-14

[1] 15-24

[2] 25-39

[3] 40-54

[4] 55-69

[5] 70-84

[6] 85 ou mais

3. Gênero

[0] Masculino

[1] Feminino

4. Etnia

[0] Branca

[1] Preta

[2] Amarela

[3] Indígena

[4] Pardo

5. Escolaridade

[0] Fundamental Incompleto

[1] Fundamental Completo

[2] Médio Incompleto

[3] Médio Completo

[4] Superior Incompleto

[5] Superior Completo

[6] Pós-graduação Incompleto

[7] Pós-graduação Completo

[8] Não alfabetizado

6. OCUPAÇÃO

[0] Desempregado (a)

[1] Dona de casa

[2] Atividades relacionadas ao campo (ex.: agricultor – urbano e/ou rural -, trabalhador de fazenda)

[3] Serviço de apoio com baixa qualificação (ex. merendeira, pedreiro, vendedor)

[4] Trabalhador qualificado (ex.: engenheiro, técnico)

[5] Estudante

[6] Aposentado(a)

[7] Comerciante/trabalhador autônomo

[8] Outro/Sem informação

7. CONDIÇÃO DO EMPREGO

[0] Formal (carteira assinada)

[1] Informal (sem carteira assinada)

[2] Outro (estudante, aposentado, desempregado ou deficiente não-trabalhador).

I.2 PERFIL DO DOMICÍLIO

8. Composição do domicílio

[0] Apenas o(a) entrevistado

[1] Cônjuge

[2] Cônjuge e filho(s)

[3] Família (cônjuge ou cônjuge+filhos) e outros parentes

[4] Entrevistado e familiares (a exceção de cônjuge e filhos)

9. Quantas pessoas moram na casa?

[0] 1 pessoa

[1] 2 pessoas

[2] 3 pessoas

[3] 4 pessoas

[4] 5 ou mais pessoas

10. Qual a renda?

[0] 0 a 2 SM (até R\$ 1.760,00);

[1] de 2 a 4 SM (R\$ 1.760,01 a R\$ 3.720,00);

[2] de 4 a 10 SM (R\$ 3.720,01 a R\$ 8.800,00);

[3] de 10 a 20 SM (R\$ 8.800,01 a R\$ 17.600,00);

[4] acima de 20 SM (R\$ 17.601,00 ou mais)

II. HISTÓRICO DE MIGRAÇÃO

1. Inicialmente, você migrou sozinho ou com sua família?

[0] sozinho

[1] com sua família

2. Em que ano você migrou para Canaã?

[0] Antes de 1994 (1º ciclo: assentamento do GETAT até a criação do município)

[1] 1994-2003 (Antes da operação da Mina do Sossego)

[2] 2004 – 2009 (Início da operação da Mina do Sossego até construção da S11D)

[3] 2010 (2º ciclo: início da construção do S11D)

[4] 2011

[5] 2012

[6] 2013

[7] 2014

[8] 2015

[9] 2016

3. Você morou em outros lugares antes de chegar em Canaã (com exceção da cidade natal)?

[0] Sim

[1] Não

3.1 Se sim, qual(is)?

[0] Na microrregião (Água Azul do Norte, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Parauapebas, exceto Canaã dos Carajás)

[1] Mesorregião do Sudeste Paraense (Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, Marabá, Palestina do Pará, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Paragominas, Rondon do Pará, Ulianópolis, Pau D'Arco, Piçarra, Redenção, Rio Maria, São Geraldo do Araguaia, Sapucaia, Xinguara, Bannach, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu, Tucumã, Breu Branco, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Tucuruí, a exceção de Água Azul do Norte, Eldorado dos Carajás, Parauapebas e Canaã dos Carajás).

[2] Maranhão

[3] Pará (exceto municípios citados anteriormente)

[4] Goiás

[5] Região Norte (exceto Pará)

[6] Região Nordeste (exceto Maranhão)

[7] Região Centro Oeste (exceto Goiás)

[8] Região Sul/Sudeste

3.2 Quando? (Em caso de mais de uma cidade, colocar os períodos específicos de cada uma)

[0] Antes de 1994

[1] Entre 1994-2003

[2] Entre 2004-2009

[3] Entre 2010-2015

[4] Não informou

4. Qual era sua ocupação antes de chegar à Canaã?

[0] Desempregado (a)

[1] Dona de casa

[2] Atividades relacionadas ao campo (ex.: agricultor – urbano e/ou rural -, trabalhador de fazenda)

[3] Serviço de apoio com baixa qualificação (ex. merendeira, pedreiro, vendedor)

[4] Trabalhador qualificado (ex.: engenheiro, técnico)

[5] Estudante

[6] Aposentado(a)

[7] Comerciante/trabalhador autônomo

[8] Outro

5. Quais motivos levaram você a migrar para Canaã?

[0] Emprego/Trabalho (ex.: busca por emprego)

[1] Família (ex.: família já morava no local e o entrevistado veio morar com ela)

[2] Conseguiu doação de terra (pioneiros)

[3] Outros

6. Por quais meios você ficou sabendo de Canaã (como você acabou vindo morar em Canaã)?

[0] Família e/ou amigos (ex.: "fulano me falou que aqui tinha muito trabalho")

[1] Veio conhecer e acabou ficando (ex.: "fiquei sabendo que tinha muito emprego, vim aqui ver e gostei")

[2] Outros (ex.: através do trabalho)

7. Você ainda visita seu local de origem ou cidade natal?

[0] Sim

[1] Não

8. Você possui parentes no seu local de origem?

[0] Sim

[1] Não

9. Você envia remessas de dinheiro para familiares?

[0] Sim

[1] Não

10. Você recebe algum tipo de suporte (alimentos, ajuda financeira) de familiares ou de pessoas do seu local de origem?

[0] Sim

[1] Não

III. TRABALHO, RENDA E VIDA FINANCEIRA

1. Você exerce múltiplas atividades?

[0] Sim

[1] Não

1.1 Se sim, quais as demais atividades (Qual sua atividade secundária)?

[0] Bico (ex.: faz bico de pedreiro, capina jardim etc)

[1] Bico com vendas (ex.: vende bolo/doces, vende tempero, vende cosméticos etc)

[2] Outros

2. Liste seus principais gastos, sendo 1 o de maior gasto e 5 o de menor gasto: alimentação, aluguel/pagamento de imóvel, transporte, lazer, saúde/educação.

[0] alimentação

[1] aluguel/pagamento de imóvel

[2] transporte

[3] lazer

[5] saúde/educação

[6] Energia

3. Você possui algum destes itens?

[0] Smartphone

[1] Televisão

[2] Antena parabólica

[3] Rádio

[4] Computador

[5] Internet em casa

4. Você possui algum tipo de poupança?

[0] Sim

[1] Não

5. Você possui algum tipo de dívida?

[0] Sim

[1] Não

5.1 Se sim, quanto tempo falta para você quitá-la?

[0] 1-12 meses

[1] 2-5 anos

[2] 6-10 anos

[3] 11-15 anos

[4] 15-20 anos

[5] 21-25 anos

[6] 26 anos ou mais

[7] Dívida pequena (menos de 500 reais)

[8] Não soube responder/Sem resposta

6. Você está com dificuldades de saldar a(s) dívida (s)?

[0] Sim

[1] Não

7. O quanto da sua renda está comprometida com a dívida?

[0] não respondeu

[1] De 10% a 20%

[2] Mais de 20% e menos de 50%

[3] 50% ou mais

8. Você está pagando parcelas para aquisição de imóvel?

[0] Sim

[1] Não

8.1 Se sim, de qual empresa?

[0] Buriti

[1] Direcional

[2] Nova Carajás

[3] Nova Bairros Planejados

[4] Outra

9. Para qual banco você paga a prestação do imóvel?

[0] Bradesco

[1] Banco do Brasil

[2] Caixa Econômica

[3] Pagamento diretamente para a empresa imobiliária

[4] Outro/Não informou

10. Qual o tipo de imóvel?

[0] Terreno em loteamento

[1] Terreno em chácara

[2] Casa em condomínio fechado

[3] Casa unifamiliar

[4] Apartamento

[5] Outro: _____

11. Você obtém renda a partir de algum destes itens?

[0] Não obtém renda a partir destes itens.

[1] Aluguel de imóveis

[2] Compra/venda de lotes

[3] Comércio

12. Você possui casa ou terreno próprio em outra(s) localidade(s)?

[0] Sim

[1] Não

12.1 Se sim, onde?

[0] Local de origem

[1] No município de Canaã

[2] Pará

[2] Maranhão

[3] Goiás

[4] Tocantins

[5] Outro/Não respondeu

12.2 Quantos imóveis?

[0] 1 imóvel

[1] 2 a 5 imóveis

[2] + de 5 imóveis

13. Já fez algum tipo de investimento financeiro intermediado por um banco (ações da bolsa, CDB, títulos da dívida pública etc)?

[0] Sim

[1] Não

14. Você possui cartão de crédito?

[0] Sim

[1] Não

14.1 Se sim, quantos cartões de crédito?

[0] 1 cartão de crédito

[1] 2 cartões de crédito

[2] 3 ou mais cartões de crédito

15. Você possui conta bancária?

[0] Sim

[1] Não

15.1 Se sim, em qual banco?

[0] Bradesco

[1] Banco do Brasil

[2] Caixa Econômica

[3] Banpará

[4] Outro/Não respondeu

16. Você possui cartão de lojas de varejo?

[0] Sim

[1] Não

16.1 Se sim, em qual? (escrever o nome da loja por extenso).

17. Você possui carnê de alguma loja?

[0] Sim

[1] Não

17.1 Se sim, de qual loja? (escrever o nome da loja por extenso).

IV. CONDIÇÕES DE MORADIA

1. Qual o material do imóvel?

[0] Madeira

[1] Alvenaria

[2] Misto (alvenaria e madeira)

2. Há quanto tempo você mora neste imóvel?

[0] 1-11 meses

[1] 1-2 anos

[2] 3-5 anos

[3] Entre 5-10 anos.

[4] Há mais de 10 anos.

3. Você mora em imóvel:

[0] Próprio

[1] Alugado

[2] Outro (emprestado, doado, etc).

3.1 Em caso de imóvel próprio, como você adquiriu o lote?

[0] Compra

[1] Doação do INCRA/GETAT

[2] Programa de habitação

[3] Regularização fundiária

[4] Outro

3.2 Em caso de imóvel próprio, como foi o processo de construção da casa?

[0] Autoconstrução (construído pelo entrevistado e/ou familiares)

[1] Doação

[2] Programa de habitação

[3] Contratação de serviço de construção (arquiteto, engenheiro e/ou pedreiro)

[4] Adquiriu a casa já construída

[5] Outro

4. Desde que você mora neste imóvel, você já fez algum tipo de reforma/alteração?

[0] Sim

[1] Não

5. Você possui acesso à:

[0] Água encanada

[1] Energia elétrica

[2] Serviço de esgoto

[3] Coleta de lixo

6. Houve algum tipo de mudança na rua desde que você mora aqui?

[0] Sim

[1] Não

6.1 Se sim, quais?

[0] Asfaltamento

[1] Calçadas

[2] Arborização

[3] Mudanças na coleta de lixo

[4] Renovação das casas

[5] Adensamento da ocupação (construção de mais casas)

[6] Outros

6.2 Quando?

[0] Nos últimos 12 meses

[1] Nos últimos 6 anos (a partir de 2010)

[3] A partir de 2000

[4] Antes de 2000

[5] Não soube informar

7. Você já morou em outra localidade em Canaã?

[0] Sim

[1] Não

7.1 Se sim, onde?

[0] Centro

[1] Bairros da 1ª área de expansão (Nova Canaã e Maranhenses)

[2] Bairros da 2ª área de expansão (Liberdade, Portal do Sol, João Pintinho, Alvorada, Estância, Feliz I e II, Ouro Preto, Novo Paraíso, Vale Verde, Vale Dourado, Monte Castelo, Alto Bonito, Sossego, Industrial)

[3] Bairros da 3ª área de expansão (Novo Horizonte I, II e III, Parque dos Ipês, Alto Bonito, Santana, Montes Belos, Jardim Florido, Montes Belos, Vale dos Carajás, Nova Canaã II, Nova Vida)

[4] Bairros da área de expansão recente (Primavera, Flor de Lis I e II, Jardim América, Cidade Jardim, Jardim Europa I e II, Vale do Sonho I, II)

e III, Greenville, Novas Esperança I e II, Bela Vista, Serra Dourada, Vila Oeste, Parakanã, Park Carajás, Paraíso das Águas, Park dos Carajás, Oasis, Bela Vista I, II e III, Cidade Nova).

[5] Ocupações irregulares (Vale da Benção, Motocross e Novo Brasil)

7.2 Quando?

[0] Até 2000

[1] Entre 2001 e 2010

[2] A partir de 2011

7.3 Quais os motivos para a mudança?

[0] Elevação do preço do aluguel e/ou busca por aluguéis mais baratos

[1] Aquisição de casa e/ou terreno próprio

[2] Outro

V. VIDA COTIDIANA

1. Quais os seus principais trajetos do dia-a-dia (casa-trabalho, casa-escola etc)?

[0] Em direção ao centro

[1] Nas proximidades da residência (ex.: mercadinho, farmácia local)

[2] Outro

2. Você se desloca a pé?

[0] Sim

[1] Não

2.1 Se não, por que?

[0] Distâncias muito longas

[1] Desconforto no caminhar (ex.: calçadas precárias, arborização precária etc).

[2] Possui transporte particular

[3] Insegurança

[4] Outro

3. Qual seu principal meio de transporte?

[0] À pé

[1] Bicicleta

[2] Moto

[3] Veículo particular

[4] Outro

4. Em que bairro você trabalha?

[0] Em domicílio e/ou no mesmo bairro em que mora

[1] Não trabalha (desempregado, aposentado, estudante, dona de casa)

[2] Centro

[3] Outro

5. Você consegue atender suas necessidades cotidianas (compras, pagamento de contas etc.)

[0] Próximo à sua residência

[1] Precisa se deslocar para o centro da cidade

6. O que você faz na cidade fora do horário de trabalho?

[0] Fica em casa (ex.: assiste TV)/afazeres domésticos)

[1] Frequenta bares e/ou restaurantes

[2] Frequenta espaços públicos (ex.: praças)

[3] Frequenta sítios/chácaras (área rural)

[4] Outros/Não respondeu

7. Você conhece seus vizinhos?

[0] Sim

[1] Não

8. Você possui familiares morando próximo à sua residência?

[0] Sim

[1] Não

9. Como você avalia a oferta (quantidade/qualidade) de espaços públicos e áreas verdes na cidade?

[0] Excelente

[1] Bom

[2] Regular

[3] Ruim ou Péssimo

9.1 Por que?

[0] Insegurança ("Praça chama muito

delinquente, eu não sou muito fã de praça não”)

[1] Pouca oferta (“Tem pouca praça”)

[2] Infraestrutura precárias dos espaços (“Tá tudo quebrado lá na pracinha”)

[3] Boa qualidade e/ou oferta, acha bom ter praças (“Eu gosto das praças porque é um lugar pra gente ir nas horas vagas, né?!”)

[4] Outro

10. Como você avalia as transformações acontecendo em Canaã dos Carajás?

[0] Excelente

[1] Bom

[2] Regular

[3] Ruim ou Péssimo

10.1 Por que?

[0] Precariedade na oferta de serviços públicos (saúde, educação etc)

[1] Baixa infraestrutura urbana (ex. falta de espaços de lazer, ruas com buraco)

[2] Aumento do desemprego

[3] Aumento da violência

[4] “Mais desenvolvimento”: Melhoria na oferta de serviços públicos (saúde, educação etc) e/ou serviços e comércios, e empregos.

[5] Outro/Não informou

11. Qual foi a mudança que mais impactou a sua vida?

[0] Melhoria na oferta de comércios e serviços públicos (ex.: saúde, educação)

[1] Aumento ou alto custo de vida (ex.: aumento do preço dos aluguéis e/ou alimentação)

[2] Asfaltamento de vias

[3] Aumento do desemprego

[4] Aumento da violência/insegurança

[5] Outro/Não soube informar

VI. RELAÇÕES RURAIS

1. Você pratica e/ou já praticou

alguma destas atividades como forma de lazer?

[0] Pesca

[1] Caça

[2] Agricultura urbana

[3] Agricultura rural

[4] Extrativismo (ex.: açaí, castanha, madeira)

[5] Jardinagem

[6] Trilhas (caminhadas pela mata)

[7] Sentar na porta de casa

2. Você pratica e/ou já praticou alguma destas atividades como forma de trabalho/ganhar dinheiro?

[0] Pesca

[1] Caça

[2] Agricultura urbana

[3] Agricultura rural

[4] Extrativismo (ex.: açaí, castanha, madeira)

[5] Criação de animais (ex.: gado, galinha)

3. Você conhece e/ou já visitou algumas das vilas rurais do município?

[0] Sim

[1] Não

3.1 Se sim, qual(s)?

[0] Planalto (VS-45)

[1] Serra Dourada

[2] Bom Jesus (VS-13)

[3] Feitosa

[4] Ouro Verde (VP-80)

[5] Mozartinópolis (Racha Placa)

[6] Vila Jerusalém (Vila do MST)

[7] Outra

4. Você possui alguma propriedade na zona rural?

[0] Sim

[1] Não

4.1 Se sim, a função é:

[0] Obtenção de renda

[1] Lazer

[2] Obtenção de renda e lazer

VII. CIDADANIA E POLÍTICA

1. Você vota em Canaã?

[0] Sim

[1] Não

2. Você utiliza os serviços de saúde pública do município?

[0] Sim

[1] Não (utiliza particular)

3. Você utiliza os serviços de educação pública do município?

[0] Sim

[1] Não (utiliza particular ou não utiliza)

4. Você se sente representado pelas autoridades e/ou lideranças?

[0] Sim

[1] Não

5. Você possui contato/vínculo com:

[0] Partido político;

[1] Agência do governo;

[2] ONG;

[3] associação comunitária;

[4] Igreja Católica

[5] Igreja Evangélica

